

**Arkley Marques Bandeira
Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim
(organizadores)**

AMAZÔNIA ENTRE INTERDISCIPLINARIDADES:

**MEIO AMBIENTE, HISTÓRIA-CULTURAL,
ECONOMIA E POLÍTICA**



EDUFMA

An aerial, grayscale photograph of a winding river in a dense Amazonian rainforest. A small boat is visible on the river in the lower center, and a small structure, possibly a house or boat, is on the right bank. The image is framed by large, detailed leaves in the foreground and background, creating a layered, naturalistic effect.

**Arkley Marques Bandeira
Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim
(organizadores)**

AMAZÔNIA ENTRE INTERDISCIPLINARIDADES:

**MEIO AMBIENTE, HISTÓRIA-CULTURAL,
ECONOMIA E POLÍTICA**

**AMAZÔNIA ENTRE
INTERDISCIPLINARIDADES:**
meio ambiente, história-cultural,
economia e política



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor
Vice-Reitor

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDUFMA

EDITORA DA UFMA

Diretor
Conselho Editorial

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante
Prof.^a. Dr.^a Diana Rocha da Silva
Prof.^a. Dr.^a Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Marcus Túlio Borowski Lavarda
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães
Prof.^a Dr.^a Rosane Cláudia Rodrigues
Prof. Dr. João Batista Garcia
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

**ARKLEY MARQUES BANDEIRA
CONCEIÇÃO DE MARIA BELFORT DE CARVALHO
KLÁUTENYS DELLENE GUEDES CUTRIM**
(organizadores)

**AMAZÔNIA ENTRE
INTERDISCIPLINARIDADES:**
meio ambiente, história-cultural, economia
e política

São Luís



EDLIFMA
2023

Copyright © 2023 by EDUFMA

Editoração: Maurício José Morais Costa

Normalização: Maurício José Morais Costa

Capa: Maurício José Morais Costa

Publicação financiada por auxílio financeiro da CAPES (Código Financeiro 001) de acordo com a CAPES Portaria 206. De acordo com o Edital Interno nº 02/2022 Auxílio Financeiro do Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PPGCult/UFMA) da Universidade Federal do Maranhão.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A489

Amazônia entre interdisciplinaridades : meio ambiente, história-cultural, economia e política [e-book] / Arkley Marques Bandeira, Conceição de Maria Belfort de Carvalho, Kláutenys Dellene Guedes Cutrim (organizadores). – São Luís: EDUFMA, 2023.

380 p. ; il. color.

Modo de acesso: World Wide Web.
ISBN: 978-65-5363-212-7.

1. Amazônia - Interdisciplinaridade. 2. Amazônia - Maranhão. 3. Amazônia Maranhense. 4. História cultural - Amazônia. 5. Economia da Amazônia. 6. Política da Amazônia. I. Bandeira, Arkley Marques. II. Carvalho, Conceição de Maria Belfort de. III. Cutrim, Kláutenys Dellene Guedes. IV. Título.

CDD: 918.111812
CDU: 911.52/53(812.1)

*Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Maurício José Morais Costa CRB 13/833*

Criado no Brasil [2023]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma.sce@ufma.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA-MARANHENSE: uma análise sobre a aplicabilidade do Cadastro Ambiental Rural em São João do Paraíso - MA Aelma Reis dos Santos, Tatiana Colasante	20
EMERGÊNCIA DA APICULTURA EM ANAJATUBA-MA: condições de produção do mel, microcrédito e escoamento da mercadoria Antonio Paulino de Sousa.....	49
CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DO MEL NA REGIÃO DO ALTO TURI-MA Antonio Paulino de Sousa.....	82
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO NA AMAZÔNIA: governamentalidade, biopolítica e contracondutas Edileide Patrícia Câmara Lima, Nilsa Brito Ribeirrom	114
DA ARTE DAS VARINHAS ÀS ENCANTARIAS: memória e imaginário em Inêz Garcia na Ilha de Mosqueiro-PA Renato Vieira de Souza, Agenor Sarraf-Pacheco	141

TELAS DISCURSIVAS NA AMAZÔNIA/BELÉM DAS ÁGUAS: o grafite e as materialidades em tensões de pertencimento
Robert Leandro Silva Freitas, Marcos André Dantas da Cunha, Maria do Rosário Valencise de Fátima Gregolin 163

PROGRAMA “NOSSO CENTRO” E OCUPAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS: formulação, implementação e suas repercussões nos usos dos espaços do Centro Histórico de São Luís
Donny Wallesson dos Santos, Conceição de Maria Belfort de Carvalho..... 191

POLÍTICAS CULTURAIS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS MARANHÃO: percursos, estratégias e ações
Karoliny Diniz Carvalho, Ricardi Lanzarini..... 222

O PAPEL DO TURISTA CIDADÃO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL DE SÃO LUÍS: o uso da educação patrimonial turística na promoção de cidadania e desenvolvimento sustentável
Jaqueline Santos Costa Leite, Concilene Régia Nascimento Campos de Carvalho, Conceição de Maria Belfort de Carvalho 250

A INDÚSTRIA CULTURAL CRIATIVA E A ECONOMIA COMUNITÁRIA: uma análise dos efeitos e sentidos da Via Sacra no Anjo da Guarda, São Luís (MA)
Cleidimar Pinto de Sousa, Maurício José Morais Costa..... 275

DIREITOS CULTURAIS E PATRIMÔNIO AFRO: Afroempreendedorismo no Quilombo Liberdade em São Luís – MA Kláutenys Dellene Guedes Cutrim, Mariana Queen Cardoso da Silva.....	308
OS MANGUEZAIS: paisagem, ambiente e as ocupações humanas no litoral amazônico maranhense Arkley Marques Bandeira, Leonardo da Silva Soares, Samara Aranha Eschrique.....	327
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	378

APRESENTAÇÃO

A ideia deste livro surgiu da vasta produção científica interdisciplinar que vem consolidando a região amazônica como uma das regiões globais mais profícuas para diferentes a produção de conhecimento em diferentes áreas do saber, como Estudos Culturais, História, Antropologia, Sociologia, Geografia, Arqueologia, Economia, Política, Turismo, Literatura e Meio Ambiente, além de outros tantos campos do conhecimento. Soma-se a isso, os novos desafios que o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (PG-Cult – UFMA) assumiu para fortalecer a sua inserção regional, a partir de estudos colaborativos com outros programas de pós-graduação para refletir sobre a Amazônia Legal e o Bioma Amazônico.

Neste contexto, destacamos a cooperação científica no âmbito da participação do PGCult no Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação na Amazônia Legal Brasileira (PDPG Amazônia Legal), com o projeto “Conservação da biodiversidade: interface da economia criativa com a qualidade ambiental”, em colaboração com os Programas de Pós-graduação Biodiversidade e Conservação - PPGBC; Saúde e Ambiente - PPGSA e Ciências Sociais – PPGCSOC, todos da Universidade Federal do Maranhão.

Logo, a materialização deste livro vem ao encontro das expectativas de fomentar estudos que foquem a Amazônia, com ênfase em reflexões interdisciplinares algumas concluí-

das, outras em andamento, cujos capítulos objetivam em uma abordagem comum trazer a luz diferentes perspectivas, como contribuir com a proposição de subsídios técnicos e científicos para proposição de políticas públicas que priorizem temas e objetos de estudos voltados para Amazônia, na perspectiva de atender as demandas da Agenda Mundial para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, conforme determinado pelos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Os capítulos apresentados no livro nasceram das referidas parcerias e reúne autoras e autores docentes e discentes de instituições de ensino superior localizadas nessa região. Dar visibilidade a essas pesquisas é reconhecer não só a importância dessa região para o ecossistema global como também é reconhecer e valorizar o olhar plural sobre a Amazônia em sua totalidade.

O livro inicia com o capítulo **REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA MARANHENSE**: uma análise sobre a aplicabilidade do Cadastro Ambiental Rural em São João do Paraíso – MA, de autoria de Aelma Reis dos Santos e Tatiana Colasante, cujo objetivo é averiguar a aplicabilidade do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em São João do Paraíso, sudoeste do Maranhão que possui um alto índice de população residindo em áreas rurais. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica e pesquisa em campo, com realização de entrevistas com 70 proprietários de imóveis rurais. Como resultado, foi verificado que apesar de saberem

o que é o CAR, a maioria dos proprietários desconhece as normas técnicas ambientais e não recebe orientações acerca do uso sustentável de suas terras, o que agrava consideravelmente o desmatamento no presente município. Além disso, foi constatado que apenas o registro no CAR não implica em uma maior consciência ambiental, pois muitos proprietários de terras possuem a concepção de que suas propriedades podem ser incansavelmente exploradas.

O capítulo seguinte, EMERGÊNCIA DA APICULTURA EM ANAJATUBA (MA): condições de produção do mel, microcrédito e escoamento da mercadoria, de autoria de Antonio Paulino de Sousa, propõe como objetivo analisar as condições sociais que tornaram possível a produção e a existência de um mercado do mel em Anajatuba-MA. Essa produção e mercado não foram criados a partir de um vazio social, e sim da experiência extrativista e da persistência de um grupo de trabalhadores rurais do Teso que acreditaram na possibilidade de produção agrícola do mel como fonte de renda.

O terceiro capítulo, CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DO MEL NA REGIÃO DO ALTO TURI, de Antonio Paulino de Sousa, faz um estudo sobre o mercado do mel e tem como objetivo promover a conservação da biodiversidade, com base no princípio da sustentabilidade, visando apoiar as comunidades da Amazônia Legal Maranhense.

O quarto capítulo, POLÍTICAS DE FORMAÇÃO NA AMAZÔNIA: governamentalidade, biopolítica e contra condutas, das autoras Edileide Patrícia Câmara Lima e Nilsa Brito

Ribeiro, tem como objetivo analisar, com base no método arqueogenealógico foucaultiano, discursos de professores produzidos no domínio de políticas públicas de formação docente na educação básica no interior do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e do Programa de Formação de Professores da Secretaria Municipal de Educação de Marabá, Pará. O corpus da pesquisa é formado de relatos escritos por professores da educação básica, no âmbito da formação realizada pelos referidos programas.

O quinto capítulo, *DA ARTE DAS VARINHAS ÀS ENCANTARIAS: memória e imaginário em Inêz Garcia na Ilha de Mosqueiro-PA*, de Renato Vieira de Souza e Agenor Sarraf-Pacheco, discute a relação de artesãs da ilha Mosqueiro, localizada em Belém-Pará, com sujeitos não-humanos que sustentam a história mítica da ilha. As incursões nesse universo contam com os recursos da História Oral que enseja o debate acadêmico em torno das categorias “imaginário” e “encantaria” privilegiando a percepção das protagonistas da experiência mítica.

O sexto capítulo, *AMAZÔNIA/BELÉM DAS ÁGUAS: o grafite e as materialidades em tensões de pertencimento*, de Robert Leandro Silva Freitas, Marcos André Dantas da Cunha e Maria do Rosário Valencise de Fátima Gregolin, tem como objetivo central analisar, em dois enunciados imagéticos grafitados na cidade de Belém (PA), produções de sentido de pertencimento, a fim de verificar como os enunciados imagéticos, grafitados nessa Belém amazônica entre o rio e a floresta,

podem mobilizar saberes dispersos de uma etnicidade negra e indígena.

O sétimo capítulo, PROGRAMA “NOSSO CENTRO” E OCUPAÇÕES ARTÍSTICOCULTURAIS: formulação, implementação e suas repercussões nos usos dos espaços do Centro Histórico de São Luís, de Donny Wallesson dos Santos e Conceição de Maria Belfort de Carvalho, objetiva discutir algumas características da formulação e implementação do Programa “Nosso Centro” e suas repercussões nos usos dos espaços do Centro Histórico de São Luís-Ma pelas ocupações artístico-culturais. Parte-se da hipótese que tal política pública está direcionada muito mais para interesses mercadológicos de caráter privado em detrimento da garantia dos usos e funções sociais dos espaços públicos da região.

O oitavo capítulo, POLÍTICAS CULTURAIS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS MARANHÃO: percursos, estratégias e ações, de Karoliny Diniz Carvalho e Ricardi Lanzarini, objetiva compreender as políticas culturais de fomento à economia criativa no centro histórico a partir do ano de 2019 até o presente com o propósito investigativo de descrever o seu potencial no processo de regeneração urbana. Para tanto, os autores realizam uma pesquisa bibliográfica e a documental, constituído como corpus de análise o Decreto de nº 34.959 de 26 de junho de 2019; o Portifólio das ações do Programa Nosso Centro; o Plano Municipal de Cultura (2016-2024), e reportagens dedicadas à temática.

O nono capítulo tem como título O PAPEL DO TURISTA CIDADÃO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL DE SÃO LUÍS: o uso da educação patrimonial turística na promoção de cidadania e desenvolvimento sustentável, suas autoras são Jaqueline Santos Costa Leite, Concilene Régia Nascimento Campos de Carvalho e Conceição de Maria Belfort de Carvalho. O capítulo analisa a relação entre turista, cidade e comunidade local, ressaltando o cultivo da cidadania dentro da atividade turística para o desenvolvimento local sustentável.

O décimo capítulo, A INDÚSTRIA CULTURAL CRIATIVA E A ECONOMIA COMUNITÁRIA: uma análise dos efeitos e sentidos da Via Sacra no Anjo da Guarda, São Luís (MA), de Cleidimar Pinto de Sousa, Maurício José Morais Costa, objetiva compreender a visão que os diretores da Via Sacra – o maior espetáculo ao ar livre do estado do Maranhão – e os comerciantes do Anjo da Guarda, bairro onde o espetáculo é realizado, têm sobre o impacto e os efeitos gerados no âmbito da economia criativa, por essa peça teatral, no bairro.

O penúltimo capítulo, DIREITOS CULTURAIS E PATRIMÔNIO AFRO: afroempreendedorismo no Quilombo Liberdade em São Luís – MA, de Kláutenys Dellene Guedes Cutrim e Mariana Queen Cardoso da Silva, objetiva abordar o desenvolvimento do afroempreendedorismo no Quilombo Urbano Liberdade, localizado em São Luís – MA, bem como a compreensão dos processos de africanidades e afrodescendências dentro da comunidade quilombola enquanto um ponto de partida para a formação de afroempreendedores.

O último capítulo, OS MANGUEZAIS: paisagem, ambiente e as ocupações humanas no litoral amazônico maranhense, de Arkley Marques Bandeira, Leonardo da Silva Soares e Samara Aranha Eschrique, apresenta, em um primeiro momento, uma síntese sobre a importância da Arqueologia das Sociedades Humanas Costeiras, por meio do estudo de caso relacionado aos sambaquis do Litoral Amazônico Maranhense. Em um segundo momento dá ênfase à implantação desses sítios na paisagem, abordando suas relações como ecossistema de manguezais e o ambiente litorâneo e estuarino. Os autores abordam, ainda, as principais características dessas ocupações humanas em uma perspectiva de longa duração, bem como a existência de cerâmica antiga no registro arqueológico.

Os organizadores

meio ambiente, história-cultural, economia e política

**REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL
FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA
MARANHENSE:
uma análise sobre a aplicabilidade
do Cadastro Ambiental Rural em
São João do Paraíso - MA**

Aelma Reis dos Santos¹

Tatiana Colasante²

- 1 Licenciada em Geografia (UEMA). Licenciada em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (UEMA). Docente da rede municipal de ensino de São João do Paraíso-MA. E-mail: aelma_reis@hotmail.com.
- 2 Doutora em Geografia (Unesp/Presidente Prudente). Docente Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo. Líder do Grupo de Estudos em Turismo, Espacialidades, Ruralidade e Meio Ambiente (GETERMA). E-mail: tatiana.colasante@ufma.br.

1 INTRODUÇÃO

A exploração contínua e intensa dos recursos naturais está vinculada, sobretudo, às lógicas capitalista e territorialista que privilegiam pequenos grupos sociais em função de seus interesses econômicos. Isso demanda um repensar sobre a questão ambiental, principalmente, quando se constata que impactos ambientais de grande dimensão continuam a ocorrer, mesmo com inúmeros aparatos legais que deveriam barrar esse processo. A partir de Leff (2001; 2006; 2009) e Ribeiro (2012) percebemos que essas discussões ganharam força nas últimas décadas do século XX, compreendendo a problemática ambiental como resultante de uma crise civilizatória. Com isso, emergem novos padrões de vida que ditam limites para atividades econômicas, intervindo em decisões políticas e transações do mercado.

Entretanto, convém destacar que no Brasil, desde a década de 1930, alguns avanços já eram observados no que tange a proteção do ambiente natural, com destaque ao primeiro Código Florestal em 1934 que resultou na criação dos primeiros parques nacionais. Na década de 1960 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) que tinha como competência prioritária fazer cumprir o Código Florestal. A década de 1970 é marcada pela criação de órgãos estaduais de meio ambiente no Brasil (MOURA, 2016).

Em 1988, com a Constituição Federal, temos um grande marco com relação à proteção ao meio ambiente, abrindo espaço para a regulamentação da temática do ponto de vista jurídico, destacando pontos importantes como o meio ambiente como um direito fundamental; a conservação da diversidade biológica; a proteção dos espaços territoriais; exigência de estudo prévio de impacto ambiental e; conscientização pública por intermédio da Educação Ambiental (BRASIL, 1988).

Seguindo a tendência de se pensar o meio ambiente natural de forma global, o Brasil sediou na década de 1990, um importante evento da área, o Rio-92 que contou com a presença de centenas de líderes mundiais que se propuseram a assinar acordos ambientais em prol do desenvolvimento sustentável. Também foi nessa década que o Ministério do Meio Ambiente foi criado e a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) foi instituída, como explana Moura (2016).

Nessa breve trajetória das políticas ambientais brasileiras, concordamos que ocorreram avanços evidentes, mas que ainda permanecem desafios na aplicação de seus princípios, fato observado pelas constantes ações de desmatamento e crimes ambientais que ocorrem no país. Uma das preocupações latentes é com relação à produção agropecuária no Brasil, uma vez que o país tem no agronegócio um de seus principais setores econômicos. Ao mesmo tempo, trata-se de uma atividade que muitas vezes potencializa os impactos ambientais. Conforme os dados do MapBiomias (2022), a cobertura de vegetação nativa no Brasil é de 569 milhões de hectares, o que corresponde

a 66% do território do país. Desse total, 53% se localizam em propriedades privadas.

Nesse viés, destacamos a Lei de Proteção da vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012, também conhecida como novo "Código Florestal") que estabelece normas gerais sobre a regulamentação de uso e proteção de florestas e demais tipos de vegetação nativa dos imóveis rurais privados. Devido à quantidade de vegetação nativa presente nessas propriedades, o novo Código Florestal tem uma importância similar e complementar às unidades de conservação públicas na preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, bem como na regulação climática (BRITES et. al., 2020).

Uma das inovações da Lei é a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a previsão de implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) nos Estados e no Distrito Federal. Com o CAR, será possível ao Governo Federal e órgãos ambientais estaduais conhecerem não apenas a localização de cada imóvel rural, mas também a situação de sua adequação ambiental; o PRA, por sua vez, permitirá que os estados orientem e acompanhem os produtores rurais na elaboração e implementação das ações necessárias para a recomposição de áreas com passivos ambientais nas suas propriedades ou posses rurais, seja em Áreas de Preservação Permanente (APP), de Reserva Legal ou de Uso Restrito.

Buscando investigar de que forma o CAR tem sido efetivado em ecossistemas degradados, a pesquisa recai sobre o município de São João do Paraíso, oeste maranhense, em uma

região de abrangência da Amazônia Legal. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), em 2006, as áreas dos estabelecimentos agropecuários correspondiam a 107.620 hectares (ha) no município, subindo para 140.111 hectares em 2017, implicando em um aumento de mais 30% de áreas desmatadas para o desenvolvimento desta atividade.

O presente estudo se caracteriza como descritivo e exploratório, uma vez que buscamos conhecer mais profundamente a realidade dos produtores rurais e sua concepção a respeito do CAR, pois, “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (GIL, 2002, p. 42). A natureza da pesquisa é de cunho quantitativo, pois apresenta a análise de dados representados estatisticamente, procurando atingir o maior número possível de proprietários rurais do município. Para a fundamentação teórica, procedemos à pesquisa bibliográfica acerca dos temas centrais, “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL 2002, p. 44).

A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com 70 proprietários rurais de São João do Paraíso em 2021, verificamos a percepção dos mesmos sobre as normas técnicas e a aplicabilidade do CAR em suas propriedades. Para alcançar os objetivos do presente estudo, buscou-se averiguar a quantidade de propriedades rurais cadastradas na base do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), chegando a uma amostragem de aproximadamente 5% do total de pro-

priedades que possuem o CAR. Para a realização das entrevistas optamos pelas propriedades mais próximas da cidade, devido à facilidade de acesso e às condições epidemiológicas no presente município (pandemia do coronavírus) no momento da pesquisa.

2 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA À LUZ DO “NOVO” CÓDIGO FLORESTAL

Da crise socioambiental emerge uma necessidade de estabelecimento de novas relações do homem com o meio natural e que traz consigo inúmeros desafios, especialmente, quando o sistema capitalista vigente vincula a transformação da natureza ao acúmulo do capital, incentivando padrões de consumo que ampliam a degradação ambiental, a partir da produção de mercadorias em um ritmo acelerado. Essa relação conflituosa vem se processando em diversas escalas espaço-temporais em lógicas dominantes surgidas de bases mecanicistas que não contemplavam a natureza de forma sistêmica e que ditavam o progresso em função da eficiência produtiva com produção em larga escala.

É impreterível, portanto, um caminhar para uma mudança da racionalidade econômica para a racionalidade ambiental Leff (2001; 2006; 2009). Esse processo envolve “[...] um conjunto de mudanças institucionais e sociais necessárias para conter os efeitos ecodestrutivos e assegurar um desenvolvimento sustentável [...]” (LEFF, 2001, p. 124). A

construção desta racionalidade permite pensar integralmente e processualmente princípios que dimensionam uma formação ambientalmente sustentável. Com isso, compreendemos que a racionalidade ambiental compõe um sistema valorativo e normativo que auxilia na criação/organização de estratégias que possam refletir em condutas éticas com o meio ambiente em múltiplas dimensões, como pontua Leff (2009, p. 21):

O ambiente não é apenas o mundo de fora, o entorno do ser e do ente, ou o que permanece fora de um sistema. O ambiente é um saber sobre a natureza externalizada, sobre as identidades desterritorializadas, a respeito do real negado e dos saberes subjugados por uma razão totalitária, o logos unificador, a lei universal, a globalidade homogeneizante e a ecologia generalizada. O ambiente é objetividade e subjetividade, exterioridade e interioridade, imperfeição em ser e imperfeição de saber, que não acumula nenhum conhecimento objetivo, um método sistêmico e uma doutrina totalitária. O ambiente não é somente um objeto complexo, mas que está integrado pelas identidades múltiplas que configuram uma nova racionalidade, a qual acolhe diversas racionalidades culturais e abre diferentes mundos de vida.

Nesse sentido, a crise ambiental contemporânea demanda urgentes medidas de preservação ao meio ambiente. Ao longo das últimas décadas, dezenas de conferências mundiais foram realizadas, mas sem ainda solucionar questões fundamentais como o desmatamento das áreas naturais que remove a vegetação nativa, causando sérios desequilíbrios ambientais. O Brasil é um país com grande biodiversidade, notadamente pela presença de biomas como a Amazônia, Caatinga, Cerrado,

Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. No entanto, desde o processo de invasão do país pelos portugueses, muitos deles vêm sofrendo redução das suas áreas, o que impacta diretamente na qualidade de vida não somente da população como também de todos os ecossistemas.

Segundo Alves (2019), a Mata Atlântica hoje se resume a pequenos fragmentos de vegetação natural, restando apenas 22% de sua cobertura em função da extração dos recursos naturais, crescimento urbano e expansão da agricultura. O Cerrado, segundo maior bioma da América do Sul teve uma perda de 70% de sua área de cobertura devido à vários fatores como a expansão da fronteira agrícola. O Pantanal teve perda de 13% da sua vegetação natural, principalmente em função da agropecuária. A Caatinga tem sido desmatada de forma intensa nos últimos anos pelo consumo de lenha nativa e a conversão de áreas naturais para pastagens e agricultura, o que resultou na destruição de 50% de seu território. O Pampa sofreu uma redução de 54% do seu território original, em virtude da introdução e expansão das monoculturas e das pastagens com espécies exóticas. A Floresta Amazônica teve mais de 20% de seu território desmatado, dentre outros fatores, pelo crescimento da agropecuária e pelo extrativismo predatório dos recursos naturais.

Como se observa, uma das grandes causas do desmatamento dos biomas brasileiros aponta na direção do agronegócio. Nesse contexto, após diversas medidas provisórias e a intensificação para a preservação do meio ambiente, em 25 de

maio de 2012 foi sancionado a Lei Federal nº 12.651 intitulada como o “Novo” Código Florestal Brasileiro, com o objetivo principal de proteção da vegetação nativa, incluindo Áreas de Preservação Permanente (APP)³, de Reserva Legal (RL)⁴ e de Áreas de Uso Restrito (AUR)⁵ em terras privadas. Esse instrumento legal surge depois de diversas discussões entre a bancada ruralistas e ambientalistas: o primeiro grupo buscava a ampliação de áreas para a produção agrícola e o segundo preocupava-se com o retrocesso da lei.

As críticas e debates que permitiram a formulação de uma nova lei, para substituir o código florestal de 1965, iniciaram a cerca de 2 décadas, por um lado, pelos ambientalistas, que criticavam a baixa operacionalidade, e as lacunas que ela continha, em relação aos incentivos econômicos para a conservação e estabelecimento da RL, por outro, pelo ruralistas, que defendiam a diminuição do grau de proteção à vegetação nativa nas propriedades privadas, e também a diminuição da criação de Unidades de Conservação e homologação de Terras Indígenas e de Comunidades Quilombolas. (SANTOS, 2017, p. 18).

- 3 Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).
- 4 Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012).
- 5 Áreas frágeis cuja exploração demanda a adoção de boas práticas agropecuárias e florestais. Se enquadram em duas categorias: a) pantanais e planícies pantaneiras e; b) áreas com inclinação entre 25° e 45° (BRASIL, 2012).

O debate acerca das mudanças no “Novo” Código Florestal envolveu tensões entre vários grupos sociais de interesses antagônicos, gerando tensões e debates intensos no que se refere ao meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, como pontua Miranda (2011). Com isso, o que estava em jogo era o protagonismo do mercado diante dos princípios ambientais, uma vez que o paradigma ambiental, ao ser incorporado pela lógica neoliberal, “[...] se fragmenta e passa a comportar duas interpretações divergentes a respeito das perspectivas de desenvolvimento [...]” (RIBEIRO, 2012, p. 211).

Ao refletir sobre os 10 anos de vigência do “Novo” Código Florestal, Leuzinger, Souza e Cirne (2022) são categóricos ao afirmar que a alegada falta de efetividade do Código Florestal de 1965 para a preservação do meio ambiente, na verdade pode ser percebida como falta de vontade política, ou seja, instituir ou recuperar APPs e ARL significava reduzir a área destinada ao agronegócio. Com isso, o “Novo” Código Florestal, flexibilizou as regras para utilização e recuperação dessas áreas, colocando em risco a manutenção da vegetação nativa a longo prazo, principalmente, pela anistia das multas a proprietários rurais que cometeram crimes ambientais antes de 2008.

2.1 Cadastro Ambiental Rural – CAR

A maior novidade do “novo” Código Florestal a Lei 12.651/12, refere-se à criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA) com

a finalidade de auxiliar no planejamento do imóvel rural e na recuperação de áreas degradadas. A inscrição do imóvel rural no CAR deve ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual e é obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida no prazo de 1 ano contado da sua implantação, prorrogável, uma única vez, por igual período (BRASIL, 2012). A proposta do CAR é promover a conservação dos recursos naturais contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e conseqüentemente para a qualidade de vida.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescente de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental. (BRASIL, 2012, n.p.).

Neste sentido, o CAR possibilita informações mais precisa sobre a realidade dos imóveis rurais; sua estrutura física, as condições de vida dos seus proprietários/possuidores, assim como, promover orientações ambientais a estes, tornando-se uma ferramenta para o planejamento ambiental. O Serviço Florestal Brasileiro (BRASIL, 2023) mostra através de boletins informativos a quantidade de imóveis cadastrados no país e indica que aproximadamente 7 milhões de imóveis rurais já foram

cadastrados, o que corresponde a uma área de 548.259.0.83 ha.

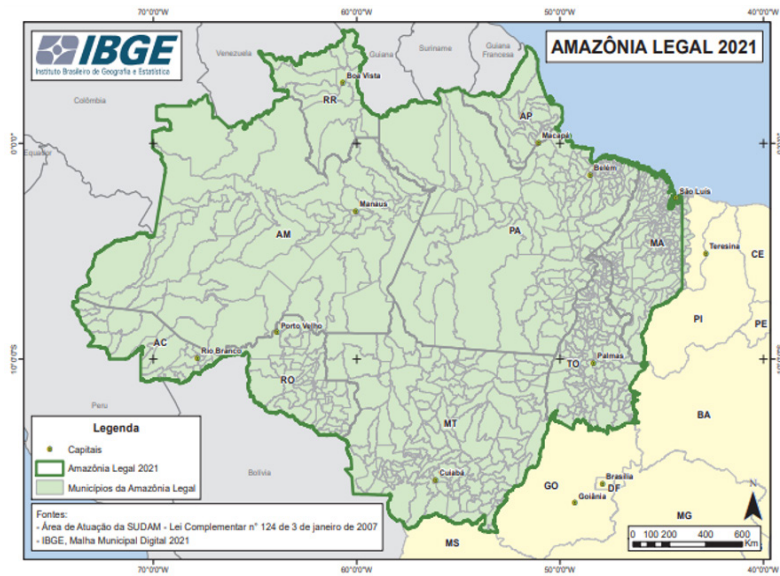
Na região nordeste, o Maranhão se destaca como o segundo estado com maior quantidade de hectares cadastrados, com um total de 26.691.294 (BRASIL, 2023). Diante da grande biodiversidade e extensão territorial do Maranhão, não é difícil concluir que muitas áreas estão sendo utilizadas para o agro-negócio, assim como em outros estados do país. Nas últimas décadas, por exemplo, com a expansão da fronteira agrícola surgiu a região conhecida como MATOPIBA⁶ que vem trazendo prejuízos diversos ao meio ambiente, comprometendo, inclusive, a sobrevivência de povos originários e comunidades tradicionais.

Lembramos que o Maranhão está localizado geograficamente em uma zona de transição entre as regiões norte e nordeste e, por isso, recebe características típicas de ambas, no que se refere à geodiversidade. Assim, no oeste e noroeste do estado nota-se o domínio original da Floresta Amazônica, com clima equatorial úmido. Já no sul e sudeste do estado prevalece a vegetação original de cerrado sob clima tropical semiúmido. Por outro lado, na maior parte do estado, especialmente em sua porção central, a vegetação caracteriza-se por ser transicional entre a caatinga, o cerrado e a floresta, com predominância da vegetação florestal de porte baixo, rica em palmeiras (em especial o babaçu), de acordo com Bandeira (2013).

6 Nome formado pelo acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia que tiveram uma expansão agrícola muito intensa em seus territórios na segunda metade da década de 1980.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), atualmente, a Amazônia Legal corresponde a cerca de 60% do território brasileiro e abrange nove estados totalizando 772 municípios. O Maranhão possui 181 municípios na região (dos quais 21 foram parcialmente integrados), em uma área equivalente a 80% do seu território (Mapa 1).

Mapa 1 – Municípios que integram a Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2021)

Em seus estudos sobre o papel do CAR e do PRA na melhoria da qualidade ambiental dos estados amazônicos, Cirne, Fernandes e Veiga (2022) apontam uma série de impactos que ocorrem na região e que trazem consequências negativas para o equilíbrio ecológico, como o garimpo ilegal, o desmatamento,

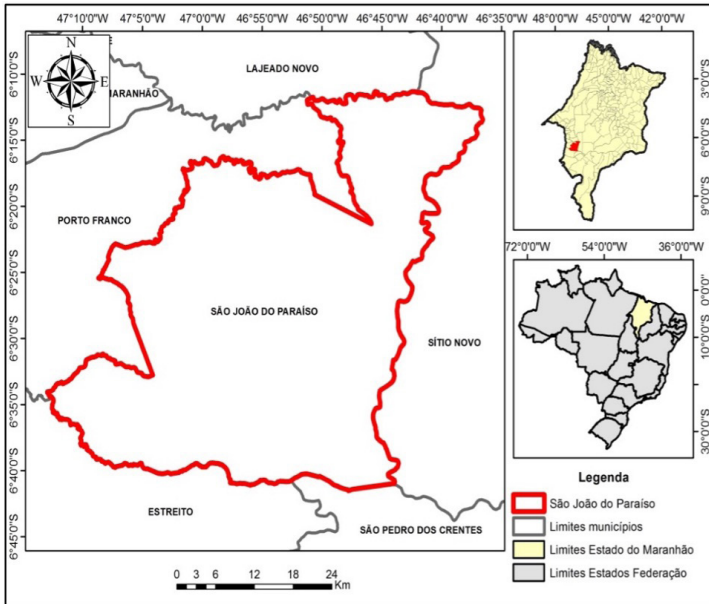
uso excessivo e desordenado do solo. Diante disso, os autores pontuam que instrumentos de gestão e regulação ambiental como o CAR e o PRA são fundamentais para a redução dos danos ambientais.

3 ADESÃO AO CAR EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA: a percepção dos produtores rurais

Segundo Maciel e Maciel (2022), “[...] na Amazônia Legal Maranhense, os desmatamentos são múltiplos e estão ligados às atividades ilícitas e/ou às práticas não-sustentáveis realizadas, principalmente, nos setores econômicos primário [...] e secundário [...]”. O estudo aponta que o Maranhão foi um dos cinco estados brasileiros que mais teve áreas desmatadas em 2021. Quase a totalidade dessas ações são ilegais e comprometem APPs e de RL, colocando em risco biomas e modos de vida tradicionais, segundo resultado do Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (MAPBIOMAS, 2021).

Nessa problemática, trazemos o foco para o município de São João do Paraíso, localizado na Mesorregião Sul Maranhense, Microrregião de Porto Franco (Mapa 2). Limita-se ao Norte com os municípios de Lajeado Novo e Porto Franco; a Leste com os municípios de Sítio Novo e São Pedro dos Crentes; a Oeste com o município de Porto Franco e ao Sul com os municípios de Estreito e São Pedro dos Crentes (IBGE, 2021).

Mapa 2 - Localização da área de estudo



Fonte: Organizado por Aelma Reis dos Santos (2021)

São João do Paraíso tem uma população de estimada em 11.207 habitantes, com 48,8% da população residindo na área urbana e 51,5% na área rural (IBGE, 2021). No que se refere à economia, o município se enquadra no setor primário com atividades ligadas a agricultura e a pecuária, e no setor terciário com comércio local e prestação de serviços. As atividades ligadas ao setor primário se desenvolvem em sua maioria de forma rudimentar, com pouco investimento e baixa produção. No que tange a agricultura municipal predomina a de subsistência, no qual se pratica a policultura, isto é o plantio de vários produtos. Quanto à agricultura de agronegócio, destaca-se o

plantio e o cultivo da banana, apresentando uma das maiores plantações do estado, conforme dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2021).

O município possui uma área de 2.053,843 km², com a maior parte da utilização das terras destinada à pastagens plantadas em boas condições, matas e florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, sistemas agroflorestais e matas ou florestas naturais (IBGE, 2021). Do ponto de vista da cobertura vegetal, São João do Paraíso encontra-se nos domínios da Amazônia Legal, porém é possível encontrar também o cerrado arborizado e o florestal. De acordo com Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR, 2021), o município apresenta uma taxa de desmatamento de 12,5% de sua extensão territorial.

Para compreender melhor como o CAR tem sido implementado em municípios do interior do Maranhão sob o domínio amazônico, realizamos uma pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2021, na qual buscamos compreender de que forma os produtores rurais de São João do Paraíso percebem e entendem a importância do CAR. Em consultas realizadas SICAR (2021), o presente município possui 1.476 imóveis cadastrados, o que corresponde a 185.886,35 ha. A amostra para análise foi com 70 produtores rurais.

Sobre o grau de escolaridade dos interlocutores, 20% se declararam não alfabetizados, 19% cursaram apenas as séries iniciais do ensino fundamental, 17% possuem o ensino fundamental completo, 29% completaram o ensino médio e

15% possuem ensino superior. Destacamos que aqueles que não concluíram os estudos demonstraram com propriedade os conhecimentos básicos de manejo com a terra e como efetuar as medidas agrárias, enquanto apenas 01 entrevistado entre os que cursaram o Ensino Médio e superior demonstrou conhecimento e habilidade com as medidas agrária. No entanto, são proprietários com uma visão de mundo mais favorável ao meio ambiente.

Outra questão foi com relação ao tamanho das propriedades. O Módulo Fiscal (MF) é uma unidade de medida instituída pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) expressa em hectare para indicação da extensão mínima das propriedades rurais consideradas áreas produtivas economicamente viáveis. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2012), o tamanho do MF varia entre 5 a 110 hectares, conforme o município. Em São João do Paraíso um MF corresponde a 75 hectares. Com relação ao tamanho das propriedades, 39% dos entrevistados disseram que suas propriedades são pequenas, 30 afirmaram que são médias e apenas 1 considera grande.

No entanto, levando em consideração o tamanho da propriedade ou posse rural em MF, constatou-se que 50% das propriedades pesquisadas se classificam como minifúndios e possuem menos de um MF, ou seja, menos de 75 ha, 46% são pequenas variando entre 1 a 3 MF, isto é, entre 75 a 210 há e 4% se classificam como média, pois possuem mais de 4 MF, entre 375 a 510 ha. A principal atividade econômica desenvol-

vida pelos entrevistados corresponde à pecuária, equivalente a 86% das respostas. Já a agricultura de subsistência soma 4%, que tem como foco o cultivo da banana e 10% desenvolvem as duas atividades.

Nesse viés, cabe enfatizar que em São João do Paraíso, a agropecuária vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Para ilustrar esse processo, apontamos que em 2014, a área de floresta correspondia 149.131 ha, ou seja, 75,41% da área total do município, enquanto a área correspondente à agropecuária no mesmo período era de 48.633 ha (24,59%). Em 2019, houve aumento significativo de áreas desmatadas para atividades agropecuárias, correspondendo a 72.499 ha (36,52%), enquanto a área de floresta abrangia 126.033 ha (63,48%). Isso significa que houve uma perda de área de floresta em 12,03% e um aumento de área consolidada em 11,921%, sendo a maioria utilizada para pastagem, que correspondente a 72.499 ha (MAPBIOMAS, 2021). Observa-se que após a obrigatoriedade do CAR, cujo objetivo é frear o desmatamento, o presente município ao oposto do esperado aumentou consideravelmente esse impacto.

Com relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) todas as propriedades pesquisadas possuem o registro. Embora o processo seja gratuito pelos meios eletrônicos, devido à falta de conhecimento ou habilidade dos proprietários com a tecnologia, 74% optou pela ajuda de terceiros para realização do cadastro. Apenas 2% dos entrevistados realizaram o próprio cadastro e os demais afirmaram que tiveram ajuda do poder

público, em uma ação da prefeitura em 2014, logo no início da obrigatoriedade do CAR.

De acordo com as entrevistas, 67% dos interlocutores tiveram como principal motivo para adesão ao CAR o atendimento do prazo fixado pela Lei 2.621/2012 o “novo” Código Florestal que trouxe em seu At. 29 a obrigatoriedade do CAR e especifica que todos os imóveis rurais devem ter seu registro rural. Destacamos que para 23% dos proprietários, o principal motivo para a obtenção do registro foi para adquirir financiamentos bancários, o que atualmente só é possível se a propriedade tiver o CAR. No entanto, apenas 6% possuem a concepção de que o cadastro serve de base para ações governamentais futuras o que ajudará no planejamento das atividades em conformidade com a sustentabilidade. Outros 4% afirmaram que o objetivo que os levaram a adesão foi porque precisaram fazer transferências de registro da propriedade e, assim como os financiamentos, isso só é possível se o imóvel estiver registrado.

Observa-se diante da concepção dos entrevistados o pouco entendimento com relação à finalidade do registro uma vez que o mesmo vai além de pré-requisitos burocráticos, pois, almeja-se um ambiente economicamente sustentável e, para que isso de fato se concretize a informação é de grande valia. Nesse ponto, concordamos com Leff (2009) que para a crise ambiental, não bastam instrumentos legais, mas um diálogo de saberes, especialmente, por intermédio da educação ambiental para que haja um repensar sobre o binômio eco-

nomia-tecnologia e alavancar princípios éticos que permitam o reconhecimento e a convivência dos diferentes espaços. Sem um olhar mais sistêmico, nos parece que a obrigatoriedade do CAR enquanto processo disciplinador não resulta em apreensões sobre a crise ambiental por parte dos proprietários entrevistados.

Inclusive, quando questionados se compreendiam a importância que essa obrigatoriedade trazia para o meio ambiente, a maioria respondeu: “Foi feito porque tinha que fazer”. Diante da afirmativa, perguntamos se em algum momento houve esclarecimentos por parte do poder público ou mesmo pelo técnico que elaborou o cadastro a respeito das normas técnicas ambientais que deveriam ser aplicadas nas propriedades a partir da adesão do CAR, todos os entrevistados afirmaram que sim. Porém, 81% dos proprietários responderam que em nenhum momento tiveram acesso ou fizeram uma leitura do “novo” Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651/2012. Isso nos confirma que muitos proprietários aderem ao CAR, não porque compreendem a necessidade do mesmo, mas porque é uma exigência do poder público. Os demais entrevistados (19%) disseram que conhecem superficialmente a Lei e não souberam informar maiores detalhes sobre o assunto.

Quando indagados se sabiam a finalidade do CAR, foi visível a falta de segurança da maioria (89%) em suas respostas, uma vez que em suas falas repetiam a pergunta para que se houvesse uma confirmação, “regularização ambiental, não é?”. A minoria respondeu com propriedade, afirmando que o

meio ambiente precisa ser preservado para que as próximas gerações possam também usufruir de um ambiente limpo e sustentável. Já os outros 11% afirmaram que o registro é uma “burocracia”, uma manobra do governo para retirar dinheiro dos produtores, pois, além de pagar mais um imposto, a porcentagem da RL exigida é alta e se pudessem explorar mais, poderiam aumentar a produção em suas terras.

Percebemos que 87% dos entrevistados sinalizaram existir vantagens no CAR mas se limitaram a citar apenas a possibilidade de fazer financiamentos, o que de fato é verdade. No entanto, existem outras vantagens como isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos utilizados para os processos de recuperação e manutenção das APPS e RL (BRASIL, 2012). Os outros 13%, responderam que não há vantagens para o produtor, apenas para os bancos e cartórios.

Sobre as desvantagens do CAR, 80% dos entrevistados responderam que não existem ou que desconhecem. Mas 20% responderam que há desvantagens, principalmente no que tange ao percentual de RL, uma vez que suas propriedades são pequenas e o fato de ter que deixar 35% de área para atender o que é exigido pela Lei, significa deixar de produzir, o que impacta na renda do produtor. Todavia, assim como previsto em lei, os proprietários que não cumpriram essa norma, não sofreram nenhuma ação legal, pois, o CAR oferece a oportunidade de regularização do imóvel, isentando os proprietários de eventuais autuações ou multas relativas a desmatamentos consolidados até julho de 2008. No entanto, é obrigatória à

suspensão imediata das atividades em área de Reserva Legal desmatada irregularmente após essa data (BRASIL, 2012).

Dos entrevistados, 39% afirmaram que possuem o percentual exigido de RL apesar de que alguns não concordam com esse valor; 33% disseram que possuem menos de 35% de sua propriedade destinada à RL e 28% dos entrevistados possuem mais área de RL do que é proposto pela Lei vigente, o que é bastante significativo, sobretudo, se formos pensar sob a lógica capitalista que acaba privilegiando a produção e consumo desenfreados em detrimento da sustentabilidade. Mesmo diante desse quadro aparentemente satisfatório, quando perguntado se após a elaboração do CAR, caso possuam excedente de vegetação nativa acima do percentual exigido de RL, ainda poderiam desmatar, 36% dos proprietários possuem a concepção de que não podem desmatar. Mas na contramão da preservação, 64% dos proprietários afirmaram que sim, uma vez que a presente lei exige apenas 35% da área da propriedade rural para RL.

Quando questionados se antes de obter o registro do CAR podiam desmatar sem necessidade de autorização do órgão ambiental, 43% dos proprietários responderam que sim. Contudo, quando questionados se após o registro em algum momento obtiveram licença, disseram que não e se tinham desmatado, a resposta foi sim. As afirmativas são contraditórias, porém não há órgão que fiscalize as ações dos proprietários. No município existe uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mas o curioso é que está ligada a Secretária de Agri-

cultura, ou seja, as duas funcionam como uma só, de um lado a proteção e do outro a produção, ambas geridas pelo mesmo secretário. Isso não significa a ineficiência do órgão, mas fica uma lacuna nas questões relacionadas ao meio ambiente. Os demais 57% responderam que não, afirmando que é importante a obtenção da licença mas que sempre produziram em suas terras solicitar a licença devido à burocracia e às questões financeiras para a obtenção da autorização.

Com relação aos preceitos da sustentabilidade, 87% dos entrevistados afirmaram que é possível alinhar a produtividade da propriedade com as normas ambientais e 13% disseram que não, pois se pudessem utilizar um pouco mais das terras seria melhor. Um dos objetivos do “Novo” Código Florestal Brasileiro é justamente desenvolver a economia de forma sustentável e os desafios já se mostram na visão mostradas pelos produtores rurais entrevistados, faltando ainda uma racionalidade ambiental.

A informação é um instrumento importante na conscientização, uma alternativa que poderia corroborar com os produtores a terem acesso a boas práticas agroeconômicas em conformidade com a preservação ambiental, a partir de palestras com técnicos ou especialistas na área, promovido pela Secretaria de Agricultura ou Meio Ambiente do presente município. Quando questionados se o poder público tem promovido algum evento voltado para essa temática, a maioria respondeu que não. Sobre a participação nesses eventos, 37% dos entrevistados afirmam que já participaram de algum curso/

treinamento, enquanto 63% dos proprietários não participaram de nenhuma palestra promovida pelo poder público nos últimos anos.

4 CONCLUSÃO

Na contemporaneidade há uma crescente preocupação com a qualidade de vida e com a degradação ambiental, uma vez que os problemas relacionados ao meio ambiente são inúmeros e refletem uma crise civilizatória. O Brasil é um dos países que mais possuem leis ambientais no mundo e historicamente vem avançando em promover um ambiente equilibrado. Destacamos na pesquisa o “Novo” Código Florestal (Lei nº 12.651/12) que promove uma série de normativas que visa aliar o desenvolvimento econômico a sustentabilidade, principalmente, em função do CAR de caráter obrigatório a todos os imóveis rurais.

O estudo demonstrou a realidade de São João do Paraíso no que se refere à adesão ao CAR, bem como as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais em alinhar a produtividade com a sustentabilidade. Dos 70 imóveis rurais analisados no município, observamos a falta de informação por parte dos produtores com relação às normas ambientais. Embora saibam que é obrigatório ter em suas propriedades reservas de vegetação nativa, poucos compreendem a importância de se obter o CAR, qual a sua finalidade, suas vantagens tanto para eles quanto para o meio ambiente. Durante as entrevistas per-

cebemos que alguns produtores são contra o percentual de RL exigido pelo CAR que correspondente de 35% da área total do imóvel, considerando um valor alto, alegando perda de produtividade e, por vezes, atribuindo essa exigência a uma manobra do governo em obter mais impostos e que os órgãos que saem ganhando com CAR são apenas os bancos e cartórios.

O sistema para inscrição no CAR é o mesmo para todos os proprietários ou possuidores de imóveis rurais do presente município, gratuito e que pode ser realizado pelo próprio produtor. No entanto, somente as primeiras propriedades que aderiram o registro através do poder público, a maioria mesmo sendo propriedades de agricultura familiar, pagaram técnicos para elaborarem seu cadastro. Diante das afirmativas fica evidente que faltam ações por parte do poder público de investir em capacitações para estes trabalhadores para que possam melhor aproveitar as áreas já consolidadas sem maiores prejuízos ao meio ambiente. Poderia ser uma alternativa, incentivar essas propriedades a reflorestarem as áreas que já foram exploradas aumentando assim áreas de RL e APP.

Compreendemos a importância da agropecuária para o presente município, uma vez que é a base econômica do mesmo. No entanto, o que se propõe é que sejam implementadas mecanismos de incentivos a proteção e produção visando a sustentabilidade, o que não se observou até a conclusão da pesquisa. Na contramão, desde a implantação do CAR houve um aumento considerável de áreas desmatadas devido à conversão destas em pastagens e plantio. Com isso, verificamos

que a crise ambiental ainda está longe de ser superada, especialmente, por ser complexa e interrelacionada, o que demanda ações articuladas entre os diversos atores da sociedade, mobilização política e consciência ambiental.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O Brasil é o país que mais mata e desmata no planeta**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho, 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=O-Brasil-e-o-pais-que-mais-mata-e-desmata>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BANDEIRA, Iris Celeste Nascimento. **Geodiversidade do estado do Maranhão**. Teresina: CPRM, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Regularização Ambiental**. Brasília, DF: MMA, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/boletim-informativo-car/BoletimCAR_FEVO2_2023.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7830.htm. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRITES, Alice Dantas; SPAROVEK, Gerd; MELLO, Kaline de; TAVARES, Paulo André Tavares. O novo Código Florestal explicado em 12 pontos. **Nexo Políticas Públicas**, São Paulo, 05 ago. 2020. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2020/O-novo-C%C3%B3digo-Florestal-explicado-em-12-pontos>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CIRNE, Mariana Barbosa; FERNANDES, Isabella Maria Martins; VEIGA, Renato Gabriel Alencar da. O papel do CAR e do PRA na melhoria da qualidade ambiental dos estados amazônicos. In: LEUZINGER, Márcia Dieguez; SOUZA, Lorene Raquel de; CIRNE, Mariana Barbosa (org.). **10 anos de Código Florestal Brasileiro**. Brasília, DF: CEUB, 2022. p. 59-82.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Variação Geográfica do Tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: EMBRAPA, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**: São João do Paraíso. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-joao-do-paraíso/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 13 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. São João do Paraíso**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/sao-joao-do-paraíso.html>. Acesso em 15 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal. Municípios da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/>

cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html.
Acesso em 13 mar. 2023.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses:** região de desenvolvimento do Tocantins Maranhense. São Luís: IMESC, 2021.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, ano 34, v. 3, p. 17-24, 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEUZINGER, Márcia Dieguez; SOUZA, Lorene Raquel de; CIRNE, Mariana Barbosa. **10 anos de Código Florestal Brasileiro.** Brasília, DF: CEUB, 2022.

MACIEL, Harine Matos; MACIEL, Wlisses Matos. Cadastro Ambiental Rural (CAR): Uma descrição do Brasil. **Revista Conjecturas**, ano 22, n. 1, p. 98-112. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/465>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MAPBIOMAS. **Destaques do mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil entre 1985 a 2021.** [S.l.]: MAPBIOMAS, 2022. Disponível em: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/MapBiomas_Cole%C3%A7%C3%A3o7_2022_10.10.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil.** [S.l.]: MAPBIOMAS, 2021. Disponível em: <https://alerta.mapbiomas.org/relatorio>. Acesso em 20 jan. 2023.

MIRANDA, Leonardo Caetano. O “novo” Código Florestal: tensões e estratégias de interpelações discursivas. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, ano 7, n. 2, p. 98-105, jul./dez. 2011.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.

RIBEIRO, Fernando Pinto. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 24, n. 2, p. 211-226, mai/ago. 2012.

SAIBA quantos e quais municípios do Maranhão compõem a Amazônia Legal. **Portal da Amazônia**, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/saiba-quantos-e-quais-municipios-do-maranhao-compoem-a-amazonia-legal>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SANTOS, Patrícia Pereira dos. **Análise do módulo do Cadastro Ambiental Rural – CAR: estudo de caso para os Estados de MG, RG e SP**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL. **Números do Cadastro Ambiental Rural**. [S.l.]: CAR, 2021. Disponível em: <https://www.car.gov.br/#/>. Acesso em: 23 maio 2021.

EMERGÊNCIA DA APICULTURA EM ANAJATUBA-MA: condições de produção do mel, microcrédito e escoamento da mercadoria

Antonio Paulino de Sousa⁷

- 7 Doutor em Sociologia pela Université de Paris-7 e doutor em Ciências Sociais pela Faculté des Sciences Sociales et Économiques (FASSE-PARIS). Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia, membro do quadro permanente do PPGCSOC e do PPGÉ-UFMA. Grupo de pesquisa sobre produção do conhecimento econômico e formação dos economistas: Estado, quantificação e dominação dos números.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se inscreve em uma pesquisa coletiva mais ampla sobre “Conservação da biodiversidade: interface da economia criativa com a qualidade ambiental”, financiado pela CAPES (Edital N° 13/2020). O objetivo deste artigo é analisar as condições sociais que tornaram possível a produção e a existência de um mercado do mel em Anajatuba-MA⁸, mais especificamente na região do Teso. Essa produção e mercado não foram criados a partir de um vazio social, e sim da experiência extrativista e da persistência de um grupo de trabalhadores rurais do Teso que acreditaram na possibilidade de produção agrícola do mel como fonte de renda.

A fundação da União dos Moradores das Ilhas do Teso se configura como um instrumento essencial que reúne e organiza os trabalhadores em torno de um objetivo comum, que é a melhoria das condições de vida e trabalho. A descoberta do potencial apícola da região do Teso foi o ponto inicial de todo o debate e de diversas reivindicações dos trabalhadores rurais, culminando com cursos de formação técnica, ofertada por várias instituições de formativas, para a criação de abelhas *Apis Melífera*. Até então, o extrativismo do mel era prática agrícola corrente na região. A demanda por formação técnica para o

8 Anajatuba é um município que se localiza na mesorregião Norte Maranhense e microrregião da Baixada Maranhense e o Teso, área de difícil acesso, é um conjunto de pequenas ilhas pluviais. A distância entre a capital São Luís e Anajatuba é de 136 km.

cultivo de abelhas está associada a uma outra, que é o acesso ao crédito rural para a produção de mel.

O que se observa é que, sem acesso ao mercado do crédito, que oferece as condições financeiras para a produção do mel, a criação de abelhas na região seria praticamente impossível. Além das instituições de formação, o Banco do Nordeste surge como uma instituição importante no processo de criação do mercado do mel e de um grupo de apicultores profissionais que transformaram a atividade apícola em uma das principais fontes de renda. Isso se explica pela confluência de várias instituições e agentes sociais com grande capacidade organizativa e de liderança. Foi assim que a produção do mel teve início no Teso, e o mais marcante é que a primeira produção se perdeu por ausência de mercado, o que gerou crise de produção e de confiança. Mas o projeto foi reativado com a persistência e a luta das principais lideranças, notadamente a iniciativa do presidente da União dos Moradores das Ilhas do Teso, fundada em 4 de julho de 1999.

Na sociedade salarial e de proprietários, o acesso ao crédito é possível graças a estes dois fatores: o salário e a propriedade. Os trabalhadores rurais, objeto desta análise, são desprovidos de propriedade e de salário, sendo que o crédito está estritamente atrelado às margens de riscos de inadimplência do cliente. O crédito é uma das formas de integração à sociedade e, ao mesmo tempo, uma das formas de dominação social, e é por isso que o microcrédito surge como uma inovação no mercado financeiro, como modo específico de luta contra as

desigualdades sociais. A questão que se coloca, baseando-se no trabalho empírico, é se o microcrédito tem impacto sobre a redução da pobreza.

Esse problema se impõe com mais força quando se observa que, além da demanda, da parte dos trabalhadores rurais, por formação técnica e acesso ao crédito para a produção, existe também a ausência de políticas públicas, tais como a logística para o escoamento da produção. A região tem um grande potencial apícola e é capaz de gerar emprego e renda para os trabalhadores e pode abrir perspectivas de trabalho para os jovens desempregados.

Enfim, em termos de método, ressalto que as primeiras aproximações com o campo de pesquisa aconteceram durante a pandemia, momento em que algumas entrevistas foram realizadas online, sendo que, mais recentemente, entrevistas presenciais foram feitas. Parte dos dados aqui apresentados são também resultado do trabalho etnográfico e as entrevistas foram submetidas a análise de conteúdo.

Este artigo está dividido em três partes, das quais a primeira (tópico 2, neste artigo) analisa o processo de demanda e oferta de formação dos apicultores, a produção racional do mel e a centralidade da União dos Moradores das Ilhas do Teso como instituição que lutou por melhores condições de vida e trabalho e acreditou na possibilidade do desenvolvimento da apicultura no Teso.

A segunda parte (item 3 deste texto) traz uma reflexão sobre o crédito como instrumento de dominação que se ex-

pressa nas condições de acesso aos serviços bancários, dos quais os trabalhadores rurais, na sua maioria, são excluídos. O microcrédito surge como inovação financeira de combate à pobreza. O início da apicultura no Teso foi possível, entre outras coisas, graças ao capital fictício que é o microcrédito.

A terceira parte (tópico 4 deste trabalho) analisa o processo de retomada da produção do mel e os obstáculos à venda da produção, devidos às péssimas condições de escoamento da mercadoria. Neste artigo apresento apenas o resultado parcial da pesquisa em andamento. Por fim, teço os comentários finais pertinentes a este texto, à guisa de considerações finais.

2 FORMAÇÃO TÉCNICA EM APICULTURA E PRODUÇÃO RACIONAL DO MEL

Foi através das lutas e reivindicações da União dos Moradores das Ilhas do Teso, fundada por Antônio de Jesus dos Santos em 1999, que a Prefeitura de Anajatuba, no final dos anos 1990, começou um projeto de desenvolvimento da agricultura regional voltada para os camponeses. Nesse período, a formação foi ofertada por professores vinculados a diversas instituições como o SEBRAE, a UEMA e a UFMA.

Esse projeto, no entanto, não contemplava a formação técnica de apicultores, algo que foi questionado pelo presidente da associação de moradores, cujo interesse era desenvolver a apicultura no Teso, considerando o grande número de trabalhadores rurais que tinham o extrativismo como fonte de

renda. E levando em conta, igualmente, o fato de que a região possui um altíssimo potencial para a produção de mel e derivados como pólen, cera, própolis e geleia real.

No bojo dessa história, não se pode deixar de lembrar que

[...] um dos pioneiros que participaram aqui, um dos pioneiros mesmo chama-se Curica, o nome dele é Antônio de Jesus dos Santos, morador antigo do Teso do Bom Prazer. Inclusive com a discussão com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco do Nordeste, ele foi uma das pessoas que levantou e disse: “olha na minha região tem uma riqueza, que é o mel de abelha” (entrevista com Valdir).

Esse fato, único e específico, é importante para se compreender o longo processo do que historicamente se tornou, e o que “pode vir a ser” (HOBSBAWM, 2009, p. 7) a apicultura em Anajatuba.

A criação de uma associação torna-se compreensível quando é pensada em relação a um bem coletivo e ao engajamento social dos agentes envolvidos coletivamente: “[...] eu estava engajado ali, já era presidente de uma associação [...] fazendo uma composição com todas as ilhas próximas, para chamar o povo para as reuniões. Eu fui fundador dessa associação e precisava de um professor ou técnico que era para essa profissão que eu queria, no caso a apicultura” (entrevista com Curica⁹). O engajamento e o fazer político, nesse sistema, consiste em lutar para modificar as relações de poder de forma

9 Os nomes de todos os entrevistados são fictícios, com exceção de Curica, que permitiu a citação do seu apelido.

a torná-las favoráveis aos seus próprios interesses de classe e, portanto, reorientar os processos sociais nessa direção (WALLERSTEIN, 2002, p. 46-47).

No depoimento acima, observa-se também que os trabalhadores rurais têm necessidade de instruções para se tornarem apicultores profissionais e garantirem melhores condições de trabalho e renda. O movimento que visa assegurar a formação apícola teve como instrumento principal a União dos Moradores acima mencionada. Esta, ao ser institucionalizada, exerceu um papel preponderante em todo o processo de envolvimento dos trabalhadores rurais com a atividade apícola e de busca por financiamento e condições de escoamento da produção, lutas constantes que assumiram novas perspectivas com a fundação da associação dos produtores de mel, em 2014.

A descoberta e percepção do potencial apícola da região impulsionou o presidente da associação a se posicionar e reivindicar:

Eu quero é criar abelhas, e alguém disse que iria abraçar a minha causa, vamos encontrar alguém que possa orientar você, só que tem que ser para o coletivo e você convoca um grupo de pessoas interessadas. Porque já não era só eu que fazia essa atividade, era uma quantidade de famílias que tirava seu sustento; dessa forma, fiz uma convocação explicando que a gente ia obter o projeto de melhorias para a comunidade, um projeto que vem mostrar para os nossos filhos, nossos netos a forma sustentável de trabalhar com abelhas. (entrevista com Curica).

Para que isso se torne realidade, é necessário democratizar o conhecimento acumulado sobre a apicultura moderna através de cursos de formação continuada destinados aos trabalhadores que se interessam por essa natureza de trabalho e atividade econômica.

Em 1991, segundo relatos de apicultores, se constituiu um grupo de 18 famílias cujo objetivo era participar da formação técnica para o manejo racional de abelhas *Apis melífera*. No mesmo ano, o professor Rui Bogéia, através do SEBRAE, deu o primeiro curso de capacitação técnica em apicultura para os trabalhadores rurais do Teso. Esse professor disse que

[...] iria envolver outra equipe e reconheceu, disse lá no SEBRAE, que precisava de mais gente, que o potencial era imenso e sugeriu trazer uma pesquisadora para ir na floresta para investigar se tem como investir nesse projeto, eles convocaram uma técnica chamada Maria Africana. Fomos em uma Toyota para dentro da floresta, saber se dava para investir no projeto e quando ela viu a floresta de manguezal, ela falou: “Aqui sim, tá certo! Temos a faca e o queijo!”. E ela levou essa resposta para o SEBRAE e o SEBRAE mandou outra professora de nome Eleuza. Aí nós recebemos a capacitação, se preparamos, agora vocês podem tocar o barco, aí faltou dinheiro para comprar o material (entrevista com Curica).

O trabalho apícola começou em setembro de 1993, com um coletivo de dezoito apicultores amadores e a quantidade de caixas, por pessoa, variava entre cinco e dez caixas, que foram instaladas no campo, no manguezal.

E naquela época, uma coisa tão importante, nós não pegava no dinheiro, nós fazia o empréstimo e a empresa que fornecia

esse material era quem pegava no dinheiro nós só recebíamos o material, só recebíamos o material. Professor, é muito importante ser lembrado por tantas dificuldades que a gente passou e vocês são bem vindos para lembrar dessa história, porque na verdade dá um livro a história (entrevista com Curica).

A empresa agiu como agente regulador da relação com o banco e confisca o dinheiro dos trabalhadores – algo que merece mais explicações e análises. A noção de trabalho acima mencionado é entendida

[...] como um processo entre o homem e a Natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [...]. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...]. (MARX, 2020, p. 255).

O trabalho apícola tem sua especificidade, na medida em que essa transformação a que Marx se refere, modifica em profundidade sua relação com a natureza, algo que se expressa na luta pela preservação da biodiversidade, plantio de árvores e alteração dos hábitos alimentares, a tal ponto que o mel passa a fazer parte da vida cotidiana dos apicultores.

Este grupo de trabalhadores rurais se caracteriza pela afinidade com a prática extrativista e comercialização de mel de abelhas *Apis mellifera*, como se nota neste depoimento:

[...] no começo eu era meleiro. Meleiro é a pessoa que vai para as matas e para retirar o mel ele destrói as árvores com fogo para retirar o mel. Desde adolescente eu já vivia na nature-

za mexendo com as abelhas, para tirar o meu sustento, até porque eu perdi minha mãe com a idade de oito anos e meu pai não deu muita atenção. Então, eu já andava pelas matas com a idade de treze anos e aprendi a lidar com essas abelhas selvagens, tirando mel cortando no machado e via muita dificuldade naquilo que eu fazia [...] (entrevista com Curica).

Nesse período, o mel era colocado em litros e a venda era feita diretamente ao consumidor.

O extrativismo e a comercialização do mel já eram práticas agrícolas correntes na região e garantia uma renda mínima, se comparada com a apicultura moderna. A formação técnica possibilitou um desencantamento com a percepção que se tinha da extração do mel e passou-se a refletir sobre a criação racional de abelhas como uma atividade profissional produtiva. Mas também, por outro lado, começou-se a pensar na preservação da natureza, em não derrubar mais árvores e sim plantar para garantir e preservar a vida das abelhas, que estão sendo ameaçadas de extinção pelo desmatamento e pela utilização de pesticidas na agricultura: “[...] eu vou ter que dar um jeito de fazer e buscar uma forma sustentável, que eu possa continuar retirando da natureza mas sustentar a natureza também, não viver de uma forma tão agressiva com a natureza [...]” (entrevista com Curica).

Essa constatação impulsionou o presidente da União dos Moradores das Ilhas do Teso, Antonio de Jesus dos Santos, a reivindicar um projeto de apicultura para os trabalhadores rurais do Teso. Isso significava transformar as práticas extrativistas e a agricultura tradicional a partir de um programa educa-

cional cujo objetivo era a profissionalização e a racionalização do trabalho com as abelhas (PÉREZ, p. 232; 246). O primeiro obstáculo, a instrução técnica, foi superado graças ao apoio de diversas instituições e o primeiro curso de capacitação ofertado revelou também que a maioria dos trabalhadores rurais é de analfabetos, a começar pelo presidente da Associação, que também foi excluído dos processos educacionais.

Em relação ao processo de produção e construção do apiário, é preciso dizer que esse processo tem um custo econômico que não é muito elevado. No entanto, para que não tem um salário mensal assegurado, torna-se mais complexa a compra de todo o material necessário para o início das atividades apícolas. A alternativa foi buscar formas de financiamento desse material. Para viabilizar tal objetivo, foi indispensável envolver algumas instituições, como se pode verificar no relato a seguir:

Aí nós recebemos a capacitação, se preparamos... Agora vocês podem tocar o barco! Aí faltou dinheiro para comprar o material. Então, agora vamos chamar o Banco do Nordeste. Foram lá para a comunidade, chamou o gerente do Banco do Nordeste, fizemos uma reunião com o prefeito, professores e o Banco do Nordeste e os professores presentes acompanhando e disseram que podia investir que seria um bom negócio (entrevista com Curica).

A descoberta do potencial apícola da região não foi suficiente para o desenvolvimento da apicultura, pois existia também a demanda por crédito. Além de enfrentar o problema da formação técnica, os trabalhadores rurais tiveram que

buscar formas de financiamento e, portanto, criar condições de trabalho e possibilidade de acesso ao crédito rural. Ao fazer essa constatação, remete-se a Paul Singer, que, ao estudar os fundamentos das finanças e sua natureza, reflete sobre as possibilidades de organização de um sistema financeiro acessível aos pobres (SINGER, 2000).

O financiamento tem um papel determinante no processo de produção e circulação das mercadorias produzidas pelos apicultores. O financiamento agrícola e rural, mais especificamente, é reconhecido como um dos principais instrumentos de crescimento econômico e redução da pobreza. É por essa razão que o microcrédito, que se inscreve na prática mais geral da microfinança, nasceu nos anos de 1960 como instrumento de luta contra as desigualdades sociais e a pobreza (GANDRÉ, 2012). Para Gandré, o problema que se coloca é o da eficácia ou não desse instrumento na luta contra as desigualdades e os efeitos positivos ou negativos na luta cotidiana dos apicultores.

Para se contrapor aos obstáculos legais e institucionais de acesso ao crédito, surge também a concepção das cooperativas de crédito como a referência mais significativa para se popularizar e democratizar as finanças no Brasil (ABRAMOVAY, 2004; BITTENCOURT, 2003). Para Cláudio Costa, “[...] as cooperativas de crédito são responsáveis por apenas 2,14% do volume de financiamentos oficiais concedidos no Brasil – o que até é bastante se comparado ao índice de 1997, de apenas 0,97% das transações [...]” (COSTA, 2005, p. 1). A cooperativa de crédito é definida por Paul Singer como “[...] uma associa-

ção de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso ao crédito mediante o financiamento mútuo [...]” (SINGER, 2002, p. 67).

A cooperativa de crédito é uma instituição legalmente autorizada, além dos bancos, a captar depósitos (poupança) e está se tornando um dos instrumentos mais estratégicos para dinamizar a economia. A limitada ação dos bancos em termos de liberação de crédito traz efeitos sociais e econômicos que aceleram as desigualdades de condições de produção, sobretudo na zona rural, onde poucos trabalhadores rurais dispõem de um salário mensal. A distribuição das cooperativas de crédito não é equitativa no território nacional, sendo que o Sudeste e o Sul apresentam um percentual maior de cooperativas em relação à sua população, enquanto no Norte e Nordeste a quantidade é menor (BÚRIGO, 2006). Essas experiências de cooperativas de crédito não se expandiram para a região de Anajatuba.

3 MICROCRÉDITO E APICULTURA

As mais marcantes formas de manutenção de desigualdade social contemporânea se expressam nas relações entre as classes populares e o Sistema Financeiro Nacional (SFN). As dificuldades de acesso aos serviços e produtos bancários, em especial o crédito, atingem dezenas de milhões de trabalhadores. No sistema capitalista, como observam Marx e Schumpeter, os bancos são responsáveis pela oferta de crédito, e este

é um instrumento estratégico no processo de produção das riquezas e de desenvolvimento econômico capitalista (MARX, 2020; SCHUMPETER, 1988). Existe uma escassez de crédito para a produção no setor da apicultura, assim como ocorre em diversos outros setores da economia rural.

Os trabalhadores rurais e os apicultores são excluídos dos serviços bancários e financeiros. O microcrédito emerge historicamente em um contexto de renovação das concepções de políticas econômicas e sociais de combate à pobreza e em favor do desenvolvimento econômico e social. Convém lembrar que a grande maioria da população brasileira não tem acesso ao crédito ou ao microcrédito. No caso específico da apicultura em Anajatuba, o microcrédito foi um instrumento fundamental que alavancou a produção na região, apesar das crises e dificuldades de escoamento da produção. É necessário compreender o sentido e as derivas do crédito. Como ficou demonstrado na crise de subprimes de 2008, o crédito é um modo de integração à sociedade, um meio contemporâneo de acesso aos bens destinados ao consumo, à aquisição da casa própria e, de fato, ajudou a construir o modo de vida de uma grande parcela da população salarial no mundo – e uma parcela bem menor de trabalhadores rurais.

Os Estados Unidos foram o primeiro país onde o crédito e o nível de conforto se desenvolveram. No entanto, ao mesmo tempo que a dimensão política da cidadania de consumidores tornava-se o fundamento da sociedade, instituía-se historicamente a concepção do consumo por endividamento

(COHEN, 2004). O crédito contemporâneo está vinculado ao salário do trabalhador, no sentido de que o crédito salarial se tornou norma social de integração regulada pelo Estado, ao qual cumpre elaborar e executar o conjunto das políticas sociais, inclusive as econômicas. O crédito está relacionado a uma sociedade salarial e, se ele se desenvolveu, é porque está atrelado à estratificação social desta sociedade, fundamentada na propriedade e no salário. O problema é que as condições de acesso ao crédito estão associadas a uma avaliação dos riscos relacionados à posição que o indivíduo ocupa na estrutura da sociedade (BOURDIEU, 1990).

O crédito é a cessão de um determinado valor financeiro em troca de uma promessa de reembolso no futuro, acrescido de uma taxa de ágio, que se configura como o ganho do agente financiador. A concessão de crédito está atrelada ao risco de inadimplência do cliente, e isso exige análise precisa por parte da instituição financeira que concederá o empréstimo ou financiamento. A estrutura do mercado financeiro, mundo que gira em torno do crédito, é um obstáculo para o acesso ao capital via crédito, porque este é monopolizado por grandes intermediários capitalistas e é vedado às classes populares, desprovidas de propriedade, a qual emerge como garantia na sociedade moderna. Diante disso, Paul Singer conclui que o fato

[...] é que há muito mais sonhos à procura de crédito do que ativos financeiros para viabilizá-los. No mundo prosaico dos negócios não se fala de sonhos, mas de projetos e o esforço dos aspirantes a crédito é de realçar suas características

racionais, suas probabilidades bem calculadas de êxito [...].
(SINGER, 2000, p. 9).

A concessão de crédito demanda noções fundamentais sobre confiança e tempo, dois elementos inseparáveis e que acompanham o processo de crédito, compreendendo a análise da proposta, a aprovação, o desembolso e o reembolso da operação. Nesse processo, o cliente é mais otimista com relação à geração de receitas que advirão do empreendimento financiado. O agente financeiro é mais pessimista e tende a proteger o máximo possível seus capitais, o que ajuda a explicar as dificuldades de concessão do crédito: “A conhecida alternância de otimismo e pessimismo – acentuados ambos – já é uma boa prova de que a doutrina do risco financeiro calculado e prevenido é falsa [...]” (SINGER, 2000, p. 35).

Na verdade, quem vende crédito compra também um risco que está atrelado às vantagens e inconvenientes inerentes à transação comercial no mercado de crédito. Existem fatores internos e externos que repercutem em nível de adimplência e inadimplência de um crédito específico que foi concedido. No caso aqui analisado, constatou-se que não havia mercado do mel capaz de absorver demanda em escala industrial. Na verdade, é necessário compreender que, além do estudo de mercado, o processo de criação do produto deve ser acompanhado de todo um processo de produção da crença no produto. Pelo fato de que o campo de produção dos bens alimentícios, como também os bens culturais, [...] são universos de crença que só podem funcionar na medida em que conseguem produzir,

inseparavelmente, produtos e a necessidade desses produtos por meio de práticas que são a denegação das práticas habituais da economia[...] (BOURDIEU, 2002, p. 30).

A disposição para o crédito depende sobretudo da estrutura do capital. Em outros termos, depende do peso relativo do capital econômico e do capital cultural, que é o princípio da constituição de um sistema social de preferências (BOURDIEU, 1990, p. 57). Isso significa que o sistema de avaliação e distribuição dos diferentes recursos financeiros dependem, sobretudo no que diz respeito ao crédito rural, dos diferentes modos de utilização da terra e do título de propriedade, bem como a extensão da terra. Para o trabalhador rural, o acesso ao crédito está vinculado às políticas de crédito agrícola destinados aos setores menos favorecidos, o microcrédito. O acesso individual ao crédito torna-se mais difícil e, por essa razão, as associações e cooperativas são instituições que negociam com os bancos públicos as possibilidades e condições de acesso ao microcrédito.

As políticas de crédito, inclusive o microcrédito, emergem como formas de redistribuição das riquezas, mas também como formas de consumo por endividamento de parte da população.

O empréstimo, nós não conseguimos vender o mel. Mas graças a Deus nunca ninguém ficou na inadimplência a gente pagou nossos empréstimos direitinho e nunca ninguém ficou inadimplente [...] e hoje aqui no Teso, quem é da apicultura, hoje não tem ninguém endividado com o Banco do Nordeste, sempre nós cumprimos as nossas metas direitinho, perde-

mos nossa produção, mas não ficamos devendo (Entrevista com Curica).

Este não é o caso da região do Alto Turi, onde alguns apicultores não conseguiram pagar suas dívidas, conforme este relato: “[...] muitos apicultores ficaram inadimplentes no Alto Turi [...]” (entrevista com Duda). O mercado de crédito vende a ilusão financeira de que é possível avaliar e medir os riscos inerentes a essa relação comercial (GIRAUD, 2012, p. 22-23). Os apicultores do Teso não tinham as mínimas condições para antecipar as possibilidades de perda de toda a sua produção de mel. O mesmo raciocínio é válido para alguns apicultores do Alto Turi que não conseguiram pagar o crédito, estão na condição de inadimplentes e, endividados, encontram-se excluídos do mercado do microcrédito, que se configurou como uma inovação financeira moderna.

É nesse contexto que a apicultura em Anajatuba nasceu, com o apoio técnico e a formação garantidos por instituições de ensino e pesquisa e pelo acesso ao microcrédito oriundo do Banco do Nordeste, como podemos observar neste depoimento:

O gerente disse que o banco estava à disposição. Aí nós fizemos empréstimo para comprar os materiais, só fizemos tudo isto e esquecemos de uma coisa, foi buscar o mercado para o produto. Aí liberaram o dinheiro, aí compramos o material (montagem das colmeias). No primeiro ano nós estouramos: produzimos três mil litros de mel. Nessa época era no litro, fomos buscar o mercado, cadê o mercado? E então trouxemos esse mel aqui para a cidade e tentar vender, para um lado e

para outro, e não achava a venda. Para ter uma ideia, o nosso mel aqui é tão puro que ele cristaliza, e esse mel cristalizou todinho. Aí ficou mais difícil: foi botado todo fora. Aí fiquei sozinho, as pessoas pensavam assim: “Vamos produzir mel sem ter para quem vender?”. Nós estávamos acostumados a vender mel, e só que o mel tirado na natureza ele não cristaliza ele vem já fermentado e as pessoas quando compravam esse mel com todo cuidado, com toda higiene e cristalizava, porque é um mel maduro – porque o mel precisa amadurecer, retirado da natureza era retirado sem amadurecer, e na colmeia ele tem a estabilidade para a gente deixar amadurecer. E aí as pessoas compravam esse mel e botavam na geladeira com poucos dias era só o açúcar, cristalizava, quando a gente voltava para vender e convencer essas pessoas que era assim, as pessoas diziam: “Não, não quero mais, porque esse mel é feito de açúcar”. Aí todo mundo desistiu e eu fiquei sozinho. Eu disse: “Não vou desistir, eu sei o que estou fazendo. Não estou criando projeto de mentira, meu projeto é real!” (Entrevista com Curica).

Esta longa citação nos oferece um panorama do grande problema enfrentado pelos apicultores logo no início do processo de produção e comercialização. A relação explícita, neste caso, está na forma de coexistência entre a racionalidade capitalista e os interesses pré-capitalistas que permitem o acesso ao microcrédito, sendo este apresentado como solução para a superação da pobreza e das desigualdades sociais. Economicamente, o que se constata é que a política de microcrédito se transformou em uma busca de rentabilidade econômica em diversos países (PÉREZ, 2022, p. 192-193; GANDRÉ, 2012, p. 25).

A perda da produção representa não apenas prejuízos financeiros, mas também coloca o problema do pagamento da dívida, e criou também profundas incertezas quanto à continuidade do projeto apícola, a tal ponto que todos os apicultores do Teso abandonaram o projeto, com exceção do presidente da associação. Depois de muitos esforços, as atividades apícolas foram retomadas com novos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em termos econômicos, isso significa que uma parte do capital e do trabalho investidos no processo de produção do mel não foi reproduzida, gerando uma “perda efetiva na produção [...]”. A guerra é autoevidente, pois, do ponto de vista econômico, é como se a nação jogasse uma parte do seu capital na água [...]” (MARX, 2011, p. 79).

As expectativas de retorno econômico da atividade apícola não se realizaram porque, ao se lançaram no processo de produção, os apicultores não tinham clareza de que era necessário, antes de tudo, fazer um estudo de mercado e garantir a infraestrutura para o escoamento da mercadoria. Algo que não estava ao alcance deles por ausência de informações sobre os modos de funcionamento desse mercado e instruções suficientes para refletir sobre os diversos aspectos que estão em jogo em todo e qualquer processo de produção agrícola ou industrial. A crise gerada envolveu a autoestima desses trabalhadores, na medida em que a qualidade do mel produzido racionalmente se tornou objeto de controvérsia e, apesar de

todo a experiência no campo de vendas do mel, não lograram êxito na comercialização do produto.

As informações sobre as condições do mercado ou a ausência deste são essenciais em todo empreendimento produtivo e, além disso, não havia nenhum sistema de autoproteção das possíveis perdas econômicas. Como medidas de autoproteção contra as perdas de rentabilidade de seus investimentos produtivos, as empresas e corporações fazem investimentos significativos de seu capital na especulação financeira (compra de títulos, ações, papéis, etc.) com o interesse de aumentar a remuneração com menor risco e a eficácia nos ganhos (SINGER, 2000). Desprovidos de capital financeiro, essa alternativa não é possível para os apicultores, cuja rentabilidade depende apenas da força de trabalho deles e da cooperação mútua.

4 RETOMADA DA PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DA MERCADORIA

A crise instalada logo após a perda total da primeira grande produção do mel não foi motivo suficiente para o presidente da União dos Moradores das Ilhas do Teso, Antonio de Jesus dos Santos, parar por completo as atividades de criação de abelhas e a luta social por melhores condições de vida e trabalho para a população local. Antes de começar a criação de abelhas *Apis melifera*, Antonio de Jesus vendia mel avulso, levava em um carrinho de mão e saía pelas ruas, de porta em porta, conversando e explicando para os clientes as qualidades

nutricionais do mel e seus benefícios para a saúde, destacando que o mel é antes de tudo um produto que deve ser incluído nos hábitos alimentares. Com isso, desenvolveram-se relações sociais de confiança entre o produtor e o consumidor, mas essa confiança se rompeu e a produção foi interrompida, afetando a crença na possibilidade de alternativa de renda através da criação racional de abelhas, além das perdas econômicas, como já mencionamos.

A alternativa seguida pelo presidente da União dos Moradores das Ilhas do Teso foi acreditar e lutar pela retomada das atividades apícolas, o que foi possível graças a conversas com os apicultores e novos contatos com o SEBRAE. Esta instituição atendeu a demanda da comunidade do Teso e coletivamente as discussões sobre a importância do projeto como fonte alternativa de renda foram retomadas, com novas perspectivas de financiamento e apoio técnico de professores especialistas em apicultura enviados pelo SEBRAE:

[...] e o professor chegou, o nome dele é Prof. Maurício, me auxiliou e quando eu falava para alguém que o mel virava açúcar, e ele entrava explicando sobre a qualidade do mel e se identificava, dizendo sempre que o mel era um mel de qualidade, mel de primeira e que eles estavam acompanhando o processo de produção e aí ele dava o aval dele, com isso começou a abrir as portas novamente, e começamos a vender bastante mel, e aí comecei a ir para outros lugares, para Itapecuru Mirim, comecei a pegar encomendas de outros municípios, e o mel que eu produzia não dava conta da demanda e recorri ao SEBRAE. (entrevista com Curica).

O resultado dessa iniciativa foi a reativação do projeto apícola na comunidade do Teso, que ressurgiu com novas perspectivas de produção e comercialização. Nesse período, já havia uma grande demanda por mel na região por parte de empresas intermediárias do Piauí, Santa Catarina e Bahia, que compram o mel in natura. Foi no ano de 2014 que “tivemos uma produção significativa, produzimos nove toneladas; 2015 a gente foi para 20 toneladas; 2016 a gente foi para 30 toneladas; em 2017 a gente manteve em 35 toneladas, e temos mantido esse patamar entre 35 e 40 toneladas” (entrevista com Valdir).

Uma das empresas do Piauí que compra o mel do Teso faz o beneficiamento do produto e exporta para a Turquia. “O intermediário presta um serviço aos seus clientes ao assumir o risco da transformação de prazos e da transformação de riscos. Esta é a sua razão de ser e por isso ele é imprescindível à economia de mercado monetária” (SINGER, 2000, p. 52). De fato, o intermediário é um agente central não somente no mercado financeiro, mas também em outros mercados, como o do mel. É através deles que o mel entra no processo de circulação e faz crescer o capital das empresas, gerando renda para os apicultores, que vivem do trabalho agrícola e são desprovidos de herança e de capital. O capital é determinado pelo seu “valor de troca, que se conserva e se perpetua na circulação e pela circulação” (MARX, 2011, p. 203).

Nessa relação comercial de compra e venda do mel, o mercado autorregulável define os valores das mercadorias, o

que ocasiona o problema dos preços, que são considerados baixos por alguns apicultores, como se observa neste relato: “o preço que as empresas do Piauí pagam pelo quilo do mel é muito baixo e nós preferimos vender nós mesmos nosso mel, porque a gente tem mais lucro. As pessoas vêm comprar aqui mesmo no Afoga” (entrevista com Maria). A correlação de forças entre capital e trabalho apícola é profundamente desigual e contribui com a ampliação das desigualdades, gerando ao mesmo tempo melhores condições de vida, se comparada com a situação econômica anterior, quando a maioria vivia da quebra de coco babaçu.

Lá no Teso mesmo as primeiras casas que foram feitas de alvenaria já foi com o resultado desse projeto, para mim é um prazer, hoje eu já estou criando outro projeto que é da abelha sem ferrão, que ainda tem gente tirando mel de forma clandestina, eu fiz treinamento para fazer o projeto igual, para levar as famílias a criar, não para destruir e trazer essas pessoas que vão trabalhar na certeza que ele pode ter uma renda, qualidade de vida para as famílias (entrevista com Curica).

Em termos de produção, houve um avanço em relação à primeira experiência de produção do mel, passando de três mil para oito a nove mil toneladas. No que concerne à população do Teso, habitam nessa grande área composta por várias ilhas 107 famílias, das quais apenas vinte estão criando abelhas. A atividade apícola é a principal fonte de renda dos trabalhadores rurais envolvidos nesse setor da produção agrícola, mas, além dessa atividade, eles criam suínos, caprinos, ovinos e aves. E

também exercem a atividade da pesca de caranguejo, siri, camarão e peixe, visto que o mar é bem próximo.

Nesse mercado já existe os atravessadores e vêm buscar lá no Teso. Só que a gente vende no preço fora de mercado, exemplo o quilo de carne do caprino que custa em média trinta reais, lá eles querem pagar somente vinte reais. Agora, por quê? Por causa dos acessos, que é difícil para o atravessador chegar lá para comprar esses animais, ele tem muito custo também. Mas se tivesse a estrada, nós tínhamos um contrato com os açougues, com o mercado direto com a capital, nós temos uma cadeia produtiva mas não temos as portas para se escoar essa produção (entrevista com Curica).

O problema do escoamento da produção tem se tornado um dos principais entraves para os trabalhadores e apicultores do Teso.

A questão efetiva é o próprio sistema, que é fundamentado na lógica do cálculo e de mercado e, na verdade, a depreciação econômica do valor da mercadoria é devida à falta de meios de transporte para o escoamento da produção (MARX, 2011, p. 11). A economia da grandeza também ajuda a interpretar esse fenômeno, quando se compara o valor de um produto como o mel em relação à soja e ao açúcar de cana, que exigem grandes extensões de terra e desmatamento violento, que gera destruição da biodiversidade. A grandeza é um estado que pode ser avaliado em sua justa medida, deve ser concebido em suas relações de dependência, de onde se retira a autoridade que as pessoas têm sobre as outras, e essa grandeza se vincula também à grandeza dos objetos que as pessoas possuem. Aí

se encontra um dos fundamentos das relações de dominação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991, p. 116; 117; 205).

A soja e o açúcar de cana, como mercadorias, são produzidos em grande escala e dispõem de logística portuária e ferroviária que é sem comparação com uma pequena mercadoria como o mel que é facilmente substituído pelo açúcar. O mel é resultado do trabalho minucioso das abelhas, da criação racional destas pelo apicultor. Ainda em relação ao trabalho das abelhas, Marx se refere ao mesmo exaltando sua precisão artística, ao afirmar que “[...] uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia” (MARX, 2020, p. 255). No entanto, o trabalho de produção dessa mercadoria tem sua grandeza, tem um valor enorme do ponto de vista da preservação da biodiversidade, na medida em que a “criação de abelhas no quintal é um pequeno gesto indispensável” (GIRAUD, 2014, p. 87) para a transição ecológica, como bem analisa o economista francês Gaël Giraud.

Diante de todas as dificuldades de acesso à formação técnica e o acesso ao mercado de crédito, acrescenta-se um outro obstáculo, que é o escoamento da produção dos derivados da produção agrícola:

Lá no Teso depende muito da questão do inverno, você sabe, né? Por exemplo, o ano passado não teve acesso para lá, não tinha como, estava alagado. Eles transportaram tudo em canoas. O ano passado teve acesso, mas acabou não tendo acesso, porque começou a chover. Antes eles entregavam o mel na cooperativa (entrevista com Jorge de uma das empresas que compra mel em Anajatuba).

Todos os anos, no período do verão, a prefeitura abre uma estrada de acesso ao Teso cuja duração é curta e depende das chuvas.

Você for lá você vai ver: se leva uma carga daqui agora, uma mercadoria, tem que vir uma pessoa buscar, um barco para passar no meio dos campos. Para chegar com essa mercadoria do outro lado, bota na canoa no porto, aí tem outra etapa que é mais gente para transportar essas mercadorias na costa dos cavalos até chegar no seu destino. Aí chega uma determinada idade que as pessoas não têm como morar lá, agora porque por causa de dez quilômetros de uma estradazinha de piçarra. No verão é só raspado, vezes de durar somente sessenta dias (entrevista com Curica).

Durante o trabalho de campo foi possível verificar as condições de acesso ao Teso. Para contornar essa situação a população utiliza seus próprios meios de transporte, que são as canoas e outra forma de locomoção é efetuada em animais tal como o cavalo. Em reuniões, o poder público local se comprometeu com a construção de estradas. Como bem é relatado por um apicultor,

Então, o prefeito junto com o secretário de agricultura, está viabilizando a construção da estrada que é um aterro de onze quilômetros, daqui da sede até o centro do povoado do Teso. A gente espera que seja concretizado. Já estamos viabilizando a licença ambiental, é um projeto que vai melhorar muito a qualidade vida da população do Teso” (entrevista com Valdir).

Essa promessa ainda não se concretizou, o que demonstra que existe uma preferência sistemática pelas desigualdades de acesso às riquezas produzidas pela sociedade.

Quando a estrada não é feita, como em 2020, parte importante da produção não é escoada. O não escoamento do mel representa um grande prejuízo, porque a colheita só pode começar quando se tem previsão de construção da estrada. Quando não é possível fazer a estrada (que é provisória), isso atrasa a colheita do mel e a produção é prejudicada, por conta do grande potencial da região, onde se pode fazer até três colheitas em um mesmo ano, como se nota neste relato: “A gente tira o mel de uma caixa e com dez dias ela está cheia novamente. É muito rápido” (entrevista com Joana).

A interligação entre os apiários e as ilhas é feita apenas por tração animal, e isso indica o quanto as condições de trabalho são precárias, aumentando os custos de produção em termos de tempo e quantidade de trabalho necessário para o manejo, colheita e comercialização do mel. A soma do tempo de trabalho e a diminuição da produção equivale a redução da margem de renda do trabalho. A infraestrutura logística de transporte no Brasil é um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento da agricultura e da apicultura.

Em conclusão a esta parte, convém mencionar a significativa resposta de um apicultor à seguinte questão: O que mudou no Teso com os projetos de apicultura? Resposta:

Olha, mudou muita coisa, lá as pessoas antes desses projetos viviam mais era da quebra de coco babaçu, para comprar as coisas de necessidades. A minha esposa, por exemplo, na adolescência dela era uma quebradeira de coco, ela quebrava por dia dez quilos de coco babaçu manual, só para você ver como era feita a quebra do coco. Depois que chegou esse

projeto de apicultura o povo não quis saber mais de quebrar coco, hoje lá o forte é apicultura e a mandioca. (Entrevista com Curica).

5 CONCLUSÃO

O mel se constitui como um dos mais antigos alimentos da humanidade e é uma das primeiras fontes naturais de açúcar. A apicultura moderna gera diversos produtos oriundos do trabalho bem orquestrado das abelhas e está estritamente vinculado a um trabalho racional de preservação do habitat natural desses insetos e da biodiversidade. A comercialização dos produtos do trabalho apícola oferece melhores condições de vida e trabalho para muitos trabalhadores rurais que vivem estritamente da renda da terra. A terra, o trabalho, a moeda e o crédito deveriam ser considerados como bens públicos cujo acesso deveria ser democratizado. Isso parece bem uma utopia, se não considerarmos que a educação primária era um bem privado que se tornou um bem público em diversas sociedades (GIRAUD, 2012, p. 138-139).

Essas questões colocam o problema das condições e possibilidades de produção do mel na região do Teso, cujo início passou indiscutivelmente pelas relações institucionais, pelos agentes sociais que acreditaram no projeto. As instituições mencionadas foram responsáveis pela formação técnica dos apicultores, pela organização racional e comercialização da produção e, acima de tudo, pela organização política dos

trabalhadores rurais e apicultores. Durante toda a pesquisa de campo e as discussões com os apicultores, um agente social que não entra em cena é bem o Estado, que não cria as mínimas condições de vida e trabalho para os trabalhadores da região estudada.

A preferência pelas desigualdades, como diria François Dubet (DUBET *apud* SOUSA, 2017), é perceptível desde o ponto de partida para o Teso, o Porto Grande, que não oferece as mínimas condições de embarque aos passageiros, os quais precisam colocar os pés na água suja para adentrar nas canoas. A viagem é agradável e tem uma bela paisagem a tal ponto que os moradores têm o prazer de dizer: “Este é o lindo pantanal maranhense!”.

O Estado não tem interesse em investimentos no setor de infraestrutura e em logística de transporte e isso demonstra o descaso com a população que tem necessidades de escoar a sua produção, significando também que as políticas públicas não chegam em Anajatuba. A produção do mel se tornou uma das maiores fontes de renda para os apicultores e, por essa razão, a prática apícola é uma atividade que não pode ser negligenciada, devido à sua importância socioeconômica para os trabalhadores rurais e um outro motivo é sua relevância para a transição ecológica e a preservação da biodiversidade.

Nas relações comerciais, o que se nota é a presença das empresas intermediárias, cuja existência na região se deve à ausência do Serviço de Inspeção Federal (SIF) que permitiria aos apicultores venderem o mel diretamente ao mercado na-

cional e internacional. Essa é uma das grandes reivindicações e lutas dos apicultores de Anajatuba e do Maranhão. Em relação à produção, ela se tornou possível graças a diversas instituições e ao acesso ao microcrédito. Este, embora sendo considerado um instrumento de redução da pobreza, na verdade não reduz, em razão de diversos outros obstáculos que dificultam o acesso à propriedade do capital. Para dar um exemplo, o acesso às instruções e formação técnica continuadas permanece ainda como um grande problema.

A grande novidade está na capacidade das lideranças de organizar os trabalhadores, para que assim eles consigam superar as dificuldades e ter acesso ao microcrédito, que, apesar de tudo, foi o instrumento que garantiu melhores condições de vida, de moradia, de renda e abriu novas perspectivas de trabalho para a juventude. O rendimento do trabalho apícola corresponde justamente à remuneração que os apicultores devem receber pelo trabalho realizado nos seus respectivos apiários. Nesse sentido, essas conquistas não devem ser negligenciadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: CEPAL. **Pobreza e mercados no Brasil**. Brasília: DFID, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Ed. Annablume, 2004.

BITTENCOURT, Gilson; ABRAMOVAY, Ricardo. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 16, n. 1: no prelo, 2003.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification**: Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BOURDIEU, Pierre; MARTIN, Monique de Saint. Le sens de la propriété: La genèse social des systèmes de préférences. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 81, p. 52-64, 1990. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/AsPDF/arss_0335-5322_1990_num_81_1_2926.pdf. Acesso em: 09 mar. 2023.

BOURDIEU, Pierre, **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos, São Paulo, Editora Zouk, 2002.

COHEN, Lizabeth. A consumer's republic: the politics of mass consumption in postwar America. **Journal of Consumer Research**, n. 31, 2004.

GIRAUD, Gaël. **Illusion financière**. Paris: Les Éditions de l'Atelier, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **O novo século**. Entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

COSTA, Cláudia. Finanças - a união faz a força: desafios do desenvolvimento. **Revista de informações e debates do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)**, ano 2, ed. 10, maio 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=896:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 13 mar. 2023.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2020.

PÉREZ, Amin. **Combattre en sociologues**: Pierre Bourdieu & Abdelmalek Sayad dans une guerre de libération (Algérie, 1958-1964). Marseille: Agone, 2022.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SINGER, Paul. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2002.

SOUSA, Antonio Paulino de. Transformação e preferência pelas desigualdades econômicas e escolares. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 39, p. 36-48, jul./dez. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Le capitalismo historique**. Paris: La Découverte, 2002.

CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DO MEL NA REGIÃO DO ALTO TURI-MA

Antonio Paulino de Sousa¹⁰

10 Doutor em Sociologia pela Université de Paris-7 e doutor em Ciências Sociais pela Faculté des Sciences Sociales et Économiques (FASSE-PARIS). Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia, membro do quadro permanente do PPGCSOC e do PPGÉ-UFMA. Grupo de pesquisa sobre produção do conhecimento econômico e formação dos economistas: Estado, quantificação e dominação dos números.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho sobre o mercado do mel é desdobramento de uma pesquisa coletiva mais ampla sobre “Conservação da biodiversidade: interface da economia criativa com a qualidade ambiental”, financiado pela CAPES (Edital N° 13/2020), e visa promover a preservação da biodiversidade, baseado no princípio da sustentabilidade, com o objetivo de apoiar as comunidades da Amazônia Legal Maranhense. O projeto envolve os seguintes programas de Pós-Graduação da UFMA: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc); Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PPGCult); Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente (PPGSA); Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação (PPGBC).

O trabalho de criação racional de abelhas e produção de mel na região do Alto Turi¹¹ começou em 1985, com a institucionalização da Cooperativa Mista dos Produtores Agrícolas do Turiaçu (COMPATUR). Ela é a segunda cooperativa da região vinculada ao projeto de colonização dirigida da região e, por diversas razões, essa iniciativa teve uma duração breve, de 16 anos, segundo relatos colhidos em pesquisa exploratória realizada durante a pandemia de forma virtual (*Google Meet*): quatro apicultores foram entrevistados.

11 Esta região do Alto Turi localiza-se no noroeste do Estado, próximo ao Estado do Pará. Toda a extensão do seu perímetro é classificada como Amazônia Maranhense, região da floresta influenciada pelo rio Turiaçu, que nasce na própria região, na Serra da Desordem, com presença também de cerrado. Os municípios que compõem a região são os seguintes: Araguanã, Governador Newton Belo, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca.

Esta pesquisa foi seguida de um trabalho de campo de quatro dias na região, ocasião em que entrevistei dois apicultores que trabalham com a apicultura migratória em oposição aos que praticam a apicultura sedentária. A dinâmica da economia rural na Amazônia maranhense é analisada através dos fenômenos do desmatamento, cujos efeitos são deletérios para as abelhas, da grande concentração de terras e dos conflitos decorrentes da colonização dirigida, que garantiu a mediação de criação do mercado de terra na região amazônica (COSTA, 2012). É nesse contexto que se inscreve a apicultura como alternativa econômica e modo de preservação da Natureza.

Foi em 2003 que se iniciou o processo de institucionalização de um mercado do mel na cidade de Santa Luzia do Paruá, a 391 km de São Luís, envolvendo toda a região do Alto Turi na domesticação das abelhas *Apis mellifera* e a consequente produção, em grande escala, de mel para o comércio local, nacional e internacional. O mercado é um campo social de lutas em que empresas, fornecedores, clientes, trabalhadores e governo interagem. A conexão entre esses agentes tem efeitos no comportamento do mercado, significando que a cultura desempenha um papel importante na construção dos mercados (FLIGSTEIN; DAUTER, 2012, p. 482). O problema consiste em compreender o papel das instituições envolvidas – sobretudo da Turimel – no processo de construção do mercado do mel na região do Alto Turi.

Este empreendimento envolveu trabalhadores rurais, lideranças da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

e movimentos sociais, além do apoio técnico do SEBRAE e de apicultores e empresas do Piauí. O agente central de toda a construção do mercado do mel foi a Igreja Católica. Mas era preciso organizar todo o sistema de produção de mel e, para isso, ao invés de fundar uma cooperativa, instituiu-se uma Associação de Apicultores da Região do Alto Turi (Turimel), fundada em 2008 por um grupo de apicultores da região, com o objetivo de sistematizar o processo de produção do mel. A estrutura desta instituição possibilita formas de ação organizada em seu campo de ação específico e reduz as incertezas, ao criar mecanismos próprios de regulação das relações de trabalho, de produção e acesso ao crédito (CROZIER; FRIEDBERG, 1977, p.21 e 283; DESROCHERS, 2005).

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a prática apícola como alternativa econômica de renda para os trabalhadores rurais da região do Alto Turi. A grande produção e comercialização do mel faz emergir a apicultura como a principal fonte de renda dos trabalhadores que se envolveram nesse campo de produção agrícola. A apicultura no Piauí já era bem desenvolvida e alguns apicultores desse estado foram convidados para avaliar o potencial apícola da região do Alto Turi. Para tanto, trouxeram diversas colmeias com condições de começar imediatamente a produção, visto que a florada no Piauí estava terminando, enquanto no Alto Turi estava começando. No primeiro caso, as abelhas estão bem nutridas em relação às abelhas locais, que devem se fortalecer para dar início à produção de mel: “[...] depois da vinda do pessoal do Piauí vieram

gente do Rio Grande do Sul, da Bahia, aí deslanchou a atividade em Santa Luzia do Paruá” (entrevista de Domingos). Isso gera efeitos negativos no sistema de produção e competição no mercado do mel. Nesse sentido, há indícios de ausência de políticas públicas e regulação do mercado do mel pelo Estado.

Ao se certificarem do grande potencial da região, vários apicultores do Piauí começaram as atividades de apicultura migratória na região. Isso indica que, para adquirir reconhecimento, foi necessário se aliar aos apicultores do Piauí, o que criou condições para a emergência do mercado de mel na região. Mas também criou competição desigual entre os que praticam a apicultura migratória e a grande maioria dos apicultores locais, que não possuem tecnologia suficiente para migrarem para outras regiões do estado e do País. Esse sistema de produção é essencialmente estruturado em apicultura sedentária e a apicultura migratória, que produz em escala industrial. Tal estrutura tem gerado conflitos de interesses políticos e econômicos, algo que seria facilmente resolvido com políticas públicas eficientes, segundo relato dos apicultores. Desse modo, faz-se necessário discutir o problema das políticas públicas na região como fator importante para a melhoria das condições de vida e trabalho dos apicultores.

2 PRODUÇÃO, DEMANDA E COMERCIALIZAÇÃO DO MEL

O trabalho apícola está vinculado diretamente à Natureza e à sua preservação, que é determinante para o equilíbrio dos ecossistemas. Assim, o estudo se justifica também por estar vinculado a uma pesquisa coletiva mais ampla sobre a biodiversidade na Amazônia Legal Maranhense. Reveste-se, portanto de grande relevância porque trará uma maior visibilidade aos agentes sociais e às instituições envolvidas no processo de construção e consolidação do trabalho apícola como fonte de renda para muitos trabalhadores da região.

A produção e a demanda por mel são antigas e se inscrevem na perspectiva de uma interação entre homem e Natureza fundada na preservação dos ecossistemas e da biodiversidade. No Antigo Egito, já se fabricavam potes de barro para colocar abelhas e pode-se dizer que a origem da prática “apícola” gira em torno desse período histórico. As pinturas rupestres dão testemunho das primeiras técnicas de colheita do mel, que se fazia colocando fumaça nos exames. As primeiras colmeias eram encontradas em troncos de árvores ocas (algo que ainda se observa) até as primeiras tentativas de domesticação das abelhas que os pesquisadores situam no início da era neolítica.

Os gregos também tinham a prática de aninhar os exames em recipientes de palha construídos em forma de colmos, palavra da qual se originou o nome colmeia (através do espanhol colmena, palha) para designar o habitat das abelhas.

As colmeias em madeira surgem posteriormente, ainda na Antiguidade, e a ciência da apicultura nasceu da iniciativa de agricultores e filósofos. É o que se observa na mitologia grega, ao afirmar que Zeus se alimentava com mel, o que culminou com a legitimação deste como néctar dos deuses.

Desde a Antiguidade foi atribuída grande importância às abelhas *Apis mellifera*, a tal ponto que elas se tornaram modelos e símbolos importantes para a classe dominante até se transformarem em símbolos de riqueza e poder, como se nota nesta descrição: “[...] em brasões, cetros, coroas, moedas, bandeiras, flâmulas, estandartes, mantos e outras peças da indumentária de reis, rainhas, papas, cardeais, duques, condes, príncipes e outros detentores de títulos de nobreza” (PAULA, 2008, p. 48).

Nos séculos XVI e XVII, os jesuítas criaram no Paraguai sociedades teocráticas e comunistas fundamentadas na economia do mel (ROCHE; MATHIEU, 2017, p. 17). Esse modelo, no qual não existe a lógica econômica do cálculo e que não depende do mercado (uma vez que este, como instituição, exerce um papel secundário na vida econômica dessas sociedades) se justifica por dois princípios, que são a reciprocidade e a redistribuição. A reciprocidade exerce um papel essencial na organização da família e do parentesco, apresentando valor principalmente para aqueles que dependem de um mesmo governo, e se caracteriza pela sua dimensão territorial (POLANYI, 1991; CALLON, 2017).

A relação simbólica e de preservação das abelhas persiste em nossos tempos como forma de defesa da biodiversidade. As abelhas e o mel serviram de base para os grandes mitos da Antiguidade e foram utilizados como modelo por diversos autores que viram nesse inseto o símbolo de um trabalho industrial, de uma organização e de comportamentos que eles acreditavam poder encontrar nas sociedades humanas. Um dos mitos mais poderosos é o da sociedade perfeita, cujas organização e governabilidade são asseguradas pela abelha rainha. O mel faz pensar nas origens do tempo em que havia uma simbiose entre homem e natureza. A colmeia era, então, um tesouro fascinante a ser estudado e uma organização quase perfeita do trabalho e da ordem social, ao mesmo tempo em que era um mistério que evidencia a incapacidade humana de compreender as relações entre homem e Natureza (ROCHE; MATHIEU, 2017, p. 8-9).

A ausência de técnicas mais apropriadas e de preocupações com a biodiversidade, no entanto, fizeram com que, até a Idade Média, as abelhas do gênero *Apis* fossem sacrificadas no momento da extração do mel. Essa prática extrativista ainda persiste em diversas regiões do Brasil, como se nota no seguinte depoimento: “[...] tem gente que coloca fogo e mata as abelhas para tirar o mel e outros que fazem isso só para retirar os filhotes de abelhas para pescar anojados” (entrevista com apicultor de Anajatuba). Além disso, hoje as abelhas estão sendo ameaçadas de extermínio pelo desmatamento, pestici-

das, varroas¹², desregulação climática e redução da superfície agrícola, que são os mesmos problemas que atingem o ser humano.

O desenvolvimento histórico da apicultura, as novas tecnologias de criação de abelhas e o manejo intensivo das colmeias têm aumentado, dessa forma, a produtividade, a ponto de já se pensar a prática apícola em termos industriais. É o que se constata no Congresso Internacional de Apicultura, organizado pela APIMONDIA e realizado em Bucareste / Romênia em 1978, cuja problemática central era a apicultura industrial. O objetivo era reunir especialistas de diversas áreas do conhecimento e apicultores do mundo inteiro para discutir a apicultura intensiva, novas formas de exploração da colmeia, novos métodos de manejo, diversificação de produção e aumento da rentabilidade apícola.

Nesse período, notava-se um aumento da demanda por produtos derivados da apicultura no mercado mundial do mel. A contribuição das abelhas na polinização, que se impõe de forma objetiva, já era comprovada e se tornava difícil conceber a agricultura moderna sem o trabalho das abelhas como principal fator de polinização das culturas entomófilas – é o que diz o presidente da Apimondia, V. Harnaj (1979, p. 3). É nesse cenário que a apicultura no Brasil se inscreve, se desenvolve e se insere no mercado internacional do mel.

12 Varroa é um ácaro responsável pela mortalidade das abelhas. O parasita vive dentro das larvas e nas abelhas adultas, o que reduz a massa corporal das mesmas, podendo. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/noticias/o-acaro-varroa-grande-inimigo-das-abelhas-esta-com-seus-dias-contados>. Acesso: 18 mar. 2023.

A literatura sobre esta temática mostra que, na primeira metade do século XXI, tanto a produção quanto a exportação de mel de abelhas do gênero *Apis* cresceram no Brasil. O mel tornou-se um símbolo da busca por melhor qualidade de vida, pois tem um valor nutricional e terapêutico que explica o aumento da demanda em nível mundial.

O relato de um apicultor de Anajatuba sintetiza bem o que o mel representa para a saúde: “[...] o mel tem todas as proteínas que uma criança necessita, meus netos não gripam porque aqui tem sempre mel, não dê um copo de suco industrial ao seu filho porque não alimenta, dê mel, que tem uma infinidade de proteínas. Eu não entendo um apicultor que adoça o café com açúcar” (Correia, apicultor de Anajatuba). Nesse relato, o açúcar, que historicamente substituiu o mel, é representado como uma antítese do mel, devido às suas qualidades nutricionais e também em razão da competição no mercado, tendo em vista que o mel é um ingrediente açucarado por excelência.

A produção deste último é disseminada, exige poucos meios técnicos, pouca força de trabalho e contribuiu com o aumento da renda camponesa. O açúcar, ao contrário, exige uma grande indústria, grande extensão de terra para o plantio e muita força de trabalho, além do fato de que, em alguns casos, os trabalhadores são submetidos a trabalho análogo ao da escravidão. A produção do mel, ao contrário, é uma atividade que não agride a natureza, não modifica de forma brutal a vida

camponesa e não altera de forma alguma o ecossistema: ao contrário, preserva a biodiversidade.

Ainda em relação ao aumento da produção e da demanda por mel, no Brasil, há dois fatores que explicam este fenômeno social. O primeiro foi o vazio na oferta do produto no mercado mundial, causado pelos embargos instituídos pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União Europeia (UE) contra os méis argentinos e chineses em 2001. O segundo fator foi a desvalorização cambial do Real em 53,5% no ano de 2002. O primeiro fator abriu portas para a inserção do Brasil no mercado mundial de mel de *Apis melífera*, seguido do aumento dos lucros para as empresas brasileiras que trabalham com a exportação do produto (PAULA, 2008).

3 A PRODUÇÃO DO MEL NO BRASIL E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS APICULTORES

O sistema de produção apícola no Brasil tem gerado mais de 40 mil toneladas de mel a cada ano e cria melhores condições de vida para mais de 350 mil trabalhadores rurais do território nacional que (CBA, 2016; ABEMEL, 2021), incluindo apicultores amadores e profissionais. Essa profissão, além de ser um fator de elevação da renda familiar, configura-se como uma atividade essencial no processo de preservação da biodiversidade. O Censo do IBGE (2011) demonstrou que, em 1995/96, existiam no Brasil 177.488 estabelecimentos que

desenvolviam a atividade apícola, com 1,6 milhões de colmeias e uma produção de 18.450 toneladas de mel.

Comparativamente, o Censo Agropecuário de 2006 indica que a quantidade de estabelecimentos com atividade apícola caiu para 95.939, o que representa uma redução de 46%. O que é curioso é que, apesar da redução da quantidade de estabelecimentos, a produção de mel saltou de 18.450 toneladas para 36.193 toneladas/ano, de modo que houve um crescimento de 95% em um período de dez anos. Ainda conforme os dados IBGE (2011), em 2007 a produção de mel no Brasil foi de 34.747 toneladas e, desse total, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tiveram uma produção total de 16 mil toneladas.

As pesquisas de Lengler *et al.* (2007) demonstram que os apicultores têm suas formas específicas de organização do trabalho, a qual gira em torno das associações e cooperativas. Assim, existem no Brasil, conforme a Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), cerca de 21 federações de apicultores (em âmbito estadual) e mais de 350 associações de apicultores (em âmbito municipal e regional) e todas elas estão filiadas à CBA. Todo o trabalho e produção apícola no Brasil estão alicerçados nas associações, o que se deve ao fato de que esse sistema de organização do trabalho oferece aos apicultores condições e possibilidades melhores para a comercialização sistemática do mel. A instituição de maior expressão da apicultura no mundo é a Apimondia (*International Federation of Beekeepers' Associations and Other Organisations Working Within the Apiculture*),

que possui em torno de cinco milhões de filiados em todo o mundo, distribuídos em 49 países (LEGLER *et al.*, 2007).

Na região do Alto Turi, os apicultores começaram a se organizar em cooperativas e depois em associações. A construção do mercado do mel nessa região foi lenta e resultou da iniciativa da Igreja Católica, cuja luta consistia em evitar o desmatamento e o avanço da pecuária na região. A confluência dessa proposta encontra apoio de um coletivo de trabalhadores rurais (estes já trabalhavam na produção de mel como meleiros) que têm interesses comuns em relação às novas técnicas de domesticação das abelhas, cujo desenvolvimento aumentou a produção de mel na região. Inicialmente, o mel era vendido em garrafas e aos poucos, com a fundação da Turimel, criaram-se novos modos de produção e comercialização do mel, que consistem na venda direta para grandes empresas. Disso emerge, então, a necessidade de uma política que reúne os apicultores em torno de um objetivo comum. Isso se justifica pela exigência de instrumentos capazes de enfrentar os mecanismos de concorrência do mercado do mel.

4 TRABALHO APÍCOLA E MERCADO DO MEL NO MARANHÃO

No Nordeste, os maiores produtores de mel estão concentrados nos estados do Piauí, Ceará e Bahia, cuja produção corresponde a 80% da totalidade de mel da região. Esses estados têm verdadeiras indústrias de processamento do mel,

além de concentrarem uma grande quantidade de apicultores profissionais cuja prática apícola é baseada na apicultura migratória. Nos meses de agosto a dezembro, muitos migram para diversas regiões do Maranhão e sobretudo para o Alto Turi e a Baixada Maranhense, como é o caso de Anajatuba. Essa região é representada pelos próprios apicultores locais como sendo uma área de grande potencial apícola e com produção orgânica.

A prática apícola no Nordeste, até o início dos anos 1980, era extrativista. *Meleiros* é o termo utilizado para designar os trabalhadores nessa atividade. Tal prática apícola, que ainda existe, assumiu novas configurações com a chegada de apicultores profissionais de outras regiões, que passaram a estimular novas práticas baseadas em meios racionais de produção, começando a trabalhar, primeiramente, nas regiões de Picos, no Piauí, e Pacajus e Crato, no Ceará.

O mercado do mel é diretamente controlado pelas grandes empresas que organizam direta e indiretamente esse setor da economia rural. A sociologia econômica, bem como a economia institucional (BOYER, 2003, p. 92), são excelentes instrumentos para analisar a estrutura e a dinâmica do mercado do mel. A característica mitológica do mercado natural e totalizante aparece de forma mais arquetípica na teoria de A. Smith (1996). Para esse autor, a divisão do trabalho é concebida como natural, necessária e faz parte da propensão que o homem tem para trocar um produto por outro.

Nessa concepção, o mercado nasce espontaneamente do encontro entre dois ou mais indivíduos com a intenção de estabelecer relações de troca no âmbito do mercado, abrindo espaço para a elaboração de leis naturais e universais de produção e de trocas, instituindo, em princípio, os instrumentos elementares do mercado autorregulável (*laissez-faire*). Além dessa disposição natural para a troca, são instituídos direitos naturais de propriedade privada sobre os bens, o que permite a cada proprietário estabelecer contratos no mercado (do mel, por exemplo). A busca de cada um pelo seu próprio interesse conduz espontaneamente ao bem-estar de todos e a sociedade nasce, assim, da multiplicação dos contratos (a mão invisível do mercado faz convergir interesses individuais e coletivos), cabendo ao Estado a função de intervenção mínima no mercado.

Esse nível de abstração, fundamento do liberalismo econômico, torna-se a força irresistível que transforma a sociedade em instrumento auxiliar da dominação econômica, configurando, dessa forma, o que Karl Polanyi (1991, p. 88-174) denomina de “Grande Transformação”. A antropologia econômica de Polanyi situa historicamente essa problemática contestando a ideologia da propensão do homem a barganhar:

Um pensador do quilate de Adam Smith sugeriu que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência de mercados ou, como colocou, da propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra. Esta frase resultou, mais tarde, no conceito do Homem Econômico. (POLANYI, 1991, p. 63).

Essa interpretação, constata Polanyi, é um erro histórico, pois ele não constatou, em nenhuma de suas pesquisas empíricas, comunidades com a estrutura de subordinação da sociedade à vida econômica (POLANYI, 1991). Esse mito do mercado é um verniz que mascara a realidade e as diversas atividades que intervêm nos variados espaços de produção, transporte e comercialização da mercadoria.

A relação comercial é entendida, na sociologia econômica de Robert Boyer, como uma construção social, e não como um dado natural originado do confronto espontâneo entre os agentes econômicos (BOYER, 2003), o que não é o caso da concepção tradicional da antropologia econômica de Adam Smith, fundamentada na ideologia da igualdade natural entre os seres humanos.

5 COLONIZAÇÃO DIRIGIDA E APICULTURA NA REGIÃO DO ALTO TURI

A região do Alto Turi faz parte do que era denominado de “terras livres” do Maranhão, distribuídas numa área que abrange o médio Mearim, a região dos Cocais e a Pré-Amazônia Maranhense. A colonização dirigida trouxe melhoria dos meios de transporte para a região, ao ofertar à população condições de acesso ao mercado consumidor nacional. Porém, ao mesmo tempo, resultou em novas formas de luta pela terra, que opõem, de um lado, trabalhadores rurais, na condição de posseiros, e os grandes fazendeiros, que dispunham de recursos

para investir na pecuária. Foi nesse cenário de disputas e conflitos que o Projeto de Colonização Dirigida (PCAT) se iniciou em 1964, com o objetivo de assegurar aos colonos o acesso à terra, assistência técnica, crédito e meios de escoamento da produção agropecuária.

Desde o início, no entanto, os conflitos emergiram e a apropriação ilegal das terras por fazendeiros se tornou uma prática constante. Em termos de organização, a PCAT criou a Cooperativa Mista do Alto Turi (COMALTA) com o apoio financeiro do Banco do Nordeste, sendo essa a primeira experiência de cooperativa na região. Essa cooperativa, além de ser uma imposição, era regulada pela Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), que controlava suas ações.

O modelo de colonização adotado no Brasil promoveu o êxodo rural e a consequente concentração de populações nos grandes centros urbanos, favorecendo o capital e os grandes proprietários fundiários. Com isso, criaram-se também as condições para a formação do mercado de terras que, por sua vez, amplia as tensões sociais, aumentando ao mesmo tempo os índices de distribuição desigual da terra e, por conseguinte, a concentração de riquezas, além da violência no campo. Os resultados específicos desse modelo de construção do mercado conduzem à constatação de que a “[...] apropriação ilícita das terras, caracterizada pela adoção da grilagem e violência, denotam os reais significados deste modelo de colonização [...]” (SOUSA, 2016, p. 56).

Associado ao problema dos grileiros, existe a estratégia de dominação que passa pelo não permitir o acesso à propriedade da terra. “Mas na região estavam entrando muitos grileiros e a gente teve muitas barreiras, porque mesmo a área sendo da colônia tinha grileiros querendo invadir e teve o sindicato e a ajuda da Igreja e dos próprios colonos. A grilagem era bem forte. A questão mais difícil era a da titulação, porque, mesmo sendo do INCRA, trabalhadores rurais ainda não têm sua titulação de terra e aí muitas vezes não podem acessar financiamento bancário por não ter título definitivo da área e não são os proprietários legítimos da área” (Entrevista com Duda).

Nesta pesquisa, a colonização dirigida na região do Alto Turi é compreendida como um longo processo de expropriação, apropriação privada e expansão do mercado de terras no território. O trabalhador rural que se fixava nas terras através da colonização espontânea foi obrigado a abandoná-las na ilusão de adquirir uma parcela de terra em áreas de colonização dirigida. O resultado foi que muitos trabalhadores rurais abandonaram seus lotes na área de colonização por falta de políticas públicas. As instituições oficiais de reforma agrária, através da colonização dirigida, não deram garantias jurídicas nem financeiras para a fixação do homem no campo, mas, ao contrário, trouxeram mais conflitos de terras, causando diversos transtornos sociais.

No âmbito do Projeto de Colonização Dirigida (PCAT), havia diversos projetos agrícolas, dentre os quais a apicultura. A COLONE, através de um engenheiro, criou um projeto para

produção de mel, ofereceu formação técnica para os trabalhadores rurais e fundou a cooperativa COMPATUR. As famílias tiveram acesso ao financiamento para o início das atividades apícolas, mas o projeto não teve continuidade e, em 2002, a cooperativa estava praticamente falida e os apicultores, endividados.

Nessa região do Alto Turi, as primeiras iniciativas que deram bons resultados no campo da apicultura foram devidas aos movimentos sociais e à Igreja Católica, através da CPT, na época liderada por Padre Abbas. Este, percebendo o avanço do desmatamento, o acirramento dos conflitos de terra e a falta de perspectivas para os jovens e as famílias, passou a se interessar pela atividade apícola e elaborou um projeto de produção de mel como alternativa econômica para geração de renda para os camponeses da região.

Padre Abbas chegou na paróquia de Santa Luzia do Paruá em 1993 como diácono e posteriormente assumiu a paróquia. “Como diácono, aí assumi este desafio que era o de assumir essa cooperativa. O animador da comunidade participativa da Igreja e também fazia parte da cooperativa. Ele contava que todos os membros da cooperativa pertenciam à Igreja, que o dilema era vender a produção. Eles conseguiram um crédito no BNB e tinham uma dívida. Daí tentei ajudar, os sócios se sentiam donos da cooperativa, do patrimônio e não tinham nada a não ser uma grande dívida. Não aceitam ideias novas, tinha uma disputa de poder” (entrevista com Abbas).

O primeiro passo foi reunir cinco famílias para discutir e colocar em prática o projeto apícola na região. Logo no início eram os próprios camponeses que construíam suas colmeias num espaço no fundo da igreja, concedido pela Paróquia de Santa Luzia do Paruá. “Na verdade, a apicultura na região do Alto Turi, principalmente aqui na região de Santa Luzia do Paruá, onde tudo começou, nos anos 80, com uma associação do interior, de trabalhadores rurais que começaram essa atividade aqui e não teve muito êxito porque não tinha mercado, foi difícil para vender, eu ainda olhei por lá, antes de entrar na atividade, vários decantadores com mel porque não tinha mercado. As pessoas saíam vendendo mel era no litro, colocava nos litros e saíam vendendo. Era muito difícil a comercialização do produto” (entrevista com Duda,).

As maiores dificuldades que os apicultores encontraram no início foi a colocação do mel no mercado, porque não havia demanda e mesmo assim a oferta ainda era pequena. Outro problema era a ausência de meios de transporte para escoar a produção e criação do mercado de mel, que não tinha na região. Esses são não somente fatores de redução da renda, mas também criam incertezas que influenciam negativamente o trabalho apícola, fazendo com que alguns deixem de acreditar na atividade apícola como alternativa econômica. “No primeiro ano, produzimos 600kg de mel, vendemos para uma empresa em Belém do Pará e eles não pagaram. Foi triste. Mas no ano seguinte a gente conseguiu produzir, passamos a produzir 3.200kg. Já estava conseguindo competir com a cooperativa,

aí eu consegui vender, deixava nas paróquias. Era muito difícil naquela época, mas mesmo assim a gente conseguia ter uma renda e eu conseguia fazer reinvestimento e distribuir caixas para mais pessoas produzirem. Daí se criou a Turimel. Não quisemos começar com cooperativa porque no Maranhão não tem tradição de cooperativismo” (entrevista com Abelardo).

Foi essa dinâmica, cuja produção dobrava a cada ano, que justificou a criação da associação TURIMEL como instituição que começou a organizar melhor a produção destinada à comercialização do mel em nível nacional e internacional.

Outro fator interessante no início, quando o mercado ficou comprador, aí nós descobrimos o Piauí, nós passamos uns quatro a cinco anos justificando que aqui na nossa região, que dava mel na região, que tinha um potencial muito grande, mas os bancos não acreditavam. Para eles a única possibilidade de produção de mel era no Nordeste, no Piauí e tal, e começamos a provar, a justificar pelos números o potencial apícola da região. Eu chamei uma família, eram três ou quatro jovens de Picos, e a paróquia pagou todas as despesas e, como eles estavam em um processo técnico bastante avançado, oferecemos todas as condições para eles produzirem e a contrapartida era que eles ajudassem as pessoas que estavam envolvidas no projeto da Igreja. Aí tinha o Pânico, já faleceu, ele ajudou demais o povo a dominar as técnicas para que o processo pudesse ser mais avançado. Aí nós passamos aumentar mais a produtividade. (entrevista com Abelardo).

Em relação ao preço do mel, sua fixação era determinada pela agroindústria, que frequentemente exporta o mel in natura, seguindo o preço internacional do produto. A estratégia adotada pelos apicultores em relação ao preço consiste em

trabalhar no sentido de limitar os custos de produção e adotar uma política de preços que segue a média do mercado, mas observa-se também que a venda direta ao consumidor é uma prática corrente em diversas regiões do Maranhão.

A produção econômica do mel se realiza através da combinação do trabalho humano e da força animal das abelhas, sendo que a colmeia é um complexo espaço industrial – expresso nas medidas milimétricas dos favos – de relações de produção e de comunicação entre as abelhas (que têm forma específica de se comunicar) e o ecossistema (BENVENISTE, 1966). Do ponto de vista econômico, Marx estabelece a distinção entre ferramenta e máquina (MARX, 2013, p. 446-447). No caso específico do uso da ferramenta, a força motriz vem do trabalho humano, ao passo que a máquina é movida por uma força não humana. A utilização da força animal é uma das mais antigas invenções da humanidade. A partir do momento em que uma força é transferida do homem para um mecanismo é que se tem a máquina ao invés da ferramenta. No caso da criação de abelhas, o apicultor utiliza a força animal (da abelha, no caso) para produzir mel, na medida em que racionaliza o trabalho das abelhas ao implantar a caixa Langstroth¹³ que

13 Lorenzo Langstroth, apicultor e pesquisador estudou a arquitetura apícola e criou uma colmeia racional levando em consideração o espaço abelha. Esta colmeia é de expansão vertical e dividida em módulos. A caixa é composta por um fundo, que serve de apoio para a estrutura; pela caixa ninho, onde as abelhas se instalam e a rainha faz postura; uma ou mais melgueiras, onde o mel será armazenado; e a tampa, que cobre toda a estrutura. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/cursos-criacaodeabelhas/artigos/colmeia-langstroth-ferramenta-importante-na-producao-de-propolis>. Acesso: 18 mar. 2023.

se configura como ferramenta capaz de ampliar a capacidade produtiva das abelhas.

Esse padrão de caixa não se constitui como máquina industrial: é apenas uma ferramenta utilizada como um dos meios elementares no processo de produção de mais mercadorias, se comparada com as formas de produção do mel sem a intervenção humana. No entanto, as diversas técnicas utilizadas no processo de produção e extração do mel não deixam de ser uma forma de industrialização da produção do mel, na qual o apicultor cria condições ideais para uma maior produtividade e o conseqüente aumento da renda doméstica, concretizada com a venda das mercadorias socialmente produzidas.

A caixa Langstroth se caracteriza como um dos principais instrumentos de trabalho do apicultor que, por sua vez, a utiliza na produção do mel e para fazer capturas de novos exames, aumentando o apiário ou reestruturando-o, quando há fugas ou grande mortalidade de abelhas. Essa alteração nos modos de produção do mel só foi possível graças à revolução nos instrumentos de trabalho apícola, cuja força produtiva é social e se constitui como base das associações apícolas. Isto é entendido como “progresso” histórico e momento indispensável para a formação econômica da sociedade rural do Teso / Anajatuba e, por outro lado, como meio para exploração e preservação da biodiversidade que se traduz pela criação racional das abelhas, o que não deixa de ser uma exploração humana do trabalho das abelhas.

Como produto da arte econômica, a colmeia se ergue apoiada numa estrutura de ferro com base de concreto, amarrada em uma árvore, apoiada em cavaletes ou em um pedaço de madeira. Deve ser localizada em espaço aberto, livre o suficiente para permitir os pousos e as decolagens das abelhas que saem em busca de néctar e retornam com bolinhos de néctar nas patas traseiras. O cenário é o de uma verdadeira indústria composta de um conjunto de colmeias que são pequenas unidades de produção da economia rural.

6 COOPERATIVA, ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA E COMPETIÇÃO NO MERCADO DO MEL

Os produtos agrícolas que são objeto de exportação (mel, café, açúcar, etc.) se inscrevem num mercado mais aberto, mas são controlados por oligopólios (atravessadores) que exercem uma forte influência nos preços dos produtos. Essa estrutura de mercado não favorece o pequeno produtor rural, que consegue captar apenas uma pequena parte do valor estipulado por cada setor de produção agrícola. O apicultor tem pouco poder para atenuar o impacto dessa relação de força social e concorrência no mercado. A alternativa encontrada, que obedece ao princípio do comércio equitativo, foi organizar e criar condições para que o apicultor coloque diretamente no mercado seus produtos através de cooperativa ou associação, que permite organizar a produção e a comercialização, regulados por instrumentos de mercado.

As cooperativas agrícolas foram entendidas como uma utopia social (DRAPERI, 2005). Progressivamente elas foram sendo reguladas pelo Direito de cada país. A codificação se refere a um conjunto de valores, princípios e regras que são enunciadas hoje pela Alliance Cooperativa Internacional. Uma cooperativa é uma associação de pessoas que se reúnem voluntariamente para satisfazer suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa cuja propriedade é coletiva e onde o poder é, em princípio, democrático (ACI, 2003). A cooperativa se refere também a princípios de educação e infraestrutura, cooperação entre cooperativas e implicações no desenvolvimento local. Desse modo, uma cooperativa agrícola pode ser definida como uma organização econômica controlada democraticamente por produtores que são ao mesmo tempo proprietários, fornecedores e usuários.

A Cooperativa Mista dos Produtores agrícolas do Alto Turi (COMPATUR) foi construída a partir de um grupo restrito de agricultores e nasceu com o objetivo de sistematizar a produção e comercialização dos produtos agrícolas, dentre eles o mel e seus derivados. Ela foi a segunda experiência de cooperativismo na região que teve uma curta existência. Os principais problemas enfrentados pelos cooperados eram a falta de conhecimento técnico para produção e beneficiamento do mel, assim como a ausência de capacitação administrativa e gerencial e a defasagem de recursos para implementação do projeto apícola.

Um dos maiores problemas é que muitos trabalhadores tiveram que assumir as dívidas da cooperativa, uma vez que o Banco do Nordeste do Brasil individualizou a dívida total da cooperativa para cada um dos cooperados. O resultado desse fracasso foi uma visão negativa do cooperativismo que se instalou na consciência dos trabalhadores rurais da região, os quais passaram a conceber o cooperativismo com muitas ressalvas. Isso criou obstáculos culturais para a formação de novas cooperativas ou associações no campo específico da produção e comercialização dos produtos agrícolas, dentre os quais o mel. Esses problemas são relativos a experiências associadas a interesses de natureza política ou clientelismo, bem como “[...] a sistemas de gestão propícios ao desvio de fundos, cujo controle sempre escapou aos pequenos produtores” (SABOURIN, 2001, p. 6).

Deve-se ressaltar, também, que a permanente luta dos colonos pela regulação fundiária de seus direitos de propriedade das terras criava dificuldades de acesso ao crédito. Os colonos passaram a se organizar em sindicatos de trabalhadores rurais na região do Alto Turi, contando com o apoio da CPT, que tinha uma forte influência sobre os trabalhadores rurais em grande parte das regiões do Brasil. É nesse contexto que emerge não mais uma cooperativa, mas uma associação de produtores de mel da região, a TURIMEL.

A nova prática apícola teve início com cinco famílias, que se denominaram de Grupo Alvissareiro. Esse fato deu um novo impulso na construção do mercado do mel na região: “Apare-

ceu aqui o padre Abbas que conheceu a atividade no Piauí. Ele conheceu a gente e convidou a gente para fazer um pouco de apicultura [...] O Grupo Alvissareiro, cinco companheiros que começaram vendo o que os outros companheiros faziam por que não conseguir deslanchar por falta de comercialização. Esse padre já começava naquela época a procurar mercado, no Piauí, em outros cantos do país e já começou a procurar mercado [...]” (entrevista com Duda).

7 RESULTADOS E CONCLUSÃO

Quando a produção e a comercialização começaram a crescer, havia oferta e demanda significativas. O mercado ainda estava em sua fase de construção e Duda acrescenta que muitos trabalhadores “[...] que tinham recebido do governo, da colônia, um pedaço de terra para trabalhar às vezes estavam vendendo para vir embora para a cidade ou migrar para outros estados para ver se melhoravam de vida. Mas, com a apicultura, a gente deu um grande salto, segurando os trabalhadores rurais no seu pedaço de terra. Muitos que tinham vendido suas terras voltaram para trabalhar com apicultura, conseguiram requerer a sua terrinha para trabalhar e a gente teve esse grande avanço em segurar os nossos trabalhadores rurais na zona rural” (entrevista com Duda).

Na região do Alto Turi, como se nota no depoimento acima, a apicultura foi um fator determinante para a fixação do apicultor na terra. A apicultura, para além da dimensão eco-

nômica e social de produção do mel, é também uma atividade ligada à defesa da ecologia: as abelhas dependem dos recursos do ecossistema para a produção do mel e, ao mesmo tempo, a polinização feita pelas abelhas assegura a conservação da biodiversidade (FLORAZ et al., 2006).

Esta pesquisa analisa também o significado político que a TURIMEL teve como instituição central no processo de organização da produção do mel, assim como o engajamento social dos apicultores na formação do mercado, na gestão da produção e na comercialização do mel. Na primeira pesquisa exploratória, nota-se que a associação TURIMEL também entrou em crise, perdeu o selo do Serviço de Inspeção Federal (S.I.F), órgão vinculado ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, e hoje está praticamente em decadência. Os problemas estão associados à gestão e a interferências políticas. Mesmo assim, os apicultores continuam suas atividades, porque o mercado do mel se consolidou de tal maneira que a região do Alto Turi é a maior produtora de mel do Maranhão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE MEL. **Dados das exportações de mel**: setor apícola brasileiro em números. [S.l.]: ABEMEL, 2016. Disponível em: <http://brazillletsbee.com.br/dados-setoriais.aspx>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ANDERSON, David R. et al. **Estatística aplicada à administração e à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 600 p.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique Générale**. Paris: Gallimard, 1966.

BOYER, Robert. Les institutions dans la théorie de la regulation. **Cahiers d'Économie Politique**, v. 44, 2003, p. 79-101.

CALLON, Michel. **L'emprise des marchés: Comprendre leur fonctionnement pour pouvoir les changer**. Paris: La Découverte, 2017.

CASTEL, Robert. **La montée des incertitudes: Travail, protections, statut de l'individu**. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APICULTURA. **Brasil apícola**. [S.l.]: CBA, 2021. Disponível em: <https://www.cbraca.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2021.

CROZIER M.; FRIEDBERG E. **L'acteur et le système**. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

DESROCHERS, M.; FICHER, K. The power of Networks integration and Financial Cooperative performance, CIRPÉE working paper. **Annales of Public and Cooperative Economics**, Québec, n. 5, p. 307-354, 2005.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. **Caderno CRH**, v. 25, n. 66, p. 481-504, set./dez. 2012.

GARCIA, Marie-France. La construction sociale d'un marché parfait. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**, v. 65, nov. 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_65_1_2347. Acesso em: 10 fev. 2023.

HARNAJ, V. **Prefácio: L'apiculture industrielle**, Symposium International. Bucarest: Éditions Apimondia, 1979.

LEBARON, F. **La crise de la croyance économique**. Paris: Éditions du Croquant, 2010.

LEGLER, L.; LAGO, A.; CORONEL, D. A. A organização associativa no setor apícola: contribuições e potencialidades. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 9, n. 2, p. 151- 163, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: ANPOCS, 1988.

MUSUMECI, Lonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: ANPOCS, Editora Revista dos Tribunais, Vértice, 1988. (Colonização 'espontânea', campesinato e patronagem na Amazônia Oriental).

PAULA, Juez de. **O mel do Brasil: as exportações brasileiras de mel no período 2000/2006 e o papel do SEBRAE**. Brasília: SEBRAE, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1991.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SABOURIN, Eric. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido. **Revista Antropolítica**, n. 9, 2001.

SAFATI, G. E. **Éléments d'analyse du discours**. Paris: Armand Colin, 2005.

SOUSA, Jailson de Macedo. Efeitos da colonização dirigida no território maranhense: reflexões a partir do projeto de colonização do Alto Turi – PCAT (1960-1980). **Revista Cerrados**, Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia (UNIMONTES), Montes Claros, v. 14, n. 2, p. 52-70, jul./dez. 2016.

SMITH Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

TAVARES, Vanda et al. **Colonização dirigida no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1972.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso**: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970). 1986. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1986.

CPT. **Colmeia Langstroth**: ferramenta importante na produção de própolis. Viçosa, MG: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/cursos-criacaodeabelhas/artigos/colmeia-langstroth-ferramenta-importante-na-producao-de-propolis>. Acesso 18 mar. 2023.

CPT. **O ácaro Varroa, grande inimigo das abelhas, está com seus dias contados**. Viçosa, MG: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/noticias/o-acaro-varroa-grande-inimigo-das-abelhas-esta-com-seus-dias-contados>. Acesso 18 mar. 2023.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO NA AMAZÔNIA: governamentalidade, biopolítica e contracondutas

Edileide Patrícia Câmara Lima¹⁴

Nilsa Brito Ribeiro¹⁵

- 14 Membro da equipe de formadores do Departamento de Ensino Urbano da Secretaria Municipal de Educação de Marabá, Pará. Membro do Grupo de Pesquisa “Saber, poder e resistência cultural/CNPq. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: edileidepc@hotmail.com..
- 15 Professora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Linguística, Letras e Artes e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, ambos da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Saber, poder e resistência cultural/CNPq/Unifesspa. Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas. Email: nilsa@unifesspa.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os estudos foucaultianos, a verdadeira natureza do Estado é um conjunto de forças e de trunfos capazes de serem fortalecidos ou enfraquecidos conforme a política adotada pelos governos. Um dos jogos de verdade adotados pela governamentalidade do Estado moderno, como forma de garantir a positividade do poder, é o cuidado com a população, a partir de uma relação poder-saber, ou seja, a população se torna, na governamentalidade do poder, um objeto de ação e de conhecimento do próprio Estado que age como responsável por cuidar dos homens como população e não como indivíduo. Assim, a taxa de longevidade é conseguida graças a orientações aos idosos sobre mudanças de comportamentos; a superação de índices de analfabetismos exige certas práticas do sujeito da educação, como, por exemplo, submeter-se a avaliações externas, a classificações de escolas, a certos níveis de produtividade docente etc. Nesse sentido, observa Foucault que, na governamentalidade, o Estado não é amoroso nem paternalista. Mesmo que ele crie políticas públicas voltadas para a população, estas são pensadas e formuladas para atender aos objetivos específicos do próprio Estado.

O Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar. A arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar

suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever do Estado tornar-se ser. O dever-fazer do governo deve se identificar com o dever ser do Estado. O Estado tal como é dado - a ratio governamental- é o que possibilitará, de maneira refletida, ponderada, calculada, fazê-lo passar ao seu máximo de ser. (FOUCAULT, 2008, p. 6)

É com essa compreensão que nosso estudo se volta para o dispositivo de formação, enquanto um tecnologia por meio da qual a governamentalidade e a biopolítica estabelecem suas regras e esquemas, racionalizando maneiras de objetivação dos indivíduos, levando-os a se reconhecerem como professores de um dado tempo e de uma dada ordem.

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará . Neste trabalho específico, propomos analisar práticas discursivas em relatos escritos por professores durante a realização de processos de formação desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional de Formação na Idade Certa (PNAIC), realizado na cidade Marabá- Pará, no período de 2013 a 2017, e do Programa de Formação da Secretaria Municipal de Educação de Marabá, realizado também em Marabá, em 2015.

Com base nos estudos realizados por Foucault (1993; 1995) acerca da intrincada relação entre sujeito, poder e saber, nossas análises se voltam para relatos escritos pelos professores durante os encontros de formação realizados pelos dois programas. Nosso interesse é apreender nos discursos desses sujeitos processos de objetivação instaurados pelos jogos de

verdade da governamentalidade e da biopolítica e o modo como o professor se subjetiva na relação com as técnicas de objetivação. Compreendendo que a política de formação de professores é um dispositivo da arte de governar, os jogos de verdade determinam o que o professor desse tempo que é nosso deve saber, dizer e fazer, para responder às condições históricas do tempo presente.

Assim, focalizamos as linhas de força da governamentalidade do poder por meio das quais o professor é chamado a modificar-se conforme as regras operadas pelo dispositivo de formação e por regimes de verdades. Se, conforme discute Foucault (1984 [2004a]), em cada conjuntura, o poder se relaciona com a verdade de modos diferentes, é necessário que se entenda como é elaborada a verdade sobre o professor, em nossa sociedade, pois é a partir daí que todo o sistema de formação funciona. Nessa perspectiva, a formação de professor tem uma história e nela mesma estão implicados saberes específicos sobre esse sujeito, gerados a cada momento histórico, sob a exigência de novos regimes e de novas regras, de modo que, no mundo contemporâneo, sobretudo no contexto das reformas neoliberais, em que sentidos de competência se convertem na instrumentalização de um saber universalizante, a formação de professores é também agenciada por lógicas produtivistas em que competência e instrumentalização de saberes se equivalem. É sob essa lógica que o professor é interpelado pelas políticas de formação/subjetivação.

Mas, conforme problematizam os estudos foucaultianos, embora o dispositivo conduza os sujeitos a um certo resultado, entrelaçando saberes, técnicas e discursos científicos com a prática do poder, as linhas de força do dispositivo não atuam como unidades fechadas em si mesmas. Há sempre entrecruzamentos entre linhas de força e linhas de fissuras. Ou seja, os regimes que sustentam as linhas de força dos dispositivos de poder são também desequilibrados por linhas que escapam às imposições do poder. Por isso, interessa-nos, também, apreender na materialidade em análise processos discursivos de resistência às determinações dos dispositivos da governamentalidade do poder. Ou seja, nossas análises se voltam também para processos de subjetivação de si que expõem as fissuras dos regimes de verdades, insinuando gestos de resistências e possibilidades de o sujeito professor vir a ser outro, no avesso das normatizações e das normalizações encapsuladas pelas políticas de formação que se pretendem hegemônicas.

2 O PODER NA ARTE DE GOVERNAR: biopoder e biopolítica

Foucault (1995) afirma que o sujeito é constantemente colocado em relações de produção, de significação e de poder. Segundo o autor, o poder é uma relação de forças e toda relação de forças é definida como um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas, sobre sua própria ação: uma ação sobre um corpo, sobre as coisas. O poder for-

ça, submete o sujeito, embora o outro da relação não seja um subjugado, uma vez que todo poder só existe porque há, como parte do jogo, práticas de resistência, ou melhor, o poder incita as resistências, de modo que as relações são sempre relações de força reversíveis. “Não há relações de saber triunfantes e cuja dominação seja incontornável [...]” (FOUCAULT, 1982 [2006], p. 232). Como adverte Sousa Filho (2007), mesmo quando Foucault tratou da verdade e do poder, a liberdade já se insinuava “[...] nas resistências, nas lutas pontuais, nas lutas específicas, nas *experiências*, nos modos-de-vida-outros, coisas pouco teorizadas, mas nunca ausentes de suas aulas, de suas falas, de seus textos, comparados por ele próprio a “batalhas” e “armas” [...]” (SOUSA FILHO, 2007).

Na perspectiva teórica de Foucault, o poder funciona independentemente dos indivíduos, posto que ele é relacional, ou seja, está presente em todas as relações estabelecidas pelos sujeitos em todas as esferas sociais e dentro de determinadas condições históricas. Sendo assim, não há poder absoluto, mas, relações que se estabelecem, dependendo da posição ocupada pelo sujeito. Na compreensão de Brígido (2013), por essa via de abordagem, Foucault rompe com concepções clássicas em que o poder é compreendido como algo que força o indivíduo a ceder a um governante. O poder é, nessa perspectiva, algo que não pode ser localizado e observado como restrito a uma instituição determinada ou ao Estado; pelo contrário, o poder se encontra funcionando em toda parte, de modo que

nenhuma relação escapa ao seu funcionamento, embora haja especificidades que devem ser consideradas.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. (FOUCAULT, 2004a, p. 193).

Destaca o autor que em toda sua trajetória de investigação, sempre tratou do poder, embora seu objetivo não tenha sido propriamente analisar o poder, mas, problematizar os modos pelos quais os indivíduos tornaram-se sujeitos, a partir de jogos de verdade a eles impostos ou não. Ou seja, Foucault estava interessado nos modos de objetivação do sujeito, seja investigando o modo como o sujeito é objetivado pelos jogos de verdade do discurso científico, seja estudando a objetivação do sujeito a partir de processos de exclusão e de interdição, ou problematizando como o indivíduo aprende a se reconhecer como sujeito. (FOUCAULT, 1995).

É nessa terceira fase de interesse investigativo que Foucault (1981) se dedica aos estudos do governo de si e do outro, enquanto um sistema político que atua sobre a vida da população por meio de dispositivos que têm um alcance mais extenso do que o poder disciplinar, na medida em que tais dispositivos

tomam por alvo não mais o indivíduo, mas, a população. No biopoder, os dispositivos se apresentam como uma rede produtiva que passa através de todo o corpo social sempre objetivando os indivíduos em sujeitos, de acordo com verdades, regras e esquemas. Lembra Foucault que mesmo nesta fase de atuação do biopoder, o objetivo continua o mesmo: controlar a fim de obter uma maior otimização e docilização dos corpos, só que agora não mais individualmente, mas de forma coletiva, com foco na espécie humana.

Mas não se pode dizer que o indivíduo seja totalmente descartado pela governamentalidade do poder. Como bem discute Foucault, embora o Estado, enquanto uma estrutura política de poder que se desenvolveu de modo contínuo, seja considerada por muitas pessoas como um tipo de poder político que ignora os indivíduos, como se ocupasse apenas dos interesses da totalidade ou de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos, é importante compreender que o Estado é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora. Ou seja, ao mesmo tempo que atua sobre classes ou grupos sociais, interpela os indivíduos em suas subjetividades, não deixando ninguém de fora de sua rede de injunções e de seus regimes de verdade.

É a partir dessa percepção que o autor define o conceito de biopolítica como uma prática governamental que atua sobre o conjunto de seres viventes - a população- como um domínio mais sofisticado e refinado sobre os corpos. Desde o século XVIII, essa forma de poder passa a racionalizar os problemas

propostos à governamentalidade a partir de fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças, demografia etc. Nesse conjunto de fenômenos podemos acrescentar outros, tais como, alfabetização, escolarização, formação etc., para ficarmos no campo educacional.

Daí, o investimento em políticas que, ao mesmo tempo que atuam em defesa da sociedade, exercitam certos controles por meio de dispositivos que levam a própria população (idosos, loucos, estudantes, professores, jovens, mulheres, negros, deficientes etc.) a exercer seu autogoverno através do cuidado de si, subjetivando-se no interior dos processos de objetivação do biopoder.

3 PRÁTICAS DE SI: o governo do sujeito à verdade

Com foco na ética da existência, Foucault (1993) problematiza a relação do sujeito consigo mesmo, com o poder e com a verdade, destacando em suas análises como nas sociedades modernas se desenvolveram complexas relações entre a individualidade, o discurso, a verdade e a coerção. É nessa complexa relação do sujeito com uma verdade sobre si mesmo que tomamos os relatos escritos por professores em contexto de formação, a fim de apreendermos que tipos de obrigação se instauram sobre esse profissional quando convocado a se narrar e a narrar suas práticas pedagógicas por meio de dispo-

sitivos que colocam o sujeito numa relação consigo mesmo. Nesse sentido adverte Foucault (2004a) que é no domínio da governamentalidade que as “práticas de si”, embora tenham recebido pouca atenção investigativa em nossa sociedade, são um fenômeno muito importante, considerando que é por meio delas que os sujeitos são incitados a se subjetivarem.

Em sua abordagem sobre a “genealogia do sujeito moderno” Foucault (1993) faz referência a uma primeira concepção filosófica que “[...] vê no sujeito de sentido a fundação de todo o conhecimento e o princípio de toda a significação [...]”. (FOUCAULT, 1993, p. 3). Trata-se da filosofia do sujeito individual, concebido como um centro dotado de plena consciência, do qual emanam os sentidos. Uma via de superação da filosofia do sujeito do conhecimento foi assumida por “[...] uma teoria do conhecimento objetivo e uma análise de sistemas de sentido a que poderíamos chamar semiologia [...]” (FOUCAULT, 1993, p. 3). Adverte Foucault que a forma por ele encontrada para se afastar tanto da filosofia do sujeito quanto do estruturalismo foi “[...] por meio de uma genealogia que estuda a constituição do sujeito através da história, a qual nos levou à moderna concepção do eu [...]” (FOUCAULT, 1993, p. 4).

É por meio dos estudos da genealogia do sujeito que o autor passa a estudar o modo como os sujeitos são produzidos e transformados a partir de diferentes práticas discursivas e não discursivas (em hospitais, presídios, manicômios, escolas etc.). Assim, Foucault assevera que é preciso

[...] levar em conta não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas do eu. Logo, é necessário observar os pontos em que as tecnologias de dominação dos indivíduos uns sobre os outros recorrem a processos pelos quais o indivíduo age sobre si próprio e, em contrapartida, os pontos em que as técnicas do eu são integradas em estruturas de coerção [...]. (FOUCAULT, 1993, p. 207).

Para o autor, a relevância de uma filosofia do sujeito, por meio de uma genealogia, reside no fato de as práticas, por meio das quais o sujeito é produzido e transformado, serem sempre acompanhadas de certos jogos de verdade, de modo que o próprio campo do conhecimento é um espaço privilegiado de verificação da produção do sujeito. Além disso, segundo Foucault, o estudo da genealogia é importante porque em nossas sociedades uma das mais importantes obrigações morais do sujeito é conhecer a si próprio, a partir de práticas de si ou práticas de confissão. Em síntese, “A obrigação dos indivíduos à verdade e uma organização científica do conhecimento são as duas razões pelas quais a história do conhecimento constitui um ponto de vista privilegiado para a genealogia do sujeito [...]” (FOUCAULT, 1993, p. 4).

É sob a compreensão de que o sujeito se constitui nas práticas discursivas e não discursivas que procuramos analisar processos de constituição do sujeito professor a partir do dispositivo de formação. Tratando da produção de sujeitos no domínio da educação, segundo Larrosa,

É no momento em que se objetivam certos aspectos do humano que se torna possível a manipulação técnica institucionalizada dos indivíduos. E, inversamente, é no momento em que se desdobra sobre o social um conjunto de práticas institucionalizadas de manipulação dos indivíduos que se torna possível sua objetivação "científica" [...]. (LARROSA, 1994, p. 52).

Nesse sentido, o autor se propõe a analisar modos de subjetivação do sujeito da formação a partir de dispositivos que o interpelam por meio de regras e de práticas produtoras de si mesmo, sob a compreensão de que toda cultura dispõe de dispositivos de formação de seus membros como sujeitos dotados de uma certa experiência de si. Para Larrosa, “[...] o sujeito, sua história e sua constituição como objeto para si mesmo, seriam, então, inseparáveis das tecnologias do eu [...]” (LARROSA, 1994, p. 56).

As análises a seguir se voltam às técnicas de objetivação da biopolítica enquanto espaço de produção de um saber sobre o professor, mas, também, ao modo como o sujeito se transforma na relação com os jogos de verdade da biopolítica.

4 BIOPOLÍTICA E CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Entendendo que a cada momento histórico as políticas educacionais dispõem de dispositivos nos quais os sujeitos da formação se inserem na constituição de novas subjetividades, nosso interesse analítico é apreender como as subjetividades

do professor vão se produzido nos processos de formação instituídos por políticas públicas, entendidas como uma biopolítica que se exercita na produção de saberes sobre o professor.

Destacamos nas análises três modos de funcionamento dos discursos que expõem formas de produção de subjetividades docentes no interior de uma política de formação: i) A constituição do professor em *déficit* com a formação; ii) A confissão como uma obrigação à verdade de si; iii) A emergência de gestos de resistências.

4. 1 A constituição do professor em *déficit* com a sua formação

Neste eixo, as análises procuram apreender como o programa de formação é tomado enquanto algo fundamental e indispensável à vida do professor. As análises sugerem que à medida que o discurso produz uma representação positiva da política de formação docente, o foco recai sobre aspectos metodológicos do Programa que, por sua vez, funcionam como uma espécie de tutorial que deve ser adotado e seguido rigorosamente pelos professores a fim de superar supostas incapacidades pedagógicas.

SE1¹⁶

[...] esse programa veio contribuir com uma gama de ideias, sugestões muito bem elaboradas e distribuídas com clareza para nós professores estar aproveitando as sugestões e de-

envolver na nossa sala de aula, veio enriquecer com ideias e sugestões valorosas para o aprendizado dos nossos alunos. Como: Sequência Didática, várias sugestões como trabalhar de maneira que o aluno possa aprender de um jeito agradável. E também incentivar o professor a trabalhar com os vários gêneros textuais respeitando o nível silábico do aluno, a formação que foi oferecida para os professores, todos os módulos foram proveitosos para o desenvolvimento do trabalho da sala de aula. (R3, 3º ano, 2013).¹⁷

A SE1 é recorte de um relatório escrito por uma professora durante a formação realizada pelo PNAIC, atendendo a uma demanda dos formadores do programa. Ou seja, fazia parte da formação a prática escrita de relatos em que os professores deveriam descrever suas experiências pedagógicas em sala de aula, a partir de orientações recebidas durante as etapas de formação. Por meio desses relatos os formadores acompanhavam e avaliavam o desempenho dos professores, em sala de aula.

Como se pode depreender da materialidade da SE1, há marcas linguísticas que, inscritas em condições históricas de formação e de circulação, produzem efeitos de uma representação positiva da professora em relação ao programa de formação (PNAIC), particularmente no que se refere à metodologia proposta.

Efeitos de sentido da avaliação positiva do programa se manifestam nos índices linguísticos: **veio contribuir; sugestões**

17 R3 corresponde a “Relatório 3” (ordem de organização dos relatórios); 3º ano (corresponde ao ano da turma de ensino fundamental em que a professora, autora do relato, atuava no momento da pesquisa; 2013, ano em que o relatório foi escrito.

muito bem elaboradas; distribuídas com clareza; veio enriquecer com ideias e sugestões valorosas, remetendo, por um lado, à importância e à eficácia de um programa que **contribui**, que **enriquece**, que **elabora bem** as sugestões oferecidas aos professores, distribuindo-as com clareza. Ao mesmo tempo, esses índices avaliativos revelam o modo como o professor se subjetiva em relação às técnicas de formação com as quais ele se relaciona. Na relação com os regimes de formação disponibilizados pela biopolítica, o sujeito se constitui como um profissional que depende de **sugestões metodológicas bem elaboradas** e que lhe cheguem **com clareza**, inscrevendo-se em uma formação discursiva cuja posição é de quem necessita continuamente de técnicas e de métodos pedagógicos colocados à sua disposição. Por isso mesmo, atualiza-se a memória do professor pauperizado intelectualmente (financeiramente?) e que deve ser enriquecido com ideias, com metodologias, com técnicas. De um lado, sentidos de um programa de formação forte, universalizante e eficaz; de outro, sentidos que posicionam o professor numa linha evolutiva e de continuidade histórica, de modo que a formação atua como um dispositivo cujas linhas de forças pressupõem que o sujeito da formação saia da posição de professor indesejada pelo Estado e ultrapasse teleologicamente a linha em direção à superação dos *déficits* de formação.

Como postula Resende (2015), vivemos em uma sociedade do conhecimento que exige cada vez mais dos indivíduos uma constante formação, exigência esta que coloca o sujeito

sempre na posição de quem não acumula experiências, posto que sempre dependente de políticas de formação que condensam subjetividades docentes em racionalidades instrumentais. O professor se subjetiva a partir do desejo de completude alimentado pela biopolítica.

4.2 A confissão como uma obrigação à verdade de si

Como observa Larrosa (1994), Foucault se distancia “[...] de qualquer idéia do sujeito como uma substância real ou uma essência intemporal [...] que se manteria estática ou imutável [...]”. (LAROSSA, 1994, p. 7). É da perspectiva aberta por Foucault que, segundo Larrosa, a experiência que os sujeitos têm de si não é algo que esteja implicado na natureza humana, mas “[...] resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade” (LARROSA, 1994, p. 8).

Seguindo essa via de compreensão acerca do sujeito é que, neste eixo de análise, tomamos a escrita do professor em contexto de formação como um dispositivo de confissão que, ao mesmo tempo que potencializa a prática política do Estado, produz um saber sobre o professor.

SE2

De início apresentei na turma um livro do acervo do PNAIC (3º ano) com o título “A menina, o cofrinho e a vovó” da autora Cora Coralina e fiz algumas perguntas do tipo: sobre o que vocês acham que o livro trata? Algumas crianças falaram que poderia ser sobre uma velhinha pobre que só tinha uma netinha. Outros achavam que seria da vovó que estava juntando dinheiro para dar a sua neta, enquanto também alguns nesse momento não argumentavam nada, apenas pediam para que eu lesse logo a história. Daí, perguntei se alguém conhecia a autora do referente livro, todos disseram em voz alta que não conheciam. Então, perguntei para eles se sabiam o que quer dizer o nome autor ou autora de um livro? Alguns disseram que são pessoas que escrevem o livro [...]. (R13, 5º ano, 2015).

Na SE2, cada etapa do percurso metodológico descrito pelo professor focaliza as atividades por ele realizadas durante a aula: i) De início apresentei na turma um livro do acervo do PNAIC (3º ano) com o título “A menina, o cofrinho e a vovó” da autora Cora Coralina e fiz algumas perguntas do tipo: sobre o que vocês acham que o livro trata?; ii) Daí, perguntei se conhecia a autora do referente livro”; iii) Então, perguntei para eles se sabiam o que quer dizer o nome autor ou autora de um livro?” Observemos, ainda, que a cada estratégia metodológica descrita nos itens i, ii e iii corresponde uma resposta do aluno face à interpelação do professor: i) Algumas crianças **falaram** que poderia ser sobre uma velhinha pobre que só tinha uma netinha. Outros **achavam** que seria da vovó que estava juntando dinheiro para dar a sua neta, enquanto também alguns nesse momento não argumentavam nada, apenas **pediam** para que eu lesse logo a história; ii) todos **disseram** em voz alta que não

conheciam; iii) Alguns **disseram** que são pessoas que escrevem o livro.

Os discursos relatados (falaram que, achavam que, disseram que..) circunscrevem o sujeito da enunciação em uma posição de injunção ao dizer, ou seja, os alunos falam, dizem em resposta a uma pergunta do professor, de modo que tanto a pergunta do professor como a resposta do aluno remetem a “como fazer” e a como levar o outro a fazer, dentro de um esquema de veridicação por meio do qual estabelecem uma obrigação à verdade do professor. É nesse sentido, que segundo Foucault, “[...] se constitui a ‘experiência’ em que estão ligadas a relação consigo mesmo e a relação com o outro.” (FOUCAULT, 2004b, p. 243).

Ao narrar-se, o professor objetiva a sua própria discursividade, descrevendo o percurso metodológico da aula. Nesse gesto presta contas aos formadores, tanto em relação à prática pedagógica quanto em relação à eficácia da técnica, uma vez que nas respostas dos alunos coloca-se sob avaliação o alcance da metodologia de ensino. No domínio da governamentalidade e da biopolítica, em que o papel de polícia atua sobre os corpos por meio de diferentes dispositivos, é possível apreender no discurso da SEI2 uma narrativa de si que consiste em explicitar procedimentos didáticos previamente organizados pelo programa de formação, assim como pressupõe o sucesso da própria observação e descrição das ações do professor, em cumprimento às exigências do programa de formação. Por meio desse dispositivo de narração de si, os professores são

levados a aprender a julgar-se, a avaliar-se a partir de “[...] um conjunto de operações orientadas à constituição e à transformação de sua própria subjetividade.” (LARROSA, 1994, p. 15).

Se, para Foucault, a escrita tem a potência transformadora daquilo que sabemos e do que somos, nos processos de formação desenvolvidos sob a lógica da biopolítica prevalecem dispositivos e técnicas que pretendem tudo organizar sem que nada possa escapar-lhe. As subjetividades são dadas previamente, sem imprevistos (DIAS, 2014) e sem desvios de modelos de formação universalizantes e homogeneizadores. No enunciado 2 temos “uma escrita de si” (FOUCAULT 2004a) que exercita a contenção dos acasos, materializada em uma descrição pormenorizada do processo pedagógico, sem que possam sobressair os riscos, as inseguranças, próprios das experiências e da abertura ao possível. A razão governamental não deixa espaços para as dúvidas e as incertezas, enquanto possibilidades de abertura de outras rotas, de novas possibilidades de subjetivação, o que não quer dizer que elas não surjam desestabilizando a ordem do dizer.

4.3 A emergência de gestos de resistências

Foucault considera que as práticas de si modernas implicadas na governamentalidade, enquanto forma de conduzir a conduta do outro, são também o espaço de emergência de práticas de liberdade, uma vez que, no processo mesmo de subjetivação, abrem-se espaços de dessubjetivação. A liberda-

de se constitui na possibilidade mesma do jogo das regras de produção da verdade, de modo que, se há jogo, há relações de forças, há disputas, o que pode tornar-se espaço de o sujeito se dar outras obrigações que não aquelas determinadas antecipadamente ao jogo. “Sempre há possibilidade, em determinado jogo de verdade, de descobrir alguma coisa diferente e de mudar mais ou menos tal ou tal regra, e mesmo eventualmente todo o conjunto do jogo de verdade [...]” (FOUCAULT, 2004a, p. 282-283).

Por outro lado, Foucault (2004a) chama a atenção para os riscos de se tomar as práticas de liberdade como a superação de relações de dominação ou como a liberação de processos políticos ou econômicos, sob a crença de que há uma essência humana e que basta a superação de certos processos repressivos instaurados histórica, econômica e socialmente para que “o homem se reconcilie consigo mesmo, reencontre sua natureza ou retome contato com sua origem e restaure uma relação plena consigo mesma” (FOUCAULT, 2004a, p. 265).

Levando em consideração o risco apontado por Foucault, na sequência a seguir, procuramos apreender no funcionamento discursivo da sequência enunciativa 3 indícios de resistências silenciosas que apontam para formas de o sujeito vir a ser outro diferente do sujeito previsto nos jogos de verdade da governamentalidade

SE3 - No decorrer dos nossos encontros fui introduzindo tudo que estava estudando nas formações nas minhas práticas pedagógicas, sempre de alguma forma estavam incluídas,

porém nem sempre foram como eu havia planejado ou esperado que fosse, em alguns momentos foram surpreendentes os resultados e em outros ficaram a desejar, precisariam de algumas mudanças para realmente alcançar os objetivos propostos. (R2, 2014)

O enunciado 3 é recorte de um relatório produzido por uma professora que, a exemplo da SE2, deveria expor como as orientações pedagógicas desenvolvidas durante a formação compareceram em suas práticas pedagógicas e como problematizaria a relação entre os métodos da formação e a prática docente. Queremos destacar em nossas análises, como a resistência, antes de ser pensada como uma ação deliberada do sujeito, deve ser apreendida como algo que vai se constituindo no próprio jogo de forças, vai escapando à ordem e às regras das políticas de formação.

A nossa análise se volta para a seguinte sequência: No decorrer dos nossos encontros fui introduzindo **tudo** que estava estudando nas formações nas minhas práticas pedagógicas **sempre de alguma forma** estavam incluídas. Destacamos as formas linguísticas **tudo; sempre de alguma forma; porém nem sempre**. Nosso interesse é apreender no funcionamento desse discurso como sentidos universalizantes deslizam para posições outras, permitindo-nos, flagrar na linguagem deslocamentos de uma generalização do sujeito ancorada na ilusão da completude para posições fraturadas, divididas, justamente porque o sujeito não detém o pleno controle do que diz.

Assim, embora a professora afirme ter inserido em sua prática pedagógica “tudo” o que fora proposto pelo programa

de formação - posição que a coloca alinhada com o desejo de completude – no fio do discurso, esse sentido de totalidade se desequilibra, evidenciando o jogo de forças que move as contradições impostas pela força da história. A sequência linguística: “No decorrer dos nossos encontros fui introduzindo **tudo** que estava estudando nas formações [...]” inscreve a professora numa posição de quem se subjetiva como a profissional que apreendeu de forma inequívoca todas as orientações dos formadores; por outro lado, a sequência “[...] **sempre de alguma forma** estavam incluídas” produz a ambiguidade constitutiva e necessária da linguagem, desequilibrando a posição anteriormente assumida por um sujeito absoluto que imaginariamente domina todo o saber da formação.

Na segunda sequência, a forma linguística **sempre** produz como efeito a contínua mobilização de saberes pedagógicos da formação enquanto a sequência de linguagem “**de alguma forma**” aponta para a possibilidade de esses saberes não terem sido mobilizados pela professora da forma como os formadores orientaram ou esperaram que fossem.

Na sequência: “**porém nem sempre** foram como eu havia planejado ou esperado que fosse, em alguns momentos foram **surpreendentes** os resultados e em outros **ficaram a desejar**” se inscreve o reverso do jogo antecipador da razão governamental, encadeando no discurso outras regras improvisadoras do jogo, ou seja, **porém nem sempre** desestabiliza o desejo de completude do sujeito. Em **surpreendentes** inscrevem-se sentidos de uma apreciação positiva da professora em relação

à eficácia dos métodos aplicados, ultrapassando suas próprias expectativas; ao passo que “ficaram a desejar” aponta para outro valor apreciativo, passando o sujeito da enunciação a ocupar uma outra posição cuja avaliação é de um trabalho que não atingiu o nível desejado, justamente porque há na base do discurso docente um efeito da ideologia que orienta representações de que é possível reproduzir em sala de aula as “fórmulas metodológicas” conformadas nos esquemas do dispositivo de formação.

Esse discurso lacunar expõe em seu funcionamento as fissuras dos jogos de verdades do poder, assim como aponta para a possibilidade de o sujeito vir a ser outro, transformar-se, desequilibrando os esquemas previstos pelos programas de formação. Os deslizamentos de sentidos, antes de ser um problema, mostram que a opacidade, o intervalar e a falha são constitutivos da linguagem e dos sujeitos historicamente situados. Nesse sentido, esse arranjo discursivo, a articulação entre condições de produção e materialidade linguística reclama gestos de interpretação da memória discursiva que atualiza e disponibiliza tanto sentidos de totalização e de generalização (a biopolítica organizando um saber docente) quanto sentidos de incerteza e de incompletude próprios do fazer humano (das urgências do cotidiano escolar).

Essas formulações, em que sentidos deslizam, oferecem-nos a possibilidade de dizer que, ainda que prevaleça nos programas de formação uma racionalidade instrumental e totalizadora, no cotidiano da sala de aula há sempre microlutas

ou práticas que ensaiam resistências ao instituído, ainda que nem todos os professores tenham a percepção desse movimento que subverte silenciosamente a lógica hegemônica da biopolítica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas análises procuraram focalizar efeitos de sentido que remetem à produção de subjetividades do professor da escola básica, em um contexto de formação continuada, sob a compreensão de que em nossa sociedade as políticas públicas integram a arte de governar do Estado e é a partir do governo de condutas que os sujeitos são inventados e reinventados de acordo com jogos de verdade exercitados. Em se tratando de discursos produzidos no âmbito de dois programas de formação, diferentes dispositivos são mobilizados nos quais os professores se inserem para narrar-se a partir de prescrições formativas.

Aprendemos no funcionamento discurso dos relatos um jogo de prescrições formativas que remetem às condutas pedagógicas dos sujeitos da formação. É a partir desses jogos de verdades que os sujeitos exercitam práticas de si, a partir de esquemas que lhes são propostos, sugeridos ou mesmo impostos (FOUCAULT, 2004a).

No conjunto das sequências enunciativas analisadas apreendemos um funcionamento discursivo em que os sujeitos se subjetivam a partir de uma relação com uma formação

regida pela instrumentalização das práticas pedagógicas, com foco no “como fazer”. A biopolítica exercita sua eficácia em dispositivos e técnicas que produzem um professor sempre necessitado de novas metodologias pedagógicas, ou seja, sempre em *déficit* com sua formação. Uma das técnicas agenciadas pela biopolítica é a confissão de si, em que o professor, ao narrar-se, objetiva sua prática e também se subjetiva nessa relação. As coisas ditas sobre o sujeito da formação condensam subjetividades de um professor do nosso tempo, em que a “sociedade da capacitação” (DIAS, 2014) demanda cada vez mais formações específicas voltadas para as urgências do trabalho, razão pela qual o professor se constitui sempre em falta com a sua formação, de modo que sua experiência nunca é colocada como base para novas aprendizagens, assim como não participa da definição de padrões técnicos de conhecimentos.

Mas, é também, no interior dessas relações de poder que as resistências se insinuam, sugerindo possibilidades de novas relações, pois conforme lembra Foucault, é no centro das relações de poder que estão presentes a insubmissão e a possibilidade de liberdade: “[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual. Toda relação de poder implica uma estratégia de luta [...]” (FOUCAULT, 2004a, p. 248). Dessa forma, mesmo que os professores sejam enredados pelos dispositivos de poder e de controle, as contracondutas têm seu lugar de manifestação.

REFERÊNCIAS

BRÍGIDO, E. I. Michel Foucault: uma análise do poder. **Direito Econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 1 p. 56-75, jan./jun. 2013.

DIAS, R. O. Vida e resistência: formar professores pode ser produção de subjetividade? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 415-426, jul./set. 2014.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (org.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. Verdade e subjectividade. **Revista de comunicação e linguagem**, Lisboa, Edições Cosmos, n. 19, p. 203-223, 1993.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Organização de Manuel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro e Inês Aufran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 264-287. (Ditos & Escritos; 5).

FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. In: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Organização de Manuel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro e Inês Aufran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 220-251. (Ditos & Escritos; 5).

FOUCAULT, M. A tecnologia política dos indivíduos. In: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Organização de Manuel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro e Inês Aufran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 301-318. (Ditos & Escritos; 5).

FOUCAULT, M. Aula de 20 de janeiro de 1982- Primeira hora. In: FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. Edição estabelecida por François Ewald, Alessandro Fontana e Frédéric Gros Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma TannusMuchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: LARROSA, J. (org.). **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

RESENDE, H. A educação por toda a vida como estratégia de regulação neoliberal. In: RESENDE, H. (org.). **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018. p. 77-94.

SOUSA FILHO, A. Foucault: o cuidado de si e a liberdade, ou a liberdade é uma agonística. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MICHEL FOUCAULT, 4., 2007. **Anais eletrônicos** [...] [S.l.]: Rede Humaniza SUS, 2007. Disponível em: <http://www.redehumanizasus.net/sites/default/files/foucault20o20cuidado20de20si20e20a20liberdade.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

**DA ARTE DAS VARINHAS ÀS
ENCANTARIAS:
memória e imaginário em Inêz
Garcia na Ilha de Mosqueiro-PA**

Renato Vieira de Souza¹⁸

Agenor Sarraf-Pacheco¹⁹

18 Doutor em Antropologia Social pela UFPA. Membro do GECA. Educador da Rede Municipal de Belém. E-mail: ssplo@hotmail.com.

19 Doutor em História Social pela PUC-SP; Pós-Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura (UNAMA) e Pós-Doutor em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (UNIFESSPA); Professor do Programa de Pós-Graduação em História – PPHIST/UFPA, Fundador e coordenador do Grupo de Estudos Culturais na Amazônia – GECA/CNPq/UFPA. E-mail: sarraf@ufpa.br.

1 INTRODUÇÃO

Ao norte de Belém, capital do Pará, está situada a ilha de Mosqueiro²⁰ onde se observa a produção de diferentes fazeres artesanais, entre eles as varinhas bordadas, vendidas como lembrança do lugar, uma herança ancestral tradicionalmente produzida por mulheres que vivem no interior da ilha. Esses pequenos objetos decorados com desenhos geométricos e variantes em seu comprimento entre 10,0 cm a 1,00 m remontam memórias perpassadas ao longo de décadas e que assinalam a relação dos desenhos com entidades da floresta, rituais míticos e outros elementos da cosmologia indígena e africana que têm sido denominadas encantarias.

Historiadores e poetas de Mosqueiro, encantados, muitas vezes, com as belezas de suas praias, rios, florestas e igarapés, sempre deram ênfase aos atrativos turísticos e projetos de desenvolvimento urbano com vistas a atender o fluxo de visitantes desde a segunda metade do século XIX; processo que se intensificou exponencialmente ao longo do século XX. De fato, não podemos ignorar o aspecto atrativo que se desenhou durante décadas, constituindo a ilha como ambiente praiano, turístico e propício para este mister. Ocorre que essa dimensão visível de Mosqueiro, promoveu direta ou indiretamente, a invisibilidade de feições inerentes à cosmologia de cidade

20 Ao contrário do que se pode imaginar, o termo não se refere a moscas e sim à técnica indígena do moqueio que consiste em fogueiras cavadas na areia onde as brasas assam caça e pesca cobertas por folhas largas de moquéim (Nota dos autores).

amazônica, construída na amplitude de saberes contidos nos processos empíricos, não restritos à arte.

Os fatos que levam ao encontro das artes com a cosmologia local vieram à tona, na medida em que as interlocutoras revelavam saberes de difícil compreensão para leigos em etnografia. Por outro lado, as narrativas poéticas que exaltam Mosqueiro em canções e versos idílicos, sempre retrataram as experiências míticas como “contos e lendas de assombração” obtidos do ponto de vista do “imaginário popular”, categoria que tem se tornado abrangente e utilizada por inúmeros autores sobre a Amazônia (LOUREIRO, 1995; GAMA, 2004; GOMES, 2013).

O presente trabalho consiste em um recorte etnográfico e pode ser consultado integralmente na Tese de Doutorado de Renato Vieira de Souza (2022), intitulada “Etnografia da Resistência: Memórias das Artes, Saberes e Encantarias de Mosqueiro – PA” desenvolvida entre 2018 a 2022, sob orientação do professor Agenor Sarraf Pacheco. Levando-se em conta as relações entre as artes, saberes, fazeres e acreditares locais, procuramos discutir aspecto, até então, não apreendido em pesquisas anteriores: a relação das artesãs de varinhas com ambientes e sujeitos não-humanos, desde a extração da matéria prima, até a feitura e comercialização da obra artesanal. A memória vivida mais uma vez é filtro das dimensões estudadas, mas é no presente que ela assume novos significados, produzindo identificações com as experiências dos diferentes agentes em situações e lugares historicamente determinados

(SARRAF-PACHECO, 2009a). Entendemos assim, que a dimensão mítica das narrativas da artesã Inêz Garcia, importante interlocutora desta pesquisa, descortina uma cosmovisão dos encantados de Mosqueiro permeada nas falas de outros interlocutores ainda em processo de aprofundamento. A narrativa nesse percurso, como diz Verena Alberti (2005), não é o único alicerce, mas demonstra ser um dos mais importantes na entrevista de História Oral com a qual trabalhamos (Ibid, 2005, p. 170).

O mergulho nesse campo dos saberes com a encantaria permite dialogar com o conceito de imaginário social desenvolvido por autores europeus disseminados no campo das artes e na filosofia, estabelecendo o contraponto com a ideia de encantados, categoria situada no escopo da experiência amazônica e descrita nas experiências trazidas neste trabalho etnográfico. Busca-se, dessa forma, inserir encantaria ou encantado como categoria advinda do protagonismo nativo e suas experiências constituintes do sentido narrativo da região revelada nos depoimentos doravante aqui apresentados.

2 IMAGINÁRIO E ENCANTARIA NA EXPERIÊNCIA NATIVA

A terminologia “imaginário”, utilizada para descrever as experiências entre humanos e não-humanos, foi construída na França de Gaston Bachelard e Gilbert Durant a qual Maffesoli define como “uma noção que deve muito à maneira francesa

de pensar” tem sido reproduzida há muitas décadas no contexto amazônico apesar de suas ambiguidades (MAFFESOLI, 2001, p.74). Imaginário, portanto, é um termo reproduzido com base na noção francesa e aplicada à realidade local para descrever o universo cosmológico ribeirinho. Os autores daqui, também se inspiram, mesmo que indiretamente, em Maffesoli que ao defender seu uso, abarca uma diversidade de utilizações, tornando-o ainda mais abrangente, aplicando-o tanto às experiências concretas com espíritos e entes encantados, quanto à poetização de narrativas concebidas na “construção mental de imagens”.

Esta categoria, portanto, poderia ser utilizada neste trabalho, como se tornou comum no espectro das linguagens que se articulam com os campos supracitados, por exemplo, mas deixaríamos de fora uma importante condição basilar da abordagem: quem mora em Mosqueiro e tornou-se vítima da indiferença para com o sobrenatural, dificilmente assumirá ideia distinta de que aquilo é fruto de uma invenção mental²¹.

Em meio a essa discussão, cabe um esclarecimento breve: Quando nos reportamos ao sobrenatural, estamos nos referindo a experiências do campo mítico, não-humano e que têm legitimidade, mediante as falas de Inêz e de outras pesquisas como na Amazônia Bragantina, identificadas por Jerônimo Silva (2014).

21 Embora Maffesoli esclareça em suas obras que o imaginário é realidade, o uso do termo dá margem à ideia de “invenção”, sendo totalmente rejeitado na vivência dos nativos que tiveram contato com não-humanos (nota dos autores).

Por outro lado, o sobrenatural se caracteriza como fenômenos alheios ao mundo do concreto, apresentado por Eduardo Galvão como um sinônimo de encantado ou “uma força mágica atribuída aos seres; humanos, animais, objetos podem ficar encantados por influência” (GALVÃO, 1955, p.101).

O sobrenatural não se restringe ao local, sendo largamente amparado nas narrativas, constituindo experiência ontológica humana, presente desde a ancestralidade europeia e oriental, passando pelo continente africano e permeando as culturas ameríndias. Desta forma, podemos nos referir a ‘encantados’ e ‘sobrenatural’ como termos correlatos e obtidos no interior das memórias nativas.

Eis que surge, portanto, a hipótese de que disciplinas voltadas a investigações e aplicações do turismo local, ecologia, geografia, ciências naturais e engenharias, por não carregarem em seu mote a dimensão da experiência mítico-religiosa, como é o caso da antropologia, acabam limitando-se a poetizar, mantendo a dimensão dos encantados no domínio da inventividade, em algumas situações, subestimando a realidade.

Sendo assim, a configuração desta pesquisa etnográfica, tem desconstruído resistências, alicerçado pontes entre o saber acadêmico e o empírico, fundamentando-se em memórias e processos de reivindicação política em busca da valorização de suas experiências.

3 A EXPERIÊNCIA DE INÊZ GARCIA

As varinhas confeccionadas por Inêz, eram o foco enquanto a experiência artística ocupava destaque por ser o objeto a ser analisado. Porém, os depoimentos da interlocutora nunca estavam limitados ao campo do fazer artístico, e sempre apresentavam a natureza como cenário propulsor de experiências. “O Marí” como ela sempre se refere à sua comunidade, é o lugar de sua história desde os primeiros anos de vida, mas tudo o que tem lá (referindo-se à porção de terra) vai ficar ali porque “a vida passa”, assim como passou para seus entes falecidos que hoje não estão mais lá.

Os depoimentos de Inêz descrevem episódios ocorridos ao longo de sua vida nos bairros Maracajá e Marí Marí de Mosqueiro, cujos testemunhos amadurecem a percepção de um lugar encantado. Não são muitas as artesãs vivas que têm experiências substanciais com o sobrenatural, e Inêz não só tem a vivência quanto detém o conhecimento, distinguindo realidade e fantasia.

Quando falava de sua paixão pelas varinhas, Inêz incluía um questionamento. Ela suspeita que aqueles desenhos gravados são heranças de pessoas que viveram na região, mas nunca soube dizer quem elas eram. Por isso sempre perguntou se “era marajoara”, algo que este pesquisador também não pode responder até 2018 quando, ao estudar a etnologia amazônica, obtive subsídios teóricos mais profundos. Contudo, em 2012, quando falamos da vivência de uma artesã que comercializava

varinhas na ilha de Marajó, usando o objeto para a conquista do amor (SOUZA, 2012), lembro dela ter me dito que “poderia ser encantada” e que ainda iria me falar do que sabia a respeito.

Então o tempo passou e chegou a hora de falar sobre o que sabia. Comecei nossa conversa, confidenciando a experiência de dormir na comunidade do Caruaru em 2011, tendo o primeiro contato com o assovio da “Matinta” em algum lugar na densa floresta. Ao que Inêz respondeu sobriamente: “Ah Matinta Perera...! Tinha muito lá. Agora as velhas de lá todas morreram; quase não se vê mais...!”

Nesse breve comentário, Inêz deu a entender que aquele contato era normal e que eram idosas com o dom de se tornar o ente encantado que apareciam na madrugada; diante de sua disposição de falar, resolvi não interromper a continuidade:

A Matinta Perera tanto a pessoa nasce com o dom, quanto depois de grande, aprende lendo o livro [...] Têm história de Matinta de primas minhas...eu não tenho esse dom, mas tenho primas que têm (informação verbal)²².

Questionada sobre o mencionado livro, Inêz se referiu à magia de “São Cipriano” usado na introdução do mundo dos encantados por suas primas. Segundo a interlocutora, o livro ensina a fazer o mal e, por isso, não teve interesse em aprender. A introdução no mundo mítico segue o rito da leitura: Raida Trindade (2007) faz menção do referido livro de magia em sua investigação sobre as técnicas de cura xamânica em São Ca-

²² Entrevista concedida por Inêz Garcia em Mosqueiro, em agosto de 2021.

etano de Odivelas, município do nordeste paraense. Os curadores consideram os formados “de nascença” ou “no fundo”, conduzidos pelos próprios encantados, como os autênticos, detentores de maior poder em detrimento dos que aprenderam em livros de “orações fortes”, dos quais São Cipriano é o mais conhecido (TRINDADE, 2007, p.129). Essa premissa em determinados contextos, confere ao curador maior credibilidade social.

Inêz conhece os rituais de iniciação e afirma o sacrifício necessário a quem não tem o dom. Seria este um preço que a artesã não estaria disposta a pagar. Em sua fala serena, se resume a descrever o que presenciou diversas vezes da janela de sua casa, próxima a um trapiche ou em outros episódios à beira de um igarapé. Com isso, narrou a experiência de ver o Boto com frequência:

Eu morava na beira do rio e via o Boto lá. Dizem que não vira gente mas vira sim. Aparecia a pessoa toda de branco lá e com um chapéu no luar bonito, na ponta do teso lá com a maré grande. Ficava em pé lá...não demora ele tchaal! Caía na água. Aqui na sede do Parazinho no Maracajá onde eu moro, é onde tem festa (...). Para o outro lado que é agora o Paraguai tem um porto. Agora fizeram uma ponte para atravessar. Ali eles subiam e desciam para ir à festa dançar com as meninas. Chegavam na festa todos de branco. Quando dava meia-noite eles saíam da festa e iam embora.

Figura 1 – Porto do Paraguai



Fonte: Renato Vieira, Mosqueiro (2021)

No início deste relato, a interlocutora se refere ao tempo em que já estava no Maracajá, há mais de 20 anos, próximo de quando começou a trabalhar na Prefeitura. Na continuação ela cita a “sede do Parazinho” ou Parazinho Esporte Clube, uma agremiação esportiva, ainda em atividade que recebe aparelhagens semanalmente que, assim como hoje, reunia a juventude do bairro aos sábados numa Mosqueiro de poucas ruas pavimentadas e sem o acesso terrestre pela ponte. Também cita “o Paraguai”, antes, um porto por onde pescadores chegavam e saíam para o trabalho; hoje, um vilarejo tomado de moradias (Figura 1) situado a cerca de 100 metros da referida sede. No detalhe da Figura, ao centro, podemos ver a ponte preservada em meio às habitações que avançam na área alagada por onde “os Botos subiam e desciam”. Na continuação, ela revela detalhes, citando um fato ocorrido nesse passado:

Minha sogra dançou com o Boto! Numa festa ela foi e viu aquele rapaz todo de branco e puxou ela para dançar. Quando ele viu que estava na hora dele... foi embora. Ela foi atrás dele para ter certeza de que tinha dançado com ele. A ponte era imensa...! Ele ia com pressa e ela atrás. Quando chegou lá na cabeça da ponte ele só fez se jogar. Aí ela disse “era Boto mesmo!”

Inêz afirma que o Boto é um encantado das águas, não-humano e que há dois tipos desse animal: o branco, que não tem ego forte e, por isso, é dócil e amigável. O malhado, porém, é perigoso. Se não derem o que ele pede, traz o mal sobre a presa. Quando encanta uma mulher ela se apaixona perdidamente até se entregar a ele. Se ela não o corresponder, pode até morrer. Há situações em que o encantado atua seduzindo ou punido com o objetivo de pegar a pessoa para si “[...] instaurando suas próprias volições no indivíduo que transita nos rios aleatoriamente [...]” (SILVA, 2021, p. 534).

A narrativa do tipo mal é descrita por Galvão como “extremamente malignos” e também se refere a dois tipos: “[...] o grande, avermelhado, mais perigoso, e o pequeno, preto, o ‘tucuxi’. Desse último repete-se a crença generalizada que ajuda aos afogados empurrando-os para as praias [...]” (GALVÃO, 1955, p. 92). De acordo com as duas versões, os Botos malhado e avermelhado seriam os “do mal” enquanto os brancos e pretos menores seriam “amigáveis”, com poder de, inclusive, ajudar a salvar as vítimas. Ainda segundo a artesã, os sintomas da pessoa atingida pelo encanto seriam fáceis de perceber e nas mãos de um bom curador o processo seria revertido.

A pessoa vai ficando amarela e sem vida! Se não colocar na mão de um curador bom ela morre mesmo. Mas tem que ser bom! Por isso que quando a mulher está menstruada não presta ir na beira do igarapé. É assim!

A menstruação feminina, de acordo com a fala, desperta no encantado o desejo de possuir a presa, e essa seria uma das causas do cuidado das mães de adolescentes, quando estas, em período fértil, se banham nos rios. O cuidado referido pela artesã, também é citado por Maria Motta Maués (1994, p.113-114) ao discutir ordens “naturais, sociais e sobrenaturais”, as quais ao privar a mulher do perigo também a expõem a outras condições. Quanto ao respeito aos seres que vivem no mundo aquático, a autora se mantém na linha do que Inêz afirma, embora não esclareça o perigo de atrair o Boto e depois se tornar presa possuída pelo “bicho”, o que seria o derradeiro caso. Em grande parte das situações, a mulher sofre com doenças de causa desconhecida ao não entender que se trata de “uma flecha” do encantado das águas como bem narrou Inêz anteriormente. A terminologia aplicada ao ente sobrenatural também é descrita por Maués que descreve doenças contraídas no contato com estes “encantados do fundo”:

Os "encantados-do-fundo" podem provocar "doenças", como o "mau-olhado", a "flechada-de-bicho", a "corrente-do-fundo" e, ainda, manifestando-se na forma de um boto que se transforma num belo rapaz, são capazes de possuir sexualmente as mulheres. Além disso, são também perigosos por costumarem atrair as pessoas para suas moradas "no fundo", onde elas também se transformarão em "encantados" [...]. (MAUÉS, 1994, p. 76).

O autor acaba descrevendo as narrativas absorvidas pela artesã no contato com seus parentes. Terminologias nativas como “flechada de bicho” e “corrente de fundo” referentes às doenças, são do conhecimento de Inêz e comuns da cosmologia local; reforçam a percepção de vivências distintas sobre as moléstias, pois muitos jovens de Mosqueiro apenas ouvem falar desses termos e não compreendem o seu significado. De fato, somente quando a cura não vem por meio de fármacos receitados por um médico é que a procura por um curador se torna necessária, sustentando a distância das gerações atuais das práticas e rituais com a ajuda de curadoras(es).

A artesã também se refere a pessoas leigas que não conhecem as coisas da floresta, afirmando que essas narrativas não retratam os fatos reais. Quanto a isso ela faz distinção entre “fatos e lendas”. A lenda é produto da imaginação e o fato é a verdade, mesmo que as pessoas duvidem. É o que procura deixar claro abaixo quando introduz o encontro com a Curupira:

Pessoal diz que é lenda do Curupira. Sim! Podem até dizer que é, mas eu já fui mundiada pela Curupira, eu! Dizer que “ah porque é lenda!” Não é lenda, existe! Ela mundiou eu e o meu avô. Nós fomos juntar caramujo...descemos pelo portão da mamãe pela cacimba, fomos embora para dentro do mangal umas 3h da tarde. Começamos a juntar. Quanto mais a gente via mais dava vontade e as horas foram passando. Quando a gente deu já estávamos numa campina muito longe. Aí nos rodávamos, rodeávamos e parávamos no mesmo lugar. Então eu disse: “o senhor está me enganando né? A gente está mundiado pela Curupira!” Ele riu e disse “é a gente está.” Então ele puxou um bom pedaço de cipó e começou a enrolar; fez uma roda de cipó trançado e escondeu as pontas. Depois,

quebrou o galho de uma árvore e engatou a roda de cipó na árvore e disse “agora vamos embora!” aí ela chegou, pegou a roda de cipó e se distraiu lá, esqueceu da gente! Foi o tempo que deu para chegar de volta na cacimba da mamãe.

Inêz descreve o que aconteceu durante a infância no Marí, usando o artigo definido “a” para designar um ser feminino. Ser *mundiada* significa estar sob a influência ou encanto do ser não-humano e essa narrativa encontra eco nas falas de outras pessoas no Marí Marí. O encantado, uma vez materializado, se apresenta como uma mulher parda, jovem ou idosa, com cabelos soltos desarrumados e suja de lama. Nas palavras de quem já viu “é de dar medo”. Essa não é a única forma humana que esse encantado assume e Inêz fala da experiência com o Curupira menino negro, materializado para atrair crianças:

[...] o meu filho Rodrigo quando tinha uns seis anos, viu quando a gente morava lá na beira do rio. Sempre a gente ia para o canavial juntar uxi na época. A gente saiu na hora que o sol estava quente, umas 3h da tarde, pegava a canoa e ia embora. Eu entrei por baixo dos pés de uxi no mato...muito uxi. Me distraía juntando uxi e ele ficou na beira do caminho. Tem uma pedra no caminho do canavial e ele olhou na direção dessa pedra. Lá tinha um Curupira sentado em cima da pedra chamando o meu filho para brincar. Ele disse “mãe, olha...tem um menino me chamando para brincar. Está me chamando ali sentado na pedra!” Eu não vi nada. Só ele enxergava! Eu saí de baixo da fruteira e peguei ele de volta para casa. Ele queria levar meu filho para o mangal e judiar dele. A brincadeira dele é judiar!

O canavial é mencionado por Inêz diversas vezes por sua ligação com o lugar desde a infância. Hoje é uma trilha tomada

pela mata e com clareiras abertas por loteamentos dos que vieram de fora do Marí. Ele liga a sede da comunidade a uma ponte improvisada, cerca de vinte minutos de caminhada, que parte da comunidade quer transformar em porto, mas não há consenso a respeito. O acesso pode ser feito por igarapé ou por terra, e no relato acima, Inêz foi com o filho, de canoa, para uma parte do canal onde havia muito uxi²³ (*uxi umbrosissima* nome científico de uma fruta bastante apreciada na região). Ali o encantado, em forma de uma criança, apareceu para seu filho querendo atraí-lo, segundo ela, mal-intencionado.

Inêz utiliza nos relatos o termo nativo *misura*, que significa “aparição”, tanto para espíritos dos mortos como para entes da floresta e dos rios. A interlocutora também relata a materialização do Curupira adulto, forte, capaz de cercar e aprisionar homens desavisados na mata.

Outra memória de fato vivenciado pela artesã vem de sua infância com seu pai Simão. Juntos, tiveram experiências do fazer e a pequena Inêz aprendeu muito sobre o conhecimento aqui informado. Ela sabe, assim como a maior parte das pessoas nativas da ilha, da existência de uma enorme cobra que habita uma caverna submersa abaixo da fábrica Bitar no Maracajá e praticamente, todo mosqueirense nato dessas paragens tem alguma história para contar a respeito. Mas Inêz afirma ter avistado o ser na companhia de seu pai durante uma madrugada, viajando do castanhal do Marí com destino à praia

23 (Bot.) da família Rosáceas. O verbete é de origem tupi, mas o seu significado ainda é impreciso. Fonte: Dicio – Dicionário Online de Português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/uxi/>.

do areão ao lado da fábrica, um percurso rotineiro que seu pai fazia para levar carvão até a Vila. Assim ela narra essa memória:

Eu era pequena e....a gente saía de casa para levar carvão de borcada na praia. Nós saíamos 3h da manhã... quando chegávamos aqui na ponta da praia eram 4h ou 4:30h da manhã. Isso remando! Quando foi um dia, nós vinhamos com a canoa cheia de carvão que quando nós varamos na baía de Santo Antônio ele avistou ela, enorme e preta, com mais de dois metros de cabeça para fora da água, igual um miritizeiro fora da água...a maré vazando. Ele disse: “minha filha a gente não vai por aqui pela praia...olha quem está ali!” Ela estava bem no rumo da fábrica, fora da água. Eu disse; “o que é aquilo pai?” e ele disse “cobra grande!” Só fizemos rodar a canoa e entrar pelo igarapé e desembarcar o carvão no porto do Pelé. Eu conto porque eu vi a cobra! Isso deveria ser umas 3:30 da manhã e o luar com a maré de lance grande. Lanção é quando a maré despenca na vazante e chia... e ela estava lá, contra a água.

Figura 2 – Porto do Pelé citado pela artesã Inêz



Fonte: Renato Vieira, Mosqueiro (2018)

Em todos os depoimentos, Inêz demonstra irritação quando se referem a “lenda da cobra grande”, pois lenda não é verdade, já que teve contato com o encantado quando criança. Na narrativa acima ela cita o caminho alternativo para a Vila pelo rio Tamanduaquara²⁴ que limita o Parque Ambiental da ilha (a floresta que aparece na Figura 2) até chegar ao Porto do Pelé onde os trabalhadores amarram as suas canoas e barcos. A afirmação de alguns sobre a “lenda” ou “causo” é rebatida pela artesã com uma frase que repete a todo momento em que se dispõe a falar dos encantados: “isso não é lenda! Existe!” Ela aprendeu a respeitar esses entes da natureza porque, na verdade, a maioria só assusta e se não fizermos o mal a eles, também não nos farão.

Entretanto, há encantados como a(o) Curupira e o Boto que, conforme a simetria das narrativas, podem ser hostis e prejudicar humanos, levando-os até a morte, e isso se deve a determinada característica do encantado que pode se sentir ameaçado ou desprezado. Há outros depoimentos que citam a própria cobra grande da fábrica Bitar como um ser invasivo.

Com relação a ênfase dada por Inêz repedidas vezes ao se referir ao Curupira como real, trata-se de uma categoria que está relacionada com outros encantados como o Boto e a Cobra Grande, todas as afirmações se devem ao contato físico com os encantados, geralmente entre os mais velhos em incursões nos rios e florestas (GALVÃO 1955, p.100). Essas experiências

24 “Lugar de bicho tamanduá” na língua tupi (informação de Leila do Socorro, artesã de varinhas). Ela tem familiaridade com o significado de alguns termos, pois foi ensinada por seu pai que, por sua vez, herdou da mãe indígena.

seriam também protagonizadas por pessoas mais jovens, com quem o contato não é frequente e, por esse motivo, menos relatado como real. Devido a isso, muitas pessoas tendem a duvidar de Inêz, o que só legitima a sua negação do termo “lenda” de uso corrente.

Embora não goste que se refiram aos entes como lendas, Inêz sabe de pessoas de índole duvidosa, fazendo ajustes às aparições reais para atrair curiosos e gerar suspense nos visitantes. O que não muda são as verdades a respeito desse universo mítico de Mosqueiro, citado em livros e muito distantes de qualquer vínculo com a suposta “imaginação”. A realidade de verdades e invenções cria uma insegurança inimiga dos nativos, obrigados a conviver com sujeitos oportunistas em busca de atrativos nas “histórias de magia” que têm profundo vínculo com a realidade vivida – e muitas vezes sofrida – de mulheres e homens de Mosqueiro. A expressão “existe!” na qual Inêz faz referência ao mundo dos não-humanos funciona como ferramenta de resistência cultural mantida como símbolo de sua identidade e sobrevivência, diante do escárnio, do descrédito e de tantas outras ações genocidas protagonizadas por agentes colonizadores.

4 CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento deste texto, procuramos entender o universo dos encantados e de que forma ele se liga à arte e à memória das histórias e saberes locais. Nos primeiros

parágrafos, introduzimos um problema que deverá ser pensado na conjuntura interdisciplinar, instaurado na ausência de diálogos veementes entre os campos das ciências naturais e sociais aplicadas com a Antropologia Social. Nessa interface interdisciplinar são muitas as discussões que buscam aprimorar a inclusão dos saberes das minorias e, entre elas, as cosmovições de etnias indígenas e africanas, sendo salutar desarraigar categorias universalistas como “imaginário popular” e “contos e lendas” quando nos referirmos aos saberes nativos da Amazônia. O que parece ocorrer naturalmente, se deve ao fato de estudos mais específicos das disciplinas antropológicas (como as encantarias) não serem abordados naqueles campos do conhecimento, o que explicaria percepções rasas, muitas vezes, infundadas a respeito do tema, ocasionando o excesso de reducionismo com aquilo que na prática cultural dos povos de rios e florestas é tratado com verossimilidade.

Entendemos, então, que a categoria imaginário para ser utilizada requer critérios conceituais específicos que a relacionem com o seu continente de origem, tornando-se inadequada para descrever a experiência dos povos amazônicos. Com base nas falas dos sujeitos-protagonizadores das experiências míticas, bem como a forma pouco aprofundada com que alguns autores de fora da antropologia têm abordado demandas que partem da visão dessas pessoas, preferimos não utilizar o termo “imaginário” visando eliminar possíveis ambiguidades prejudiciais à abordagem antropológica. Junto a essa percepção, surge uma provocação: é importante que a epistemologia dos

saberes trazidos à tona pela Antropologia Social tenha acesso a outros ramos do conhecimento além das ciências sociais. Assim como as varinhas bordadas, muitas tradições do passado de Mosqueiro estão apenas na memória e objetos encantados constituem um entre outros casos. Da forma como se pensa no Castanhal do Marí de dona Inêz, também se pode falar do arquipélago do Marajó, onde há memórias antigas e atuais que compõem narrativas interessantes desses saberes.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens**: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas. São Paulo: Ed. Nacional, 1955. (Coleção Brasileira). Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/56>. Acesso em 10 jun. 2022.

GAMA, Rosangela C. L. Andrade, Simei S. (org.). **Mosqueiro conta em prosa e verso o imaginário amazônico**. Belém: SEMEC/PMB, 2004.

GOMES, Jones da Silva. **Cidade da arte**: uma poética de resistência nas margens de Abaetetuba-PA. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=403104. Acesso em: 10 dez. 2021.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: CEJUP, 1995.

MAFFESOLI, Michel. O Imaginário é uma Realidade. **Famecos**, Porto Alegre, v. 15, p. 74-82, 2001. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3123/2395>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Medicinas populares e “pajelança cabocla” na Amazônia, In: ALVES, Paulo Cesar (org.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1994.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. “Lugar de mulher”: representações sobre os sexos e práticas médicas na Amazônia. In: ALVES, Paulo Cesar (org.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1994.

SARRAF-PACHECO, Agenor. **En El Corazón de La Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no Regime das Águas Marajoaras**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13141>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, Jerônimo da Silva e. **Cartografia de afetos na encantaria: narrativas de Mestres da Amazônia Bragantina**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SILVA, Jerônimo da Silva e. Tarrafa, Anzol & Flecha: tecnologia xamânica de predação entre humanos e encantados no nordeste paraense. **Anthropológicas**, ano 22, v. 29, n. 1, p. 28-57, 2018.

SILVA, Jerônimo da Silva e. “A pandemia de Espíritos”: notas cosmológicas sobre o encantado de boto e o novo coronavírus na Amazônia. **Amazônica – Revista de Antropologia**, v. 13, n. 2, p. 531-576, 2021.

SOUZA, Renato Vieira de. **Varinhas, grafismo e identidade**: cultura da memória e experiência estética no estuário marajoara. 2012. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1c57rySruiCSTCvd2LgF3AR3L4Zs9c2Ka/view?usp=sharing>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SOUZA, Renato Vieira de. **Etnografia da Resistência**: Memórias das Artes, Saberes e Encantarias de Mosqueiro – PA. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

TRINDADE, Raida Renata R. **“Aqui é cura de verdade”**: reflexões em torno da cura xamânica em São Caetano de Odivelas – PA. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

Entrevistas:

1 - Humberto Carvalho de Araújo (seu Milito). Mosqueiro, mai. 2011 a out. 2021. Entrevistas diversas realizadas sempre em sua residência e em seu terreno no Caruaru.

2 - Inêz Garcia Carvalho. Mosqueiro, fev. 2011 a out. 2021. Entrevistas diversas realizadas em seu local de trabalho no bairro São Francisco e em sua residência no bairro Maracajá.

3 - Leila do Socorro Araújo Cunha. Mosqueiro, nov. 2009 a jun. 2022. Entrevistas diversas realizadas na comunidade do Caruaru, no mercado e no espaço Solar das Artes, ambos na Vila.

TELAS DISCURSIVAS NA AMAZÔNIA/BELÉM DAS ÁGUAS: o grafite e as materialidades em tensões de pertencimento

Robert Leandro Silva Freitas²⁵

Marcos André Dantas da Cunha²⁶

Maria do Rosário Valencise de Fátima Gregolin²⁷

- 25 Mestrando do programa de pós-graduação em Linguística e Língua portuguesa da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara). Membro do Grupo de estudos de análise do discurso de Araraquara. (GEADA/CNPQ). Tendo como e-mail: robert.freitas@unesp.br.
- 26 Professor Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/ Araraquara (SP) e coordenador do Mestrado Profissional em Letras na Universidade Federal do Pará. Tendo como e-mail madc@ufpa.br.
- 27 Professora Livre-docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara) e líder do Grupo de estudos de análise do discurso de Araraquara. (GEADA/CNPQ). Tendo como e-mail: mrgregolin@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo dedica-se a analisar as produções grafiteiras realizadas por sujeitos participantes de um projeto denominado Street-River, essa denominação que nos remete a um olhar estrangeiro acerca da amazonicidade de uma Belém das águas em resistência à cidade continental. Nesse processo, analisa-se o tensionamento de um grafite que se desenha nas moradias, nas casas cabanas locais, ou seja, às margens dos furos e igarapés que se fazem próximos-distantes da metrópole continental, a mais antiga cidade-capital amazônica.

Belém é feita por sujeitos que podem ser ditos, inicialmente, amazônicos, mas adentrados num movimento que se distancia por vivências dessa identidade. Pelo projeto de grafiteagem e de ações sociais com os moradores dos igarapés Paciência e Combú, as telas parecem se constituir num movimento até certo ponto interativo entre as águas da floresta e as propostas/impostas de soluções para os sujeitos e sujeitas ribeiras. Os moradores incrustam-se nesses lugares/espacos de resistência à homogeneidade da urbanidade como centro atrativo e recrutador de visões para um *modus vivendi*.

Uma cidade desaterrada da vida comunal, escondendo-se das águas que remontam a uma descolonização e se desapercibendo da floresta enquanto metonímia. Esse movimento para aquém dos rios, furos, águas da mata ainda um pouco densa pode corporificar a presença gestual, física, de memória

dos povos que fizeram a floresta e dos seres que foram feitos, com sua força física, construtores da cidade.

Nas telas pintadas em relações de poder que se inscrevem no presente da amazônida cidade grande, Belém do Pará, vimos sujeitos que não se revelam na pureza de distintas etnias, mas se constituem no enlaço tenso das diferenças. Tais distinções embora se mesclem, às vezes, podem ser percebidas por um certo hibridismo calmo e superficialmente entrelaçado; pode também ser analisado em suas tensões de poder que forjam lugares contidos ou apontam para se precipitarem em espaços.

Então, movimentando-se em telas dissonantes que nos propomos aqui analisarmos. Desse modo, é preciso encontrar sentidos nos grafites materializados nas telas das casas caboclas, onde ainda se produzem sentidos por entre os arcos escondidos na imagem da floresta ou dispersos em furos e igarapés, identificados pela resistências dos que não se curvam à linearidade planejada e imposta das régias demarcações do colonizador.

2 O DISCURSO E SUA FUNÇÃO ENUNCIATIVA PRODUZINDO ACONTECIMENTO

Os conceitos mobilizados para a produção deste trabalho, embora não deixem de contemplar as materialidades linguísticas e não linguísticas, focalizam tais entidades verbais

e não verbais, apontando para a realidade discursiva; nessa delimitação, recortam a função enunciativa, ou seja, um modo, ou modos de dizer o discurso: este que pode ser entendido como possibilidade sócio-histórica apresenta brechas de singularidades. Logo:

[...] não é língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que o discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguísticas. (FERNANDES, 2008, p. 13).

É possível pensar o discurso como esse macrocampo constitutivo de enunciados em sua concretude, em sua materialidade linguística e imagética. Essas materialidades se efetivam em enunciações por conta de condições de produção. A língua que se fala, se enuncia, bem como as imagens que se fazem tecidas numa dada realidade, se constituem nas relações de saber desse espaço em movimentos de poder.

Num contínuo de sentidos tecidos entre os sujeitos, as palavras e o mundo constituídos em suas implicações, os discursos se desaguam em múltiplos campos da sociedade. Os discursos acontecem como lugar compactado da acomodação, ou espaços de movência e possibilidades de aparecimento dos múltiplos. Desse modo, pode-se fazer enunciação de dizeres de resistência, como também de sobreposição e imposição de modos de vida. Pelos discursos os sujeitos operam a conquista de direitos, poderes, status.

Pensando junto com Foucault ao dizer: “O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento.” (FOUCAULT, 1978/2006, p.255/256)

Com tal dizer, Foucault sai da superfície do conceito de discurso e lança uma compreensão mais verticalizada sobre essa fundamentação teórica, que se emerge da teia dessa categoria analítica materializada em linguagens. Uma população de enunciados, de dizeres produziria o discurso. Este é retomado, mas se faz único, singular em sua função enunciativa. No aqui e agora o acontecimento estaria indissociável do discurso.

Nesse sentido, o exercício analítico que operamos nesse trabalho pode ser efetivado como um acontecimento, do mesmo modo as telas discursivas, analisadas a partir das referências de uma espacialidade e temporalidade em que se fazem inscritas, constituem a materialidade por nós abordada. Os dizeres, os enunciados só podem aparecer nesses momentos específicos de existência graças à função enunciativa, conforme Foucault (2020).

A função enunciativa é permeada de quatro características: uma função referencial, um sujeito, um campo associado e uma materialidade. Logo, os referenciais, para Foucault (2020), são condições de possibilidades para o surgimento de coisas e seres que estão em relação de proximidade ou de distanciamento. A partir de quais referenciais espaciais os enunciados

imagéticos em focos se fazem possíveis de serem analisados? Sobre o sujeito sócio-histórico nos esclarece Foucault (2020, p. 113):

[...] é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.

O deslocamento que atravessa o sujeito o constitui, ultrapassando individualidades delimitadas, se fazendo em fragmentos de possibilidades distintas, assim ocupando posições e perspectivas do dizer: surgindo outras enunciações.

Foucault (2020, p.118) elucida que ao se conceber a frase enquanto enunciado: “[...]é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente”. Os enunciados se implicam, embricam e autorizam outros a pertencerem à efetivação de um conjunto. Ainda, assim, como nenhum enunciado se firma de modo livre e independente, é preciso relacionar toda forma de aparecimento enunciativo a partir de um campo de materialidade, Foucault (2020, p. 123), “[...]o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data.” Não é qualquer lugar que autoriza modos de materializar certos enunciados.

3 BELÉM DO CONTINENTE E DO RIO/ FLORESTA DISTANTE-PRÓXIMA

Belém se destaca por estar entre as maiores e a mais antigas das cidades da Amazônia. Belém ou Mairí, em seus gigantismos, torna-se um espaço permeado de lugares que ora consolidam-se em homogeneidades estabelecidas por suas proximidades, ora se dispersam por seus distanciamentos e pluralidades em movimentos. Segundo Cunha (2011, p. 57) “Entre o que é o lugar e o que se constitui em espaços há um movimento incessante de poderes, os espaços podem vir a ser lugares e esses tornarem-se espaços. Para cada lugar instituído, há espaços em construção. Não há um sem o outro.” Os espaços, constitutivamente, operam em função das práticas que são autorizadas e realizadas em seus interiores; logo, os lugares se configuram por essas operações de fazeres.

No caso da Belém continental, é possível perceber que a cidade se arquiteta, historicamente, pelos rios. Dentro desse cenário de conquista e consolidação de território, é pertinente compreender que o território das águas foi o responsável, durante os primeiros séculos de colonização, pela construção da cidade.

Cada disciplina, cada maneira de apreender a realidade, destaca as características espaciais da categoria de fenômenos que ela privilegia e traça os contornos sobre a carta: conjuntos topográficos, climáticos, vegetais, conjuntos urbanos, conjunto étnicos, religiosos, conjuntos políticos, circunscrições administrativas etc. (LACOSTE, 2013, p. 69).

Então, muitos dos sujeitos moradores das torres, apesar de avistarem as outras margens ribeiras da Belém insular, têm um cotidiano bem distante dos sujeitos moradores dos rios, às margens do Paciência e Combú.

Considerando-se a formação de Belém, Theodoro Braga²⁸ ilustrou de modo bastante peculiar a Belém da colonização como uma cidade marcada pelo encontro de etnias, costumes, culturas e por espacialidades que moldaram e ainda moldam maneiras de ver, perceber, edificar e enunciar a cidade.

Imagem 1 - A fundação da cidade de N. Sr.^a de Belém do Pará- 1908



Fonte: Theodoro Braga (1908)²⁹

O rio sempre movimentou a cidade, pois une duas grandes espacialidades que ao longo do processo de formação da metrópole foram se estabelecendo numa ordem efetiva e, de

28 Theodoro José da Silva Braga (Belém, Pará, 1872 - São Paulo, São Paulo, 1953). Após forma-se na faculdade de direito do Recife em 1893, desenvolveu trabalhos como Pintor, decorador, professor, caricaturista, historiador, crítico de arte.

29 Disponível em: <https://revistamdc.files.wordpress.com/2012/03/03-01-tbraga-belecc81m-1908.jpg/>. Acesso em 18 jul. 2022.

certo modo, escalonada por um poder regimentado em estratégias de confronto. Isso, para solidificar o fator econômico da região: provocando tensionamentos em valores e saberes que se distribuem entre o continente e a floresta alagada. Ambos lugares/espços podem ser vistos na tela de Theodoro Braga: a continentalidade definida pelo espaço das relações entre indígenas e não indígenas e de dominação na forma de atuar contra aqueles que se subalternizaram aos europeus e resistiram à ocupação da floresta alagada no rio. Esse movimento é ilustrado de modo efetivo em múltiplas espacialidades dessa grandiosa metrópole da Amazônia.

Ao mesmo tempo em que a floresta é colocada na fotografia numa posição de distanciamento da cidade, também pode se situar de modo próximo. Para Cunha (2011, p. 96), “Os lugares não se fazem constituir pelo isolamento espacial, nem tampouco pelo apagamento da História”. É por uma relação direta com o outro que os lugares se interconectam para, assim, possuir valoração. Os rios, por conta de sua disposição, constroem caminhos para a navegação de transportes aquaviários que movimentam a vida de quem depende das águas para viver.

Barcos, rabetas, popopôs, caiaques, *jetski's*, lanchas, etc. transformam o cotidiano dos rios e das marinas dispostas ao longo do rio Guamá. Os hibridismos das embarcações materializam os diferentes modos pelos quais as águas que banham Belém são utilizadas com interesses distintos. Pois, cotidianamente, popopôs e rabetas são utilizados para o trân-

sito dos moradores e o transporte de frutas de várzea, como o tradicional açai. Produtos embarcados para serem vendidos no entreposto fiscal do Ver-O-Peso, em Belém do Pará. Outros tipos de embarcações como as lanchas e *jetski's* são utilizados com a finalidade de entretenimento aos fins de semanas pela parte da população economicamente privilegiada da Belém continental.

Entre a continentalidade da cidade e em sua porção insular, os dizeres vem e vão, se compartilham e se enfrentam em singularidades. Assim, desenham-se cenas, passando pelos asfaltos, deslizando-se nos rios e furos ou pintadas na tela de sujeitos um pouco de dentro um pouco tanto de fora. Na continentalidade de uma Belém que cresce e se levanta em arranha-céus colossais à beira-rio, ou de uma resistente Mairí, buscando-se detentora de uma floresta que está para além do rio a sua frente. O rio é o entre lugar que interliga o continente à mata, a urbanização às árvores nativas da Amazônia, o concreto dos edifícios aos verdes da floresta amazônica.

4 O GRAFITE NOS/DOS RIOS: o Street-River como telas discursivas de quem? Para quem?

Ao sair do porto Princesa Izabel (parte sul da cidade de Belém), numa voadeira, um veículo aquaviário com motor de propulsão, e adentrar no furo³⁰ da paciência, na ilha do Combú,

30 [...] o rio é geralmente, um curso d'água largo, com volume e cores diferentes de suas águas, podendo ser brancas, claras e pretas, de acordo com o substrato e os

o sujeito que visita esta porção insular da cidade amazônica Belém imerge-se na primeira galeria de arte a céu aberto da/na Amazônia. O acervo de obras que compõem a exposição é composto por 32 grafites dispostos ao longo de todo o igarapé em questão. De quem seriam estas obras? Que sujeitos e enunciações diriam as possibilidades de sentidos materializadas em tais grafites? Quais formações discursivas se revelariam tensionadas nos dizeres enunciados nos grafites? O que enunciariam acerca dos moradores resistentes daquelas margens distantes/próximas? Sobre quem e de quem falariam essas obras grafitadas naquelas margens, nas fachadas daquelas moradas que se mostram bem peculiares, misturando-se em parilha entre si, em proximidade adensa e densamente incrustada à paisagem da floresta.

O primeiro acervo de arte em ilhas de Belém é denominado *Street-River*, projeto idealizado por um dos maiores grafiteiros da região amazônica chamado Sebá Tapajós, filho do famoso violoncelista Sebastião Tapajós. O projeto dispõe desse nome, pois estabelece um fio de intertextualidade com a famosa frase do poeta Rui Barata e já professor do curso de Letras da UFPA: 'esse rio é minha rua'. Seria para esses artistas plásticos do projeto o rio um espaço de passagem, um espaço de passagem de sujeitos em trânsito? Mas essa inquietude da língua dos povos mais poderosos das Américas enunciaria um

sedimentos que transporta. **O furo não tem correnteza e é um canal fluvial que liga dois rios, cortando ou contornando uma ilha, por exemplo.** (PIMENTEL et al., 2019, p. 5, grifo nosso).

olhar de presença de quem também diz a floresta na distância de quem não efetivamente a vive?

Street-River é um projeto de intervenção que, majoritariamente, utiliza-se da arte – exclusivamente do grafite – para visibilizar algumas comunidades que vivem à beira do igarapé da paciência, na ilha do Combú. O projeto, ao longo dos seus 7 anos de existência, teve duas edições – a primeira em 2016 e a segunda em 2022 – ambas tiveram a curadoria de Willian Baglione. Cada edição teve sua importância dentro do diálogo que tal projeto desenvolveu com a floresta e com o povo que mora nela. Na primeira versão, houve uma predominância de coletivos de destaque nacional e mundial, enquanto somente na segunda versão, um olhar mais sensível a quem produz arte na Amazônia foi concedido com o objetivo de trazer um olhar mais autóctone para o que seria desenvolvido enquanto arte.

Pensando esse espaço deslizado de passagens, de encontros, desencontros atravessados pelo suave brusco barulho, sonoridade das águas, das marés. Espaço marcado pelo desenho ainda improvável dos caminhos daqueles que vem do continente adensar-se nas trilhas desenhada pelo curso ainda resistentemente (in)definido de uma topografia insólita, improvável da floresta.

É necessário conceber as temáticas que se desvelam das obras integrantes do projeto idealizado por Sebá Tapajós por meio de suas singularidades. Do que é visto enquanto tema “[...] deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e re-

lacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.” (FOUCAULT, 2020, p. 34). Logo, as obras que compõem o acervo dessa galeria fluvial podem ser divididas tanto em blocos temáticos que são recorrentes (fauna, flora e representação da figura humana) quanto em blocos de temas que se tecem por sua dispersão (elementos da Natureza, povos originários e símbolos do sagrado). Na recorrência, nos referimos a repetibilidade, aquilo que muito se diz, que se enuncia nas telas grafitadas. Na dispersão, teríamos em dizeres isolados, numa sutileza do dito referenciando determinadas temáticas.

Para Silva (2017, p. 115), “[...] o grafite é uma materialidade incluída na produção simbólica de uma cidade[...]”. Nesse ponto, as obras do projeto Street-River singularizam-se por se apresentar em uma espacialidade distinta daquela onde os grafites majoritariamente aparecem (no muro). Agora, o muro se metamorfoseia em palafita, visto haver o deslocamento, o deslizamento da Belém continental (metrópole de uma temporalidade da instantaneidade) para chegar-se às fachadas e laterais das palafitas da Belém insular. Essa enuncia uma temporalidade que enreda muitas vezes o ritmo lento das águas e ainda se mostra por descobrir-se camuflada na floresta. Estariam nessas telas também formas e contornos novos, modos de existência, de produções de identidade: entre o continente e as águas, a arte se faz constituída e constitui esses espaços de modo múltiplo e plural.

As materialidades artísticas dispostas do outro lado da baía podem, de certa maneira enunciar modos de vida que são

organizados em torno do rio à sua frente. Segundo Loureiro (2000, p. 61), “[...] entre o rio e a floresta, estão os arquivos da vida amazônica [...]” costurada por saberes e encantarias que se desvelam das águas de uma Amazônia que abriga para além da arte, elementos humanos capazes de sentir, experimentar e vivenciar caminhos aquosos que se alastram floresta adentro. Esses sujeitos que para além, ou ditos em parte nas telas grafitadas, são saberes que talvez resistam no silêncio dos seus dizeres, mas sobretudo na bravura de suas permanências: uma ordem de uma guerra mais ou menos declarada, de um tempo de delimitação que supera as causalidades engavetadas no passado: sujeitos que, nesse jogo tenso de possibilidades e negações, dizem sem dizer, deixam de poder dizer quando querem enunciar-se. Nesse jogo espacial, “É preciso, de início, fazer referências ao conjunto das práticas sociais e às diversas representações de espaços que lhe são ligadas.” (LACOSTE, 2013, p. 43).

5 A FIGURA HUMANA DO NEGRO NA LIDA DE QUEM FEZ/FAZ A CIDADE

Conceber a cidade pelas mãos de quem a edifica é compreendê-la por meio de sua pluralidade constituinte. Logo,

A cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compen-

sam e se combinam fora do poder panóptico [...]. (CERTEAU, 2008, p. 174).

A Belém dos rios é constituída por etnias que se tornam visíveis ao deslizar-mos pelas embarcações e avistarmos crianças utilizando o rio como meio de entretenimento, ou mesmo de trabalho (distinta de certo modo de uma perspectiva exploratória), como um fazer partilhado em famílias de identidades, mulheres lavando utensílios domésticos nas águas barrentas dos furos e igarapés, moradores guiando rabetas carregadas de frutas de várzea para serem vendidas nos entrepostos comerciais da cidade. Os hibridismos da cidade das águas são constituídos por sujeitos que operam modos de vida pelos rios.

Os espaços se abrem a múltiplas possibilidades de construção. Assim, das temáticas que se firmam pela recorrência, selecionamos uma obra das que compõem a representação da figura humana dentro do projeto Street-River. A obra em questão está presente no igarapé da paciência na ilha do Com-bú, em Belém do Pará. Tal obra é composta pela representação de uma criança negra na frente de sua residência e ao lado da casa foi grafitada a figura de um homem, também negro, sobre uma canoa, talvez vagando pelo rio. A casa em que o grafite foi construído destaca-se por ser um local de comercialização de produtos alimentícios e de higiene básica, tal espaço ilustra a típica moradia daqueles que vivem à margem dos rios: a palafita.

Imagem 2 - Negritude Em Paisagem Da Belém Insular



Fonte: Robert Freitas

Um das máximas que compõem o projeto Street-River está na relação direta entre o artista que chega à ilha para grafitar as palafitas e os moradores que residem nela. Nesse diálogo estabelecido entre os de 'dentro' de os de 'fora'/ povos da floresta (os que chegam), um dos pontos de acordo está na escolha do que se fará grafitado, incumbindo ao dono da propriedade, essa decisão. A materialidade em questão bifurca-se na representação do elemento humano, o qual ocupa a dimensão do primeiro plano tanto na fachada quanto na lateral das casas.

Pode-se observar que na extensão do grafite, o elemento posto na lateral da palafita traz em predomínio a cor verde como uma representação do lugar onde tais sujeitos vivem: a floresta. Aludindo as nossas reflexões teórico-metodológicas, podemos trazer dois questionamentos: quem nesse diálogo

entre os artistas do projeto 'de fora', seria o maestro das enunciações ditas e grafitadas em tais produções?. Nesse projeto temos artistas de Belém (mas, não moradores, viventes destes lugares/espacos), porém majoritariamente temos artistas de outras regiões, predominantemente do Sudeste. Por onde vieram essas iniciativas de dizer?

Quando o morador decide que o que será grafitado em sua casa é uma imagem de si, é possível reconhecer por essa decisão que os lugares/espaco vão se construindo de certo modo por meio de espelhos que refletem, na comunidade, os próprios sujeitos dela. Voltamos a frisar, refletem, espelham, mas nos parece que o tomo, a atitude de enunciação é trazida por aqueles que assumem o lugar de trazer à tona, fazer buiar estas falas. A forma de transparência a qual os sujeitos são visibilizados comunga com o que Castells (2006) expõe ao dizer que as comunidades locais consolidam memórias coletivas por meio das quais ajustam suas formas de constituição e com isso elas próprias edificam abrigos que servem de proteção para aquilo que tende a penetrá-las sem a devida permissão. Nesse sentido, há muitos dizeres, muitas enunciações não ditas camufladas no 'diálogo' que referenda a ser dito aquilo que esses sujeitos moradores resistentes das palafitas se acham permitidos ou se acham engendrados a dizer.

Logo, a representação do sujeito de uma negritude em tela, presente em sua força mais indispensável para as grandes obras. Os negros escravizados que produziram muitos dos monumentos que inscreveram Belém continental. Essa

cidade marcada por traços arquitetônicos de poder português, não somente legitima um lugar condensando e marcado pela linguagem e pelas formas visibilizadas nos cartões mais postais da cidade, como também deságua uma determinação da tragédia humana de um poder vil da colonização. No entanto, há respiros de resistência, por quem vive nessas espacialidades à beira de rio. A negritude de um passado-presente se renova na imagem-menino da tela.

A identidade do homem amazônico é construída, segundo Loureiro (2008), pela relação indissociável do tempo em relação aos espaços onde esse homem desenvolve suas práticas. Para Loureiro (2008), essa construção de uma identidade de si do sujeito amazônico é permeada por elementos da natureza como o rio de água doce e as florestas de árvores de várzea, os quais se tornam símbolos representativos daquilo que a Amazônia tem de mais legítimo: suas territorialidades.

Não há como desassociar, no processo de construção do sujeito amazônico, a identidade, a relação que os sujeitos das ilhas dispõem com os rios e florestas alagadas. Isso se percebe ao se ver que a paisagem pintada pelo artista do projeto Street-River na casa do morador funciona como uma extensão da floresta de açai posta ao fundo da residência. Também, o homem negro desenhado sobre a canoa em posição de contemplação é uma imagem que se repete aos olhos dos sujeitos em passagem pelos rios – canoas a deslizarem pelas águas barrentas, as quais conduzem à percepção de uma natureza que impressiona em exuberância e grandeza ambicionada

pelo antigo olhar produzido pela voraz perspectiva colonizadora de um outrem/presente de exploração de reservas e consumo turístico e daí mesmo estimulada aos ribeiros para além de uma possível já distanciada subsistência. Mas ainda se persegue a pergunta: o que quer, o que diz, onde está o negro mão de obra, matéria prima de ainda distante de disposição de sujeitos, espaços e possibilidades de vida?

As condições de existência do grafite sobre a tela-palafita não são configuradas somente pela autorização concedida pelo sujeito morador aos grafiteiros acerca do que será grafitado nas casas. Há um conjunto de condicionalidades que são inseridas nesse processo de construção as quais incluem: o local onde tais sujeitos habitam, a relação com outros que são inseridos nessas espacialidades, a história que surge como plano de fundo para a consolidação de determinados hábitos, a cultura que é sentida e vivenciada por meio de saberes que se perpetuam com o tempo etc. Nessa conjuntura, emergem relações de poder e disposições de lugares/espaços que deixam esconder ainda que possam camuflar as subalternidades, os saberes, nesse caso, sobretudo os artísticos que parecem vir como maestro daquilo que se pode ser tocado, ser pintado, ser dito, para aqueles que podem ser vistos na mudez de seus igarapés ou mesmo nos furos.

O hibridismo o qual integra o território amazônico é acionado por imagens que refletem essa composição e ao mesmo tempo simbolizam formas de vidas singulares a essas localidades. Tal assertiva pode ser vista quando Gregolin (2011, p. 92)

elucida: “[...] a imagem é uma operadora de simbolização”. Essa alegria, insistimos novamente, também não camuflaria a vida e as condições de certos direitos do garoto negro periférico, ainda que em tempos de questionamentos/apagamentos.

A imagem do grafite opera e aciona aspectos de intertextualidade/interdiscursividade com o conto de Guimarães Rosa: *A terceira margem do rio*, nele a relação entre pai e filho é costurada e preenchida por uma trama a qual se faz protagonizada pelos dois personagens. A terceira margem do rio abre possibilidades de contemplação para os sujeitos que estão nela. Na Amazônia, a terceira margem do rio nos faz perceber para além de uma natureza que nos envolve, nos alimenta e que se torna lugar de morada para muitos sujeitos das margens.

A margem não é um lugar. Quem estaria à margem, lirismo do escritor que nos reforça a margem como uma possibilidade de resistências e fruição com a parte que mais possibilita respiração na cidade metrópole; por outro, quais as retaguardas de pertencimento desses sujeitos resistentes de modo mais efetivo de etnias negras e ainda mais identificada com as águas e a floresta amazônica, os namorados dos furos: os povos originários, mais originários desses espaços.

6 POVOS ORIGINÁRIOS: a visibilidade de uma ausência

O espaço se faz muito mais que atravessado pelo tempo; o espaço temporaliza-se, num movimento que confere

valores, sentidos de lugar e espaços a certas paisagens em seus sujeitos constituídos. O espaço está a todo momento a constituir-se. Aqui, compreendemos essa categoria espacial a partir da visão de que “[...] cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais.” (SANTOS, 2006, p. 213). Logo, as singularidades representativas de cada lugar assumem funções específicas que, irrecusavelmente, vão tecendo a imagem de uma Amazônia peculiar.

Na Belém das águas, há modos de operacionalização entre sujeitos que registram maneiras de existência, *modus vivendi* e/ou de uma ausência posta em tela como podemos notar em nossa segunda materialidade de pesquisa posta abaixo:

Imagem 3 - Palafitas: imagens em cores de resistências



Fonte: Robert Freitas

O rio Guamá dispersa-se em braços de rios que se alongam floresta adentro por uma extensão fluviométrica grandiosa. Pintada por Sebá tapajós, a tela resplandece de modo bem representativo a imagem de um indígena já maduro, apontando para a sabedoria dos anciões, ou mesmo os saberes espirituais dos pajés. A imagem se mostra destacada em meio a uma geometrificação de cores. Isso nos remete diretamente aos corpos pintados dos indígenas, em série de traços de diversos povos indígenas em que as maneiras de dispor a pintura apontaria como traços de singularidades em similaridade às diversidades linguísticas: o colorir-se, o pintar-se seriam pontos de confluências metafóricos entre o corpo e a floresta: no corpo estaria o verde e também o colorido da fauna imersa na floresta. Cores que são desenhadas pelo artista de fora marcando uma identidade de pertencimento na faixa da residência em questão.

No processo de formação do povo brasileiro, os povos originários tiveram uma importância grandiosa. Ainda que tenham sofrido mesmo a dizimação, fruto da própria exploração daquilo que para eles se fazia a morada: a floresta amazônica, sobretudo no caso aqui em relevância. Muito do que foi pensado em termos de formação de território e de etnia adveio de estratégias e tecnologias efetivas de um forte movimento de formação tanto de colônia, naquele período, quanto de povo perdurando até o presente. Por mais que Coelho (2011) nos apresente possibilidades de exploração da Amazônia datando de 1560, o cenário de exploração territorial de Belém parece se

movimentar mais efetivamente a partir de 1616 com a chegada da tropa de Francisco Caldeira Castelo Branco ao que hoje conhecemos como baía do Guajará.

É possível perceber marcas que se consolidaram a partir dos primeiros séculos de exploração da Belém da Amazônia quando Meira Filho (2015, p. 62) elucida que as grandiosidades das espacialidades amazônicas “Dominavam o homem em seu contato, diminuindo-o, tornando-o um ser inexpressível diante das mínimas dimensões a que ficava reduzido, desencorajado para lutar e vencer aquele mundo incalculável de mistério e de riqueza.” Nesse contexto de exploração e de dominação, os únicos que possuíam o conhecimento dos caminhos da floresta alagada eram os tupinambás que residiam em territorialidades próximas a da metrópole.

Desse modo, os rios eram utilizados como forma de materializar modelos de resistência em relação à dominação portuguesa na região. Assim, também pelos tupinambás, os rios se faziam espaços de resistência no encontro/confronto com aqueles que residem fora da ilha do Combú; como também a resistência pode ser aludida nas relações de poder que mais podem se disfarçar: com os artistas que assumem a proposição de enunciar, talvez de apontar a coadjuvação. Aos sujeitos residentes na ilha, que tendo a metrópole como tela, bem perto, ainda se fazem distantes com aqueles que acabam por se alçar a posição de maestros de uma enunciação: no caso, os artistas do projeto street river. Nesse tensionado encontro quem mais diz a floresta? No confronto entre os Tupinambás e os explora-

dores que chegavam à cidade de Belém, há um derramamento de suor e sangue indígena que mancham a história da cidade de Belém e pode ser percebido na seguinte citação:

Grande parte dos Tupinambá que vivia nesta região hoje denominada de Belém e nas adjacências, morreu ainda no século XVII, quando entrou em contato com os europeus. Muitos fugiram para dentro da floresta e formaram novas sociedades ou se integraram às que já existiam, mas uma parte foi incorporada à recém-fundada cidade. (NEVES, 2022, p. 201).

A tela do grafite em questão aciona todo esse movimento de memória, por estar em uma região que se configurou como espaço de resistência por excelência em relação à dominação portuguesa: os rios. Na ilha do Combú, há a visibilidade de uma ausência que é etiquetada por um projeto artístico que traz à luz o que expõe (GREGOLIN, 2011, p. 91): “Alguns acontecimentos discursivos retornam constantemente pois estão instalados com muita força na memória cultural”. A repetibilidade ou inquietantemente a dispersão de fatos que marcaram a história de determinadas espacialidades, principalmente as espacialidades das águas/ dos rios da Amazônia; visibilizam modos de vida e sujeitos que assoalham aquilo que somos hoje: tapuios, ribeirinhos, amazônidas, indígenas, negros, etc. Gente que fica e materializa em seus corpos e cotidiano o morar e constituir-se nos furos da mata; gente que se distancia e guarda essa memória, embora se atravesse por outras dissonâncias.

Para Gregolin (2011), a imagem tem um papel importantíssimo na contemporaneidade, pois mobiliza memórias cole-

tivas de fatos que se encrustaram durante a história. Com isso, podemos pensar que 400 anos depois do início do processo de colonização na/da Amazônia, o indígena ainda se faz presente nos rios da região, pois dele retira suas subsistências alimentícias ou mesmo integra-se à paisagem em contemplação e mergulhos de pertencimento identificando-se a outros seres da mata-floresta de maior visibilidade da América-mundo.

O indígena não se materializa somente na tela de arte, mas também se desloca dela ao consolidar saberes culturais para os sujeitos das ilhas. Impressas na memória linguística, memória que se tece enquanto ancestralidade inscrita em corpos e mentes de pertencimento. Os povos indígenas anteriores à colonização, tal como ressaltamos, funcionam como tecnologia operante sobre a região das águas: produzindo e instigando discursivizações semiológicas, por, as peconhas sobrevivem e se mostram ainda indispensáveis, bem como essa ancestralidade tupinambá/indígenas ao subir nos açazais de peconha, bem como fazer avoados à beira-rio, construir bijóias com as sementes caídas das árvores, etc. Os povos das ilhas de hoje firmam-se por uma presentificação resistente de uma memória que se nega a fazer-se expectadora ou turista vindo do lado continental. Os sujeitos reduzidos e declamadores de um discurso de vida tomados pela dispersão; num abraço à floresta ainda não se deixaram fisgar pelos encantos da Belém continental, que já escondem muitas estrelas dos céus escuros da mata.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Belém não é mais que um grande rio e uma floresta em furos e igarapés. Belém do Grão-Pará. De onde surgiu a cidade? Quais mãos fizeram e tomaram esse espaço em suas múltiplas enunciações? Não é só da cidade que falamos nesse breve percurso analítico, ou ainda não é somente de uma cidade. Falamos de uma Belém-continental e de uma Belém insular. Uma cidade inventada e presente no tensionamento de uma história que se movimenta e se insurge nas relações de poder, de submissão e resistência.

Nosso olhar se deslocou do continente (espaço construído de avesso para a geografia, fechado aos movimentos dos ventos) para o espaço resistente das águas e da floresta. Olhamos e nos fizemos enunciar pelas enunciações daqueles que inscreveram suas artes nas palafitas. Os artistas do projeto Street-River tomaram a palavra, buscaram ser os locutores de uma enunciação a muito saqueada e marginalizada, cerceada de direitos básicos de humanidade. Mas, embora vejamos os corpos dos que tinham e ainda resistem em ser da floresta representados nos grafites do projeto; esses enunciados não são arquitetados pelas perspectivas desses sujeitos.

Também, corpos negros enunciados em temporalidades de existências distintas, pelos mesmos grafites; não conseguem ainda retirar muito do silêncio que hoje ainda se reproduz nos dizeres sociais. Desse modo, nessa “arte do diálogo”, ou de pluralidade de vozes, as palavras de nós negros ainda não to-

maram posse de regência. Os verbos dos nossos pajés ainda se fazem intensos da academia. Mas os moradores das palafitas são resistentes aos arranha-ceús e esgotos das, muitas vezes, desumana metrópole-continental.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 2).

CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano: a arte de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CUNHA, M. A. D. **Tão longe, tão perto: a identidade paraense construída na mídia do sudeste brasileiro**. 2011. 325 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

COELHO, M, C. **A fundação de Belém**. 1. ed. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2011.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, M. Diálogos sobre o Poder. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006. (Entrevista com estudantes de Los Angeles, Trad. F. Durand-Bogaert).

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

GREGOLIN, M. do R. V. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (org.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos, SP: Ed. Claraluz, 2011. p. 83-105.

LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 17. ed. São Paulo: Editora Papirus, 2013.

LOUREIRO, J. de J. P. Meditação devaneante entre o rio e a floresta. In: SIMÕES, M do S. (org.). **Memória e comunidade entre o rio e a floresta**. Belém: Gráfica UFPA, 2000. p. 59-70.

MEIRA FILHO, A. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história (1616-1823)**. Organização Márcio Meira. 2. ed. Belém,PA: M2P Arquitetura e Engenharia, 2015.

NEVES, I. dos S. Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém. **Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 178-205, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/52550/28678>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SILVA, C. N. da. **A presença indígena nos grafites de Belém: entre fraturas e resistências**. Orientadora: Prof^a Dr^a. Ivânia dos Santos Neves. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Pará. Programa Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), Belém, PA, 2017.

PROGRAMA “NOSSO CENTRO” E OCUPAÇÕES ARTÍSTICO- CULTURAIS:

**formulação, implementação e suas
repercussões nos usos dos espaços
do Centro Histórico de São Luís**

Donny Wallesson dos Santos³¹

Conceição de Maria Belfort de Carvalho³²

- 31 Doutorando em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA); Mestre em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA); Especialista em Metodologia do Ensino Superior (CEMES/UFMA); Professor Assistente I no Centro Universitário Dom Bosco (UNDB/MA); Produtor Cultural, Coordenador e Presidente da Associação de Circo, Educação e Desenvolvimento Social (ACEDES/MA). dws87@outlook.com.
- 32 Doutora e Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Mestre em Estudos Literários (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Professora Adjunta do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Patrimônio Cultural. cbelfort@globocom.com.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É perceptível, ao longo da história, que os desalinhos entre as políticas públicas e as necessidades da população geram levantes na sociedade civil, em manifestações, protestos, atos políticos, bem como artísticos, a fim de construir uma resistência diante da perda de direitos civis e das desigualdades sociais aprofundadas pelo modo de produção do sistema capitalista. Os movimentos artístico-culturais são vistos na história como fundamentais nesse cenário de resistência e oposição a demandas governamentais e proposições de políticas que não beneficiem a população.

Para Paiva e Gabbay (2016) há uma relação de causalidade entre a ocupação dos espaços públicos e a privatização das cidades. Países em desenvolvimento, como o Brasil, adotam um modelo de urbanização norte americanizado que se impõe à população: uma cidade global repleta de centros comerciais, shoppings, grandes prédios num estado de contínua vigilância e assepsia.

O desenvolvimento e a expansão urbana de sítios históricos como o caso de São Luís, necessitam contemplar a preservação histórica e garantir a convivência das pessoas com os espaços. De acordo com o Oliveira (2001), os padrões urbanos adotados pelo poder público têm por obrigação suprir as necessidades da sociedade por meio da distribuição e utilização coerente de recursos ambientais. Em específico, tratando-se de centros históricos é fundamental considerar as particulari-

dades da população que o utiliza, evitando que suas funções sociais sejam incompatíveis ou inadequadas para aquele meio, priorizando uma política urbana integrativa, que contemple não somente as necessidades econômicas, mas sociais e culturais.

Nesse sentido, este artigo objetiva discutir algumas características acerca da formulação e implementação do Programa “Nosso Centro” e suas repercussões nos usos dos espaços do Centro Histórico de São Luís pelas ocupações artístico-culturais. Parte-se da hipótese que tal política pública está direcionada muito mais para interesses mercadológicos de caráter privado em detrimento da garantia dos usos e funções sociais dos espaços públicos da região.

Ressalta-se que se traz recortes textuais da dissertação de mestrado desenvolvida pelo pesquisador, intitulada “Usos da cidade: ocupações artístico-culturais de espaços públicos patrimoniais do Centro Histórico de São Luís”, no Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PGCult/UFMA). Foca-se nos resultados referentes à análise do programa “Nosso Centro” e suas implicações para o desenvolvimento urbano que interfere nas práticas das ocupações artístico-culturais.

Este artigo está dividido em 5 seções. Após estas considerações iniciais, a segunda seção aponta considerações acerca das características das políticas públicas, em interlocuções com a ideia de cidadania. Por conseguinte, a terceira seção aponta noções preliminares acerca das ocupações artístico-culturais, a fim de apresentar uma concepção que se relacione com a

temática. A quarta seção apresenta alguns elementos do programa “Nosso Centro” que se relacionam com a hipótese apresentada e suas repercussões nas atividades das ocupações artístico-culturais. Por fim, apresenta-se as considerações finais, na tentativa de elucidar elementos que respondam ao objetivo proposto.

2 FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: interlocuções com a cidadania

gelinski e Seibel (2008) afirmam que as políticas públicas são ações dirigidas para as resoluções das necessidades públicas, que podem ser: sociais, macroeconômicas ou de outras naturezas, como científicas, tecnológicas, culturais etc. Elas são concebidas em um ciclo: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. Uma outra caracterização se refere aos tipos de políticas: distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas.

Cabe a essa seção discutir alguns elementos e características referentes à formulação e implementação. Uma característica presente na formulação e implementação do programa “Nosso Centro” foi o modelo de gerencialismo público, no qual há tentativas de adotar políticas de cunho participativo, a fim de instituir formas de incorporar os segmentos da sociedade principalmente pela via da formação de conselhos consultivos (GELINSKI; SEIBEL, 2008).

É fundamental ressaltar que a formulação e implementação de políticas públicas é atravessada pela concepção de Estado, à medida que esses estágios são determinados pelos personagens principais que decidem os caminhos da política a ser acionada e suas consequências para a sociedade, ou seja: se irão contemplar as necessidades da população ou se atenderão as necessidades do mercado e os interesses do sistema capitalista.

Santos et al. (2007) criticam a formulação e implementação de políticas que contemplam essa segunda acepção, haja vista que, para os autores, sequer deveriam ser chamadas de políticas públicas, pois o termo “público” inexistente, à medida que estão voltadas ao interesse da classe dominante e não são frutos de processos democráticos de decisão. Em complemento, Camargo (2004) ratifica que qualquer política pública deve se fundamentar em alcançar prioritariamente seus objetivos sociais. As escolhas referentes a abrangência e prioridades são políticas e respondem à interesses determinados.

O autor faz uma análise profunda das escolhas dos gastos sociais no Brasil e defende um posicionamento que o Brasil reproduz um viés “antipobres”, uma vez que, em perspectiva macroeconômica, as escolhas das políticas públicas em nossa história, mesmo os programas sociais — como previdência, educação e transferência de renda — atendem os mais ricos em detrimento dos mais pobres. Nesse sentido, embora a partir da Constituição de 1988 se inicia um movimento no Brasil de aproximação entre Estado e sociedade civil na formulação

e implementação de políticas públicas, elas dependem de vontades políticas e acabam tendendo para o mercado e, só se voltam para o povo por meio de pressões sociais (CAMARGO, 2004).

Rolnik (2015) ressalta que a ideia de cidadania, direito e propriedade estão entrelaçadas no pensamento liberal que tomou conta do Brasil com mais força desde a década de 1980 que, imbuída do falso pretexto de proteção da vida e da dignidade humana, demonstra foco no crescimento econômico, com retorno nos investimentos e maiores oportunidades de aluguel e venda de imóveis, substituindo progressivamente a linguagem de direitos sociais e cidadania pela linguagem da inclusão social pelo consumo.

A lógica supracitada se aplica à utilização do espaço público e, principalmente, ao direcionamento dos investimentos urbanos que coadunam em larga escala com a lógica do capitalismo, promovendo a mercantilização dos espaços e determinando seus usos para fins exclusivamente lucrativos. A experiência relatada na pesquisa de Chagas (2015) se aproxima dessa perspectiva subversiva de repensar os modos de vida por meio de novos usos dos espaços públicos, ilustrando como as intervenções urbanas se colocam como ações diretas de práticas sociais não institucionalizadas, haja vista que o ente público tenta determinar o cotidiano urbano para acúmulo de capital, bens materiais e prosperidade financeira, em detrimento de atividades com outros fins, como proposto por Correia (2013) que questiona a hegemonização advinda da espetacularização

das cidades, na qual os espaços públicos são voltados para o uso das classes sociais economicamente abastadas.

3 OCUPAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS: noções preliminares

Rolnik (2015) define que a noção de ocupação tem origem no vocabulário militar, significando a tomada de um território seguida da instauração de uma estrutura de controle, fixa ou temporária, do espaço e de sua população. Portanto, as ocupações correspondiam à questão da soberania político-militar sobre um território em disputa. Embora inserido no campo da disputa política, o caráter artístico-cultural das ocupações estudadas neste trabalho aponta para uma outra concepção de uso do espaço público, sinalizando a necessidade de renovação ou reformulação do conceito de ocupação.

Oliveira Neto (2012) problematiza a dinâmica das cidades do século XX onde, aprofundada no século XXI, a privatização e a sensação de insegurança nos espaços públicos suprimiram a convivência cotidiana das pessoas nas ruas, conduzindo-as para condomínios, shoppings, e todo tipo de lugar hermético e, invariavelmente, segregador (o acesso se dá pelo poder econômico). Nesse sentido, o ato de ocupar é visto como ação direta e estratégica de reivindicação do direito à cidade, ques-

tionando os modos de vida urbano produzidos pelo sistema de produção capitalista.

Em contrapartida, Teixeira (2008) traz um enfoque diferenciado das ações de ocupação artística no contexto do capitalismo. Parte-se do conceito de incubadora-artística, enquanto território de inovação artística e econômica, para refletir a distribuição territorial das ocupações artísticas no Brasil, alinhando a capacidade de criação delas com o potencial econômico inerente ao processo artístico. Em outras palavras, analisar a faceta econômica presente nas atividades de ocupação, haja vista a compreensão da cultura enquanto ciclo dinâmico da economia brasileira, em suas dimensões pública, privada ou social.

Silva (2019b) também reconhece a potencialidade das ocupações artísticas, mas sob o ponto de vista pedagógico. Partindo do pressuposto da existência de um processo de aprendizagem oriundo de práticas coletivas e colaborativas no espaço urbano, buscou-se investigar as potencialidades pedagógicas dos atos de ocupação artística na cidade de São Paulo, visto que a cidade pode se tornar um campo de aprendizado e que a ocupação de determinados espaços vazios, esquecidos ou marginalizados, comumente ignorados pela administração pública, gera diferentes práticas de sociabilidade, o reconhecimento das necessidades e problemas da comunidade, seguido de iniciativas para solucioná-los.

A perspectiva dada ao ato de ocupar um espaço com arte, foca-se em questionar o acesso das pessoas aos espaços

públicos por meio de ações artísticas pontuais que constroem uma poética diferenciada aos lugares e buscam ressignificar a passagem do público por ele. Yue (2010) pensa a ocupação temporária de espaços por meio do uso de imagens e sons em espaços públicos da cidade de Santo André, São Paulo, no intuito de reestabelecer ligações de sentido na experiência do espectador que consome a obra de arte.

Compreendendo os atos de ocupação como materialização da prática democrática pela participação efetiva da população nas decisões do poder público, em detrimento daquela democracia formal, retórica e distante da população, Amaral (2014) elucida a potência da literatura enquanto ocupação artística na cidade do Rio de Janeiro como estratégia de ocupação de espaços excluídos do circuito cultural. Por meio da poesia, os ocupantes realizam saraus em diversos pontos da cidade, em resposta ao autoritarismo da Prefeitura do Rio que fechou vários equipamentos públicos de cultura.

Desse modo, a concepção de ocupação perpassa pelo engajamento social da prática artística com fins de mudança social, pois

O questionamento quanto ao lugar que ocupamos frente aos fatos sociais, implicaria em engajamento em algum sentido, provocando uma prática artística mais contundente. Na intenção em tomar uma posição a respeito da esfera pública, o artista passa assim a atuar em colaboração com propostas comunitárias, bem como com as pessoas com as quais convive, alimentando este convívio no funcionamento de sistemas colaborativos e de instituições sociais no qual também esteja inserido [...] não deve bastar para um artista o fato de

agenciar propostas relacionais em arte, como o encontro pelo encontro, mas sim o de desencadear um processo artístico em compromisso social e político. (APPEL, 2016, p. 117).

Gonçalves (2017, p. 7) parte de uma definição de ocupação cultural para sua pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, colocando-as como “[...] as estratégias de produção e ressignificação de espaços através da presença coletiva e de práticas significativas, ou seja, aquelas que incidem sobre os usos e a relação simbólica dos espaços com as formas de vida [...]”, materializadas por meio de saraus, performances, exposições, shows musicais, em intervenções urbanas em espaços públicos abertos (praças, muros, parques, ruas, pontes etc.) ou edificados (prédios, casas, teatros, museus, casarões etc.).

Tais estratégias são possíveis, de acordo com Santos (2017a), pelo modelo de ação coletiva que ocupa espaços públicos com formas estéticas de contestação das desigualdades sociais, construindo o que a autora chama de “lugar político”, fruto da ressignificação do espaço público e da mobilização social resultante do agenciamento de artistas independentes, coletivos artísticos, partidos políticos e movimentos sociais. Para além do espaço público, essa estrutura organizacional impacta na politização dos sujeitos em seu próprio cotidiano.

Nesse sentido, a análise realizada na pesquisa de mestrado encontrou a seguinte constatação: pode-se considerar as ocupações artístico-culturais como um modelo de ação coletiva que se utiliza de práticas artísticas em espaços urba-

nos vazios, abandonados ou subutilizados, como ferramenta política de reflexão e mobilização da sociedade, a fim de promover plena participação na sua gestão e utilização, colocando-se como movimento social de reivindicação e resistência à mercantilização do espaço público pelo sistema capitalista, promovendo a prática da democracia direta, da cidadania e do direito à cidade.

Longe de encerrar um conceito, a pesquisa buscou estabelecer uma concepção que direcione a discussão proposta e, principalmente, contemple, nas devidas proporções, a dinâmica prática das ocupações que compõem o objeto de pesquisa deste trabalho, criando condições teórico-metodológicas de compreensão do recorte da realidade, do contexto social, das relações de poder entre os ocupantes, o espaço, o Estado e a comunidade, com fins de contribuir para a democratização dos usos e funções sociais dos espaços da cidade e o pleno direito a acessá-lo por toda a sociedade.

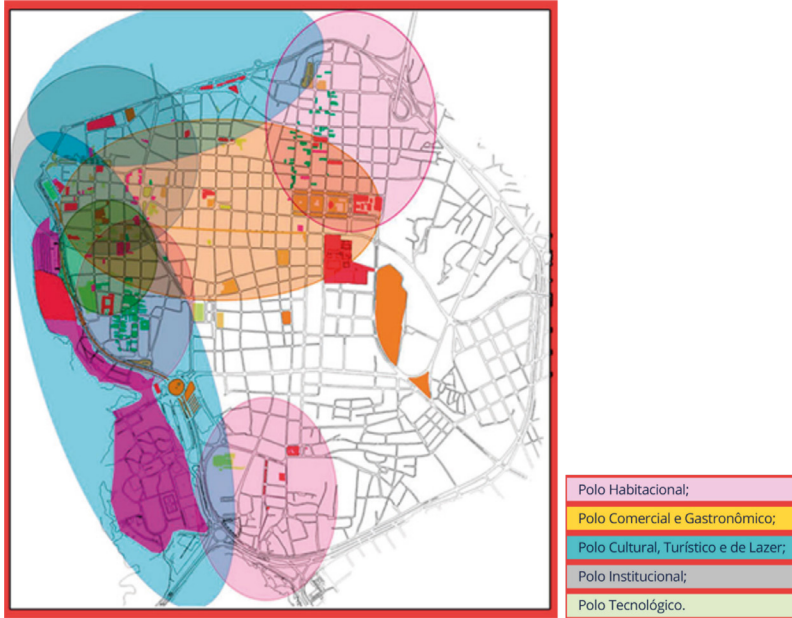
4 PROGRAMA “NOSSO CENTRO”: implementação e atravessamentos referentes às políticas culturais do Centro Histórico de São Luís

O “Nosso Centro”, instituído pelo Decreto nº 34.959 de 26 de junho de 2019, objetiva “[...] tornar o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sus-

tentável, preservando seu valor histórico e cultural ao mesmo tempo que promove o Centro da cidade de São Luís como espaço democrático.” (MARANHÃO, 2018, p. 2), por meio das seguintes estratégias: 1) interligação de polos vocacionais; 2) redução dos vazios urbanos e aproveitamento de estruturas ociosas, públicas ou privadas; 3) Incentivo à habitação, atividades comerciais e culturais como base de sustentabilidade local; 4) Articulação de recursos de diversas origens (setor público e privado e fontes internacionais) para recuperação e uso do patrimônio e; 5) Formalizar parcerias do setor público com a iniciativa privada local e a sociedade civil (MARANHÃO, 2019a).

Os polos vocacionais correspondem à distribuição de investimentos de acordo com o potencial de cada área para desenvolvê-lo (Figura 1). Para fins desta pesquisa, dar-se-á atenção ao Polo Cultural, Turístico e de Lazer (área demarcada em azul na Figura 1), que segundo o Portfólio do Programa objetiva “[...] fomentar a ocupação, realização de atividades e atrações culturais do Centro Histórico, tornando-o referência de lazer à população local e turistas, e ainda preservar e difundir o patrimônio cultural material e imaterial do Estado do Maranhão.” (MARANHÃO, 2018).

Figura 11 – Fotomontagem com o mapa do Centro Histórico de São Luís e as divisões dos polos vocacionais do Programa “Nosso Centro”



Fonte: Adaptado de Maranhão (2018)

No intuito de alcançar este objetivo, foram colocadas as seguintes ações estratégicas:

- A expansão do Programa Cores na Cidade;
- A realização do Natal do Maranhão;
- A realização de eventos culturais periódicos;
- A realização do Carnaval do Maranhão no Centro Histórico, incluindo o Circuito Beira Mar;

- A ampliação do São João do Maranhão no Centro Histórico;
- A realização de intervenções artísticas visuais em diferentes pontos do Centro;
- A requalificação do Complexo da RFFSA;
- A implantação de roteiros históricos temáticos para prédios e logradouros históricos;
- O fomento à implantação de empreendimentos culturais e gastronômicos;
- A formalização de grupos culturais tradicionais e o fomento de suas atividades;
- A criação do Centro Cultural do Desterro em imóvel remanescente da antiga OLEAMA;
- A continuidade de eventos ligados à disseminação de movimentos musicais de reggae, a partir do Museu do Reggae;
- O incentivo à visita gratuita ao Palácio dos Leões e museus situados no Centro;
- A estruturação do Parque do Bacanga;
- O apoio às pesquisas sobre o Centro Histórico a partir de concessão de bolsas de pesquisas. (MARANHÃO, 2018, p. 5).

Ressaltam-se duas dessas ações estratégicas que resultaram em um proeminente movimento de ocupação do Centro Histórico de São Luís. A primeira diz respeito a ampliação do São João do Maranhão, com destaque para a decoração de mosaico de bandeirinhas (Figura 2) que atraiu grande público local para a área da Praia Grande, movimentando o comércio local e gerando interesse de investidores comerciais no local (MARANHÃO, 2019b; O IMPARCIAL, 2019).

Figura 2 – Fotomontagem da decoração com bandeiras em mosaico para o São João do Maranhão no Centro histórico de São Luís



Fonte: Elaborado a partir de Maranhão (2019b)

A segunda se refere à criação do Centro Cultural do Desterro, que ficou conhecida como Fábrica das Artes que foi resultado da ocupação de moradores do bairro em virtude das dependências da antiga fábrica da OLEAMA ter se tornado abrigo para atividades ilegais e de violência urbana (Figura 3).

Figura 3 – Fachada da ocupação Fábrica de Artes



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Por sua vez, o programa “Adote um Casarão”, instituído pela Lei Estadual nº 10.794/2018, visa a concessão de imóveis da administração pública estadual para pessoas físicas e jurídicas fazerem uso de acordo com predefinição estabelecida no edital, como desdobramento do Programa “Nosso Centro” para alcançar suas metas e objetivos propostos (MARANHÃO, 2019c). Foram disponibilizados 10 imóveis do Centro Histórico de São Luís, listados no Quadro 1:

Quadro 1 - Relação de imóveis de propriedade da administração pública estadual disponíveis para reforma e ocupação com as diretrizes de uso e estado

	ENDEREÇO DOS IMÓVEIS	USO PRIORITÁRIO DEFINIDO	OBSERVAÇÕES PERTINENTES
1	Rua da Palma, nº 247	Comércio ou serviços relacionados à educação, empreendedorismo, tecnologia e/ou hotelaria.	Imóvel em bom estado, sendo necessário apenas a adaptação para ocupação e uso.
2	Rua da Palma, nº 305	Comércio ou serviços relacionados à educação, gastronomia e/ou tecnologia.	Imóvel em bom estado, sendo necessário apenas a adaptação para ocupação e uso.
3	Rua da Palma, nº 322	Comércio ou serviços relacionados à educação e gastronomia	Imóvel em bom estado, sendo necessário apenas a adaptação para ocupação e uso.
4	Rua do Ribeirão, nº 140	Hotelaria, comércio, serviços e moradia estudantil.	Imóvel em bom estado, sendo necessário apenas a adaptação para ocupação e uso.
5	Rua da Estrela, nº 163	Comércio ou serviços voltados para entretenimento ou gastronomia.	Imóvel em bom estado, sendo necessário apenas a adaptação para ocupação e uso.
6	Rua do Giz, nº 139	Comércio ou serviços voltados para entretenimento, hotelaria ou gastronomia	Imóvel em bom estado, sendo necessário apenas a adaptação para ocupação e uso.
7	Rua Portugal, nº 218	Comércio ou serviços voltados para entretenimento, hotelaria ou gastronomia	Imóvel em bom estado, sendo necessário apenas a adaptação para ocupação e uso.
8	Rua Portugal, nº 155	Comércio ou serviços voltados para entretenimento, hotelaria ou gastronomia	Imóvel em bom estado, sendo necessário apenas a adaptação para ocupação e uso.

9	Rua Portugal, n° 243	Comércio ou serviços voltados para entretenimento, hotelaria ou gastronomia	Imóvel em bom estado, sendo necessário apenas a adaptação para ocupação e uso.
10	Praça João Lisboa, n° 328	Hotelaria, serviços diversos e entidades	Imóvel em bom estado, sendo necessário apenas a adaptação para ocupação e uso.

Fonte: Maranhão (2019c)

Traz-se esse programa para esta análise devido à ausência de menção direta de imóveis voltados para atividades artístico-culturais, como mostra o Quadro 7. Porém, os usos prioritários definidos como entretenimento, serviços diversos, entidades e até mesmo empreendedorismo, podem ser tomados como possíveis aberturas para grupos e coletivos artísticos. Entretanto, outras exigências do programa podem inviabilizar a habilitação de propostas de ocupação artístico-cultural em virtude do seu caráter explicitamente empresarial, como determina a alínea abaixo:

e) A comprovação de disponibilidade financeira, de crédito, de bens e/ou serviços, avaliados em, no mínimo, 25% do valor dos investimentos projetados no item anterior por meio de documento bancário, avaliação patrimonial ou qualquer outro instrumento que comprove a disponibilidade de recursos ou crédito para que o particular possa executar a proposta apresentada. (MARANHÃO, 2019c, p. 15).

Além da extensa documentação exigida no pleito do programa “Adote um Casarão”, que requer uma organização jurídico-administrativa comum para grandes empresas, mas que parte da classe artística ludovicense não possui, principalmente ao se tratar de movimentos de ocupação artístico-cultural, o

edital solicita a garantia de um alto aporte financeiro, haja vista o custo para que sejam realizadas tais intervenções sem alterar as características do patrimônio arquitetônico do lugar.

O programa possibilita a utilização de crédito por meio de abatimentos no Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), bem como remissão de possíveis débitos com a Administração Pública Estadual. Novamente, dá-se recursos que não contemplam a realidade dos grupos artísticas que atuam no Centro Histórico de São Luís, instrumentalizando mecanismos de habilitação de propostas de ocupação estruturados com base no nicho de mercado, como pode ser observado o uso prioritário definido “comércio” presente para nove, dos dez casarões disponibilizados para concessão de uso.

Para finalizar, destacam-se duas grandes obras de restaurações de imóveis que ratificam o perfil almejado para o Centro Histórico de São Luís. Realizadas pelo Grupo Venâncio, do ramo imobiliário do Distrito Federal, trata-se da reforma e restauração do Edifício João Goulart para abrigo concentrado de repartições públicas do Estado, que se encontram distribuídas em vários prédios da cidade gerando custos para os cofres públicos, e da reestruturação completa do Palácio do Comércio, que abrigou há 20 anos atrás o consagrado Hotel Central, à época, referência turística na cidade (EMIR, 2019; MARANHÃO, 2017).

A reforma do Edifício João Goulart já está em fase de finalização (Figura 4), com promessas de entrega para o ano de 2020, como parte das metas do Polo Institucional do Programa “Nosso Centro”, portanto, em parceria com o Governo do Estado do Maranhão. Anteriormente o lugar era ocupado por pessoas em situação de rua, alguns dependentes químicos que usavam o espaço para consumo e tráfico de drogas.

Figura 4 – Fotomontagem do antes e depois da reforma do Edifício João Goulart



Fonte: Dados da pesquisa (2019) e Maranhão (2017)

Por outro lado, a reforma do Palácio do Comércio ainda está em fase de elaboração. Apresentada pelo presidente da Associação Comercial do Maranhão³³, a proposta visa estabelecer um grande centro empresarial com adequação de sua estrutura interna para ambientes corporativos. A figura 5 traz um

³³ A proposta foi apresentada no dia 19 de dezembro de 2019, em reunião realizada no Golden Calhau, Shopping localizado na considerada área nobre da cidade de São Luís.

Código QR³⁴ (QR Code) que direciona para o arquivo de vídeo com detalhes do projeto previsto para o antigo Hotel Central.

Figura 5 – Fotomontagem com fachada do Palácio do Comércio e QR Code para acesso ao arquivo de vídeo que apresenta a proposta de sua reestruturação



Fonte: Dados da pesquisa (2019) e O Imparcial (2016)

Sem perder de vista a importância de investimentos para revitalização econômica do Centro Histórico de São Luís, pontua-se um desequilíbrio nas finalidades previstas para os espaços públicos patrimoniais evidentes na desproporcionalidade de usos dados para fins comerciais e empresariais que suplantam majoritariamente as demandas de moradia e equipamentos públicos de cultura necessários às demandas da população que habita o local.

Como proposta, coloca-se a possibilidade de uma relação de maior proximidade do poder público com as atividades

34 Quick Response Code. O QR Code é reconhecido automaticamente em tablets e smartphones, com câmera ou aplicativo de leitura do código.

artístico-culturais ou, a segunda, tal proximidade se deu por laços pessoais de proximidade/amizade com os membros da ocupação. Rubim (2007) aponta tais interferências das relações pessoais dos que ocupam cargos políticos no direcionamento das políticas públicas de cultura no Brasil com fins de contemplar interesses próprios, impedindo a totalidade do acesso a elas pela classe artística e população em geral.

Ressalta-se que esta análise não condena a cessão de espaços públicos para uso artístico-cultural seja realizada de forma facilitada, tampouco a proximidade do ente público com os agentes culturais locais dos mais variados formatos e segmentos artísticos, mas que faça parte da agenda pública federal, estadual e municipal o reconhecimento e inserção das ocupações artístico-culturais como ações legítimas que contemplam as dimensões do conceito de cultura proposto no PNC 2010-2020 (BRASIL, 2008, p. 11) que

[...] se propõe a “cultivar” as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. Para desfazer relações assimétricas e tecer uma complexa rede que estimule a diversidade, o PNC prevê a presença do poder público nos diferentes ambientes e dimensões em que a cultura brasileira se manifesta. As políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, auto-estima [autoestima] e laços de identidade entre os brasileiros.

A partir desse reconhecimento das ações das ocupações em sua dimensão simbólica, pela valorização dos modos de viver, dimensão cidadã, pela promoção de acesso universal aos bens culturais e equipamentos públicos da cidade e, na dimensão econômica, pelas suas atividades prezarem pelo uso sustentável e comunitário dos espaços, evitando seu uso predatório e destrutivo nos monopólios comerciais, bem como a tentativa de fomentar um desenvolvimento econômico justo e sustentável, sustentando “[...] fluxos de formação, produção e difusão adequados às singularidades constitutivas das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais [...]” (BRASIL, 2008a, p. 12).

Tal assertiva nos leva a uma possível inferência: menor burocracia para utilização de espaços públicos patrimoniais. Faz-se necessário a diferenciação das relações jurídicas formatadas pelo poder público para as ocupações artístico-culturais, que não possuem o arcabouço jurídico-documental de uma empresa de grande porte. Esse massivo processo de reestruturação urbana e revitalização de suas atividades, gera impactos no cotidiano dos habitantes e da classe artística que nele produz, fazendo com que as ocupações artístico-culturais desenvolvam relações com o poder público de interesse deste nas áreas do centro que traz novas dinâmicas de utilização desses espaços.

De modo prático, torna-se inviável para os coletivos artísticos possuírem as demandas que lhe são exigidas, pois estas foram construídas para um formato de gestão empre-

sarial, com fins lucrativos que possam sanar os custos com os impostos cobrados para uso dos espaços públicos. Somado a isso, há a ausência de fiscalização e a licença arbitrária que eventos institucionais do Estado possuem em realizar seus eventos sem nenhuma burocracia, ignorando inclusive as leis de proteção do patrimônio público.

Tais dados, referentes à essa arbitrariedade do Estado, foram apresentados pelo representante do IPHAN na ocasião do evento “Licenciamento de eventos no Centro Histórico de São Luís”³⁵, o qual demonstrou inúmeras situações em que o Governo do Estado do Maranhão e a Prefeitura de São Luís ignoraram as regras de utilização dos espaços públicos patrimoniais para realização de seus eventos, com colocação de estruturas irregulares que poderiam ocasionar danos ao patrimônio.

Os dados coletados neste evento, possibilitaram ao pesquisador ter certa dimensão do entendimento do poder público em relação aos eventos no Centro Histórico de São Luís. A exceção do Comitê Gestor de Limpeza e da Delegacia de Costumes que não cobram taxa para emissão de suas liberações e demonstraram, em seu discurso, disponibilidade em colaborar com a realização de eventos culturais no local, os demais órgãos não se apresentaram solícitos com tal demanda.

35 Evento promovido pelo Núcleo Gestor do Centro Histórico, realizado no dia 05 de novembro de 2019, no Convento das Mercês, com a participação de representantes do IPHAN, FUMPH, Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico (DPHAP), Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Delegacia de Costumes, Comitê Gestor de Limpeza e Blitz Urbana, com o objetivo de ordenamento do espaço público em eventos no Centro Histórico. Para saber mais, acesse o link: <http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/24531/>. Acesso em: 16 out. 2019.

O representante da Polícia Militar, por exemplo, afirmou que por ele não haveria mais eventos no local, e que o ideal seria que as praças permanecessem vazias, somente para passeios familiares. Por sua vez, o representante da Blitz Urbana afirmou que não importava a natureza filantrópica ou social do evento, todos devem pagar as taxas impostas pelo Estado.

Dá-se atenção especial à essas duas falas por se tratar dos órgãos que atuam diretamente na liberação do uso do espaço público, seja de forma administrativa pela Blitz Urbana, ou de forma coercitiva pela Polícia Militar. Em geral, o debate que sucedeu às falas institucionais foi pautado principalmente por serem inexequíveis as exigências do poder público, tanto pela quantidade de documentos e instâncias que precisam autorizar a utilização dos espaços, quanto pelo alto valor do montante resultante do somatório das taxas destas liberações.

Essa prática, da função social do espaço público patrimonial para as pessoas, apresenta-se como uma resistência ao processo de patrimonialismo por vezes inerente aos programas de revitalização de centros históricos no Brasil. Trata-se da conduta por parte da esfera pública que gera a indistinção entre o público e o privado, em virtude da instrumentalização do poder do Estado para interesses próprios, em geral comunhados com os de grandes empresas com capital financeiro para investir na reestruturação urbana desses locais que corresponda aos seus interesses lucrativos (ALMEIDA, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode incorrer no erro de relacionar a revitalização econômica dos centros históricos como uma ação completamente submissa às leis de mercado, mas questionar e reivindicar que a gestão pública desses territórios promova um equilíbrio entre a prosperidade econômica e os interesses da população, sem perder de vista os aspectos históricos, de memória e reconhecimento identitário, desses espaços, evitando uma transformação urbana radical que expulsa ou marginaliza as classes mais pobres (MENEZES, 2015).

Mediante o contexto explicitados, os atos coletivos de ocupação se colocam, além da postura política de resistência, como ações práticas demonstrativas das ressignificações desses espaços, buscando contemplar questões culturais, sociais, econômicas, bem como agentes de promoção da cidadania, por meio da participação social ativa, direta, consciente da preservação do patrimônio e disposta a transformá-lo em benefício da cidade.

Para além de local de entretenimento, o espaço público necessita ser pensado enquanto local de formação e discussão das decisões da agenda pública, com participação dos órgãos governamentais e sociedade civil. Não obstante, tal conceito, aparentemente simples, carrega uma gama de possibilidades de exploração das relações pertencentes a ele, tendo as ocupações artístico-culturais como um exemplo de espaço político de participação social direta no uso da cidade, provo-

cando a reflexão sobre o desequilíbrio na tomada de decisões e na utilização dos espaços considerados públicos, haja vista que se vê comumente a prevalência dos interesses do Estado e das classes mais ricas em detrimento dos interesses da comunidade

Pode-se afirmar que tanto as ocupações de habitação quanto as artístico-culturais são preteridas nos programas de reestruturação urbana em andamento desde o ano de 2019, quando comparadas a investimentos com fins mercadológicos, ratificando o direcionamento empresarial que está sendo dado ao Centro Histórico de São Luís.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maisa Fonseca de. **Processos urbanos de patrimonialização mundial: espaços de contradição e ressignificação dos tecidos urbanos patrimoniais**. 2017. 388 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-12012018-104350/pt-br.php>. Acesso em: 26 mar. 2021.

AMARAL, Luiz Eduardo Franco do. **A voz do boato: poesia falada, performance e experiência coletiva no RJ dos anos 90**. 2014. 298 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30208/30208.PDF>. Acesso em: 26 mar. 2021.

APPEL, Janice Martins Sitya. **Jardim: laboratório de experiências a céu aberto**. 2016. 267 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto

Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/150918>. Acesso em: 26 mar. 2021.

ARANTES, Adriana Rocha Vilela. Políticas Públicas: concepções e propósitos. **De Magistro de Filosofia**, ano 11, n. 23, p. 184-197, 2018. Disponível em: <http://catolicadeanapolis.edu.br/revistamagistro/wp-content/uploads/2018/04/POL%C3%8DTICAS-P%-C3%9ABLICAS-CONCEP%C3%87%C3%95ES-E-PROP%C3%-93SITOS.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura: Diretrizes Gerais**. Brasília: Governo Federal, 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnc>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CAMARGO, José Márcio. Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 68-77, 2004. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v18n02/v18n2_07.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

CHAGAS, Juliana Almeida. **Pixação e as linguagens visuais no bairro Benfica: uma análise dos modos de ocupação de pixos e graffiti e de suas relações entre si**. 2015. 166f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12663>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CORREIA, Verusya Santos. **Dança como campo de ativismo político: o bicho caçador**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Dança) – Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13061>. Acesso em: 26 mar. 2021.

EMIR, Aquiles. **Grupo Venâncio se dispõe a investir R\$ 17 milhões para recuperar o Palácio do Comércio**. São Luís: Maranhão Hoje. 2019. Disponível em: <http://maranhaohoje.com/grupo-venancio->

-se-dispoe-a-investir-r-17-milhoes-para-recuperacao-do-palacio-do-comercio/. Acesso em: 26 mar. 2021.

GELINSK, Carmen Rosário Ortiz G.; SEIBEL, Ernani José. Formulação de Políticas Públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC. v. 43, n. 1 e 2, 2008, p. 227-240. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2008v42n1-2p227>. Acesso em: 26 mar. 2021.

GONÇALVES, Guilherme Neves. **De chão e portões: a ocupação cultural de um instituto psiquiátrico e as relações entre arte, política e espaço no contemporâneo**. 2017 163 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32672/32672.PDF>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MARANHÃO. Ações do Governo. São Luís 407 anos: Programa Nosso Centro valoriza tradição e projeta capital para o futuro. Maranhão. **Agência de Notícias**, 2019a. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=259017>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MARANHÃO. **Governo do Maranhão lança edital de licitação para revitalização do Edifício João Goulart**. São Luís: Secretaria de Estado de Governo. 2017. Disponível em: <https://segov.ma.gov.br/2017/09/27/governo-do-maranhao-lanca-edital-de-licitacao-para-revitalizacao-do-edificio-joao-goulart/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MARANHÃO. **Nosso Centro - Portfólio Adote um Casarão**. 2019c. Disponível em: <https://secid.ma.gov.br/files/2019/09/PORTFOLIO-E-EDITAL-ADOTE-UM-CASAR%C3%83O.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MARANHÃO. **Mosaico de bandeirinhas enfeita o céu do Centro Histórico de São Luís**. São Luís: Governo do Maranhão. 2019b. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/mosaico-de-bandeirinhas->

-enfeita-o-ceu-do-centro-historico-de-sao-luis/. Acesso em: 26 mar. 2021.

MARANHÃO. Secretaria de Estado das Cidades do Maranhão. **Nosso Centro, Maranhão**. São Luís: SECID, 2018. Disponível em: https://secid.ma.gov.br/files/2019/09/PORT_NOSSO-CENTRO.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. **Habitar no centro histórico: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife**. 2015. 294f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17045/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Larissa%20Rodrigues%20de%20Menezes.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

O IMPARCIAL.. **Bandeirinhas de São João ampliam vendas em 150% no Centro Histórico**. São Luís, 2019. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/politica/2019/06/bandeirinhas-de-sao-joao-ampliam-vendas-em-150-no-centro-historico/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

O IMPARCIAL. Galeria. **São Luís de décadas passadas: mais fotos para você viajar no tempo**. São Luís: O Imparcial, 2016. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/12/sao-luis-de-decadas-passadas-mais-fotos-para-voce-viajar-no-tempo/6/#the-post>. Acesso em: 26 mar. 2021.

OLIVEIRA NETO, Sebastiao. **Situação Prestes Maia: o processo de colaboração entre artistas, coletivos artísticos e o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Ocupação Prestes Maia/São Paulo (2003-2007)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) – Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/>

disponiveis/93/93131/tde-04042013-112114/. Acesso em: 26 mar. 2021.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade: para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/estatuto_cidade_compreender.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

PAIVA, R.; GABBAY, M. Cidade, Afeto e Ocupações: ou a transfiguração do espaço público no Brasil contemporâneo. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2016. *Anais eletrônicos* [...]. São Paulo: INTERCOM, 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1708-1.pdf>

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, v. 7, n. 13, 2007. p. 101-112. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SANTOS, Jonatha Vasconcelos. **As manifestações de junho de 2013 pra gente não acabou: um estudo sobre as formas de contestação no Coletivo Debaixo em Aracaju**. 2017. 149 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017a. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7232>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SANTOS, Reginaldo Souza et al. Compreendendo a natureza das políticas do Estado capitalista. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 5, p. 819-34, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v41n5/a02v41n5.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SILVA, Marose Leila e. **A cidade é uma escola:** andarilhos em práticas urbanas coletivas. 2019. 190 f. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2019b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/182048>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO; Marcos André Barreto de. O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: características e determinantes da Avaliação de Programas e Projetos. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, NEPP/UNICAMP, n. 48, 2000. Disponível em: https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

TEIXEIRA, Nísio. **Diversidades convergentes:** subsídios para modelo de sistema de informação em incubadoras artístico-culturais a partir de estudo comparado entre Brasil e Canadá, 2008, 252 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/ECID-7NXHKX>. Acesso em: 26 mar. 2021.

YUE, Flavia Henlor. **pausa.**, 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Poéticas Visuais) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27159/tde-18052012-150011/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

POLÍTICAS CULTURAIS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS MARANHÃO: percursos, estratégias e ações

Karoliny Diniz Carvalho³⁶

Ricardo Lanzarini³⁷

- 36 Doutoranda em Turismo pelo Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do Grupo de Estudos em Gestão do Turismo (GESTUR/UFRN) e do Grupo de Estudos em Turismo, Espacialidades, Ruralidades e Meio Ambiente (GETERMA/UFMA). Mestre em Cultura e Turismo (UESC). E-mail: karoliny.diniz@ufma.br.
- 37 Doutor em Ciências Humanas (UFSC) com Pós-Doutorado em Lazer e Turismo (USP). Professor Adjunto do Departamento de Turismo (DETUR/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR/UFRN). E-mail: ricardo.lanzarini@ufrn.br.

1 INTRODUÇÃO

Como produto da dinâmica social, as cidades são entendidas como espaços onde o cotidiano se desenvolve a partir da confluência de diversos agentes sociais que as produzem e reproduzem de acordo com as suas particularidades e idiossincrasias. Nelas convergem relações de proximidade, distância, produção, circulação e consumo de bens materiais e simbólicos, relações de poder, contradições, além de abrigar projetos e ações no intuito de solucionar as demandas sociais e as eventuais problemáticas que se apresentam aos seus moradores e potenciais visitantes.

Diante das constantes transformações do capitalismo, as atividades artísticas, culturais e criativas têm sido reconhecidas como estratégias para a dinâmica econômica e vitalidade social das cidades. A aproximação entre cultura e economia intersecciona as cidades por meio da formulação de políticas públicas com o propósito de promover as manifestações inventivas de seus moradores com objetivos econômicos e sociais, em face às oportunidades que os setores criativos assumem na atualidade.

Nesse contexto, a economia criativa cumpre o papel de reestruturar tecidos urbanos degradados a partir das potencialidades históricas e culturais e dos simbolismos das culturas populares, valorizando também o patrimônio edificado mediante a incorporação de novos usos que ressignificam os espaços urbanos e agregam valores diversos, como o de uso

turístico. As políticas culturais voltadas à economia criativa em centros históricos, por exemplo, integram um contexto mais amplo de estratégias que almejam o desenvolvimento local, a sustentabilidade, a democratização do patrimônio cultural e a inserção das comunidades nas instâncias de poder. Dentre elas, destacam-se iniciativas públicas e privadas com o objetivo de valorizar e conservar o patrimônio cultural, além do estímulo à participação dos moradores em entidades que congregam poderes decisórios, tais como comitês, consórcios, conselhos municipais e estaduais, dentre outros.

É nesse sentido que se busca, como objetivo central desta investigação, compreender as políticas culturais de fomento à economia criativa no centro histórico da cidade de São Luís, Maranhão. O impulsionamento aos setores criativos vem se desenhando no campo institucional, sobretudo a partir dos anos 2000, e atravessa a dinâmica deste espaço urbano, compondo um emaranhado de possibilidades de apropriações, inclusive turísticas, e, também, de desafios em prol da valorização do patrimônio cultural em suas múltiplas vertentes. Como desdobramento desse objetivo principal, alinhou-se os seguintes objetivos específicos: i) caracterizar a economia criativa e descrever o seu potencial no processo de regeneração urbana; e ii) identificar as ações desenvolvidas e que impactam diretamente a dinâmica sociocultural local.

Este estudo traz, portanto, algumas contribuições sobre a relação entre economia criativa em centros históricos a partir de seu entrelace com as políticas públicas culturais e viés turís-

tico. Trata-se de uma temática que vem ganhando importância nos debates sobre os setores criativos em nível internacional e nacional e que necessita de um quadro teórico-conceitual que avance em direção às propostas sólidas de desenvolvimento sustentável das cidades.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em face da natureza dos objetivos, optou-se por uma pesquisa com enfoque qualitativo, uma vez que neste tipo de abordagem “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números [...]” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20), possuindo ainda um caráter exploratório e descritivo.

A coleta das informações estruturou-se com o uso da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, entre os meses de outubro a dezembro de 2022. Na fase bibliográfica realizou-se o levantamento dos dados nas bases Science Direct com o uso de descritores “economia criativa”, “políticas culturais”, “cidades” e “centros históricos”. Dessa forma, a pesquisa contou com as contribuições teóricas de Montero Graniela (2021), Santos (2020), Cunha e Yanaze (2015), Reis (2012), além de autores seminais, como Castells e Borja (1997) e Harvey (2005).

Em se tratando da pesquisa documental, Cellard (2008, p.295) assinala que ela permite acrescentar a dimensão do

tempo à compreensão do social, o que favorece “[...] a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros”. Neste trabalho, optou-se por realizar uma análise dos programas que possuíam relação direta com a economia criativa, sendo assim, o corpus da pesquisa foi constituído pelo Decreto nº 34.959 de 26 de junho de 2019 e o Portifólio das ações do Programa “Nosso Centro”, disponibilizados eletronicamente no Portal do Governo do Estado do Maranhão; o Plano Municipal de Cultura (2016-2024), pelo fato dele possuir uma seção dedicada à temática da economia criativa, categoria central de interesse para o estudo, além de reportagens dedicadas à temática, compiladas nos portais oficiais de comunicação do Governo Estadual e Municipal.

As informações obtidas a partir do levantamento das fontes bibliográficas e documentais foram sistematizadas, organizadas e analisadas, relacionando às categorias teóricas e as questões de interesse da pesquisa. Esse procedimento alinha-se à pesquisa qualitativa, a qual busca, por meio de inferências, obter um panorama reflexivo e aproximativo em relação ao fenômeno estudado.

3 ECONOMIA CRIATIVA E O IMPULSO À REGENERAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS

A paisagem urbana configura-se nos traços materializados sob a forma de ruas, praças, avenidas, casarões e edifícios de um dado momento histórico, de uma determinada época, os quais sendo ressignificados pela comunidade sobrevivem ao tempo (SANTOS, 1996). Além desses elementos materiais, a cidade pode ser representada em outros níveis, ou seja, nas manifestações culturais predominantes, nas atividades econômicas, no seu patrimônio natural. Nesse sentido, os espaços urbanos contêm em si referências para determinado grupo social na medida em que se reveste de valores simbólicos que remetem às diferentes histórias, memórias e identidades locais. Nas palavras de Montero Graniela (2021, p. 195):

Los Centros Históricos son espacios medulares de las ciudades contemporáneas, que deben ser valorados no solo por ser contenedores de orígenes, vivencias, tradiciones e identidades locales, sino por su capacidad de adaptación a nuevas costumbres, tecnologías y economías —sin que esto implique perder su esencia— y por su interés en enseñar lo que debe ser enseñado a quienes los ocupan y disfrutan.

A preocupação com a proteção e preservação do patrimônio urbano vem sendo discutida em diferentes instâncias, mas foi com o movimento moderno e a criação do Congresso Internacional de Arquitetos Modernistas (CIAM), nas primeiras

décadas do século XX, que a questão ganhou maior relevo. A destruição das cidades europeias durante as duas Guerras Mundiais provocou um questionamento sobre como reconstruir cidades inteiras e seus traços representativos, tais como as construções históricas e o traçado urbano com características peculiares. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma intensificação nas discussões sobre a proteção e a reconstrução das cidades então destruídas pela guerra. Naquele momento foram realizados congressos e criados órgãos de âmbito internacional como o ICOMOS e a UNESCO para estabelecer diretrizes que deveriam ser adotadas em prol da conservação/manutenção e intervenções realizadas (CHOAY, 2001).

A partir desses debates e reflexões, várias políticas públicas foram implantadas visando à valorização de áreas urbanas degradadas ou desvalorizadas, o que retomou a discussão sobre como intervir nessas áreas na tentativa de revigorar a vida econômica e social dos antigos centros. Ao longo do tempo, as experiências nacionais e internacionais revelavam as diferentes concepções, diretrizes e práticas de preservação do patrimônio cultural, no sentido de promover a sua salvaguarda, proteção, conscientização e valorização entre os membros das sociedades.

No cenário pós-moderno (HARVEY, 2005), a cultura ganhou centralidade nas propostas urbanísticas, articulado ao capital econômico e financeiro globalmente disseminado. De acordo com o referido autor, a “[...] singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade [...]” (HARVEY, 2005,

p. 158) tornam-se relevantes e são considerados estratégicos, sendo utilizados pelo city marketing na promoção das cidades e para a projeção de seus atributos socioculturais e ambientais. Tomando por base esse novo delineamento, a partir da década de 1990, potencializaram-se as iniciativas de regeneração, renovação e revitalização das áreas centrais das cidades, tanto em nível internacional, como nacional.

Os tecidos urbanos considerados decadentes, mas que possuíam uma localização privilegiada e dotada de infraestrutura, poderiam ser revigorados, dinamizando a oferta de renda e emprego no sentido de criar uma fonte de recursos adicionais para as cidades, além de ser parte integrante das estratégias de valorização da identidade do lugar. Tal imperativo “[...] implica o desenho e implementação de políticas públicas, em articulação com outras entidades públicas e privadas, que valorizem a reorganização do território, as atividades culturais, o patrimônio e o capital humano [...]” (FAUSTINO, 2013, p. 21).

Em decorrência, os planos estratégicos, programas e projetos resultaram nos processos de gentrificação de áreas degradadas como alternativas para dinamizar a economia e elevar a qualidade de vida e o bem estar das populações. Tal modelo vem sendo disseminado na América Latina e no Brasil a partir da experiência de Barcelona (CASTELLS; BORJA, 1996; VAINER, 2007). Inserido neste contexto, a economia criativa surge como alternativa para a regeneração de áreas históricas, articulando a cultura e a economia na perspectiva do desenvolvimento social e econômico com base local. Nessa linha de

pensamento, De Marchi (2014, p.195) compreende a economia criativa como um amálgama de “[...] diferentes setores produtivos que possuem como denominador comum a capacidade de gerar inovação a partir de um saber local, agregar valor simbólico a bens e serviços, além de gerar e explorar direitos de propriedade intelectual [...]”.

No que concerne ao planejamento urbano, a crescente valorização da cultura como vetor de vitalidade e regeneração de porções do território origina o conceito de cidades criativas, caracterizadas por aglutinar práticas socioculturais e artísticas diversificadas, destacando-se áreas como publicidade, artes, arquitetura, design, moda, artesanato, cinema, música, entre outras, conforme classificação elaborada pela União das Nações Unidas pelo Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) (2010).

Os setores criativos utilizam a cultura como força motriz de atração de investimentos para as cidades, além de inseri-la na agenda de discussão das demandas urbanas, tais como qualidade de vida, segurança, inclusão social e sustentabilidade. O conceito de economia criativa começou a ser formulado em países como Austrália e Reino Unido, adquirindo notoriedade no final dos anos 1990. Ao longo da primeira década do século XXI, tornou-se um paradigma global de política pública, ao relacionar cultura e desenvolvimento local, sendo incorporado ao planejamento estratégico das cidades (CUNHA; YANAZE, 2015).

Existem diversos conceitos sobre cidades criativas, os quais variam de acordo com a perspectiva teórica ou abordagem adotada por cada autor, no entanto, nestas definições destaca-se a importância da criatividade, das conexões e das inovações como fundamento para os novos usos e ressignificações da cidade e da sua produção cultural. Para fins deste estudo, entende-se cidades criativas com base na perspectiva defendida por Reis (2012, p.77) como sendo as cidades que se caracterizam “[...] por estar em um permanente processo de inovação, por apresentar conexões das mais diversas ordens; e porque tem na cultura a grande fonte de criatividade e diferenciação social, econômica e urbana”.

Além da centralidade da cultura e da criatividade, a referida autora destaca a importância da inovação como implementação de novos produtos e processos nas cidades, e das conexões como elementos essenciais que permitem a fluidez da capacidade criativa dos agentes sociais. De acordo com Santos (2020), uma cidade criativa consiste num esforço integrado dos organismos públicos, privados e comunidades com o objetivo de valorizar o capital cultural por meio da oferta de infraestrutura de bens e serviços criativos, gestão estratégica e potencialização dos saberes e fazeres locais.

No processo de revitalização urbana, a relação entre economia criativa e os bens culturais acena com a possibilidade de captação de investimentos e negócios para áreas que se encontram em processo de decadência. Na perspectiva de Montero Ganiela (2021, p.196), o desenvolvimento da econo-

mia em centros históricos “[...] supone una mejora relevante en la eco-nomía y la calidad de vida local. El arte y la cultura potencian los componentes de identidad al conectar las personas con su entorno urbano; entenderlo y va-lorarlo compromete en su preservación y evolución futura”.

A economia simbólica da cultura contribui para a ressignificação dos usos do patrimônio edificado mediante a implantação de equipamentos culturais, do estímulo às atividades artísticas que geram significados e relações de pertencimento dos moradores em relação à cidade, do estímulo ao turismo cultural que promove a interpretação do patrimônio cultural a partir do viés da educação e das experiências significativas dos visitantes, com repercussões positivas na qualidade de vida local. Conforme advoga Vivant (2012, p. 23) uma cidade criativa “deve ser vista como uma entidade emancipadora, a qual facilita a expressão das singularidades, a reivindicação e a manifestação das diferenças e da diversidade”.

Ressalta-se que a existência de um ambiente criativo necessita de articulações e políticas públicas que favoreçam as condições necessárias para a revitalização urbana alinhadas ao desenvolvimento e à sustentabilidade das ações, com a inclusão e participação social das comunidades que se apropriam das estruturas urbanas como suportes de memória e a identidade. Argumenta Landry (2011, p.10) que uma cidade criativa emerge somente: “quando a administração pública é imaginativa, onde há inovações sociais, onde a criatividade existe em áreas como

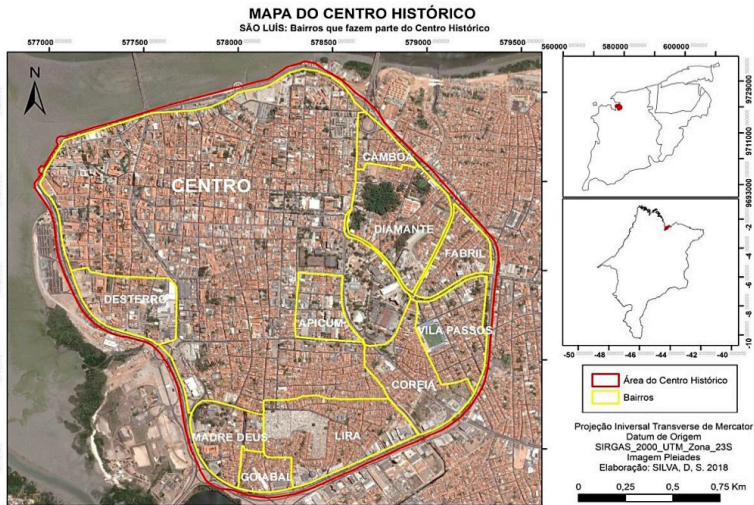
a saúde, serviços sociais e mesmo política e governança. Em suma, só pode se desenvolver se houver uma ecologia criativa”.

A próxima seção apresenta uma discussão sobre as políticas culturais e sua interface com a economia criativa com o objetivo de situar as estratégias promovidas pelos órgãos estaduais e municipais na promoção da criatividade no centro histórico de São Luís, Maranhão.

4 AS POLÍTICAS CULTURAIS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MARANHÃO)

O Centro Histórico de São Luís localiza-se no noroeste da Ilha de São Luís, no platô fronteiro à foz dos rios Anil e Bacanga, detendo uma área de aproximadamente 220 hectares. A sua formação data do primeiro quartel do século XVII e das construções que foram sendo edificadas a partir da expansão urbana da cidade no decorrer dos séculos XIII, XIX e início do século XX. Atualmente, ele é formado por onze bairros – Praia Grande/ Desterro, Centro, Madre-Deus, Goiabal, Lira, Apicum, Coréia, Vila Passos, Fabril, Diamante e Camboa –, estando inserido em zonas de preservação em nível federal e estadual (Figura 1).

Figura 1 - Bairros que compõem o centro histórico de São Luís



Fonte: Silva (2019)

O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH/SL), denominado Projeto Praia Grande, iniciou suas atividades no final da década de 1980, sendo dividido em Programas e Subprogramas, contemplando, de forma prioritária, a reforma de imóveis, obras de pavimentação e calçamento e incentivo à ocupação dos casarões coloniais pelos órgãos da administração pública. Além dos objetivos de conservação e revitalização, destacam-se objetivos econômicos, como por exemplo, o incentivo à reativação do comércio e o impulso à atividade turística e ao setor cultural, por meio da implantação de equipamentos culturais e a valorização das manifestações culturais.

Ressalta-se que em dezembro de 1997, a cidade de São Luís foi incluída na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, título concedido pela UNESCO, o que contribuiu para que as políticas culturais ganhassem novos direcionamentos, com a incorporação da economia criativa nas propostas estaduais e municipais. De acordo com Santos (2019), na proposta de revitalização há uma tendência para a criação de espaços museais e a restauração de imóveis destinados aos usos comerciais e empresarias, desconsiderando “[...] as demandas de moradia e equipamentos públicos de cultura necessários às demandas da população que habita o local” (Santos, 2019, p.103). Como exemplo, referido autor aponta as criações artístico culturais promovidas por coletivos nas áreas de teatro, dança, circo, artes visuais e cultura popular, que apesar de contempladas por editais de apoio da Secretaria Estadual de Cultura e Turismo (SECTUR), ainda não são alvo de políticas culturais sistemáticas.

Tal preocupação vai ao encontro das análises de Cerqueira (2017, p.5), que constata o uso instrumental da cultura para fins políticos, ressaltando a ausência de “[...] ações voltadas a sua profissionalização – criação de espaços culturais autônomos, de uma rede para o ensino, intercâmbio e realização de projetos culturais – ou à realização de uma agenda anual de eventos”. Na dinâmica das cidades criativas, a criatividade comunitária abriga possibilidades de desenvolvimento de projetos e empreendimentos solidários, mediante articulações entre os agentes, os setores públicos e os setores privados.

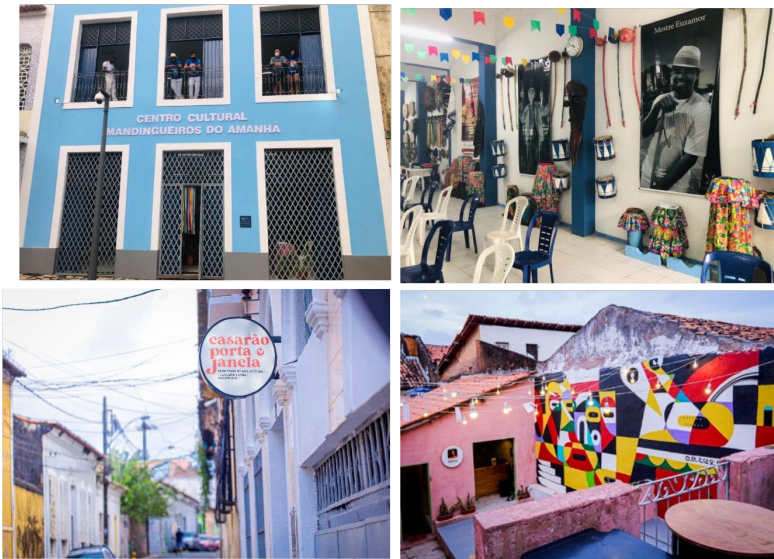
Na atualidade, o centro histórico de São Luís é palco de 03 programas de reestruturação urbana: o Programa de Aceleração das Cidades Históricas (PAC-CH), PROCIDADES e o programa Nosso Centro. Instituído pelo Decreto nº 34.959 de 26 de junho de 2019, vinculado à Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) do Governo do Estado do Maranhão, o programa Nosso Centro possui como objetivo principal “[...] tornar o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sustentável, preservando seu valor histórico e cultural ao mesmo tempo que promove o Centro da cidade de São Luís como espaço democrático” (Maranhão, 2018b, p. 2).

A proposta divide o centro histórico em pólos vocacionais, com ações convergentes e complementares: i) Polo habitacional; ii) Polo tecnológico; iii) Polo comercial e gastronômico; iv) Polo cultural, turístico e de lazer e v) Polo Institucional. Para a sua operacionalização, o programa é constituído por estratégias, destacando-se: a) interligação de polos vocacionais; b) redução dos vazios urbanos e aproveitamento de estruturas ociosas, públicas ou privadas; c) Incentivo à habitação, atividades comerciais e culturais como base de sustentabilidade local; d) Articulação de recursos de diversas origens (setor público e privado e fontes internacionais) para recuperação e uso do patrimônio e; e) Parcerias do setor público com a iniciativa privada local e a sociedade civil (MARANHÃO, 2019).

O Polo comercial e gastronômico tem como proposta fomentar o comércio local por meio da promoção de me-

lhores condições estruturais, de segurança e de mobilidade para empreendedores e consumidores da área central de São Luís. Destaca-se o Programa Adote um Casação, que possui o objetivo de identificar pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos, que tenham interesse em recuperar e utilizar os casações para uso comercial e cultural, por até 15 anos. Como exemplos da iniciativa, tem-se as reformas de casações que atualmente são sedes de grupo cultural e escritório popular (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Foto montagem do Centro Cultural e Educacional Mandingueiros do Amanhã e do Escritório Porta e Janela



Fonte: Portal do Governo do Maranhão (2021). Foto (Divulgação)

A iniciativa de apoiar a ocupação de casarões coloniais para o desenvolvimento do setor cultural auxilia na ressignificação dos usos do acervo arquitetônico para além do uso institucional, comercial e turístico. Confere visibilidade aos agentes criativos, estimulando a capacidade empreendedora da comunidade, o que sinaliza para a construção de novos vínculos dos moradores com o patrimônio, além de promover o ciclo da economia criativa por meio de redes de colaboração:

[...] O sucesso de uma cidade depende da utilização e otimização dos recursos locais. A cidade criativa é aquela que consegue produzir social e economicamente, utilizando todo o potencial de seus habitantes - história e cultura - com criatividade e inovação e transformando-a em um lugar mais atraente, tolerante, interligado, interativo e dinâmico (ASH-TON, 2018, p. 19).

No Polo Cultural, Turístico e de Lazer o principal objetivo é fomentar a ocupação, a realização de atividades e atrações culturais no Centro Histórico, tornando-o referência de lazer à população local e turistas, e ainda conservar e difundir o patrimônio cultural material e imaterial do Estado do Maranhão (Figura 3). Dentre as ações estratégicas elencamos o apoio a empreendimentos culturais, comerciais e gastronômicos, a formalização e apoio a grupos culturais tradicionais; a realização de atividades culturais como o Festival Guarnicê, o Festival BR- 135, a disseminação de movimentos musicais de Reggae e o apoio às pesquisas sobre o centro histórico.

Figura 3 - Foto montagem das apresentações culturais durante o Carnaval e o Natal



Fonte: Portal do Governo do Maranhão (2020 e 2021). Foto (Divulgação)

Closs e Rocha-de-Oliveira (2017) observam que os pólos criativos podem estruturar-se a partir da formatação bottom-up, caracterizada pela iniciativa orgânica ou espontânea entre a sociedade civil, os moradores e frequentadores, sendo a identidade e o aspecto cultural elementos-chaves dessa formação; ou por meio da atuação governamental, entendido como formatação top-down, cujo objetivo consiste em desenvolver uma localidade, ou configurar uma ação estratégica no redesenho urbano, expressa por meio de políticas públicas e pela criação de espaços de integração. Esse redesenho urbano também é alicerçado por meio de eventos criativos, os quais contribuem para promover uma imagem positiva da cidade,

ampliar a percepção dos moradores e incentivar o envolvimento e coesão da comunidade (FINKEL, 2013; FINKEL; FIORENTINO, 2019; PLATT, 2020).

No âmbito do Plano Municipal de Cultura (2016-2024), a economia criativa figura como uma estratégia de desenvolvimento, seguindo as orientações contidas no Plano Nacional de Cultura. Elaborado a partir da realização de um diagnóstico cultural, da promoção de espaços de discussão entre o setor público e os segmentos populares, tais como seminários e encontros, o documento foi resultado do V Fórum Municipal de Cultura, realizada em maio daquele mesmo ano. Quanto aos objetivos para o fomento dos setores criativos, o Plano:

[...] Identifica desafios que buscam: superar a falta de reconhecimento e valorização do diverso campo cultural ludovicense; fomentar a preservação do patrimônio material e imaterial; incentivar a criação artístico-cultural; construir um modelo de gestão compartilhada; e estimular a produção de conhecimento. (MARANHÃO, 2016, p. 75).

Ainda, de acordo com o diagnóstico realizado, os principais entraves referem-se à democratização e acesso a bens e produtos culturais, à dificuldade de acesso a fontes de financiamento, à falta de valorização das tradições culturais e seus mestres entre outras (idem, 2016, p. 76). O quadro a seguir sistematiza os desafios que direcionaram a construção do Plano, bem como as diretrizes e prioridades de ações:

Quadro 1 - Desafios e Estratégias de fomento à Economia criativa

Desafios	Diretrizes e Prioridades
<ul style="list-style-type: none"> a) Aumentar o orçamento da cultura de 1,07% para 2,5% b) Estabelecer uma gestão cultural integrada entre Órgãos do município e outras esferas do Governo Estadual e Municipal c) Criar e implementar o Sistema Municipal de Cultura com os seus elementos constitutivos com funcionamento pleno d) Criar e implementar Sistema de Informações e Indicadores Culturais e) Ampliar o acesso a bens, produtos e serviços culturais f) Democratizar o acesso a recursos públicos da cultura, contemplando todos os segmentos culturais g) Promover a formação continuada em arte e cultura 	<ul style="list-style-type: none"> a) Fortalecer o planejamento e a gestão da cultura b) Garantir mecanismos de financiamento para o desenvolvimento da cultura c) Promover o acesso da população à arte, à cultura, ao conhecimento, e à memória do patrimônio material e imaterial d) Promover a ampliação e qualificação dos equipamentos culturais com base nos requisitos de acessibilidade e) Valorizar e promover a diversidade cultural f) Promover a economia da cultura no município g) Valorizar as tradições culturais h) Promover a formação ampla no campo da cultura i) Promover a difusão e escoamento da produção cultural local

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Plano Municipal de Cultura (2016-2024).

Como um conjunto sistemático de propostas para a resolução de problemas sociais, a viabilização de políticas públicas pressupõe mecanismos que possibilitem a participação social na tomada de decisões de ações que interferem na dinâmica das cidades. Neste ínterim, De la Iglesia (2016) adverte que a sociedade e os setores criativos prescindem de práticas que os aproximem da realidade cotidiana, a fim de que haja cooperação, cocriarão e descobertas que humanizem, emocionem e impulsionem o espírito crítico e a criatividade. A esse respeito, a instância local, conforme assevera Boneti (2018), se apresenta como importante condicionante não somente para

a elaboração das políticas públicas, mas para a sua efetividade e eficácia.

Como parte integrante das ações do projeto Mobiliza, desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/MA), a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (SETUR), realizou, no ano de 2021, o roteiro São Luís Criativa com o objetivo de propiciar

[...] novas opções de entretenimento e lazer [...] levando os participantes a conhecer outras áreas do Centro Histórico bem como os nichos da economia criativa e os novos modelos de negócios que surgiram nessa área (artesanato, arte cênica e animação, cultura popular, gastronomia e moda, por exemplo) [...]. (PORTAL DA SETUR, 2021, p. 1).

Figura 3 - Foto montagem das apresentações culturais durante o Carnaval e o Natal



Fonte: Portal da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (2021)

Dessa forma, o patrimônio cultural de São Luís vem sendo reconfigurado mediante a sua associação com a economia criativa e o estímulo à revitalização do espaço urbano pela gestão pública estadual e municipal tem contribuído para a valorização do centro histórico da cidade. No entanto, não foram constatadas ações nas quais os fazedores de cultura atuam como protagonistas dos processos de criação das experiências, produtos e serviços relacionados à economia criativa e ao turismo cultural. A participação dos agentes criativos ocorre por meio do cancelamento das propostas planejadas pelos gestores estaduais e municipais na qualidade de representantes nos Conselhos de Cultura e Turismo, ou através da realização de projetos contemplados pelos editais de fomento à produção cultural local. Ainda, neste âmbito, Leitão e Machado (2016, p. 8) apontam como principais desafios na efetivação da economia criativa:

[...] A necessidade de reflexão acurada, a busca de diálogo entre os diversos campos envolvidos, o refinamento conceitual que contribui para criar uma base de linguagem e a criação de um campo articulado de ações teóricas, políticas e econômicas, que ajudem a divisar um sistema, uma nova rede em estado de constituição.

Com base na investigação empreendida, o centro histórico de São Luís apresenta algumas ações convergentes de estímulo aos setores criativos, a exemplo de roteiros temáticos, como o tour pedagógico, o tour gastronômico e o city tour “segredos históricos”, e da promoção de eventos culturais, o que leva a afirmar que a área dispõe de atratividade para fortalecer

os setores culturais e promover ações compartilhadas de valorização dos saberes e fazeres tradicionais como vias para o desenvolvimento local e turístico responsável. De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2018), o turismo responsável conserva e valoriza as características ambientais, sociais e culturais dos destinos turísticos, ao tempo em que promove a melhoria das condições socioeconômicas das comunidades. Ressalta-se que as propostas de preservação e conservação do patrimônio cultural devem ser buscadas a partir dos contextos locais, das potencialidades e das sinergias de cada comunidade, ou seja, dos elementos que constituem a sua memória e suas tradições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, a articulação entre o patrimônio cultural e a economia criativa tem alicerçado estratégias de regeneração urbana, mediante a valorização dos bens materiais e imateriais das comunidades, articulada à criatividade, conhecimento, tecnologia e inovação. As práticas culturais tradicionais conferem visibilidade aos agentes culturais e traduzem-se em oportunidades de elevação da qualidade de vida, inserindo-os na denominada economia criativa.

A economia criativa é reconhecida como estratégia importante no atual cenário de revitalização do centro histórico de São Luís, conforme apregoado nas diretrizes contidas no âmbito do Programa Nosso Centro e do Plano Municipal de

Cultura (2016-2024) e nas ações identificadas. Contudo, há a necessidade de uma maior convergência de ações entre as políticas estaduais e municipais, com o objetivo de dotar o centro histórico de condições de infraestrutura e de iniciativas sistemáticas que conduzam à criação de um território criativo, visto que não foram encontradas iniciativas criativas geridas pelas comunidades locais, que necessitam estar empoderadas do processo criativo para serem capazes de gerir suas ações independentemente da mudança governamental e de ações da iniciativa privada, que tendem a ser esporádicas.

Nesse contexto, a pesquisa aponta para a necessidade de ampliar o potencial de alcance das políticas culturais aos setores diretamente relacionados à economia criativa local, a fim de que eles tenham maior visibilidade e garantam a sustentabilidade de suas ações a longo prazo. Da mesma forma, ao que concerne à atividade turística, a economia criativa em São Luís do Maranhão tende a promover novos usos ao acervo patrimonial, valoriza as tradições por meio de roteiros, produtos e serviços, além de estimular o engajamento e a participação dos fazedores da cultura local nas estratégias de fortalecimento da economia e inclusão social.

Por fim, o estudo sinaliza algumas problemáticas que podem ser alvo de futuras pesquisas, a saber: a mensuração do impacto das ações culturais nos setores criativos, as percepções e empoderamento dos agentes culturais sobre a efetividade e eficácia das políticas culturais, investigações voltadas à identificação das ações de empreendedorismo cultural e o papel

da comunidade na estruturação de ações criativas no centro histórico da cidade, bem como as relações de poder que se entremeiam ao processo criativo para o desenvolvimento local e o turismo responsável.

REFERÊNCIAS

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. 4. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2018-2022**. Brasília, DF: MTur, 2018. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

ASHTON, M. S. G. **Cidades criativas: vocação e desenvolvimento**. Novo Hamburgo: Feevale, 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CERQUEIRA, D. L. Políticas Públicas de Cultura: ferramentas de apoio ao músico profissional em estados brasileiros. **Revista Sonora**, v. 12, n. 6, 2017. Disponível em: <http://www.sonora.iar.unicamp.br>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CLOSS, L.; OLIVEIRA, S. R. de. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, 2017.

CUNHA, K. P.; YANAZE, M. H. Economia criativa, um paradigma de política pública contemporânea? Uma discussão conceitual. **Organicom**, v. 12, n. 23, 2015.

CERQUEIRA, D. L. Políticas Públicas de Cultura: ferramentas de apoio ao músico profissional em estados brasileiros. **Revista Sonora**, v. 6, n. 12, 2017. Disponível em: <http://www.sonora.iar.unicamp.br>

DE LA IGLESIA, R. **Competências Criativas**. Belo Horizonte: Gerdau, 2016.

DE MARCHI, L. Analysis of the secretariat of the creative economy plan and the transformations in the relation of state and culture in Brazil. **Intercom – Revista Brasileira em Ciências da Comunicação**, v. 1, n. 37, p. 193-215, 2014.

FAUSTINO, P. Fundamentos e desenvolvimentos do conceito de indústrias criativas e clusters. In: FAUSTINO, P. (coord.). **Indústrias Criativas, media e clusters: política, desenvolvimento, mercado regiões, produções, estratégias**. Porto: Media XXI, 2013.

FINKEL, R. Events and political agendas. In: FINKEL, R.; MCGILLI-VRAY, D; MCPHERSON, G.; ROBINSON, P. (ed.). **Research themes for events**. Oxford, UK: CABI, 2013. p. 118-128.

FINKEL, R.; PLATT, L. Cultural festivals and the city. **Geography Compass**, v. 14, 2020.

LEITÃO, C.; MACHADO, A. F. (org.). **Por um Brasil criativo: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira**. Belo Horizonte: Código Editora, 2016.

MARANHÃO. **Decreto nº 34.959**. Institui o Programa Nosso Centro. São Luís: Diário Oficial do Estado, 2019.

MARANHÃO. **Portfólio Programa Nosso Centro**. São Luís: Diário Oficial do Estado, 2019.

MARANHÃO. Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação. **Circuito Beira-Mar é sucesso em 2020 e consolida carnaval do Maranhão na cena nacional.** São Luís: SEATI, 2020.

MARANHÃO. Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação. **Natal do Maranhão prossegue com atrações até janeiro.** São Luís: SEATI, 2021.

MONTERO G., A. Economías creativas en centros históricos. La Habana Vieja. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 31, n. 2, p. 189-202, 2021. <https://doi.org/10.15446/bitacora.v31n2.86110>.

REIS, A. C. **Cidades Criativas: da teoria à prática.** São Paulo: SESI-SP Editora, 2012.

SANTOS, D. W. dos. **Usos da cidade: ocupações artístico-culturais de espaços públicos patrimoniais do Centro Histórico de São Luís.** 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SANTOS, J. O modelo de cidade criativa enquanto sistema privilegiado na aplicação da Estratégia Europa. In: CONFERÊNCIA DE PRU, 2.; ENPLAN, 8.; WORKSHOP APDR, 13.; 2020. **Anais eletrônicos [...]** [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: http://www.academia.edu/7794942/ARTIGO_O_modelo_de_cidade_criativa_enquanto_sistema_privilegiado_na_aplica%C3%A7%C3%A3o_da_Estrat%C3%A9gia_Europa_2020. Acesso em: 20 mar. 2023.

SILVA, I. da C. **Representações sobre o Patrimônio: participação popular nas políticas habitacionais de interesse social no Centro Histórico de São Luís.** 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SÃO LUÍS. Prefeitura promove roteiro turístico São Luís Criativa neste sábado (4). São Luís: Prefeitura de São Luís, 2021. Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/setur/noticia/37446/prefeitura-promove-roteiro-turistico-sao-luis-criativa-neste-sabado-4>. Acesso em: 25 mar. 2023.

VETRALE, S. et al. Estudio internacional sobre políticas culturales urbanas. Montevideo: UNESCO, 2003.

O PAPEL DO TURISTA CIDADÃO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL DE SÃO LUÍS: o uso da educação patrimonial turística na promoção de cidadania e desenvolvimento sustentável

Jaqueline Santos Costa Leite³⁸

**Concilene Régia Nascimento Campos de
Carvalho³⁹**

Conceição de Maria Belfort de Carvalho⁴⁰

38 Membro do Grupo de Estudos em Patrimônio (PGCult/UFMA); Turismóloga pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Especialista em Gestão Pública (UFMA); Mestre em Cultura e Sociedade (UFMA); e-mail: jsc.leite@discente.ufma.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2786-2148>.

39 Membro do Grupo de Estudos em Patrimônio (PGCult/UFMA); Turismóloga pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Mestre em Cultura e Sociedade (UFMA); e-mail: concicampos23@gmail.com.

40 Professora Doutora na Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Orientadora do Grupo de Estudos em Patrimônio (PGCult/UFMA); Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); e-mail: conceicao.belfort@ufma.br; ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6234-527X>

1 INTRODUÇÃO

A cidade de São Luís possui uma vocação turística salutar, com um representativo conjunto de atrativos turísticos históricos, naturais e culturais. Esta cidade, além de possuir equipamentos e atrativos próprios, ainda serve de porta de entrada para as outras cidades turísticas da parte continental do estado do Maranhão, através de seu aeroporto e portos.

Sua relevância é notada, ainda, por seu acervo arquitetônico preservado e ainda em uso pelos seus moradores; pelo fato de estar localizada na grande Ilha de Upaon-Açú, mantendo uma relação de interdependência com as outras cidades que fazem parte desse conglomerado de grande riqueza cultural e atrativa para o turismo; por possuir um aeroporto operante e que pode captar turistas de todos os cantos do mundo; por possuir uma rede de equipamentos de transporte, hospedagem, restauração, informações turísticas, etc., que servem de suporte para a estadia do turista, potencializando positivamente a sua experiência de viagem neste destino, e proporcionando muito mais lazer e conhecimento ao viajante que aqui chega.

A cidade de São Luís possui a vocação para desenvolver uma relação de ganhos mútuos para o turista e a comunidade local, permitindo que o turista se aproprie de conhecimentos sobre a comunidade que irão servir para que este possa, durante a sua estadia na cidade, desenvolver uma relação sustentável com a comunidade. E, da mesma forma, a comunidade

possa se sentir valorizada através da admiração do visitante e seja incentivada ao desenvolvimento de uma mentalidade de cuidado, respeito e responsabilidade para com a sua cidade.

Este trabalho analisa essa relação entre turista, cidade e comunidade local, ressaltando o cultivo da cidadania dentro da atividade turística para o desenvolvimento local sustentável, transcorrendo sobre a preservação da cultura, da memória coletiva e da identidade local, através da educação patrimonial, a qual gera um turista sustentável e cidadão. Fazer com que o turista tenha responsabilidade, respeito, amor, cuidado, dentre outros sentimentos valorativos, no decorrer de sua visita, proporciona ganhos sociais, ambientais e econômicos para a cidade.

Para elucidar a questão aqui proposta, o trabalho se desenvolve analisando as interfaces conceituais entre turismo, cultura e cidadania, relacionando com os temas de memória coletiva, patrimônio, identidade cultural, perpassando pela construção dos conceitos de uma identidade turística valorativa, que pode ajudar na formação do sentimento de pertencimento dos moradores em relação a sua própria cidade, ocasionando assim a interpretação e a ressignificação dos espaços de memória, promovendo o fortalecimento histórico, identitário cultural e ganhos econômicos para a comunidade local onde a atividade turística se desenvolve.

Esta é uma pesquisa de caráter bibliográfico, que se baseia em materiais como: sites, livros, revistas especializadas, artigos científicos e dissertações, para estudos, discussões e

análise conceitual sobre as temáticas aqui problematizadas. Espera-se que este trabalho possa incentivar novas pesquisas e promover contributos para discussões relativas às temáticas, propiciando uma análise interdisciplinar sobre as categorias de turismo, turista cidadão, cultura, patrimônio material e imaterial, identidade e valorização cultural, etc.

Buscou-se a construção de relações interdisciplinares entre os autores aqui utilizados, permitindo um diálogo entre conceitos transversais, para que o viés interdisciplinar pudesse refletir em uma pesquisa representativa para a ciência, mas, ao mesmo tempo, acessível para a comunidade em geral, garantindo a aplicabilidade dos conhecimentos aqui produzidos em prol da sustentabilidade que aqui se discute.

Esta trata-se de uma pesquisa preliminar desenvolvida durante o curso de Mestrado em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, onde são expostas as reflexões primeiras sobre o assunto patrimônio cultural e os conceitos transversais que influenciam no bom andamento da atividade turística da cidade de São Luís, ressaltando que esta discussão se desdobrou e inspirou duas outras pesquisas das autoras Concilene e Jaqueline, culminando nas dissertações ao final referenciadas que estudaram respectivamente sobre: os passeios à pé da cidade de São Luís (CARVALHO, 2022) e sobre o Turismo de Experiência desenvolvido dentro do espaço de produção e venda de artesanatos em São Luís - CEPRAMA (LEITE, 2022).

Dessa maneira, pode-se justificar a utilidade desta pesquisa, por ser uma pesquisa que se desdobrou em outras pesquisas, servindo ainda de fomento para um arcabouço de conhecimentos sobre os temas aqui estudados. A seguir serão apresentados os conceitos norteadores desta pesquisa.

2 TURISMO CULTURAL, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE

A cultura está em todas as formas de expressão do homem, nas suas relações sociais e no meio que habita. O interesse em viajar para conhecer *in loco* culturas diferentes surgiu na Europa, durante o renascimento italiano, praticado por ricos aristocratas, mestres e estudiosos, à época denominado *grand tour* - que se entende como um tipo de viagem realizada por pessoas da alta sociedade do século XIX, em que o viajante passava por vários países, para aprofundar seus conhecimentos sobre culturas diversas, literatura, línguas, etc. - se tornou o embrião do turismo moderno.

Assim, o estudo do fenômeno turístico cultural, desde sua origem até a atualidade evoluiu e se transformou a partir das influências históricas, econômicas e sociais nas sociedades. Esse fenômeno chegou a ser o que hoje em dia se tornou em uma realidade acessível a quase todas as pessoas, por meio das tecnologias, das facilidades, das segmentações do turismo e dos interesses particulares do viajante, se tornando nesta atividade multifacetada e complexa que necessita de conceitos

e estudos diversificados para que se possa entendê-lo e para que seus benefícios sejam melhor aproveitados.

Diante da natureza peculiar do turismo, que possui um caráter multidisciplinar, o mesmo passa a ser dotado de conceitos variados, e mesmo quando se parte de um segmento, como o de “turismo cultural”, a análise do fenômeno turístico se torna multifacetada, pois mudanças conceituais, diretrizes de preservação e proteção à cultura, peculiaridades inerentes a um determinado recorte geográfico, entre outros fatores, influenciam nas características e práticas do Turismo Cultural, no perfil do visitante e na relação do turismo com a cultura, que considera também a motivação, a interatividade ou vivências de experiências culturais, possibilidades de inter-relação com a comunidade, com preservação, educação patrimonial, etc. Assim, a conceituação do turismo cultural vai sendo aplicada de acordo com o ente estudado, já que:

O turismo está permeado por uma série de ideias e conceitos ligados ao tema viagens. Pode remeter ao turista a ideia de férias, ao empreendedor a ideia de lucro, aos trabalhadores a ideia de geração de emprego e renda e à comunidade autóctone a ideia de desenvolvimento local. (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015, p. 39).

Percebe-se que, com o passar dos anos, o comportamento do turista vem mudando cada vez mais diante do mundo globalizado e digital, o consumidor de viagens vem adquirindo novas motivações, expectativas e preferências, o diferente torna-se uma categoria importante e ganha lugar de

destaque nos roteiros turísticos, e estes se adaptam aos desejos e necessidades dos viajantes. Trigo (2010), em sua obra “A viagem como experiência significativa”, afirma que:

Para ser uma experiência, a viagem precisa superar a banalidade, os aspectos triviais, estereotipados e convencionais e estruturar-se como experiência que nasça da riqueza pessoal do viajante em busca de momentos e lugares que enriqueçam sua história. (TRIGO, 2010, p. 29).

Desta forma, o destino turístico detentor do patrimônio material e imaterial, possui um grande potencial para o turismo cultural com possibilidade de promover vivências de experiência turística positiva para os visitantes, favorecendo a valorização do patrimônio e o fortalecimento da identidade local, assim como desenvolvimento de benefícios sociais e econômicos sustentáveis para a comunidade local. O Patrimônio é tudo que se cria, valoriza e se quer preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, os fazeres e falares. Enfim, tudo que é produzido com as mãos, ideias e a fantasia.

Segundo Barreto (2000), turismo cultural pode ser definido como “aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem”. Nesse sentido entende-se que o turismo cultural é aquele que pretende visitar atrativos representativos

daquilo que é produzido pelo homem através de suas relações sociais nos espaços geográficos, apresentando-se de diversas formas.

Para o Ministério do Turismo (2010), o Turismo Cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p, 17). Diante dessas possibilidades e benefícios nas áreas de turismo e cultura é importante que o planejamento e as políticas públicas sejam formulados para orientar ações que promovam o desenvolvimento sustentável, a valorização do patrimônio e a melhora da qualidade de vida da comunidade autóctone, sem deixar de oferecer uma experiência de qualidade para o turista.

Percebe-se a crescente popularidade do turismo cultural como atrativo turístico, especialmente na cidade de São Luís, já que esse tipo de turismo é ideal para auxiliar a promover a preservação dos bens do patrimônio cultural aliado à geração de receitas para conservação dos bens e educação do visitante, respeitando a valoração da herança cultural. Porém essa atmosfera pode acarretar grande fluxo para as cidades que possuem atrativos culturais materiais e imateriais, geralmente em períodos mais festivos, podendo gerar conflitos entre os interesses dos que vêem o patrimônio como um recurso de uso insustentável e dos que o classificam como um produto a

ser consumido com total acesso, com exploração desmedida, degradante e irracional (GONÇALVES, 2015).

O patrimônio cultural surge de um processo histórico no tempo-espaço, visando a perpetuação da memória coletiva e social e, conseqüentemente, de dado processo identitário, que reflete o fenômeno político e social da civilização material (CHUVA; NOGUEIRA, 2012). No Brasil, esse patrimônio geralmente se relaciona, revive, traz à memória ou está relacionado com o período colonial e imperial de colonização portuguesa, isto é bastante observado na cidade de São Luís, com seus casarões, monumentos, museus, etc., que guardam a memória da escravidão e da época de grandes relações com o colonizador.

Nos estudos socioculturais parece haver um consenso de que memória, identidade e patrimônio são palavras-chave da consciência histórica contemporânea. Durante sua vida, cada indivíduo passa por várias situações que o permitem crescimento diante da necessidade de sobreviver às adversidades, pois novos hábitos e novos modos de ser e viver estão atrelados ao convívio do cotidiano, tais maneiras de ver e viver a vida, podem acabar perdendo sua intensidade ou desaparecendo no tempo e no espaço, permanecendo vivas apenas na memória do indivíduo. Sobre esse tema, Le Goff (1990) afirma que:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1990, p. 366).

Desta forma, de acordo com o autor, pensando no passado, ou partindo do passado é possível entender o presente e organizar o futuro. Pois as referências estão neste passado, lembrado, negado ou esquecido, com o passar dos anos. As sociedades se transformam e, junto com elas, o modo de viver e sobreviver. O indivíduo mergulha em um universo de amnésia coletiva, este estado de amnésia não no sentido clínico, mas metafórico, como afirma Le Goff (1990):

Num nível metafórico, [...] a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva. Desta forma pode-se observar que a nossa memória precisa de certo modo estar em contato com o que foi, o que é e o que poderá ser, para que haja um entendimento do que somos. (LE GOFF 1990, p. 367).

No pensamento de Halbwachs (2013) a memória não é algo definido, pronto e acabado, trata das experiências de vida, a memória coletiva e individual é um acontecimento social.

A memória pode ser interpretada como as reminiscências do passado que reaparecem no presente, no pensamento de cada indivíduo, ou com a nossa capacidade de armazenar certa quantidade de informações concernentes a fatos que foram vividos no passado. Uma vez que a lembrança necessita de uma comunidade afetiva constituída graças ao nosso convívio social com outras pessoas, para tomar consistência, podemos então basear nossa impressão nas lembranças de outros indivíduos que compõem o mesmo grupo no qual estamos inseridos para reforçar, enfraquecer ou mesmo

completar a nossa própria percepção dos acontecimentos. (HALBWACHS, 2013, p. 228).

Pierre Nora (1995) em vários momentos reconhece que a memória coletiva tem um caráter potencialmente problemático remetendo à história oficial e a memória nacional que pode vir a ser manipulada, silenciada, num sentimento de exclusão das memórias de um determinado indivíduo ou grupo dominado. Nesse sentido, o trabalho de construção da memória nacional se alimenta do material fornecido pela história em controvérsia e contradição a história oral dos grupos oprimidos e marginalizados.

Stuart Hall (2011) discute a situação das questões identitárias no processo de globalização, destacando a “descentralização” das identidades. O autor defende que, na modernidade, as identidades se tornaram deslocadas ou fragmentadas. Assim, principalmente por achar uma espécie de padronização das culturas, a identidade do indivíduo se torna volúvel e não unificada em apenas um “eu”. Dessa maneira, Stuart Hall (2011) afirma que:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (HALL, 2011, p. 75).

Possuindo conhecimento da importância do Patrimônio para a história de uma cidade ou região e de sua relação com a memória coletiva e tendo conhecimento também da questão da preservação para a manutenção da memória dos grupos sociais existentes, procura-se aflorar o sentimento da comunidade em relação a sua cultura e história através da conservação deste. E nesse sentido, o turismo desenvolvido de maneira sustentável é preponderante nesse processo de valorização da história, cultura e patrimônio locais. Isto implica em se estabelecer o papel do turista em seu estado de cidadania e responsabilidade do processo de desenvolvimento sustentável de uma cidade, neste caso, a cidade de São Luís/MA, que é o que se analisa a seguir.

3 O PAPEL DO TURISTA CIDADÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE DE SÃO LUÍS

Para entender a importância do papel do turista na preservação patrimonial, é necessário delimitar o conceito de patrimônio, esclarecendo as suas perspectivas – material e imaterial. Essa conceituação se mostra muito mais importante na cidade de São Luís, pois esta resguarda o título de Patrimônio da Humanidade, atribuído pela UNESCO. Entender o conceito de patrimônio em São Luís, é entender o papel desta cidade para o Maranhão, o Brasil e o mundo. Partindo da origem eti-

mológica do significado de patrimônio, Costa (2006) afirma que:

A origem da palavra patrimônio é do latim e é derivada de pater, que significa pai. É utilizada no sentido de herança, legado, aquilo que o pai deixa para os filhos. Também se refere ao conjunto de bens produzidos por outras gerações, por bens que resultam em experiências coletivas ou individuais, para se tornarem perpétuas. (COSTA, 2006, p. 8).

Nota-se, com a definição de Costa (2006), que o patrimônio não se trata apenas de edifícios e bens materiais, desta maneira não se pode considerar a preservação patrimonial apenas como a manutenção de bens físicos e estáticos, o patrimônio que merece ser preservado não é apenas do de pedra e cal.

Na afirmação supracitada, o autor pontua que a palavra patrimônio possui uma relação com a ideia de herança, de algo que é transmitido através das gerações, dos mais vividos para os menos experientes, podendo gerar experiências que podem se tornar perenes dentro de uma sociedade, através das memórias particulares que reverberam no coletivo. Gonçalves (2015) corrobora com esse pensamento ao afirmar que:

A recente literatura sobre o tema “patrimônios culturais” é notavelmente extensa e não para de expandir-se. Resenhá-la é um enorme desafio para qualquer pesquisador. Essa produção repercute a crescente presença social e política dessa categoria desde as últimas décadas do século passado e sua relevância nas políticas públicas e no cotidiano de diversos segmentos sociais. (GONÇALVES, 2015, p. 211).

Desta forma, as abordagens e os estudos acerca do tema são inesgotáveis por esse caráter multicultural que o país possui, sendo grande fonte de pesquisas para os estudiosos culturais. Assim, as ciências humanas e sociais têm contribuído para a comprovação da riqueza do patrimônio material e imaterial, desempenhando um papel fundamental no processo de proteção e valorização desse patrimônio, que lamentavelmente é vítima do abandono da ausência de políticas públicas na gestão urbana que incluam programas de revitalização com atividades criativas e econômicas adequadas e socialmente inclusivas.

A consciência em preservar o patrimônio contribuirá para que as futuras gerações tenham a oportunidade de usufruir dessa herança cultural, e, por meio desse testemunho do passado, compreender todo o processo de desenvolvimento e construção das identidades do país. A Educação Patrimonial é, sem dúvida, um instrumento educacional de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo ter uma leitura e compreensão do mundo que o cerca.

A Educação Patrimonial é um processo contínuo e sistemático que contribui para o desenvolvimento de conhecimento e reconhecimento individual e coletivo. É necessário desenvolver ações de conhecimento do patrimônio e da cultura como ponto de partida para uma atividade educativa, que possa questionar aspectos e conceitos, num processo de conhecimento e aprendizagem. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2014):

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (IPHAN, 2014, p. 1).

O IPHAN considera a Educação Patrimonial como sendo todos os processos educativos formais e informais centrados no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento que deve priorizar a construção coletiva e democrática com a participação ativa da comunidade detentora dos bens culturais, levando-a à compreensão, e à valorização de sua cultura, assim como o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Dessa forma, a educação patrimonial se mostra como:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos

conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 5).

A Educação Patrimonial é uma ferramenta de ação imprescindível na preservação do patrimônio e contribui para o desenvolvimento do conhecimento crítico e a apropriação consciente das comunidades e indivíduos acerca de sua herança cultural, gerando assim, a preservação sustentável desses espaços de vida e de bens culturais. Levando o público à compreensão dos aspectos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Desta forma as ações educativas devem considerar as intersetorialidades das políticas públicas culturais, já que a cultura se define como um campo de diálogos complexos, é necessária uma abordagem transversal e dialógica da Educação Patrimonial. A ausência da Educação Patrimonial nas políticas públicas pode gerar efeitos negativos no que tange a consciência e a falta de apoio da comunidade nas ações de preservação dos bens, pois o desconhecimento por parte destes quanto a importância do patrimônio para a manutenção e preservação da memória coletiva, acarreta rejeição às medidas de proteção implementadas pelo poder público.

Quando a comunidade conhece seu patrimônio cultural e se apropria dos bens representativos de sua identidade, de sua história e da herança dos seus antepassados, torna-se mais fácil a atuação das políticas de preservação patrimonial. Portanto, a Educação Patrimonial é fundamental no processo edu-

cativo para a formação da consciência cidadã, essa consciência auxilia no desenvolvimento do fenômeno turístico cultural, pois a comunidade passa a desenvolver experiências genuínas aos visitantes, estes passam a desenvolver uma consciência de preservação e conservação do recurso cultural visitado. Um turista que preserva e protege o patrimônio material e imaterial contribui de maneira significativa com a comunidade que ele visita.

A exemplo disso, pode-se destacar a atuação de programas de capacitação feita com artesãos que produzem peças artesanais representativas da cultura local da cidade de São Luís, bem como do Estado do Maranhão, no Centro de Produção e Comercialização de Artesanatos do Maranhão (CEPRAMA). São desenvolvidas ações que influenciam os artesãos a desenvolver atitudes como: preservar a cidade, preservar o patrimônio material e imaterial, preservar a natureza, etc. e, através dessa capacitação os artesãos transmitem esse conhecimento aos turistas que compram os produtos nesse local. Esse conhecimento incentiva os turistas a serem agentes de preservação do patrimônio cultural e natural de São Luís, pois estes saem do CEPRAMA com uma carga enorme de informações e curiosidades sobre as lendas, as festas, os casarões do Centro Histórico, o bumba-boi, os azulejos, etc. e, quanto mais conhecimento é fornecido aos visitantes, muito mais lhes será possível preservar todo o arcabouço cultural da cidade (LEITE, 2022).

Outro exemplo que pode ser verificado na cidade de São Luís são os passeios turísticos guiados pelo Centro Histórico, ou Centro Velho, onde os turistas são convidados a imergir em uma atmosfera de puro conhecimento histórico sobre a cidade, seu casario, lendas, modos de ser, viver e fazer dos antepassados que povoavam as ruas, mas que ainda hoje servem de inspiração para que se possa chamar São Luís de cidade Patrimônio da Humanidade. Esses passeios também fazem com que o turista aprenda a valorizar as edificações e as manifestações folclóricas da cidade (CARVALHO, 2022).

Os exemplos citados acima servem como inspiração para o desenvolvimento de mais políticas públicas de preservação patrimonial material e imaterial impulsionada pelo fenômeno turístico na cidade de São Luís. Para fomentar a reflexão sobre o papel do turista como cidadão que preserva a comunidade local, passa-se a analisar o que Gastal e Moesch (2007) defendem, ao afirmarem que:

O Turismo é um campo de práticas histórico-sociais que pressupõem o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços diferentes daqueles dos seus cotidianos. É um deslocamento coberto de subjetividade, que possibilita afastamentos concretos e simbólicos do cotidiano, implicando, portanto, novas práticas e novos comportamentos diante da busca do prazer. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 11).

Observa-se que o deslocamento é um pressuposto do fazer turismo, onde o olhar do turista adquire novas perspectivas, estabelecendo novas relações com o espaço que o mesmo passa a conhecer. Na busca pelo prazer e pelo conhe-

cimento de novos lugares, o turista desenvolve experiências enriquecedoras, que irão transformar o seu olhar. Dessa maneira o fenômeno turístico ajuda a preservação do patrimônio se utilizando de recursos como a educação patrimonial, pois “O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 05).

Um turista cidadão é um turista que se importa em absorver conhecimentos a respeito do local visitado, porque tem a consciência de que deve preservar esse local, levando experiências positivas e deixando-as no local também, sabendo que não deve degradar, sujar ou corromper o ambiente e a comunidade local. Por isso:

A cidadania, se associada ao Turismo, encaminharia outras possibilidades de construção do sujeito histórico, aquele em condições de se expressar e de se apropriar das suas circunstâncias espaciais e temporais, seja como sujeito histórico urbano, seja como sujeito histórico planetário. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 56).

E ainda segundo esses autores:

Para o cidadão turista, os fixos que compõem a cidade deixam de ser desconhecidos. O território torna-se familiar e, nele e com ele, constrói-se relação de pertencimento e identificação, pois se passa a compartilhar seus códigos e, de posse dos mesmos, a situar a própria subjetividade em relação aos fixos presentes no urbano. (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 60).

Os “fixos que compõem a cidade” referenciados aqui, são os monumentos edificados da cidade, pontos de memória que passam a ser preservados a partir do momento que se tornam atrativos para o turismo. Nesse processo de conhecimento o turista se vê pertencente ao lugar visitado, por causa do encantamento causado pela experiência norteada pelo morador local.

Acontece mais ou menos assim: o representante da comunidade local (guia de turismo, produtor artesanal, ator, cozinheiro, dançarino de bumba-boi, vendedor de guloseimas representativas da cultura, etc.) partilha de sua história, de seus modos de vida e de suas experiências com o turista, este exalta essas experiências, recompensa a comunidade economicamente e espalha boas referências do local visitado, possibilitando com que outros turistas sejam influenciados a visitar esse local, graças à propaganda positiva disseminada. Isso torna-se em um processo cíclico de desenvolvimento da sustentabilidade, despertando, inclusive, ações do poder público, que vê no aumento do fluxo turístico a necessidade de implementação de políticas públicas para o desenvolvimento da atividade turística, e conseqüentemente, para o desenvolvimento da comunidade local.

Esse processo pode e deve ser desenvolvido na cidade de São Luís, posto que esta é uma cidade que possui uma grande potencialidade de desenvolvimento do turismo cultural. Podendo, ainda, ser uma cidade onde se possa desenvolver

ações de educação patrimonial, bem como ações de valorização da cultura e da identidade local.

O turismo possui grande importância econômica na cidade de São Luís, pois esta já consegue utilizar seus recursos naturais, históricos e culturais para desenvolver essa atividade. Porém, observa-se que muito ainda pode ser feito para que se possa incrementar esses ganhos econômicos possibilitados pelo desenvolvimento da atividade turística. Surge assim, a necessidade de implementação de políticas de educação patrimonial e cidadania, que possibilitem uma consciência cidadã aos turistas que visitam a cidade. Dessa maneira, a atividade turística poderá se desenvolver de maneira sustentável, gerando ganhos econômicos, sociais e culturais que se esperam desse fenômeno.

4 CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento da presente pesquisa, foi possível verificar que o patrimônio cultural é um processo histórico que visa a perpetuação da memória coletiva e social e, conseqüentemente, de dado processo identitário, desta forma nota-se o papel do turismo cultural como forma de valorização patrimonial a partir do planejamento adequado e racional para sua utilização, com a ajuda de profissionais ligados ao turismo, cultura, história, geografia, administração, marketing, meio natural e social, antropologia e educação, proporcionando ações em que os bens patrimoniais que evidenciam sobre a

experiência preservacionista possam contribuir para uma prática sustentável.

Por essa razão, todos os agentes envolvidos no fenômeno turístico possuem seu papel na preservação patrimonial, cada um contribui para o fomento e o fortalecimento da memória e da identidade local e essa herança cultural será perpetuada para as gerações futuras.

Nota-se a importância da inclusão da educação patrimonial nas políticas públicas culturais e turísticas no âmbito municipal da cidade de São Luís, como processo permanente e sistemático de trabalho educacional nas escolas e no desenvolvimento da atividade turística cultural, centrado na preservação do patrimônio material e imaterial, como fonte de enriquecimento de conhecimento individual e coletivo. Isto poderá vir a agir como mecanismo fundamental para potencializar a conscientização das comunidades sobre a importância da preservação do patrimônio e para o fortalecimento da identidade local, incentivando a cidadania, e ocasionando ganhos econômicos locais onde o turismo se desenvolve.

Conclui-se, ainda, que o turismo é um agente colaborador do enaltecimento da cultura local, dependendo da maneira como se direciona o olhar para o patrimônio cultural e conforme o interesse de quem o faz, acrescenta experiência para o turista em níveis diferentes conforme a forma que a experiência turística é aplicada, assim o turismo promove a vivência da experiência valorativa, influenciando no crescimento individual e no autoconhecimento sobre a vida, valores e atitudes como

cidadão. Um turista cidadão é um turista ideal, pois gera muito mais ganhos positivos do que efeitos negativos durante a sua visita.

Por fim, observa-se que a cidade de São Luís possui um vasto corpo de atrativos turísticos representativos de seu patrimônio material e imaterial, possibilitando com que se possa desenvolver um turismo cultural que gere lucros econômicos e sociais. Necessitando assim, de políticas públicas que possam atender à necessidade da comunidade e do visitador de programas que possam desenvolver uma consciência de preservação do patrimônio cultural material e imaterial, isso acarreta o surgimento de um turista verdadeiramente cidadão e de um morador local também verdadeiramente cidadão, determinantes para a sustentabilidade da cidade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. 3. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. 96 p.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Brasília, DF: MTur, 2022. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CARVALHO, Concilene Régia Nascimento Campos de. **As experiências turísticas no patrimônio cultural: uma análise do passeio a pé no Centro Histórico de São Luís**. 2022. 121 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

COSTA, Alcidea Coelho. Educação Patrimonial Como Instrumento de Preservação. **Trilha Mundos**, p. 1-5, 2006. Disponível em: <http://www.trilhamundos.com.br/Portals/13/Artigo%20Alcidea.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora Sesc SP, 2009.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Brasília, DF: IPHAN, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 25. mar, 2021.

LEITE, Jaqueline Santos Costa. **O turismo de experiência aplicado aos equipamentos culturais da cidade de São Luís/MA: uma análise do Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão CEPRAMA**. 2022. 166 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

SCÓTOLO, Denise; PANOSSO NETTO, Alexandre. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR**, ano 9, n. 1, fev. 2015. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo. Acesso em: 15 mar. 2021.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A Viagem como Experiência Significativa. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília (org.). **Turismo de Experiência**. São Paulo: SENAC, 2010.

A INDÚSTRIA CULTURAL CRIATIVA E A ECONOMIA COMUNITÁRIA: uma análise dos efeitos e sentidos da Via Sacra no Anjo da Guarda, São Luís (MA)

Cleidimar Pinto de Sousa⁴¹

Maurício José Morais Costa⁴²

41 Bacharela em Administração pelo Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB). E-mail: pintocleidimar@gmail.com.

42 Doutorando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI-UEPB). Mestre em Cultura e Sociedade (PGCULT-UFMA). Docente do Centro Universitário UNDB. E-mail: mauricio.jmc@outlook.com.

1 INTRODUÇÃO

Diante das dificuldades enfrentadas pelo mundo, a busca por alternativas que tornem o desenvolvimento sustentável através de uma economia diversificada, inovadora e que permite a ampliação dos setores, gerando novas formas de produção e consumo que direcionam a atenção às oportunidades de investimento dessas novas economias, essas práticas se aplicam na Economia Criativa que têm como perspectiva principal o valor do talento criativo.

Assim, a inovação e a criatividade tornaram-se fonte de receita para diversos países, e no Brasil os hábitos empreendedores são propícios devido à relevância das ideias que os empreendedores manifestam nos seus próprios negócios. Por essa razão, as indústrias criativas têm sido uma das áreas que mais movimentam a economia mundial, sendo atualmente um setor fundamental para as estratégias de desenvolvimento nos países.

Com isso as empresas passaram a observar a relevância da criatividade como componente primordial na produção, por possuir um papel revolucionário no sistema produtivo. Assim, no plano cultural do setor que se evidencia é o da economia criativa, entendendo que o ganho de proventos governamentais tem vínculo direto com a criação de relações sociais. Frente a isso, o Ministério da Cultura expôs a urgência para o crescimento de iniciativas culturais e a associação com o campo social, meio ambiente e economia no contexto geral.

A economia criativa produz receita e empregos de forma simplificada e com um baixo custo, e ao mesmo tempo qualifica o capital humano acrescentando competências fundamentais para setores distintos.

Diante do exposto, a cultura proporciona o desenvolvimento de uma comunidade mais sustentável e inclusiva, que gera capital e oportunidade de emprego, melhorando a qualidade de vida das pessoas que estão envolvidas nesse setor. Dentro deste contexto o grupo GRITA responsável pela produção da Via Sacra, se estabelece no bairro do Anjo da Guarda com o propósito de desenvolver um trabalho popular que envolva a comunidade, como forma de entretenimento e com caráter de responsabilidade social que reflita tanto nos aspectos culturais, econômicos e políticos.

A Via Sacra é o maior espetáculo ao ar livre do estado do Maranhão sendo um forte propulsor de atividades na composição de uma cadeia produtiva, portanto é fundamental compreender a dimensão do seu impacto. Considerando esse cenário, busca-se compreender a visão que os diretores e comerciantes do Anjo da Guarda têm sobre o impacto e os efeitos da economia criativa que é gerada através da Via Sacra na referida comunidade?

2 ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVA: algumas reflexões

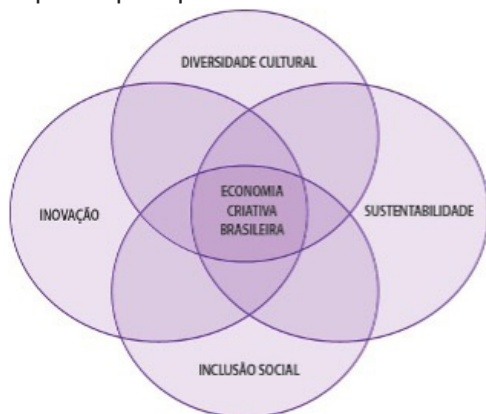
A definição de economia criativa é nova e está em constante desenvolvimento, tendo como fundamento os recursos das potências criativas, contribuindo para o desenvolvimento e expansão da economia. Decorrentes do incentivo da criação de receita, métodos de inclusão, diversificação tanto social quanto cultural, evolução humana e relação tecnológica de questões econômicas, culturais e sociais (OLIVEIRA, 2016). A economia criativa se originou quando as antigas tradições de trabalho cultural e industrial se vincularam com uma cadeia mais abrangente de atividades modernas e produtivas (NEW-BIGIN, 2010).

Por ser um conceito que se associa diretamente com o efeito das novas tecnologias no mercado e na disposição das atividades econômicas, sociais e culturais. Sua possibilidade de gerar mais empregos entre os jovens é maior e se forem devidamente assegurados, se tornam agentes de inovação e expandem a sua capacidade de produzir nos setores que são tidos como tradicionais (GOLDENSTEIN, 2010).

Atribui-se as competências da economia criativa à consolidação do elo e especificidades de cada região, ao estímulo de novas habilidades profissionais, reforçando a cidadania para a promoção do respeito e da igualdade social. Além de considerar quatro conceitos norteadores, sendo: o mérito diversidade cultural no país, o princípio da sustentabilidade para o progresso regional, a inclusão favorável na economia solidária e a inovação como propulsora da evolução da cultura. Esses

conceitos são demonstrados na Figura 1, abaixo (CASTRO; FIGUEIREDO, 2016).

Figura 1 – Os quatros princípios norteadores da economia criativa



Fonte: Castro e Figueiredo (2016, p. 114)

Ao redor do mundo apontam-se definições distintas e padrões característicos, assim a economia criativa é o agrupamento de práticas econômico que necessita de conteúdo simbólico envolvendo a criatividade como princípio relevante na produção de bens e serviços. Na visão econômica, a economia criativa é o agrupamento de segmentos dinâmicos, onde o comércio mundial contém as taxas mais elevadas independente da sua classificação, se comparada ao restante da economia. Os produtos e serviços de áreas urbanas e rurais (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013).

O escopo da economia criativa é a ampliação da indústria criativa, mas para isso, é necessário se compreender sobre a

indústria cultural. A concepção de indústria cultural propõe um ponto de vista no qual as indústrias culturais têm a missão de pensar em uma produção em massa como forma de educar a sociedade com o objetivo de refinar os seus hábitos (CRISPIM, 2018).

Foi no período pós-guerra que o conceito de indústria cultural surgiu, a partir de uma rejeição em conjunto e radical do entretenimento por parte dos integrantes da Escola de Frankfurt, que era administrada por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Naquele tempo, o conceito de indústria cultural era incompatível pelo fato de que a indústria e a cultura eram tidas como contraditórias, a expressão indústria cultural constantemente estava presente em discussões acerca das limitações da vida cultural moderna. A expressão por muito tempo foi utilizada com indiferença por jornais populares, revistas, em músicas e filmes que se distanciaram das culturas de alto nível (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013).

Atualmente há diversos esclarecimentos sobre a cultura como indústria, por exemplo, resume-se em uma cultura de alto nível contra uma cultura popular. No geral, a indústria cultural é aquela que fornece serviços e bens culturais, sendo considerada a indústria que estabelece uma geração de comercialização de conteúdos e produções imateriais e culturais, tornando-se o centro de incentivo e manutenção da pluralidade cultural e assegurando o ingresso igualitário na cultura (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013).

2.1 Indústria Criativa

Na Austrália, no início da década de 1990 surgiu a princípio o conceito de indústria criativa, decorrente de movimentos ocorridos na época, porém o incentivo maior foi na Inglaterra por meio de um mapeamento específico das atividades criativas (BENDASSOLLI et al., 2009). Sobre a Indústria Criativa, Jeffcutt (2000, p. 123) defende que:

[...] são formadas a partir da convergência entre as indústrias de mídia e informação e o setor cultural e das artes, tornando-se um importante (e contestada) arena de desenvolvimento nas sociedades baseadas no conhecimento [...] operando em importantes dimensões contemporâneas da produção e do consumo cultural [...] o setor das indústrias criativas apresenta uma grande variedade de atividades que, no entanto, possuem seu núcleo na criatividade.

Segundo a FIRJAN (2016) o ponto de vista em relação a Economia Criativa, manter-se alinhado a definição da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) Indústria Criativa, que afirma: “[...] a cadeia produtiva é composta pelos ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade e capital intelectual como insumos primários [...]” (FIRJAN, 2016, p. 7). Desse modo, a Indústria Criativa é composta por três categorias:

a) O núcleo é estabelecido por profissionais econômicos que fazem o uso de conceitos como forma de gerar valor.

b) Atividades relacionadas são profissionais e entidades que disponibilizam materiais e elementos, essenciais para a realização do núcleo criativo.

c) Apoio bens e serviços que atuam de forma indireta na Indústria Criativa.

Conforme a categorização da cadeira da Indústria Criativa no Brasil, proposta por FIRJAN (2016, p. 10), é possível afirmar que a Via Sacra está inserida no núcleo e situada no campo da cultura, sendo responsável por expressões culturais, música, serviços culturais e artes cênicas no período que antecede o evento. Nesse sentido, pontua-se que as indústrias criativas estão centradas nas áreas de arte e cultura, contudo não são limitadas a elas, entretanto é o coração da economia criativa. Com finalidade de mercado, relevância econômica e conteúdo criativo conseguem ter produtos tangíveis ou intangíveis, sendo capazes de produzir receita através do comércio e de direitos de propriedade intelectual (REIS, 2008).

É notório que a indústria criativa abrange outros setores que não incorporam as indústrias culturais, que são tidas especialmente para a produção cultural em massa, resultando na compreensão de que a Economia da Cultura não exerce o mesmo papel da Economia Criativa. A economia da cultura destina-se a temas que correspondem à dimensão econômica do campo cultural, como a produção de receita e emprego a pessoas da cultura, artistas e artesãos (CRISPIM, 2018).

Dessa forma, Florida (2011) afirma que, praticamente os setores da economia que são capazes de produzir e avançar

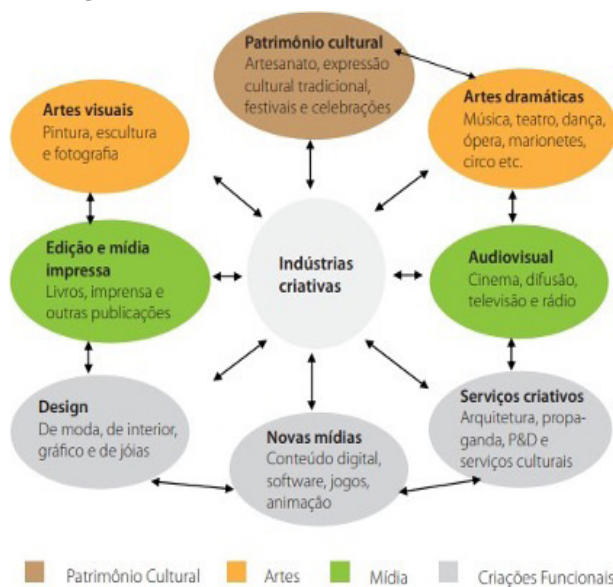
com transformações pertinentes são os que em longo prazo conquistam o sucesso, quando a reestruturação de áreas estratégicas das empresas busca por uma diferenciação e começam a voltar seu olhar para a economia criativa.

De acordo com o fluxograma da cadeia da Indústria Criativa, a Via Sacra está inserida no núcleo e situada no campo da cultura, sendo responsável por expressões culturais, música, serviços culturais e artes cênicas no período que antecede o evento. As indústrias criativas estão centradas nas áreas de arte e cultura, contudo não são limitadas a elas, entretanto é o coração da economia criativa. Com finalidade de mercado, relevância econômica e conteúdo criativo conseguem ter produtos tangíveis ou intangíveis, sendo capazes de produzir receita através do comércio e de direitos de propriedade intelectual (REIS, 2008).

Em 1996, foi criada a Lei da propriedade Intelectual, Lei nº 9.279, que é um estímulo para a atividade criativa que se converte em indústria criativa, preservar o direito de propriedade dos proprietários das ideias assim como outras leis preservam o direito de posse de bens, proporciona aos proprietários dos produtos e processos formas de proteger a sua criatividade a fim de conseguirem trabalhar com proteção. Levando em consideração que o valor cultural e comercial vem da maior parte da produção das indústrias criativas, a propriedade intelectual deve equilibrar direitos particulares e públicos com o propósito de ingressar cidadãos a terem acesso facilitado ao conhecimento da cultura (NEWBIGIN, 2010).

A indústria criativa atinge quatro amplos subsetores que são: patrimônio, artes, mídia e criações funcionais. As categorias estão fragmentando em oito áreas, conforme está disposta na Figura 2, a seguir:

Figura 2 - Classificação da Indústria Criativa



Fonte: UNCTAD (apud CRISPIM, 2018).

É notório que a indústria criativa abrange outros setores que não incorporam as indústrias culturais, que são tidas especialmente para a produção cultural em massa, resultando na compreensão de que a Economia da Cultura não exerce o mesmo papel da Economia Criativa. A economia da cultura destina-se a temas que correspondem à dimensão econômica

do campo cultural, como a produção de receita e emprego a pessoas da cultura, artistas e artesãos (CRISPIM, 2018).

Dessa forma, Florida (2011) afirma que, praticamente os setores da economia que são capazes de produzir e avançar com transformações pertinentes são os que em longo prazo conquistam o sucesso, quando a reestruturação de áreas estratégicas das empresas busca por uma diferenciação e começam a voltar seu olhar para a economia criativa.

3 EMPREENDEDORISMO CULTURAL

Segundo Chiavenato (2012), em 1725 o economista Richard Cantillon, utilizou o termo “empreendedor” para classificar um indivíduo que assumia riscos. Já no ano de 1814, o indivíduo que atribuía recursos econômicos a um setor que estava com a sua produtividade baixa para um com a produção elevada era apontado como empreendedor, diante disso notou-se a importância de um empreendedor para que o sistema econômico obtivesse um bom desempenho. De acordo com Silva (2014), o empreendedorismo se inicia com o objetivo de conceber um negócio, partindo do seu planejamento, validação até chegar a sua consolidação. A elaboração para a estabilização da atividade autônoma e o crescimento de um negócio que já se encontra no mercado ou a concepção de um novo negócio, são modelos de empreendedorismo.

A compreensão do empreendedorismo se dá como a arte de estabelecer a criatividade e a motivação, abrangendo

a satisfação de praticar com sinergismo e aperfeiçoando todo e qualquer projeto particular ou organizacional, desafiando constantemente as ameaças e as oportunidades. E na presença de questões que precisam de resoluções imediatas, assumir uma posição eficiente. O empreendedorismo proporciona estímulos ao indivíduo para desenvolver de forma absoluta suas potencialidades racionais e intuitivas. Buscando o autoconhecimento para um processo de conhecimento constante, com ações que permitam o acesso a novas referências e experiências (BAGGIO; BAGGIO, 2014.)

Para Chang e Wyszomirski (2015) o empreendedorismo cultural é apontado como uma metodologia de gestão que tem como objetivo fomentar as habilidades de criar e dar autonomia econômica e social às pessoas envolvidas, buscando viabilizar novas oportunidades. Utilizando-se de recursos, analisando âmbitos diferentes para adaptar-se com o propósito de agregar valores. Nesse cenário a UNCTAD (2018), relata que, a atribuição do empreendedor cultural é impulsionar o avanço da população, por intermédio de ações inovadoras e alternativas de organização cultural desse ambiente.

Encontram-se duas categorias de empreendedor cultural, o conhecido como mágico, que vincula a autorrealização de pessoas comprometidas com o desenvolvimento econômico e social de um mesmo projeto. E o outro, são pessoas 25 destemidas que através da produção cultural manifestam e estabelecem suas próprias realizações (GEHMAN; SOUBLIÈRE, 2017). Diante disso, afirma-se que a atuação dos em-

preendedores na esfera cultura não se filiam diretamente às grandes empresas, isto se deve ao fato de que a geração de valor na cadeia de produção, como bem ressaltam Carvalho, Cutrim e Costa (2017), ocorre de modo descentralizado nas relações construídas junto a empreendedores culturais e demais profissionais, cuja atuação está centrada nos pequenos e médios negócios, “[...] especializadas nas fases de criação e de distribuição dos bens e serviços criativos.” (CARVALHO; CUTRIM, COSTA, 2017, p. 635).

Nessa ótica, a pesquisa vai justamente analisar como os pequenos negócios da comunidade do Anjo da Guarda, na área Itaqui-Bacanga em São Luís (MA) encontram oportunidades de fortalecimento de forma criativa articulada ao empreendedorismo cultural, tendo como plano de fundo a Via Sacra, cujo percurso metodológico é apresentado na seção seguinte.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Marconi e Lakatos (2003), os objetivos de uma pesquisa para que sejam atingidos, é fundamental traçar um roteiro e examinar meticulosamente as atividades, com o intuito de identificar falhas no decorrer do estudo. Nesse sentido, quanto a sua natureza, se trata de uma pesquisa básica, pois a proposta da investigação foi analisar a Economia Criativa na percepção dos comerciantes e diretores do bairro do Anjo da Guarda, em São Luís (MA). Tendo em vista que, “[...] gerar novos conhecimentos úteis para o avanço da ciência sem

aplicação prática prevista [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Esses conhecimentos foram efetivados de forma prática, voltada a solucionar questões específicas. Sob o ponto de vista dos objetivos, a pesquisa exploratória.

Dados os objetivos da pesquisa, os procedimentos utilizados foram o bibliográfico por meio de materiais publicados, como artigos científicos, livros, revista. O método de abordagem empregado nesta pesquisa foi a qualitativa, não sendo obrigatório o uso de métodos e técnicas estatísticas, já que o fundamento é a forma direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave para a pesquisa. Explorar com facilidade a relação de causa-efeito e retratar a multiplicidade de certo problema, pesquisando, compreendendo cada variável que os grupos sociais têm praticado. Estabelecendo opiniões de determinado grupo de forma minuciosa considerando as suas características ou ações (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O desenvolvimento desta pesquisa compreendeu duas etapas básicas. A primeira foi constituída da revisão de literatura acerca de economia criativa, indústria criativa e empreendedorismo cultural. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, mediante a consulta de livros, artigos de periódicos, dentre outros materiais bibliográficas, por sua vez recuperados nas bases de dados do Google Acadêmico, SciELO, BDTD.

A segunda etapa consistiu na pesquisa de campo, cuja técnica de amostragem foi não-probabilística por seleção racional (PRODANOV; FREITAS, 2013). Na oportunidade foram realizadas entrevistas, seguindo um roteiro semiestruturado.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 25 de outubro e 4 de novembro de 2021. Foram entrevistados dois atores sociais envolvidos diretamente com o evento da Via Sacra, a saber: uma Docente do Magistério Superior, atriz e fundadora do grupo GRITA (Participante 1); um Líder Comunitário atua a 3 anos na diretoria da Associação Comunitária Itaqui Bacanga (ACIB) (Participante 2). Pontua-se que, todas as entrevistas tiveram duração média de 50 (cinquenta) minutos e foram gravadas com auxílio de gravador e posteriormente transcritas.

Aventa-se que a análise de dados buscou triangular os dados colhidos, na perspectiva de proporcionar um maior entendimento do tema em questão, tendo como base a fundamentação teórica e os resultados obtidos por meio das entrevistas. Desse modo, as evidências obtidas foram analisadas e descritas na ótica da análise de conteúdo (BARDIN, 2016), fazendo interface com a teoria estudada, favorecendo a identificação das informações e construção das linhas argumentativas.

5 A VIA SACRA E SEUS EFEITOS NA ECONOMIA CRIATIVA DA COMUNIDADE DO ANJO DA GUARDA EM SÃO LUÍS (MA)

5.1 Via Sacra

O projeto Via Sacra, realizado anualmente no bairro do Anjo da Guarda, lugar antes conhecido como refúgio de

peças marginalizadas, atualmente ocupa um lugar de destaque em colunas culturais e tem sua imagem fortalecida na capital ludovicense, ao passo em que coloca no calendário da cidade aquele evento, sendo assim, leito e abrigo do teatro comunitário. Ao longo de seus 38 anos de história na região do Itaqui-Bacanga, a Via Sacra mobiliza uma série de indivíduos, coletivos e agentes sociais no Anjo da Guarda, os quais somam esforços para a realização do espetáculo.

Localizado em São Luís (MA), o bairro do Anjo da Guarda se transforma em uma enorme cidade cenográfica, cujo trajeto alcança cerca de 2 km, onde o elenco encena o percurso religioso que culmina na ressurreição de Jesus Cristo, conforme escritos da Igreja Católica. O evento reúne mais de 1800 pessoas, sendo: elenco principal, figurantes, contrarregras, sonoplastas, iluminadores, recepcionistas, oficineiros, agentes administrativos, operacional e órgãos públicos como apoiadores. São homens e mulheres, moradores da comunidade que viram operários do fazer teatral que a partir de suas habilidades artísticas até então desconhecidas, criam e recriam a arte de interpretar. O público estimado nos dois dias de apresentação e de 350 mil pessoas, o espetáculo contém sete paradas onde o público assistir e participa da história de Jesus Cristo, contada a mais de 200 anos, conforme a Figura 3.

Figura 3 - Registros da Via Sacra, Anjo da Guarda, São Luís (MA)



Fonte: Fonte: Imparcial (2018)

Os cenários com as características romanas são imponentes, os figurinos em estilo de época, acessórios e adereços minuciosos são resultados das oficinas realizadas pelos moradores da comunidade. São domésticas, costureiras, pedreiros, atores, dentre outros que se transformam nos grandes anfitriões do espetáculo. Com a sua sensibilidade em aprender novas habilidades, eles vão esboçando as cenas, criando cenários, aprimorando os adereços, dando vida aos figurinos (CONCEIÇÃO; COSTA, 2018).

O Grupo Independente de Teatro Amador (GRITA), criado em 1972 por um grupo de estudantes, que finalizando o ensino fundamental decidiu se reunir e dar continuidade nas atividades teatrais desenvolvidas no Centro Educacional do Maranhão (CEMA), que através da disciplina de Educação Artística incentivava os alunos a ter interesse pelas artes nas mais diversificadas formas de expressões artísticas por meio do Grande Festival de Artes do CEMA, palco de grandes reve-

lações. O Grupo GRITA é responsável por realizar o espetáculo da Via Sacra na comunidade do Anjo da Guarda.

Definido como o agente cultural do bairro, o grupo promove encontros que reúne atores sociais de diferentes comunidades, cujos trabalhos estão ligados à igreja católica, desde reuniões internas, de solenidades, até trabalhos coletivos com o objetivo de envolver culturalmente e politicamente com os problemas da comunidade. Outrossim, ressalta-se que a realidade da comunidade acaba servido de base para a composição de roteiros teatrais, ao passo em que são montados espetáculos com entrada gratuita, por sua vez apresentados na Igreja Nossa Senhora da Penha, sede do Centro Comunitário Católico. Além disso, essas ações estimulam a comunidade a conhecer o GRITA e, ao mesmo tempo, presenciar a estreia da Via Sacra no Anjo da Guarda. Pontua-se, ainda, que após os espetáculos, o grupo se mantinha a disposição da plateia para uma discussão. Nesse período, o Centro Comunitário Católico disponibiliza uma das salas da igreja para que o grupo desenvolva suas atividades.

A oficina Recanto Cultural integra profissionais de todas as categorias que dão forma ao maior espetáculo teatral produzido ao ar livre do Maranhão e, possivelmente do Brasil, por seu formato comunitário de trabalho, o qual congrega um número expressivo de moradores da comunidade ao longo de 25 dias consecutivos. O projeto Via Sacra converge um universo de integração, socialização, criatividade e mobilização coletiva que percorrem juntas e sem desigualdade.

O grupo GRITA articula um modo de potencializar os espaços alternativos, como forma de desmistificar os espaços convencionais levando em consideração o teatro, o espaço e o seu público, tanto no âmbito de democratização cultural quanto no teatro, como instrumento de educação transformadora social. O projeto Via Sacra, potencializam também outras linguagens como a música, a dança, o cinema, dentre outros, unindo o poético, valorizando, sobretudo o diálogo com a cidade e o espaço público. Na seção seguinte, discutem-se os resultados, com vistas a evidenciar como os sentidos e efeitos da Via Sacra na economia criativa da comunidade do Anjo da Guarda em São Luís (MA).

5.2 Resultados e Discussões

De acordo com Madeira (2014), a economia criativa é uma economia que influencia na gestão do tempo das pessoas, fazendo com que parte do seu tempo seja tendo ideias que geram produtos comercializáveis. Desse modo notou-se que a matéria prima, as habilidades e a criatividade das pessoas em injetarem novos produtos/serviços, apesar do baixo investimento inicial consegue produzir um recurso financeiro capaz de movimentar a economia da região. Embora a formação seja empírica, as habilidades de negociar e produzir são parte dessas pessoas impulsionando novas ideias, novas conexões e modelos de negócios, além de reavivar áreas urbanas preservando o patrimônio cultural (MADEIRA, 2014).

A primeira pergunta foi elaborada com o objetivo de compreender a visão dos atores sociais sobre os seus entendimentos acerca de economia criativa. De acordo com o Participante 2 (2021), “[...] nunca ouvir falar do conceito de economia criativa, meu entendimento é empírico [...]”. No entanto o Participante 1 (2021) diz que:

Vem ser exatamente esses bens, esse capital intelectual que muitas vezes você acha que para se fazer uma microempresa, para se fazer enfim outras coisas a gente precisa gastar muito dinheiro e tal, é eles provando que essa economia criativa você pode produzir sim um recurso financeiro para sustentar a sua família e viver bem, a partir da sua própria criatividade, da sua própria habilidade.

A partir do que aduzem os participantes em suas falas, é essencial dispor de conhecimentos acerca da economia criativa, visto ser algo que ainda é desconhecido por uma parcela da comunidade. Sobre isso, afirma-se que “O conhecimento é fundamental para o desenvolvimento do pleno potencial das indústrias criativas e culturais.” (NYKO; ZENDRON, 2018, p. 274), logo, a Via Sacra enquanto vetor econômico, criativo e cultural da comunidade do Anjo da Guarda, é essencial prover conhecimento para os atores sociais e agentes da sociedade civil, na perspectiva de estimulá-los a explorar esses ativos mediante o que é injetado pela evento como um todo, a exemplo disso é o número expressivo de pessoas nos dias em que ocorrem os espetáculos.

Desse modo, é possível perceber o potencial da economia criativa na comunidade do Anjo da Guarda e da Região do

Itaqui-Bacanga. Diante disso, os participantes foram indagados acerca de sua capacidade em identificar os vetores econômicos da comunidade do Anjo da Guarda e suas alternativas de renda. Com base na fala dos entrevistados, pode-se observar que os vetores mais evidentes “[...] são o setor de alimentos em geral, costura, produção de adereços e acessórios, e alguns grupos de teatro [...]” (PARTICIPANTE 1, 2021). Em complemento o Participante 2 (2021) diz que: “[...] o comércio da comunidade cresceu muito, tanto formal como informal, e falta incentivos governamentais [...]”. Cabe pontuar que, boa parte dos vetores econômicos criativos da comunidade do Anjo da Guarda são provenientes do grupo GRITA, embora o comércio do bairro seja, em grande parte, fomentado por lojas, comércio de bens e serviços, dentre outros (NYKO; ZENDRON, 2018, p. 274).

Deu-se prosseguimento, indagando os participantes se eles vislumbram as manifestações culturais enquanto objetos econômicos. Diante disso, observou-se que apesar de a Via Sacra ser um espetáculo de cunho religioso, as manifestações culturais são introduzidas entre os atos da encenação como forma de enaltecer a cultura local. Visto um dos participantes aventar que “A quadrilha da Vila Dom Luís, o viva da ressurreição é o local principal onde a cultura movimentada a cultura [...]” (PARTICIPANTE 2, 2021). Outros exemplos também foram assinalados pelos participantes, como por exemplo:

[...] bumba meu boi com composições originais de artista local, caciuriá, blocos a exemplo do Cambalacho, coco Catolé e divino espírito santo e daí a gente dá voz para as pessoas da comunidade, como por exemplo, a D. Léia que é uma senhora bem

idosa puxando o canto do divino Espírito Santo. (PARTICIPANTE 1, 2021).

Essas manifestações culturais reforçam as características de pertencimento, justamente por fazer um regaste da cultura e de artistas locais, ao mesmo tempo em que é capaz de gerar renda para costureiras, artesãos, dentre outros locais onde executam parte da montagem das indumentárias dessas manifestações. Observa-se, assim, que esses fazeres são baseados no capital intelectual e cultural, na criatividade que gera valor econômico para a comunidade do Anjo da Guarda, fortalecendo tanto os negócios já existentes, como estimula o surgimento de novos negócios (SOARES; SANTOS, 2021; NYKO; ZENDRON, 2018).

O estudo teve sua continuidade, indagando os participantes acerca de seus olhares a respeito da contribuição das manifestações culturais para o desenvolvimento econômico da comunidade, visto que o Grupo GRITA se preocupa em introduzir essas manifestações durante o evento. Em resposta, a Participante 1 (2021) disse que: “[...] as pessoas terminam fazendo grupos após e começam a comercializar esses produtos inclusive na área do próprio teatro [...]”, no entanto para o Participante 2 (2021) “[...] a cultura é um ponto crucial para movimentar desde as manifestações culturais como o religioso [...]”. A partir do que os participantes afirmam, pontua-se que as manifestações culturais são determinantes para a geração de coletivos, grupos e iniciativas na própria comunidade, tais como: dança dramaturgia e da própria área do teatro. Isso

implica em potenciais fontes de renda, por sua vez oriundas de atividades culturais e de entretenimento, visto uma peça teatral ser uma oportuna fonte de renda a partir da venda de ingressos, bem como na mobilização de elementos cênicos, corte e costura, dentre outras.

Nesse sentido, observa-se como essas manifestações acabam por se tornar patrimônios imateriais comunitários, dotados de valor para a comunidade. Segundo o IPHAN (2022, p. 1), “[...] o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades [...]”. Logo, a evidência dessas manifestações culturais dentro do projeto Via Sacra gera uma interação com a comunidade e desperta o interesse em manter vivo as iniciativas que advêm do espetáculo no dia a dia da comunidade (CARVALHO; CUTRIM; COSTA, 2017).

Por entender que o setor da Economia criativa, em grande parte, é constituído por micro e pequenas empresas, profissionais autônomos e, em especial, da área da cultura. Os participantes foram indagados se a Via Sacra contribui para a geração de renda da comunidade do Anjo da Guarda. O Participante 2 (2021) afirmou que: “[...] a Via Sacra envolve tanto o poder público quanto o privado e com isso gera renda para os profissionais do elenco, para as pessoas desempregadas da região. Sendo um impacto descentralizado [...]”. O Participante 1 (2021), por sua vez, diz que: “[...] aí que entra a questão da economia criativa, eles fazem essa produção toda e investem nisso [...]”. Com base na fala dos participantes, percebe-se

que é notável o esforço dos atores sociais locais, visto que os comerciantes, tanto formais quanto informais, investem em novos produtos durante o período do evento para diversificar suas vendas, além de aumentarem o estoque dos produtos fixos.

Com isso, os participantes da pesquisa foram questionados acerca das estratégias relacionadas ao período da Via Sacra, na perspectiva de buscar evidências sobre as estratégias criativas empreendidas na comunidade do Anjo da Guarda. Nos termos dos participantes:

A água, o carrinho da pipoca sempre estar acompanhando o povo [...] porque quando termina ou durante a via sacra as pessoas estão comendo, enquanto aguarda a cena chegar. (PARTICIPANTE 1, 2021).

O comerciante que tem o espaço físico, como por exemplo uma lanchonete que quando chega no período da via sacra ele modifica sua estrutura para atender o público com melhor comodidade, devido ao grande público que a via sacra atrai. (PARTICIPANTE 2, 2021).

A partir do que pontuaram os participantes, notou-se que os comerciantes fazem uso do período do evento para ampliar seu portfólio de produtos, congregando atividades que envolvem a produção de camisas, copos, chaveiros fazendo uso da marca Via Sacra. O comércio de alimentos também é aquecido nessa época, pois os comerciantes da comunidade passam a comercializar essa tipologia de produtos em uma área delimitada pelo GRITA. Nos perímetros demarcados pelo

grupo para a comercialização desses itens, percebe-se a presença marcante de comidas típicas maranhenses, acredita-se que como forma de manter a tradição.

Nessa assertiva, concorda-se com Menezes (2015), ao reforçar que a cultura e a criatividade são elementos que fornecem recursos de grande potencial para tornar os negócios sustentáveis e estratégicos, favorecendo, inclusive, a composição de estratégias cada vez mais competitivas por parte da sociedade civil, que no contexto desta pesquisa está situada na comunidade do Anjo da Guarda, na região do Itaqui Bacanga, a qual é amplamente conhecida pelas suas características econômicas e por concentrar um grande número de empresas do setor industrial (CONCEIÇÃO; COSTA, 2018).

Deu-se prosseguimento, perguntando-se os participantes a respeito dos reflexos que a Via Sacra proporciona para o setor econômico e social para a comunidade do Anjo da Guarda e região do Itaqui-Bacanga. Com efeito, foi possível identificar que os fatores sociais e econômicos impactam durante o período da realização do evento, visto que para o Participante 2 (2021) “[...] os impactos e a potencialização dos comerciantes locais no período da via sacra, a mensagem repassada todo ano sobre assuntos em destaque, sobre problemas sociais e suas soluções e a valorização do bairro [...]”. Nesse sentido, constata-se que o anseio dos participantes em geral da Via Sacra, é que o evento aconteça todo mês, visto a capacidade de o evento mobilizar de forma positiva os pequenos empreendimentos da comunidade e favorecer a geração de renda

para diferentes segmentos na comunidade do Anjo da Guarda em São Luís (MA).

Isso se deve pelo fato de o evento proporcionar a capacitação dos atores sociais e membros da sociedade civil envolvidos, o estreitamento das relações entre a comunidade e os órgãos públicos com vista a viabilização e reestruturação dos espaços urbanos, notadamente da região do Itaqui-Bacanga, além da possibilidade de parcerias com grandes empresas do setor industrial instaladas nessa área, tais como a Vale SA, Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), dentre outras. Tem-se, então, evidências para pontuar que os impactos econômicos e sociais da Via Sacra têm efeito positivo para a comunidade, ao passo em que fomenta iniciativas e estruturas culturais capazes de promover a inclusão social e estimular novas fontes de renda, por sua vez refletidas no processo de conhecimento das partes interessadas a fim de gerar estratégias que transformam a realidade daquela comunidade e, por conseguinte, da região do Itaqui-Bacanga (MENEZES, 2015; CONCEIÇÃO; COSTA, 2018; SOARES; SANTOS, 2021).

Outrossim, evidencia-se que as atividades comerciais são indispensáveis para qualquer setor ou ramo da economia, por impulsionarem suas atividades (BRASIL, 2000). Com isso, buscou-se identificar as atividades comerciais mais comuns no período da Via Sacra na comunidade do Anjo da Guarda. Destacaram-se nos relatos dos respondentes, atividades voltadas para o segmento de gêneros alimentícios e bebidas, bem como produtos personalizados (canecas, camisetas, chaveiros

etc.). Ainda no tocante a esse questionamento, cabe destacar que no período do espetáculo, é perceptível o aumento no número de empreendimentos do setor supracitado, os quais se mantêm ativos mesmo após o evento. Além disso, houve menção a fusão de comércios formais e informais para atender a alta demanda na região.

Compreendendo a magnitude da Via Sacra e sabendo-se que a sua produção demanda de um quantitativo expressivo de mão-de-obra, os participantes foram questionados sobre a mobilização da comunidade do Anjo da Guarda e região do Itaqui-Bacanga, com objetivo de identificar os potenciais geradores de renda viabilizados pelo evento. Nas palavras dos participantes:

[...] a divulgação feita na TV, na rádio atrai as pessoas, os ambulantes de diversas regiões para ganhar uma renda [...].(PARTICIPANTE 2, 2021).

[...] tem os flanelinhas também que ganham um dinheirinho nesse período, porque a gente se organiza nesse sentido [...] pessoas que vem de tudo quanto é lugar essas pessoas que têm comercio informal também vem de vários lugares de São Luís, não só do Anjo da Guarda, já teve depoimento que olha sou da cidade operaria venho cedinho para cá, para poder botar minha barraquinha. (PARTICIPANTE 1, 2021).

Percebe-se que as atividades comerciais da comunidade e da região do Itaqui-Bacanga é mobilizado com antecedência para o evento. O setor de infraestrutura é responsável por intermediar uma série de encontros para identificar e capacitar

a comunidade participante e os comerciários (denominados pelo grupo de produtores). Nesse sentido, aventa-se que a mobilização está para além do bairro do Anjo da Guarda, visto que as vagas disponibilizadas tanto para mão-de-obra quanto para o elenco são preenchidas com muita rapidez. Sendo assim, advoga-se que o projeto Via Sacra é um propulsor de arte, cultura e conhecimento para a região e adjacências (CARVALHO; CUTRIM; COSTA, 2017).

Com vistas a finalizar a análise, os participantes foram sondados acerca da existência de algum fomento que gere renda alternativa para os moradores da comunidade, isto com o intuito de identificar o incentivo e a continuidade das práticas criativas. Segundo o Participante 2 (2021), “[...] na minha opinião o meio teatral é onde o fomento é contínuo [...]”. Diante disso, pontua-se que o grupo GRITA, responsável pela criação e produção da Via Sacra, não é capaz de injetar diretamente incentivos financeiros para que a comunidade gere renda. Por outro lado, o grupo disponibiliza meios para a capacitação de atores sociais e membros da comunidade, na perspectiva de conferir maior autonomia e independência para que estes sejam capazes de identificar o seu nicho e, assim, prospectar meios de obtenção de renda a partir da Via Sacra. Essa visão é reforçada pelo Participante 1 (2021), o qual ressalta que “[...] a gente proporcionou é exatamente a oportunidade de estarem se capacitando para que eles possam gerar renda a partir do seu trabalho, essa é a nossa contribuição.”

Segundo Limeira (2008), o incentivo por parte da arte cultural ajuda a solucionar problemas sociais pertinentes à comunidade, bem como favorece iniciativas voltadas para a educação, enfrentamento de problemáticas como o preconceito racial, a deterioração urbana, de modo a criar oportunidades de emprego visando diminuir a criminalidade e o pleno exercício da cidadania. Logo, “[...] por meio dessa atividade, a comunidade obtém melhores retornos financeiros, tem acesso a benefícios anteriormente não disponíveis, tornando-se agente de um movimento de prosperidade.” (GALLAS et al., 2019, p. 12).

Por fim, buscou-se indagar os participantes acerca do cenário pós-espetáculo, na perspectiva de identificar se após a Via Sacra é dado continuidade às iniciativas de economia criativa na comunidade do Anjo da Guarda. Sobre isso, destaca-se a fala do seguinte participante:

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BENDASSOLLI, P. F. *et al.* Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 1, p. 10-18, 2009.

CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes; COSTA, Sarany Rodrigues da. Empreendedorismo cultural e turismo: perspectivas para desenvolvimento das indústrias criativas no bairro da Madre Deus, São Luís (Maranhão, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências**

Humanas, v. 12, n. 2, p. 629-646, maio/ago. 2017.

CASTRO, Francisco Gómez; FIGUEIREDO, Luiz Fernando. A economia criativa como proposta de valor nos modelos de negócio. **NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, n. 3, p. 111-122, jul./sep. 2016.

CHANG, W. J.; WYSZOMIRSKI, M. What is arts entrepreneurship? Tracking the development of its definition in scholarly journals. **Artivate a Journal of Entrepreneurship in the Arts**, v. 4, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4. Ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

CONCEIÇÃO, Valdirene Pereira da; COSTA, Maurício José Morais. A biblioteca Semente Social da área Itaquí-Bacanga em São Luís do Maranhão: bases para a organização da memória, identidade, produção cultural e desenvolvimento comunitário da região. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1993-2007, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/216358>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CRISPIM, Bruna Maria. **O potencial da economia criativa no interior de São Paulo**: Festival Tanabata – Ribeirão Preto. 2018. n.p. Orientador: Prof. Juliana da Silva Pinto Carneiro. Monografia (Bacharel) – Produção Cultural, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/11422/1/TCC%20BRUNA%20CRISPIM.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/economicriativa/download/mapeamento-industria-criativa-sistema-firjan-2016.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade do cotidiano.** Porto Alegre: LP&M Editores, 2011. 452 p.

GALLAS, Juliana Cristina *et al.* Economia criativa e inovação social: uma análise a partir de uma comunidade de artesãos cearenses. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 49, p. 1-15, 2019.

GEHMAN, J.; SOUBLIÈRE, J. F. Cultural entrepreneurship: from making culture to cultural making. **Innovation: Organization & Management**, v. 19, 2017.

GOLDENSTEIN, Lídia. **Economia Criativa.** [S.l.]: Catraca Livre, 2010. 24 p. Disponível em: https://catracalivre.com.br/wp-content/uploads/2010/07/ECONOMIA_CRIATIVA_LIDIA_GOLDENSTEIN.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial.** Brasília, DF: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial#:~:text=O%20patrim%C3%93nio%20imaterial%20%C3%A9%20transmitido,diversidade%20cultural%20e%20a%20criatividade>. Acesso em: 20 jan. 2023.

JEFFCUTT, P. Management and the creative industries. **Studies in Culture, Organizations and Society**, v. 6, n. 2, p. 123-127, 2000.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEWBIGIN, John. **A economia criativa: um guia introdutório.** Tradução de Diana Marcela Rey e João Loureiro. London: British Council, 2010. (Série Economia Criativa e Cultura, v. 1).

NYKO, Diego; ZENDRON, Patricia. Economia criativa = Creative economy. *In*: PUGA, Fernando Pimentel; CASTRO, Lavínia Barros

de (org.). **Visão 2035: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta.** 1. ed. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2018. p. 259-288.

OLIVEIRA, J.; ARAÚJO, B.; SILVA, L. **Panorama da Economia Criativa no Brasil.** Rio de Janeiro, IPEA, 2013.

OLIVEIRA, Patricia Gêmily Grenfell. Economia criativa e o empreendedorismo no Ceará: um estudo de campo em uma empresa de design. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 126, Janeiro/Abr. 2016. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XHilUAYPkdwj:www.ucs.br/etc/revistas/index.php/RBGI/article/download/3765/2412+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 out. 2022.

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

REIS, Carla Fonseca. Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. *In*: OBSERVATORIO ITAÚ CULTURAL, 1., 2008. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Itaú Cultural, 2008. p. 267. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2015/09/Livro-Ana-CarlaFonseca.pdf>. Acesso em: 11 out 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Felipe Maia Balbueno. **Empreendedorismo no campo da Economia Criativa:** um estudo sobre a feira de artesanato da Beira Mar. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,

2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15085/3/2014_dis_fmbsilva.pdf. Acesso em: 21 março 2023.

SOARES, Rayme Vasconcellos; SANTOS, Dayvid Souza. Cultura e economia criativa no Brasil: oportunidades e barreiras na contemporaneidade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 6, v. 2, n. 7, p. 149-161, jul. 2021.

UNCTAD. **Relatório de economia criativa: uma opção de desenvolvimento viável**. [S.l.]: Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, 2010. Disponível em: https://unctad.org/system/files/officialdocument/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

DIREITOS CULTURAIS E PATRIMÔNIO AFRO: Afroempreendedorismo no Quilombo Liberdade em São Luís – MA

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim⁴³

Mariana Queen Cardoso da Silva⁴⁴

- 43 Professora Doutora do Curso de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – GEPPac/PGCult/UFMA. Graduada em Turismo e especialização em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA), na Linha de Pesquisa Cultura, Educação e Tecnologia. Email: kguedes@yahoo.com.br.
- 44 Graduada em Direito, pela Universidade Ceuma – CEUMA. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – GEPPac/PGCult/UFMA. Mestra no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão - PGCult/UFMA.

1 INTRODUÇÃO

O Quilombo Urbano da Liberdade, localiza-se no Centro da capital de São Luís, Maranhão onde compreende os seguintes bairros: Liberdade, Fé em Deus, Camboa e o Diamante. A sua origem se deu no final do séc. XIX, onde os primeiros moradores oriundos de comunidades quilombolas da Baixada Maranhense, como Pinheiro, São Bento, Guimarães, Itapecuru, cidades estas localizadas no interior do Estado do Maranhão no qual vieram em busca de trabalho ao Antigo Matadouro (1918) localizado na região, modelo que provocou grande fluxo de pessoas que vieram juntamente com suas famílias.

O Quilombo Urbano Liberdade desde sua fundação, somente no ano de 2019 é que foi certificado por Lei Federal enquanto um Quilombo Urbano, pela Fundação Palmares. A comunidade quilombola da Liberdade possui um expresso Patrimônio Cultural caracterizados por expressões de religiosidade, como as religiões de Matriz Africana, bem como elementos de ludicidade como o Bumba meu Boi, o Raggae, o Tambor de Crioula, Cacuriá, Grupos de Blocos Tradicionais e de Hip Hop entre outros.

No decorrer desta pesquisa através da nossa metodologia de pesquisa, por meio de referências bibliográficas, e da nossa pesquisa de campo, através de questionários com afroempreendedores da comunidade, bem como a vivência da pesquisadora enquanto uma afroempreendedora, é que vamos compreender o quanto elementos de africanidades

a afrodescendências trazidos por Cunha Jr, serão elementos fundamentais para compreendermos o processo de afroempreendedorismo no Quilombo Urbano da Liberdade enquanto um direito cultural, que perpassa pelo direito econômico também na comunidade em questão.

Nessa perspectiva, sublinha-se que o afroempreendedorismo se baseia, na prática laboral de pessoas negras que desenvolvem a arte de empreender por meio de seu trabalho, trazendo características e elementos de valorização da identidade e cultura negra, no qual irá se basear para sua renda e apoio. Destaca-se, que os movimentos negros atuais segundo Munanga (1999), já enfatizam a importância da valorização da identidade e cultura negra enquanto um ato político, e que faz parte de forma ativa e direta, na construção do país. Esse ato político em comento se destaca em razão do reforço da identidade negra e que funciona através de uma ideologia que fortalece a solidariedade entre as comunidades e pessoas negras, bem como adverte sobre os aspectos excludentes no Brasil multirracial.

2 OBJETIVOS

O Quilombo Urbano da Liberdade, é composto por bairros negros, em razão de sua origem e fundação, através de quilombolas rurais enquanto protagonistas da formação desse território, o que se relaciona, ao conceito de Cunha Júnior (2007) onde é possível compreender que o conceito de

bairros negros, se baseia na própria percepção das identidades sociais e culturais, das memórias que se formam através da história, nessa perspectiva podemos compreender que os bairros negros, se caracterizam por elementos somatórios de experiências históricas, sociais, políticas e econômicas (CUNHA JÚNIOR, 2019) das populações negras que vivem nesses bairros, não obstante considerando portanto as especificidades de cada lugar, cidade que esses bairros negros estão localizados.

Tais elementos acima considerados nos levam a forma urbana negra que se traduz segundo Cunha Júnior (2019), a uma identidade cultural e social, no entanto há de se considerar que também nos leva a reflexão acerca dessa forma urbana negra abarcar conexões herdadas do passado africano, bem como o escravismo negro na diáspora brasileira, bem como o capitalismo racista que Cunha Júnior (2019, p. 19), o classifica como antinegro.

A forma urbana negra conceitual é proposta através dos conceitos de africanidade e afrodescendência dentro da perspectiva da população negra urbana brasileira. As formas urbanas encapsulam as afro-inscrições negras urbanas, com toda a força que os termos afro e negras carregam e se reforçam, como parte de uma afirmação enfática do que é na sociedade brasileira enfaticamente e de maneira repetitiva vêm negando a existência e autoexpressão, os reconhecimentos e os direitos aos patrimônios históricos e culturais produzidos.

Nesse sentido, segundo Cunha Júnior (2007) os conceitos de Africanidade e Afrodescendência nos auxiliam a compreender as particularidades e características de bairros

negros, como por exemplo o Quilombo Urbano da Liberdade, onde podemos perceber o quanto essa forma urbana retrata as várias potencialidades de afirmação de suas identidades culturais (CUNHA JÚNIOR, 2019), e do seu patrimônio afro. Da africanidade vem a origem dos conhecimentos e modos de vida africanos que se transformam na realidade brasileira e continuam se transformando, sob as pressões do sistema de dominação, produzindo a afrodescendência (CUNHA JÚNIOR, 2019, p. 18).

Relacionando esses conceitos ao Quilombo Urbano Liberdade podemos compreender que seus elementos de africanidades é o seu patrimônio cultural construído a partir do legado africano de quilombolas que migraram para os atuais territórios que a comunidade quilombola.

Já seus elementos de afrodescendência são, as produções culturais a partir do contato com outras culturas que por conta de todo processo de hibridização cultural adquire especificidades da cultura negra naquele território constituído por atores históricos de maioria negra, como o Bumba meu Boi da Floresta de sotaque de pandeirão (sotaque oriundo da Baixada Maranhense), como o Tambor de Crioula de Leonardo, a religiosidade afro como o Tambor de Mina, com o Terreiro de Iemanjá, ambas representações agregam o território do Quilombo Urbano Liberdade.

Imagem 1 – Brincante de bumba meu Boi da Floresta



Fonte: Portal G1 (2022)

Imagem 2 – Pai de Santo Jorge Babalaô, fundador do Terreiro de Iemanjá, localizado na Fé em Deus

Fonte: Página do Facebook (2022)

Na Imagem 1, se encontra um dos brincantes do Bumba meu Boi da Floresta, localizado no Quilombo Urbano Liberdade, bem como na Imagem 2, o Pai fundador da Casa de Iemanjá que cultua o tradicional Tambor de Mina (culto aos voduns), localizado no bairro da Fé em Deus, dentro do território quilombola da Liberdade de São Luís (MA).

No tocante à afrodescendência no Quilombo Urbano Liberdade, esses elementos são trazidos pelos antigos moradores, de quilombos rurais, através de memórias (HALBWA-CHS, 1990) e pela oralidade desses atores sociais onde foram fundamentais na construção do legado étnico cultural dos bairros que compõem o Quilombo Urbano Liberdade. Esses

elementos irão influenciar o processo de fortalecimento identitário da comunidade, bem como, é o divisor de águas no tocante à criação de feiras de afroempreendedorismo no bairro, em razão do protagonismo negro amplamente exercido pela comunidade quilombola.

3 RESULTADOS

Nessa nova cena capitalista brasileira em pleno século XXI, o empreendedorismo se desenvolveu e se desenvolve, como uma das principais fonte de renda do trabalhador brasileiro, dando ênfase aos pequenos negócios, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 2022. Microem-



preendedores Individuais (MEI), bem como microempresas e

Empresas de Pequeno Porte, tais segmentos estão gerando anualmente uma renda mensal aos empreendedores R\$ 420 bilhões de reais anualmente.

Para Luíz Barretto (2013), o empreendedorismo além de um modelo de fonte de renda, em especial no Brasil é caracterizado enquanto um fenômeno de inclusão social. O potencial de transformação do empreendedorismo é animador, todavia agora existem mais elementos para apostar numa transformação mais inclusiva, como por exemplo a participação de pessoas negras em atividades empreendedoras.

Historicamente o afroempreendedorismo advém de trabalhadores negros e negras, sujeitos ativos no tocante à economia brasileira, onde enfrentaram barreiras que foram impostas pelo racismo estrutural, pelo final do século XIX e início do do século XX momento este de substituição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo Luíz Barreto (2013, p. 88),

Combinadas, a Lei de Terras, de 1850, a Lei de Locação de Serviços, de 18791, e os estímulos estatais à imigração criaram as condições para o tratamento de negros e negras livres como força de trabalho excedente, impedindo na prática a participação em massa desses trabalhadores na nascente industrialização e no desenvolvimento da produção no campo no período posterior à Abolição. Apesar disso (e também em função dessas imposições), os afro-brasileiros criaram seus próprios negócios, enfrentando adversidades sem igual, no nascente capitalismo brasileiro.

Em comum, todas observaram que os ex-escravos ou os negros livres ou libertos no período pré-abolição foram empurrados para as margens da expansão capitalista no Brasil, substituídos por trabalhadores importados nos polos de

maior desenvolvimento econômico, no período entre 1880 e 1930. Produzidos sobretudo em São Paulo, tais estudos refletem uma situação que não se repetiu igualmente em todo o país, nem nesse período, nem antes, nem depois. As raízes do empreendedorismo afro-brasileiro encontram-se na lenta erosão do sistema escravista.

Esse cenário histórico brasileiro retrata a lenta ruptura do sistema escravista enquanto raízes do afroempreendedorismo. A política de Estatais de apoio à comunidades imigrantes, desconsiderou a presença da população negra liberta, não dando espaço ao mercado de trabalho, impulsionando assim, o cidadão negro a empreender no desigual mercado econômico brasileiro da época, importante ressaltar que aqui o empreendedorismo afro-brasileiro já irá se caracterizar enquanto fonte de renda primária, para própria subsistência e manutenção de suas famílias.

Somente no Fim dos anos 1980, é que vamos perceber as principais discussões sobre a participação da população negra no mercado de trabalho, através da Academia com os pesquisadores universitários, pesquisas do IPEA e IBGE, bem como ações do movimento negro (BARRETTO, 2013). Com a redemocratização do País, começamos a visualizar ações embrionárias de políticas públicas no que corresponde a Promoção da Igualdade Racial, sobretudo no ano de 2003, com a criação pelo governo executivo federal, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Começam a ser experimentados e discutidos novas questões como economia criativa, desenvolvimento econômico e

social, empreendedorismo afro-brasileiro, evidencia-se, portanto, novos trilhos para criação de mecanismos de combate ao racismo estrutural. A partir de 2003 essas políticas públicas se solidificam através de parcerias com entes públicos, movimentos sociais e a participação direta da sociedade civil.

Uma característica de tais políticas é sua transversalidade, pois se combinam a ações desenvolvidas, por exemplo, por ministérios como os da Educação, da Saúde, do Trabalho e Emprego. Desse modo, lenta, mas continuamente, o combate à desigualdade racial tem se incorporado a políticas públicas de inclusão social, combate à pobreza e geração de trabalho e renda. (BARRETTO, 2013, p. 94).

Essa dinamicidade nas articulações de políticas públicas entre os entes públicos, bem como com toda a sociedade, também é evidente com o que a OIT tem defendido atualmente, “[...] a geração do trabalho decente, com uma ênfase especial na equidade de gênero e raça, seja parte do eixo que estrutura as estratégias de redução da pobreza e das propostas de desenvolvimento nacional [...]” (ABRAMO, 2006, p. 15).

Segundo Barretto (2013), o desenvolvimento bem como o fortalecimento do afroempreendedorismo abrem as portas para muitas reflexões como empoderamento e racismo, pois mesmo com a ascensão do negro na sociedade, ele não deixa de enfrentar preconceito racial, as dificuldades para conquistar mercado, obter confiança nos fornecedores e clientes, consultorias para fortalecimento de seus negócios, são um dos principais desafios que atualmente o afroempreendedor existente em sua rotina empresarial.

3.1 O Afroempreendedorismo enquanto direito cultural no Quilombo Urbano Liberdade

O Quilombo Urbano Liberdade por possuir um extenso patrimônio afro cultural que se destaca por elementos de africanidades e afrodescendências enquanto componentes identitários para a formação de um território quilombola dentro do espaço urbano de São Luís – MA, como estudado anteriormente, se torna um cenário favorável para o desenvolvimento do afroempreendedorismo local, dando ênfase para a FEQU LI (Feira de Empreendedorismo do Quilombo Urbano da Liberdade), criada há 3 anos pela Iêda Freitas de Sousa, atual coordenadora da Feira, voltada para afroempreendedores no território quilombola em comento.

Imagem 3 – Convite de propaganda da realização da feira Fequ li



Fonte: FEQU LI (2022)

A FEQULI é formada majoritariamente por mulheres negras e empreendedoras com exposições de produtos como Roupas, alimentos, produtos de higiene, cosméticos naturais, bijuterias, comidas típicas, doces e artesanatos em geral. Possui shows ao vivo, com atrações culturais da própria comunidade, como os blocos Afros da própria comunidade por exemplo.

As exposições ocorrem na rua, em contato direto com a comunidade objetivando o fortalecimento do negócio local com geração de renda e da identidade negra quilombola do território.

Imagem 4 – Momento de realização da feira Fequli, no bairro Liberdade



Fonte: Autoras (2002)

Na imagem acima é possível visualizar a Feira ao ar livre e em contato direto com os moradores do Quilombo Liberdade trazendo interação e fortalecimento da beleza negra, através das tranças afro. Na pesquisa de campo, realizado no dia 17 de setembro durante a Feira, foi percebido pelo autor a forte participação da comunidade, a própria clientela, os consumidores, são os moradores do bairro. É possível visualizar o direito cultural desses afroempreendedores uma vez que,

Direitos culturais são aqueles afetos às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana [...] Não se pode negar que os direitos culturais passam a compor uma imensidão que somente pode ser resolvida no caso concreto a ser apreciado, levando-se em conta a expressão utilizada pelo constituinte de 1988, cujo único limite para patrimônio cultural, enquanto patrimônio singular, é a referência à identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. [...] pressupõem a especificação, se não de um rol, ao menos de categorias de direitos relacionados com a cultura, compreendida com base em núcleos concretos formadores de sua substância, como as artes, a memória coletiva e o fluxo dos saberes. (CUNHA FILHO, 2004, p. 34-35).

Na Feira FEQUILI, foram observados elementos de africanidades e afrodescendências enquanto elementos formadores da identidade afro do território quilombola, bem como a proteção desse bens patrimoniais cultural através da participação da sociedade civil no protagonismo de empreender dentro da

comunidade, a própria comunidade é que consome seus bens econômicos ultrapassando para além do direito cultural, uma vez que gera renda, fortalecendo a economia local, ou seja é observado um direito econômico também da comunidade gerar renda em sua própria comunidade em razão de todo patrimônio afro cultural que o território quilombola possui.

4 METODOLOGIA

O percurso metodológico se sustenta em um caráter bibliográfico, exploratório, uma vez que respectivamente se baseia em análise de livros e artigos sobre a temática bem como, pesquisa de campo através de questionários e entrevistas realizadas durante a realização da FEQUILI, a partir de um modelo interdisciplinar, pois dialoga com diferentes áreas do conhecimento, como o Direito, o Turismo, a História, e o Patrimônio Cultural. Foram realizados 2 questionários direcionados aos empreendedores, bem como análise de dados das resposta, pelo Google Forms e imagens realizadas pelo autor, bem como a sua vivência enquanto pesquisadora no Quilombo Urbano Liberdade e que também participou da FEQUILI enquanto empreendedora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os participantes são de maioria negra e parda, o que caracteriza o afroempreendedorismo. As feiras no quilombo

são caracterizadas por elementos identitários e quilombolas o que reforça sua conexão com os conceitos de Africanidades e Afrodescendência estudados pelo autor Cunha Júnior.

A Feculi, enquanto uma feira de afroempreendedores, resulta em um fortalecimento de representatividade quilombola, bem como o empoderamento do povo preto. Exemplo foi a entrevista cedida Por Virgínia Diniz em nossa pesquisa:

“Estar perto dos outros empreendedores é uma coisa que me dá prazer, eu acho que... (risos) todo mundo já viu que eu gosto desse mundo, gosto dessa junção de pessoas diferentes, vendendo coisas diferentes, eu fico muito feliz, aqui eu me realizo, realmente vendendo. - “Aquilombar, fazer feira é uma coisa do negro , né... O negro que ao serem libertos, né, pegaram o que tinham que era muito pouco, mas eles sabiam fazer muita coisa em relação a culinário ao artesanato, e foram para as ruas né, vender aqueles produtos na rua já que não tinha ponto físico, eles foram pra feira, e fizeram a feira no meio da rua, então tem tudo a ver com o quilombo”

Através das entrevistas cedidas por possível perceber que a maioria dos empreendedores são moradores do Quilombo/ou visitam o bairro com bastante frequência. A maioria dos participantes, são mulheres, considerando que a criação da FEQULI foi por mulheres também. A Fequli atualmente é Organizada por Lêda Freitas, Luciana e Andreza, respectivamente, na foto abaixo.

Imagem 5 – Idealizadoras da feira Fequli, no bairro Liberdade



Fonte: Autoras (2002)

A feira de afroempreendedores, além de ser caracterizada por elementos culturais perpassando pelo direito cultural, podemos através de uma das falas da entrevistada Virginia Diniz, que a feira possui aspectos de direito econômico, pois a maioria dos participantes da feira desenvolvem seus negócios como fonte de renda principal. Se tem feira, tem cliente, e se tem cliente tem dinheiro, podemos perceber nitidamente que a feira gera renda aos participantes, aumentando assim o crescimento do negócio local, gerando economia criativa (CUNHA FILHO, 2019), como podemos perceber na fala de Virgínia Diniz, “Porque isso aqui é minha renda, então meu negócio gira

em torno das feiras, quanto mais feiras eu faço, mais renda eu tenho”.

Imagem 6 – Afroempreendedora Virgínia Diniz CEO, do empreendimento Coisas da Vida com sua produção em exposição na feira Fequli, no bairro Liberdade



Fonte: Autoras (2002)

Há de concluir que a africanidade e afrodescendências, estão postas como práticas sociais da especificidade do Quilombo Urbano Liberdade. As feiras pretas, em comento a FEQUILI, realizada dentro do quilombo Liberdade, além de valorização identitária, gera renda entre os participantes, resultando em empoderamento e economia criativa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. Renda gerada pelos pequenos negócios é de R\$ 420 bilhões por ano. São Paulo: SEBRAE, 2022. 5 p. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/brasil-empreen->

dedor/renda-gerada-pelos-pequenos-negocios-e-de-r-420-bilho-
es-por-ano/. Acesso em: 10 out. 2022.

BARRETO, Luíz. A força dos negros no empreendedorismo. In:
NOGUEIRA, João Carlos. **Desenvolvimento e empreendedorismo
afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21.**
Florianópolis: Atilênde, 2013.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos Culturais no Brasil.
Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo: Itaú Cultural, n. 11,
2011. Disponível em: [http://www.direitosculturais.com.br/artigos_in-
terna.php?id=64](http://www.direitosculturais.com.br/artigos_interna.php?id=64). Acesso em: 12 out. 2022.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. História e Memória de Bairros de
Maioria Afrodescendentes. In: VASCONCELOS, José Gerardo;
VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; QUEIROZ,
Zuleide Fernandes; ARAÚJO, José Edvar Costa. (org.). **Interfaces
Metodológicas na História da Educação**. 1. ed. Fortaleza: Edições
da UFC, 2007a. v. 1, p. 77-89.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Bairros Negros: a forma urbana das
populações negras no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de
Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 11, n. ed. esp., p. 65-
86, maio 2019. Disponível em: [https://abpnrevista.org.br/index.php/
site/article/view/683](https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/683). Acesso em: 13 out. 2022.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Scha-
ffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. (Tradução de:
La mémoire collective).

OS MANGUEZAIS: paisagem, ambiente e as ocupações humanas no litoral amazônico maranhense

Arkley Marques Bandeira⁴⁵

Leonardo da Silva Soares⁴⁶

Samara Aranha Eschrique⁴⁷

- 45 Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2. Possui graduação em Licenciatura em História (2003), mestrado em Arqueologia (2008) e doutorado em Arqueologia (2013). Atualmente é Docente do Ensino Superior da Universidade Federal do Maranhão - Departamento de Oceanografia e Limnologia. Integra o Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade PGCult e PRODEMA (UFMA). Coordena o Observatório Cultural do Maranhão - PGCult - UFMA e o Laboratório de Arqueologia - LABARQ - DEOLI - UFMA.
- 46 Mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas, Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Pós-doutorado em Planejamento Ambiental e Geocologia da Paisagem. Atualmente é professor da Universidade Federal do Maranhão, lotado no Departamento de Oceanografia e Limnologia. Na Pós-Graduação é Professor Permanente do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente em Associação Plena da Rede PRODEMA (UFPI, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC), Professor Permanente do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFMA e Professor Permanente do Mestrado em Saúde e Ambiente da UFMA.
- 47 Mestre em Ciências Marinhas Tropicais (2007). Doutora em Ciências na área de Oceanografia Química e Geológica (2011). Fez estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, com bolsa do PNPd Institucional/CAPES (2012). Atualmente é professora associada I da Universidade Federal do Maranhão, vinculada ao Departamento de Oceanografia e Limnologia-São Luís. Coordenadora e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Mestrado-PRODEMA) da UFMA.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades pescadoras-coletoras pré-coloniais, comumente denominadas de populações sambaqueiras deixaram testemunhos materiais de sua longa permanência na costa brasileira, em áreas estuarinas e ribeirinhas. A longa faixa territorial testemunhou a existência dessas sociedades por mais de 8 milênios, quando novos grupos humanos começam a colonizar o *habitat*, outrora ocupado pelos povos dos sambaquis.

Etimologicamente, Prous (1992, p. 204) definiu que a palavra sambaqui seria derivada de *tamba* (marisco) e *Ki* (amontoamento) em Tupi”, sendo tais sítios obra da ação humana, caracterizados pela presença maciça de conchas, carapaças de moluscos, e, em menor número, de restos de peixes e outros animais associados a instrumentos líticos e ósseos, objetos cerâmicos e esqueletos humanos, estruturas de habitação e fogueiras, formando colinas que podem alcançar mais de trinta metros de altura em algumas partes do Brasil.

Para Gaspar (2000), os sambaquis são sítios arqueológicos caracterizados basicamente por serem uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 30m de altura. São construídos com restos faunísticos como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que determinadas áreas dos sítios foram usadas como espaços para rituais funerários,

nos quais foram sepultados homens, mulheres e crianças de diferentes idades.

A literatura arqueológica acerca dos sambaquis reconhece a existência desses sítios na faixa que se estende no litoral Sul – Sudeste do Brasil, bem como em uma área nuclear entre a Bahia e Sergipe e no Litoral Equatorial Amazônico, entre os estados do Maranhão, Pará e Amapá.

Nos sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico um elemento arqueológico se destaca em relação aos outros conjuntos artefatuais: trata-se da manufatura de um conjunto cerâmico com uma imensa amplitude temporal e uma área circunscrita espacialmente, cujo processo tecnológico envolve o uso de carapaças de conchas calcinadas e trituradas como antiplástico para mistura da argila, sendo, portando, um marcador cultural bastante característico em relação aos outros tipos cerâmicos do Brasil, aspecto que motivou uma tradição ceramista regional denominada de Mina (BANDEIRA, 2012). Somam-se a isso outros elementos comuns, como a ocorrência regionalizada e a inserção dos sambaquis em ambientes estuarinos, cuja cobertura vegetal é dominada pelo ecossistema de manguezais e a farta utilização de recursos alimentares advindos desse ambiente, como pescados e frutos do mar.

Um dos aspectos mais importante relacionados a cerâmica Mina é a sua relativa antiguidade em relação aos primeiros conjuntos cerâmicos de todo o continente americano, ficando estabelecida uma cronologia em estudos realizados na região

do Salgado Paraense e na costa do Maranhão, uma tecnologia cerâmica desenvolvida há mais 7 milênios.

O presente capítulo apresenta uma síntese sobre a importância da Arqueologia das Sociedades Humanas Costeiras, por meio do estudo de caso relacionado aos sambaquis do Litoral Amazônico Maranhense. Em segundo momento será enfatizada a implantação desses sítios na paisagem e as suas relações como ecossistema de manguezais e o ambiente litorâneo e estuarino. Além disso, serão abordadas as principais características dessas ocupações humanas em uma perspectiva de longa duração, bem como a existência de cerâmica antiga no registro arqueológico.

2 A ARQUEOLOGIA DAS SOCIEDADES HUMANAS COSTEIRAS E ESTUARINAS

A arqueologia das sociedades costeiras⁴⁸ tem se configurado no contemporâneo um dos temas mais relevantes em decorrência de várias problemáticas, como a intensificação do uso e ocupação do solo nas áreas litorâneas, as pressões ambientais em torno dos recursos marítimos e estuarinos e as mudanças climáticas que vêm alterando a linha da costa,

48 Erlandson e Fitzpatrick (2006) definem adaptações costeiras como qualquer subsistência, cujo modo de vida localiza-se às margens de um grande corpo de água que inclui o uso regular de alimentos de habitat aquático. Um amplo leque de modos de vida partilha dessa definição, de quase totalmente terrestres a quase totalmente aquáticos.

e, conseqüentemente, colocando em risco a integridade dos bens de natureza antropológica.

O Antropoceno tem desafiado pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento para pensarem a produção de conhecimento multi e interdisciplinar, no sentido de se apontar diretrizes para minorar os efeitos potenciais, negativos e sinérgicos do modelo de desenvolvimento econômico que ainda insiste em perdurar nas nações em desenvolvimento. No campo da arqueologia não é diferente e cada vez mais a disciplina se aproxima de outras áreas, como as ciências ambientais e da natureza, no sentido de produzirem conhecimento em conjunto, a partir dos dados que só a arqueologia pode dispor.

Neste sentido, a arqueologia das sociedades costeiras aglutina uma gama significativa de temas, dentre eles, a antiguidade das adaptações e migrações marítimas, variações na produtividade, desenvolvimento de tecnologias especializadas, patrimônio submerso, geomorfologia costeira, paisagens marítimas e insulares, isolamento e circunscrição, contatos culturais, processos históricos, uso e ocupação da zona costeira, impactos antrópicos, ecologia histórica, ecossistemas costeiros, conservação e manejo de sítios arqueológicos costeiros e de ilhas (WASELKOV, 1987; STEIN, 1992; ERLANDSON; FITZPATRICK, 2006).

A arqueologia das sociedades costeiras vem aportando conhecimento sobre as vantagens deste ambiente para a subsistência humana, dada a disponibilidade e variedade dos recursos marítimos, costeiros, estuarinos e terrestres,

que ocorrem em uma área geograficamente limitada, mas de intensa atividade biológica e trófica, por meio de uma combinação de organismos únicos da zona interdital, incluindo-se peixe, moluscos, crustáceos, mamíferos, répteis e aves. Além disso, trata-se de uma zona de abundância e concentração de suprimentos alimentares e com maior condição de produtividade para animais e plantas terrestres (BAILEY, PARKINGTON, 1998).

Nessa mesma perspectiva, Yesner (1980, 1987) ao propor o desenvolvimento aparentemente tardio das adaptações humanas costeiras, elaborou um modelo explicativo que indica que os recursos marítimos e costeiros foram extremamente produtivos e altamente atrativos para os grupos humanos, mas que sua relativa produtividade pôde ter crescido em significância somente após o último glacial, quando a megafauna do Pleistoceno tornou-se extinta e o aumento vagaroso do nível do mar, após 7.000 anos atrás, maximizou a produtividade do *habitat* estuarino e outros ecossistemas marinhos próximos à praia.

Diante dessa premissa, há na literatura arqueológica uma concordância em reconhecer que os ambientes litorâneos têm tido um importante papel no desenvolvimento e na emergência de complexidade cultural na história da humanidade. No Brasil, os recursos marítimos parecem ter se transformado em uma base econômica fundamental por seu tipo, qualidade, concentração, taxa de renovação, rentabilidade global e previsibilidade, permitindo o desenvolvimento de sociedades

complexas, no nível de sua organização social e política, estimulando agrupamentos mais numerosos, assentamentos cada vez mais sedentários e a inovação tecnológica (LIMA, MAZZ, 1999/2000).

No Brasil, os sítios arqueológicos mais significativos da zona costeira são classificados como concheiros, cuja denominação consagrada os denomina de sambaquis. Os sambaquis têm uma grande amplitude geográfica e já foram identificados todo o litoral brasileiro e em algumas áreas fluviais. Existem registros desses assentamentos “pela faixa litorânea do Rio Grande do Sul até a Bahia e do Maranhão até o Litoral do Pará, incluindo o Baixo Amazonas” (GASPAR, 2000, p. 159). Em termos temporais, os vestígios da existência dos sambaquis datam de cerca de 8.000 anos e se estendem até 1.500 anos antes do presente (LIMA, 2004).

Um aspecto relevante a ser pontuado sobre a espacialidade da ocorrência dos sambaquis é o fato de sua distribuição espacial ocorrer sempre em agrupamentos de sítios, aspecto que poderia indicar estabilidade territorial (GASPAR, 1998; 2000b; 2003; BARBOSA, 2001; KIPNIS; SCHEEL-YBERT, 2005). Tal estabilidade poderia associar-se potencialidade de algumas regiões em prover recursos alimentares em todos os ciclos naturais (PAZ, 1999).

A maior parte da literatura disponível acerca destes sítios habitualmente os considera um produto de populações de pequena expressão demográfica, “bandos”, com grande mobilidade em um território envolvendo uma variedade de

ambientes costeiros, cuja subsistência estaria baseada na coleta de moluscos e pesca (DE BLASIS, AFONSO, 2000). Entretanto, estudos recentes desconstruíram tais premissas e começaram a discutir a complexidade social dessas populações, especulando sobre a presença de chefes e enfocando o elaborado ritual funerário (DE BLASIS et al., 1998; LIMA; MAZZ, 1999/2000; GASPAR, 2000a).

A tendência atual aponta para a localização desses assentamentos humanos na faixa costeira não apenas como locais de habitação e sepultamentos, mas também, como monumentos destinados a marcar a paisagem (AFONSO; DE BLASI, 1994; FISH, et al., 2000; SCHELL-YBERT, et al., 2003). A evidência arqueológica atesta que os sítios eram localizados estrategicamente para a exploração de áreas ricas em peixes e moluscos, em mangues e florestas (BANDEIRA, 1992; FIGUTI, 1993; KNEIP, 1994; TENÓRIO, 1996; DE MASI, 2001).

Com relação a estratégias de subsistência, até a década de 1980, a literatura arqueológica postulava a ideia de que a dieta dos povos que habitaram os sambaquis era bastante limitada e deficiente do ponto de vista proteico, pois acreditava-se que esses povos basicamente mariscavam bivalves e gastrópodes no ambiente estuarino. Apenas nas últimas décadas, esse quadro foi ampliado, e a pesca foi reconhecida como mais relevante do que a coleta de moluscos, no que tange os hábitos alimentares (LIMA, 1991; BANDEIRA, 1992; FIGUTI, 1993, 2000; BANDEIRA et al., 2016; COLONESE et al., 2020).

Apesar da diversidade em relação à cultural material entre os sambaquis do litoral norte e sul do Brasil, com importantes peculiaridades regionais, os sambaquis distribuídos ao longo do litoral brasileiro apresentam muitas características semelhantes (SCHEEL-YBERT, et al., 2003), como por exemplo a prática construtiva dos sítios parece remeter a questões relacionadas à identidade social dos grupos pescadores, coletores e caçadores (P.C.C.).

Neste sentido, a implantação do sítio na paisagem, a instalação das habitações sobre as plataformas edificadas com conchas e outros refugos alimentares, e a concentração de várias atividades na área de moradia, como o processamento de alimentos, elaboração de objetos e rituais simbólicos, como sepultamento, seriam características marcantes dos grupos humanos que ocuparam o litoral brasileiro (BARBOSA; GASPAR, 2000).

Não obstante, outras correntes de pensamento reconhecem que apesar de existirem elementos comuns na cultura material sambaqueira e, sugerirem, à primeira vista, certa homogeneidade cultural, essa premissa é apenas aparente, pois, novas reflexões vêm oferecendo elementos que permitem reorientar as investigações sobre as populações dos sambaquis, reconhecendo sua heterogeneidade e diversidade (LIMA, MAZZ, 1999; LIMA, 1999/2000; BANDEIRA, 2013; LOPES, 2016; LOPES et al.; 2018)

Apesar dos sambaquis do litoral norte do Brasil terem sido pouco abordados na literatura arqueológica, com trabalhos

pontuais em algumas regiões (SIMÕES, 1981; ROOSEVELT et al., 1991; ROOSEVELT, 1992, 1995; BANDEIRA, 2013; CANTO, 2016), os resultados obtidos até o momento indicam uma concentração significativa de sítios arqueológicos por todo o Litoral Equatorial Amazônico, nas regiões do estuário amazônico, Arquipélago de Marajó; litoral do Salgado Paraense, litoral de Rias Maranhenses, Golfão Maranhense; além de regiões ribeirinhas como o baixo rio Xingu, Baixada Maranhense e Médio Guaporé, ocorrendo nos estados de Rondônia, Amapá, Pará e Maranhão.

A esse respeito, estudos revisionistas recentes, a intensificação das pesquisas nos sambaquis do litoral norte do Brasil e a construção de cronologias regionais apontam para uma desestruturação do modelo defendido por Betty Meggers (1977), de que inovação cultural e complexidade social não eram esperadas no seio da floresta tropical úmida. Pelo contrário, a evidência arqueológica demonstra que ocupações ceramistas mais antigas estão localizadas ao longo da bacia amazônica, litoral e áreas vizinhas.

O contexto arqueológico atual está questionando o entendimento sobre a presença humana nessa porção do Brasil e a antiguidade da cerâmica produzida nas Américas. A hipótese que considerava os Andes o berço de inovações, como a agricultura e a cerâmica vem perdendo sustentação, pois se verifica que as terras baixas da América do Sul tiveram prioridade cronológica e de inovação cultural em relação às áreas

montanhosas no desenvolvimento da cerâmica, domesticação de vegetais e nas ocupações sedentárias.

3 CERÂMICA ANTIGA E OCUPAÇÕES HUMANAS EM AMBIENTE LITORÂNEO

Uma das categorias artefatuais mais importantes para a arqueologia no estudo das sociedades antigas são os conjuntos cerâmicos. Trata-se de um elemento essencialmente importante na trajetória da humanidade e marca um período de revoluções tecnológicas no desenvolvimento cognitivo humano. Além disso, é uma das produções humanas mais tangíveis e se preserva com muita facilidade no registro arqueológico (ARNOLD, 1985).

A argila, principal matéria-prima para a manufatura cerâmica, começou a ser amplamente manipulada por caçadores-coletores complexos e semi sedentários no final do Pleistoceno e início do Holoceno, em áreas com abundância de recursos alimentares que favoreceram o equilíbrio proteico e a melhoria das condições de sobrevivência. Tais características ocorreram particularmente em regiões ribeirinhas e costeiras, em ambientes tropicais e subtropicais (RICE, 1999).

A adoção da cerâmica por povos do passado é comumente abordada na literatura arqueológica como um importante marco para o surgimento de complexidade social e cultural (HOOPES, 1994). As condições tecnológicas que envolvem a manufatura cerâmica informam sobre as particularidades de

obtenção, manipulação, tratamento e utilização de diferentes matérias-primas envolvidas no processo produtivos, como também informam sobre as relações das sociedades com o seu meio ambiente (SÁNCHEZ, 1990).

Algumas hipóteses foram elaboradas para explicar o surgimento da cerâmica na história da humanidade, dentre elas, destacam-se o enfoque arquitetônico que explica que a invenção da cerâmica teria surgido do uso da argila na construção de habitações; a culinária que defende que a cerâmica foi inicialmente criada para servir como recipientes estáveis para armazenar, estocar, aquecer e cozinhar alimentos; a adaptativa que considera que a intensificação na produção de recursos alimentares modificou aos padrões de subsistência e dieta, na transição do Pleistoceno para o Holoceno, estabelecendo novas demandas e necessidades; e a sociocultural, que explica que a criação da cerâmica tem relação com a oferta de bens de prestígio de valor social e simbólico, utilizados para mediar as relações inter e extra grupais em festas, rituais, presentes, trocas, dentre outras relações sociais.

Para Hoopes e Barnett (1995), a origem da cerâmica provavelmente envolveu um conjunto complexo de fatores relacionados com aspectos ecológicos, econômicos e sociais. Rice (1999) acredita que populações pescadoras-coletoras quando começaram a ocupar ambientes ricos em alimentos no final do Pleistoceno, intensificaram a exploração desses ambientes em decorrência de recursos proteicos altamente disponíveis, como peixes e frutos do mar, resultando em uma permanência

mais duradoura desses grupos em uma região. Tais condições poderiam ter conferido as condições estruturais para a invenção da cerâmica.

Em relação a antiguidade da produção cerâmica nos trópicos, as mudanças climáticas e do nível do mar no Holoceno médio, entre 7.000 e 4.000 anos atrás, que transformaram as regiões costeiras e ribeirinhas podem ter provido *habitats* variados e abundantes para exploração e fixação dos pescadores-coletores, corroborando para a assertiva de Rice (1999).

A literatura arqueológica relacionada à cerâmica antiga aponta alguns elementos recorrentes que poderiam caracterizar o contexto de seu surgimento: sítios em regiões costeiras e estuarinas com o padrão de acúmulos de conchas ou concheiros; assentamentos localizados em ambientes de baixa altitude, com indícios de um padrão de assentamento e subsistência das populações ocupantes do tipo semi sedentário e anterior ao surgimento da agricultura; evidências de modos de vida baseados na pesca, coleta de moluscos, crustáceos, sementes e frutas, além da caça (SCHIFFER, SKIBO, 1987; HOOPES, BARNETT, 1995; RICE, 1999; LONEY, 2000).

Logo, um conjunto de fatores ambientais, processos socioeconômicos e simbólicos contribuíram para o surgimento e a ampla adoção da cerâmica em várias partes do mundo. Para Rice (1999), algumas hipóteses corroboram para o surgimento da cerâmica em diversos contextos, conforme alguns aspectos listados a seguir:

a) Os assentamentos humanos com cerâmica antiga estão situados em áreas chuvosas e úmidas, em regiões tropicais ou subtropicais, em altitudes de cerca de 38°, sobrepondo os ambientes costeiro e estuarinos, nos médios e baixos cursos de sistemas hídricos;

b) Os ambientes apresentam baixa altitude, entre a latitude de 23° 27' norte e sul, em diferentes ecossistemas, com menor variação sazonal devido à pouca oscilação da temperatura e ao regime regular de chuvas. Áreas costeiras possuem alta energia, é fonte de grande biomassa, com sazonalidade relativamente reduzida e ampla diversidade de recursos, principalmente os aquáticos, que incluem peixes, crustáceos, moluscos, além de mamíferos e plantas para a exploração humana;

c) Com relação ao padrão de assentamento, os sítios com cerâmica antiga não apresentam evidências para ocupações sedentárias e permanentes. Em muitas regiões costeiras e ribeirinhas o sistema de assentamento e subsistência está associado à coleta e forrageio semi sedentário de longa duração, com prováveis movimentos sazonais do litoral para o interior dos continentes;

d) Evidências em várias regiões costeiras indicam que os sítios portadores de cerâmica antiga apresentam vestígios arqueo-faunísticos de uma dieta focada na pesca, coleta de frutos do mar e, em menor relevância a caça;

e) A maioria dos assentamentos é caracterizada como concheiros e apresentam evidência para cultivo incipiente ou manejo de algumas espécies, do tipo *house garden*;

f) As formas dos recipientes cerâmicos antigos apresentam contornos simples, com técnicas variadas para o tratamento da superfície e acabamento plástico. Os motivos figurativos são elaborados pelo uso de instrumentos que imprimem marcas na argila antes da queima, a exemplo de conchas, madeira, ossos, dedo, unha, cipó para construir padrões de incisão, pontos, impressões, estampados, marcas de cordas, etc.

Em relação as formas e funções dos artefatos cerâmicos mais antigos, Arnold (1985) e Rice (1999) apontaram algumas características comuns, conforme listadas a seguir:

a) A cerâmica antiga pode ter aparecido, tanto por invenção ou adoção, entre grupos de caçadores-coletores como parte de uma emergente diferenciação social e com propósitos especiais, associados com acumulação, estocagem, preparo e consumo de alimentos;

b) Algumas características partilhadas entre os conjuntos cerâmicos antigos são as formas simples, largas e profundas, no formato de bacias, potes com gargalos, pratos cilíndricos ou retangulares com base plana;

c) Os contornos são descritos como simples e os recipientes são relativamente pequenos, com diâmetro medindo entre 15 e 30cm e as paredes são delgadas;

d) Na pasta cerâmica é utilizado antiplástico material vegetal, mineral e biomineral, incluindo-se cascas de árvores, conchas trituradas e grãos de minerais;

e) As superfícies externas apresentam algum tipo de tratamento para melhoria do desempenho do recipiente. Esses elementos criaram paredes alisadas ou com texturas como escovado, incisão, pontos e impressões;

f) Nos recipientes que apresentam pintura ou algum tipo de decoração mais específica seu uso pode ser aferido para servir alimentos em comemorações e que podem partilhar informações estilísticas pertencentes aos grupos portadores do artefato;

Com base no exposto várias questões são colocadas para o surgimento e adoção da cerâmica entre os povos do mundo. Esses aspectos ora se orientam para explicações ambientais e tecnológicas, ora focam elementos do universo social e simbólico, ambos relacionados com os artesãos e/ou os usuários de cerâmica no passado.

4 OS MANGUEZAIS E AS SUAS RELAÇÕES COM AS OCUPAÇÕES HUMANAS EM LONGA DURAÇÃO

Vannucci (2002) utiliza a palavra mangue para descrever esse ecossistema formado por uma associação muito especial de animais e plantas que vivem na faixa entremarés das costas tropicais baixas, ao longo de estuários, deltas, águas salobras

interiores, lagoas e lagunas, consistindo em ecossistemas criadores e sustentadores de vida.

Sobre a categorização do ecossistema de manguezais, Schaeffer-Novelli (2018, p. 18) conceitua:

O termo mangue é empregado para designar um grupo floristicamente diverso de árvores tropicais que, embora pertençam a famílias botânicas sem qualquer relação taxonômica entre si, compartilham características fisiológicas similares. As adaptações especiais de que são dotadas permitem que tais espécies cresçam em ambientes abrigados, banhados por águas salobras ou salgadas, com reduzida disponibilidade de oxigênio e substrato inconsolidado. O termo manguezal ou mangal é usado para descrever comunidades florestais ou o ecossistema manguezal, espaço onde interagem populações de plantas, de animais e de micro-organismos ocupando a área do manguezal e seu ambiente físico (abiótico).

A literatura botânica brasileira concebe os manguezais como uma vegetação associada às margens de baías, enseadas, barras, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde haja encontro das águas do mar com as de rios. Essa vegetação se instala em substratos de várzea de formação recente, de pequena declividade, sob a ação diária das marés de água salgada ou, pelo menos salobra. Uma das principais características do ambiente do mangue é ressaltada por Lugo e Snedaker (1974), a respeito das regras de sazonalidade dos mangues que são diárias e não estacionais, com variações ocorrendo em determinadas horas do dia.

Os manguezais são importantes como fontes de alimentos e sustento econômico de comunidades humanas litorâne-

as, provendo abrigo e manutenção à rica e diversificada fauna, constituída principalmente de peixes, moluscos e crustáceos (SCHAEFFER-NOVELLI, CINTRÓN, 1986). Sua distribuição coincide com as regiões tropicais e subtropicais do mundo, ocupando áreas costeiras em quase todos os continentes. Esse ecossistema alcança um desenvolvimento ótimo nas regiões compreendidas entre os paralelos 23°30'N e 23° 30' S, especialmente próximo ao Equador. São considerados ecossistemas recentes na escala de evolução geomorfológica da biosfera, no entanto, sustentam uma alta produtividade biológica e abrigam uma das biotas mais especializadas e restritas que se conhece.

Figura 1 – Manguezal na área estuarina do rio Bacanga, na Baía de São Marcos, em São Luís – MA.



Fonte: Arkley Bandeira (2020)

A estrutura e a composição de espécies da floresta de mangue variam em função de fatores geofísicos, geográficos, geológicos, hidrográficos, climáticos, edáficos, da história do passado recente do local e mais ainda das atividades humanas, visto que algumas características estruturais, espaciais e funcionais de alguns ecossistemas denominados de “naturais” são resultantes de uma intervenção humana de longa-duração.

As características morfológicas e fisiológicas das plantas e animais de manguezais exibem adaptações convergentes que lhes permitem viver em um ambiente peculiar. Para Vannucci (2002, p. 60) “[...] a flora e fauna dos manguezais, desde que adaptadas às condições de salinidade flutuante e à exposição regular ao ar, têm o melhor dos dois mundos, fato que explica a alta taxa de produção (produtividade) [...]”. Sobre essa temática, Lugo e Snedaker (1974) afirmam que a distribuição das espécies de mangue depende de sua resistência à perda de água, da resistência ao sol, do nível das tabelas das marés, o grau da consolidação do solo.

Estudos mais recentes caracterizam a flora dos manguezais, como sendo constituída por um número de espécies exclusivas e de algumas espécies associadas, que podem ocorrer em outras formações litorâneas (CNISO, 2002). Schaeffer-Novelli et al. apud Vannucci (2002, p. 60), ao classificarem os manguezais do Brasil, atestam que “[...] os manguezais exibem uma grande diversidade na distribuição espacial de diferentes associações de tipos de florestas e na arquitetura da floresta.

A variação ocorre apesar da pequena quantidade de espécies [...]”.

A composição florística do ecossistema de manguezais oferece *habitat* para uma grande quantidade de moluscos, crustáceos e outros invertebrados, além de outras espécies que procuram essas áreas para reprodução e alimentação, constituindo-se assim, uma paisagem que possui um bioma riquíssimo, com uma extraordinária biomassa.

Com relação a esta questão Vannucci (2002, p. 71) esclarece que:

Em áreas em que o pH é normal e há disponibilidade de oxigênio, encontram-se outras espécies de infauna regular, como os sipunculídeos, gastrotríqueos, moluscos e crustáceos, sobretudo nos limites inferiores, mais perto da costa, dos manguezais. A fauna cavadora, sempre presente, está representada pelos crustáceos decápodes, especialmente as diversas espécies do gênero uça, o “chama-maré”, *Scylla serrata*, o caranguejo de mangue comestível, e as muitas espécies de *Sesarma* e outros caranguejos que vivem no interior ou próximo a superfície do lodo.

Além dos invertebrados, comumente observados nos mangues, o Relatório da CNISO (1998, p. 217) agrupa as espécies faunísticas dos mangues em quatro grupos funcionais:

As diretamente associadas às estruturas aéreas das árvores, incluindo pássaros, caracóis e ostras; as do ambiente terrestre que visitam o manguezal em busca de alimentos (mamíferos e jacarés); as que vivem nos sedimentos e/ou nos bancos de lama adjacentes (crustáceos e moluscos); e as marinhas, que

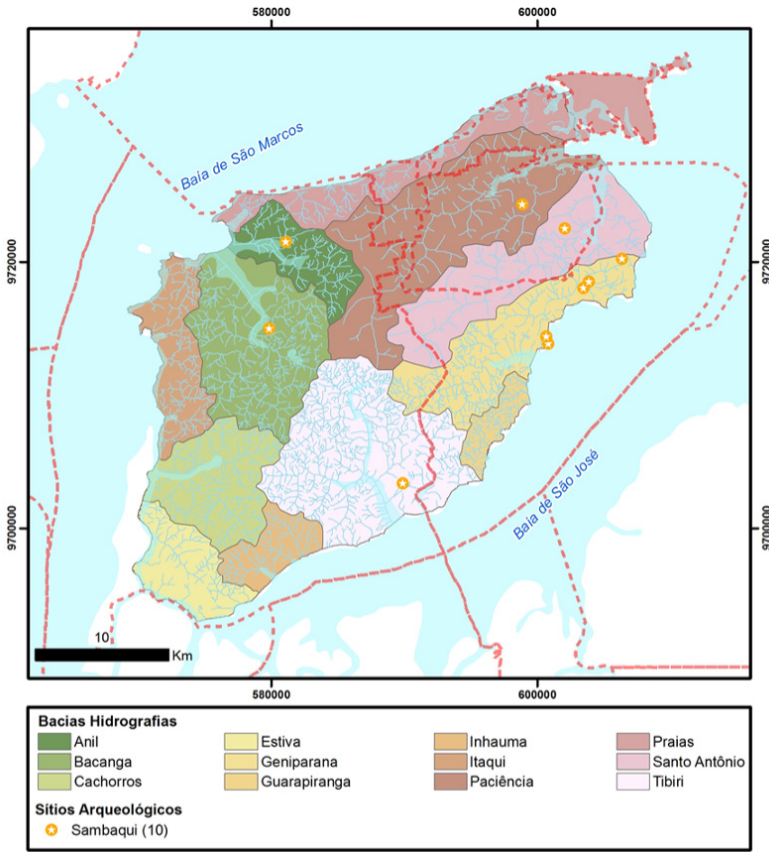
têm no manguezal uma parte de seu ciclo de vida (camarões e diversos peixes...).

Schaeffer-Novelli (2018) descreve que desde o período colonial do Brasil, os manguezais são explorados como matérias-primas para diferentes usos. Para a autora, a partir do final do século XVI, os manguezais brasileiros foram descobertos pelos europeus, que foram intensamente explorados para produção de lenha, carvão, extração de tanino, pesca e produção de sal. Particularmente importante era a exploração de madeira e de combustível (carvão) para sustentar tanto os inúmeros engenhos de açúcar quanto as populações estabelecidas nas zonas estuarinas próximas destes.

Não obstante existir uma farta documentação histórica da Brasil Colônia acerca da exploração dos mangues como matéria-prima para diferentes fins, a arqueologia das sociedades costeiras ainda não se debruçou com afinco para compreender as inter-relações entre os grupos humanos e o ecossistema de manguezais, em uma perspectiva de longa duração.

A esse respeito, uma das principais questões que permeou as pesquisas sobre os sambaquis da Ilha de São Luís relaciona-se com a paleopaisagem da região e as relações das populações dos sambaquis com o meio ambiente circundante. Para tanto, as pesquisas vêm se concentrando nos aspectos relacionados com a captação de recursos alimentares e matérias-primas, identificação das formas dos assentamento, dieta e subsistência e cultura material. O mapa a seguir apresenta os sambaquis já identificados para a Ilha de São Luís.

Figura 2 – Sambaquis identificados na Ilha de São Luís e bacias hidrográficas correspondentes.



Em âmbito mais geral, tais premissas estão naquilo que é denominado por Moran (1994), de estudos adaptativos e estão centrados em características funcionais e estruturais das populações humanas que as auxiliam a enfrentar alterações ambientais e condições de grande stress.

Em síntese, os resultados obtidos nas pesquisas arqueológicas ao longo de quase duas décadas foram baseados no estudo profundo da cultura material, no processo de formação, estabelecimento de cronologias regionais e caracterização do paleoambiente. Associado aos aspectos citados, foram identificadas as características geológicas e geomorfológicas e de uso e ocupação no solo do tempo presente.

Retomando as hipóteses as hipóteses iniciais das pesquisas, as principais questões que permearam as correlações dos povos dos sambaquis e o ecossistema de mangue foram as seguintes:

a) O ecossistema de manguezais que existe na Ilha de São Luís também caracterizou o paleoambiente ocupado pelas populações humanas que habitaram a região ao longo de quase 7 milênios?

b) Os mangues constituíram-se na principal área de captação de recursos alimentares e de matéria-prima?

c) O ambiente estuarino, com sua alta taxa produtiva advinda dos manguezais, possibilitou a existência de populações semi sedentárias de pescadores-coletores-caçadores na Ilha de São Luís?

d) Quais as relações da utilização dos manguezais e o emprego da cerâmica?

Em relação as questões geradoras expostas acima que estão sendo elucidadas, à medida em que avançam os estudos nos sambaquis da Ilha de São Luís, reconhece-se que apesar

da formação do mangue ter sido objeto de análise de vários autores, permanece sendo rara a correlação dos dados geo-ambientais, a paleopaisagem e os diálogos com a arqueologia.

Apesar de Ab'Saber (1989) descrever o mangue como um ambiente pobre em recursos alimentares, incapaz de sustentar assentamentos humanos permanentes ou de longa duração, o autor desenvolveu um modelo explicativo que relacionou uma cadeia de eventos paleo-climáticos com as migrações e fixação de populações humanas em mangues costeiros, em um período de longa duração:

Entre 6 e 5.000 anos A. P. deslanchou-se a sedimentação de finos nos bordos internos de lagunas e sistemas lagunares. Logo apareceram e se expandiram planícies-de-marés capazes de redistribuir os produtos mais finos da decomposição das rochas, criando pântanos salinos, em um ambiente de baixadas quentes e úmidas, onde vieram a se estender grandes manguezais. *A expansão excessiva dos mangues foi tão nociva aos construtores de sambaquis quanto a chegada dos aguerridos e ecologicamente flexíveis grupos Tupi-Guarani.* (AB'SABER, 1989, grifo nosso).

A visão clássica do autor que relega ao mangue um papel secundário nos processos de sedentarização de grupos humanos em decorrência sua insalubridade, escassez de água doce, ausência de áreas firmes para fixação de aldeias e a quantidade insuportável de insetos (AB'SABER, 1989) contrasta com pesquisas mais recentes e com a literatura já consolidada apresentada nos itens anteriores deste capítulo, que demonstram justamente o contrário.

Informações arqueológicas, etnohistóricas e etnográficas vêm demonstrando que a estabilidade ambiental proporcionada por uma grande produtividade de biomassa, indicam uma dieta fortemente concentrada no consumo de proteínas de origem estuarina, indicando uma massiva captação de recursos alimentares oriundos desses ambientes, como peixes e frutos do mar, e outras espécies associadas, além da utilização da madeira dos manguezais como material construtivo e combustível (SCHAEFFER-NOVELLI, MOLERO, 1999; VANNUCCI, 2002; SCHELL-YBERT, et al., 2003; BANDEIRA, 2013; BANDEIRA et al., 2016; COLONESE et al., 2020; ICMBIO, 2018).

Figura 3 – Arredores da cidade de São Luís, com os manguezais aparecendo em primeiro plano. Autoria: Joseph Léon Righini. Arredores da Cidade, 1862. Óleo sobre tela.



Fonte: Joseph Léon Righini (1862)

A esse respeito, Vannucci (2002, p. 24) escreveu sobre possíveis aspectos que tenham motivado as interpretações do ecossistema de manguezais como ambiente limitado à presença humana:

O Homo sapiens sapiens migrou em todas as direções, finalmente colonizando a terra desde o Ártico até Antártico. Algumas regiões eram mais adequadas às atividades humanas e à situação de suas necessidades, sendo chamadas “zonas ricas”. O que, em termos ecológicos, significa “altamente produtivas”. Alguns grupos humanos se estabeleceram em áreas ricas, outros não as encontraram ou foram deslocados para regiões “pobres”, difíceis para a vida bípede implume. Os manguezais estão entre estas últimas; são áreas ecologicamente ricas e com grande taxa de reciclagem (turnover rate), mas apresentam condições de vida difíceis para o homem. É difícil até mesmo fazer fogo nos manguezais, pois tudo é úmido. Por estas e outras razões, os manguezais adquiriram a reputação de “terras inúteis”.

Ora, o principal recurso para a subsistência das populações pré-históricas costeiras é a disponibilidade de espécies que podem ser pescadas, coletadas, caçadas, além de recursos de origem vegeta, tanto para alimentação, como para outros usos. A produtividade dos manguezais é elevada e sua periodicidade é regulada por ciclos lunares e de marés. Para um melhor aproveitamento desses recursos, as populações desenvolveram diferentes mecanismos para a captura dessas espécies para a colheita de produtos da floresta no tempo certo e da maneira certa.

Logo, a presença de manguezais teve um papel fundamental na seleção de áreas nas quais os povos do passado estabeleceram seus assentamentos e áreas de atividades. Como consequência, a economia e a subsistência foram baseadas, quase que exclusivamente, na exploração de recursos desse ecossistema (BIAGI; NISBET, 2006).

Figura 4 – Ruínas do Mamão, complexo industrial do século XIX, que aproveitava os recursos e matérias-primas advindos dos manguezais que margeiam o rio Bacanga, em São Luís – MA.



Fonte: Arkley Bandeira (2020)

No âmbito da arqueologia, estudos arqueológicos no Brasil atestam que as populações pescadoras e coletoras do Holoceno, provavelmente se fixavam por um período relativa-

mente longo nas áreas estuarinas ou de mangues, denotando uma adaptação que suportou o semi sedentarismo ou mesmo o sedentarismo, que resultou em uma organização sociocultural relativamente complexa. As evidências atestam que os sítios eram localizados estrategicamente para a exploração de áreas ricas em peixes e moluscos, em mangues e florestas. A distribuição espacial, sempre em grupos, poderia indicar estabilidade territorial (GASPAR, 2000b; KIPNIS; SCHEEL-YBERT, 2005; BANDEIRA, 2013; BANDEIRA et al., 2015; COLONESE et al., 2020).

Vannucci (2002) descreveu que muitos manguezais foram colonizados e abandonados pelos grupos humanos, graças aos testemunhos fornecidos pelos montes de restos de peixes e moluscos (sambaquis no Brasil, montes de conchas e restos de cozinha em todos os lugares), como na Ilha de Moturpe, em Papua-Nova Guiné. Nessa mesma linha Cintrón e Schaeffer-Novelli (1981) afirmam que os sambaquis provêm a mais antiga evidência da utilização das áreas de mangues por Ameríndios, sendo os locais preferidos, onde os esforços da caça e da pesca foram concentrados.

Em relação as adaptações humanas relacionadas com esse ecossistema, convém destacar que os grupos humanos que interagiram com os manguezais não viveram verdadeiramente no interior dos manguezais, mas sim no seu entorno, em áreas de terra firme, nos terraços de rios e riachos, em praias ou sobre as ribanceiras elevadas, como é o caso do Sambaqui da Panaquatira e Bacanga, que estão sob as falésias

elevadas que fazem limite com a zona alagada (VANNUCCI, 2002; BANDEIRA, 2008; 2013).

Logo, os manguezais foram utilizados como áreas próximas aos sambaquis para a busca de alimentos e de matérias-primas, em diferentes momentos dos ciclos e sazonalidades. Dessa feita, a permanência prolongada dos grupos humanos nos manguezais somente foi possível quando esse ecossistema pôde absorver uma espécie a mais, sem causar desequilíbrio.

O período de colonização inicial dos manguezais por grupos humanos ainda permanece um tema pouco explorado pela arqueologia das populações costeiras. Para Tenório (1996), a capacidade do manguezal de apresentar recursos alimentares altamente concentrados e facilmente coletáveis por homens, mulheres e crianças, dada a intensificação de sua exploração, resultou na busca desses locais para habitação.

Dias Junior (1991) afirmou que por volta de 6.000 anos antes do presente, parece ter ocorrido certa estabilização climática, com o incremento máximo da temperatura e da umidade, caracterizando o “Altitermal”. Consequentemente, a precipitação pluviométrica se elevou, assim como a extensão da área ocupada pela floresta, ocorrendo uma argilização generalizada, criando condições para uma verdadeira explosão de vida. Em decorrência disso, as fontes de abastecimento para os grupos humanos nas áreas litorâneas e adjacências começaram a interessar aos grupos nômades.

O crescimento populacional dessas populações associou-se com a disponibilidade de uma fonte aparentemente

inesgotável de proteínas, os “frutos do mar” (moluscos, crustáceos e peixes), os anfíbios e todas as outras espécies ligadas a essa cadeia alimentar. Multiplicaram-se os grandes e extensos sítios, constituídos basicamente dos restos das carapaças dos moluscos consumidos na alimentação.

Biagi e Nisbet (2006) relataram que os manguezais com a sua vegetação fina e densa atraíram a atenção dos grupos pescadores-coletores no início do Holoceno e que algumas florestas de mangues relacionadas aos sítios arqueológicos ainda hoje permanecem próximas à linha da costa, localizadas na foz de rios, em deltas e estuários, devido ao aumento eustático do nível do mar, no pós-glacial, início do Holoceno.

Para Tenório (1996), os sítios arqueológicos associados aos ambientes de manguezais evidenciaram a exploração desse ecossistema há mais de 5.000 anos. A intensificação da exploração do mangue trouxe alterações não só em termos alimentares, mas também modificou decisivamente a organização social de grupos pré-históricos que ocuparam o litoral brasileiro.

Examinando o contexto do litoral equatorial amazônico e as cronologias obtidas para os sambaquis dessa região essa perspectiva temporal recua grandemente. A cronologia das ocupações humanas da Ilha de São Luís recua há quase 7 milênios, com datas em torno de 6.600 anos antes do presente. Ao passo que os sambaquis do Litoral do Salgado e do Baixo Amazonas recuam há cerca de cerca de 7.500 anos antes do presente (BANDEIRA, 2008; 2013).

5 PAISAGEM E AMBIENTE E A OCORRÊNCIA DE SAMBAQUIS NO LITORAL EQUATORIAL AMAZÔNICO

A distribuição espacial dos sambaquis no litoral norte do Brasil é sobreposta a uma região estuarina, em uma costa afogada e recortada, com extensas florestas de manguezais, que transiciona com a ambientes úmidos, regiões lacustres e florestas tropicais da Amazônia maranhense.

Para a região abordada neste capítulo, Ab'Saber (2006) reconhece, a partir de dados geomorfológicos, paisagísticos e fisiográficos a existência de seis grandes setores projetados para costa tropical e subtropical brasileira. Com base nessa classificação, a porção mais setentrional da costa do Brasil estaria inserida naquilo que ele denominou de “Litoral Equatorial Amazônico⁴⁹”.

É justamente no Litoral Equatorial Amazônico que os sambaquis da região norte do Brasil foram identificados. Essa porção da costa ocupa uma zona sedimentar sobreposta ao embasamento cristalino, que inclui os litorais dos estados do Amapá, Pará e Maranhão. Ela caracteriza-se pela presença de sequências de idade terciária e quaternária, sendo as próprias estruturas cristalinas pré-cambrianas, as fontes de grande par-

49 Os litorais constituem-se em zonas de contatos tríplexes: terra, mar e dinâmica climática, apresentando uma diversidade de ecossistemas, a exemplo dos manguezais frontais e mangues de estuários.

te de sedimentos que foram alocados para essa região (ZEMA, 2004).

Compreende um macro setor da linha da costa brasileira, com aproximadamente 1.850 quilômetros de extensão, dominados por tipos de costa baixa, um golfeão de origem complexa e diferentes planícies de marés tropicais fixadas por manguezais. Nestas regiões existem grandes exceções paisagísticas e ecológicas caracterizadas, principalmente pelo ecossistema de manguezal⁵⁰. Este litoral corresponde a um setor extremamente dinâmico, no qual as modificações morfológicas e sedimentológicas são regras e ocorrem em escalas espaciais e temporais, as quais variam consideravelmente (MENDES, 2005).

No Pará essa porção do litoral é denominada de Salgado, devido ao gradiente de sal que compõe as águas desde a Baía de Marajó até a foz do rio Gurupi e segue por todo o litoral ocidental do Maranhão, estendendo-se até o Golfeão maranhense, na Ilha de São Luís. Tal região insere-se em termos morfo-estruturais e morfo-climáticos no litoral de rias⁵¹, também denominada de Reentrâncias Paraenses e Maranhenses e apresenta

50 As argilas que se acumularam em milhares de anos devido ao enorme volume de água doce amazônica deram origem a manguezais de diferentes tipos bióticos e comportamentos ecossistêmicos. Esse cordão de manguezais frontais, tipo “trombetiformes” são mascaradores da costa de rias do nordeste do Pará e do Maranhão (AB’ SABER, 2003a).

51 O estuário tipo ria, de origem tectônica, formou-se por elevação da parte continental onde estava localizado o vale interior do rio, aliviado do peso de glaciares durante o descongelamento. O rio inundado com a elevação eustática do nível relativo do mar formou esse estuário típico de regiões montanhosas anteriormente ocupadas por glaciares. Geralmente a ria tem morfologia irregular com tributários que drenam grande parte da região (MIRANDA et al., 2002).

uma costa de submersão, baixa e recortada, de características flúvio-estuarinas, sujeita a grande variação das marés.

Segundo Isaac et al. (2006), a região do Salgado Paraense caracteriza-se pela grande quantidade de reentrâncias (rias) que se estendem até o Maranhão, onde se localizam extensas áreas de praia e manguezais. A hidrografia da região é marcada por extrema sazonalidade produzida pela chuva. Além dessas características, essa zona é cortada por baías, enseadas e estuários, com presença de ilhas aluvionais cobertas com floresta densa, floresta secundária e vegetação de mangue.

O Maranhão ainda não possui um detalhamento completo da formação geológica e geomorfológica de suas áreas costeiras. Estudos pontuais indicam que deltas de fundo dos estuários e canais sublitorâneos de Perizes, próximo a São Luís, e indicou que entre 12.700 e 5.500 anos antes do presente, o mar iniciou uma subida de nível que culminou por altear 3 metros acima de seu nível médio atual (AB'SÁBER, 2006). Sobre esse tema, Kjerfve et al. (2002) reconhecem para o litoral atlântico da América do Sul, da Terra do Fogo até as Guianas, uma regressão entre 3 a 7 metros em um intervalo de seis mil anos atrás, avaliando que o aporte de sedimentos é uma questão chave para entender a história do nível do mar e a localização dos sambaquis nessa região.

Na setorização do Litoral Equatorial Amazônico, que corresponde ao território maranhense, Ab'Sáber (2006) caracterizou geomorfológicamente a zona costeira em três macro setores:

a) Setor de rias retomadas por manguezais, que se estende do nordeste do Pará até o noroeste do Maranhão, destacando-se costa de rias, originada por flutuações marinhas do Pleistoceno inferior ao Holoceno, e retomada recentemente por sedimentos argilosos, nas margens de pequenos estuários e à frente das falésias (barreiras) remanescentes;

b) Setor baía de São Marcos e São José do Ribamar e Ilha do Maranhão, com o paleo canal de Perizes de Baixo (hoje o canal estreitado dos Mosquitos). As duas mais largas rias do setor norte da costa brasileira, originadas pela ingressão marinha holocênica. Na retroterra, os campos e manguezais de Perizes de Baixo documentam a presença subatual de um grande canal, da mesma família do paleocanal de Breves;

c) Setor da Baía do Tubarão, arquipélago costeiro de Santana e paleorrias submersas em delta pré-baias de São Marcos e São José, formando um conjunto de Ilhas continentais remanescentes de um paleodelta desvinculado da linha de costa, na área da boca nordeste da atual Baía de São José do Ribamar.

Uma característica comum a esses três microsetores é a presença de uma exuberante floresta de mangues, que apenas no Estado do Maranhão ocupa uma área de 500.000 ha, correspondendo a quase metade da superfície total de mangues no Brasil (CNISO, 1998)⁵². Schaeffer-Novelli et al. (2003) contabilizaram uma área de 600.000 ha, incluindo os 226.000 ha de florestas de mangues só no Golfão Maranhense. Da-

52 Segundo o relatório O Brasil e o mar no século XXI (2002), elaborado pela Comissão Nacional Independente sobre os oceanos, cerca de 85% dos manguezais brasileiros ocorrem no litoral norte, nos Estados do Amapá, Pará e Maranhão.

dos mais recentes obtidos por MOCHEL (S/D) demonstram que os manguezais cobrem uma área de aproximadamente 18.895.000 ha da Ilha de São Luís, distribuídos sobre a costa como franjas, atrás das praias e dos cordões litorâneos e dunas arenosas, ou margeando rios e igarapés.

Esse complexo ecossistema tem sua existência renovada graças ao fluxo das águas de complexos sistemas estuarinos⁵³ como as baías Oiapoque (no extremo norte) e São Marcos e São José (Ilha de São Luís - MA) (MIRANDA et al., 2002). O termo estuário é designado para indicar “[...] a região interior de um ambiente costeiro, onde ocorre o encontro das águas fluviais com a do mar transportada pelas correntes de maré, estendendo-se rio acima até o limite da influência da maré [...]” (MIRANDA, et al., 2002).

Genericamente, estuário designa o encontro do rio com o mar, caracterizando uma foz litorânea, tratando-se de um ecossistema de transição entre o oceano e o continente, atuando como uma espécie de barreira química e geoquímica entre tudo o que é transportado pelo rio em direção ao sistema oceânico (ZEMA, 2004).

Com relação à gênese dos estuários, Kowsmann et al. (1977) reconhecem que na última transgressão marinha, denominada de Flandriana, iniciada há cerca de 15 mil anos e estendida até cerca de 7 mil anos antes do presente, ocorreu

53 Para Kjerfve (1987), estuário é um ambiente costeiro que apresenta conexão restrita com o oceano adjacente. Tal conexão permanece aberta pelo menos intermitentemente. Esse ambiente pode ser subdividido em três zonas distintas: zona de maré do rio, zona de mistura e zona costeira (Miranda et. al., 2002).

uma rápida ascensão do nível médio do mar, interrompida por episódios de estabilização de curta duração. Essa modelação para os estuários também é confirmada por Suguio (1999), que confirmou que a partir de 15 mil anos antes do presente os volumes das águas oceânicas sofreram um brusco acréscimo, mas a partir de 7 mil anos atrás houve pequena variação.

Neste sentido, Miranda et al. (2002, p. 32) atestam que:

Ao final desse processo transgressivo, entre sete e dois mil anos atrás, quando o mar atingiu aproximadamente o nível atual, as planícies costeiras e vales dos rios foram gradativamente inundados, dando origem aos estuários, enseadas, baías e lagunas costeiras.

Os processos de formação dos estuários, com raras exceções, situaram-se em regiões relativamente estreitas e de transição entre o mar e as massas de terra continentais. São ambientes de época geológica muito recente (menos de cinco mil anos), frutos das alterações seculares do nível do mar e das variações da crosta terrestre, bem como por processos tectônicos.

Para a Ilha de São Luís, a penetração das águas na atual baía de São Marcos e São José é um bom exemplo das consequências da ingressão marinha durante o *optimum climático*, com afogamento que persiste até hoje devido à amplitude das marés. A Ilha de São Luís faz parte de um amplo complexo estuarino denominado Golfão Maranhense, que é caracterizado como uma planície flúvio-marinha formada por estuários afogados dos rios Mearim, Itapecuru e Munim,

constituindo uma região rebaixada com numerosas lagoas fluviais e extensas várzeas inundáveis (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2006).

Segundo Ab'Sáber (2003a), os extensos manguezais do Norte do país, envolvendo a costa noroeste do Maranhão e nordeste do Pará e Amapá foram constituídos, em sua maioria, durante o regresso das águas que posteriormente, no *optimum climático*, alcançaram alguns metros acima do mar atual, entre 6 mil a 5.500 anos antes do presente, com ocorrência de espécies como o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), Siriba ou mangue preto (*Avicennia sp*) e branco (*Laguncularia racemosa*). A fauna da região é bastante rica em recursos marinhos, como peixes, aves, crustáceos e moluscos.

Nos manguezais da Ilha de São Luís, o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) é a espécie mais conhecida e ocupa toda a linha costeira, sendo tolerante ao alagamento por longos períodos. A casca dessa árvore é rica em tanino, substância de cor avermelhada, que é utilizada como matéria-prima corante e impermeabilizante para tingimento de tecidos e couro, ao passo que a madeira é muito utilizada como lenha e para construção civil. Outras espécies ocorrentes na região são siriba (*Avicennia germinans* e *A. schaueriana*), que forma um cinturão por atrás do mangue vermelho, acompanhando as margens dos rios, na interface entre a terra e a água; o mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue de botão (*Conocarpus eretus*) que ocorre em áreas mais arenosas.

Cintrón e Schaeffer-Novelli (1981) pesquisaram os

manguezais no Maranhão, em um perímetro que compreendeu a Ponta de Coruçá à Ponta dos Mangues Secos, na Ilha de São Luís e identificaram as espécies: *Avicennia schaveriana*, *Rhizophora mangle*, *Laguncularia racemosa* e *Conocarpus erecta*, com espécies de *Avicennia* ocupando extensas áreas e de *Rhizophora* localizada nas franjas. Além disso, Cutrim (1993) apontou a existência de *Avicennia germinans* e de outras espécies associadas, a exemplo de grupos de algas, briófitas, pteridófitas e fenerógamas.

Na região de Panauçu, no sudoeste da Ilha de São, Oliveira e Mochel (1999) identificaram as seguintes espécies de mangues: *Rhizophora mangle*, *R. racemosa*, *R. harrisonii*, *Avicennia germinans*, *A. schaueriana*, *Laguncularia racemosa* e *Conocarpus erectus*. Lá, também observaram uma endofauna⁵⁴ caracterizada por uma taxocenose constituída por Polychaeta-Crustacea- Bivalvia, sendo que o grupo predominante é de poliquetas escavadores indicando ambientes sedimentares dinâmicos e a presença de espécies filtradoras e tubícolas (poliquetas e bivalves) indicam locais de baixa energia hidrodinâmica. Ao passo que a epifauna⁵⁵, representada pelas cracas e gastrópodes foi pouca representativa na área da pesquisa.

54 A endofauna refere-se a todos os organismos vivos no interior do substrato, podendo ser perfurante quando em substratos duros e escavadores quando em substrato mole. São exemplos da endofauna os Poliquetas, Bivalvos e Crustáceos (MOCHEL, 1995).

55 A epifauna é caracterizada por todos os organismos que vivem sobre o substrato duro ou móvel, de hábito sésil, sedentário ou livre (MOCHEL, 1995).

Em termos geográficos, os sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico têm sua área de ocorrência caracterizada por marcos paisagísticos bem delimitados: o estuário ou zonas com forte influência das oscilações da maré, a exemplo de apicuns e restingas; cobertura vegetal composta por espécies relacionadas a esses ambientes, mangue e espécies de restingas; sedimentos da Formação Barreiras, capeados por sedimentos pós-barreiras. Os sítios estão assentados em elevações suaves, entre 5 e 10m de altura, constituindo plataforma natural para construção do sambaqui.

Cronistas e viajantes relataram a existência de sambaquis no Pará, espalhados pelo baixo Amazonas, baixo Tocantins, Ilha de Marajó e, sobretudo, no litoral nordeste paraense, também denominado de Litoral do Salgado (SIMÕES, 1981). No Maranhão, esses sítios inserem-se em domínios semelhantes ao Litoral do Salgado, denominado de Litoral de Rias Maranhenses, sendo registrada a existência de sambaquis em Turiaçu, Bacuri, Cururupu e Guimarães (FERNANDES, 1950) São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar (BANDEIRA, 2008), seguindo em direção ao litoral oriental do Maranhão, no município de Tutóia (SAMPAIO, 1931).

Figura 5 – Escavação Arqueológica no Sambaqui do Bacanga.



Fonte: Arkley Bandeira (2008)

Esses sítios limitam-se aos meridianos 42° a 48°W e os paralelos 0°30' a 2°50'S. Esse território apresenta um litoral recortado, grandes desembocaduras de rios, muitas ilhas ligadas entre si por estreitos canais e uma floresta de mangue, que em extensão é uma das maiores da América. Estes despontam como a característica mais marcante e de suma importância

para a biodiversidade e sociodiversidade da região, visto que os mesmos são importantes sistemas costeiros tropicais, fornecendo produtos que têm sido utilizados há milhares de anos por grupos humanos adaptados a esse ecossistema, fato já evidenciado anteriormente.

Tal perspectiva corrobora com estudos antropológicos que destacam um conhecimento tradicional dos atuais pescadores e habitantes dos manguezais, que atestam a permanência de traços socioculturais e adaptativos de longa duração, exemplificados no uso sustentável desses recursos (FURTADO, 2001; BARROS, 2001; VANNUCCI, 2002).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, o fortalecimento da arqueologia das sociedades costeiras é essencial para compressão dos processos humanos e suas relações com a paleopaisagem no Pleistoceno e o Holoceno, principalmente no que concernem os efeitos das mudanças que estão ocorrendo no meio ambiente, naquilo que se tem denominado de Antropoceno. Apesar do relativo avanço na caracterização do ambiente costeiro em uma perspectiva diacrônica, muito pouco se sabe do paleoambiente na Ilha de São Luís ao longo dos últimos 7 milênios.

Em relação as interfaces dos processos humanos e o meio ambiente, estudos realizados na Ilha de São Luís vêm demonstrando forte interação dos grupos sambaquieiros com

o ecossistema de manguezais. A esse respeito, Bandeira et al. (2016) identificaram vestígios de arqueofauna de vertebrados que correspondem aos animais que ainda hoje são característicos dos manguezais estuarinos e dos ecótonos associados, cuja assembleia é rica em partes esqueléticas de peixes em relação aos tetrápodes.

Mais recentemente, uma equipe multidisciplinar coordenada por Colonese e Bandeira concluíram um importante estudo sobre a dieta com base na análise de isótopos estáveis de remanescentes esqueléticos humanos, que apesar da disponibilidade de recursos marinhos e evidências zooarqueológicas contextuais para a pesca, as estimativas dos modelos revelaram que os mamíferos terrestres também forneceram proteínas dietéticas às populações sambaquieiras da Ilha de São Luís, denotando que os manguezais e as áreas de entorno também eram utilizadas para a caça (COLONESE et al., 2020).

Diante deste panorama advindo de pesquisas arqueológicas na Ilha de São Luís, reconhece-se que o mangue não serviu apenas como pano de fundo para ocupação humana de longa duração, mas pelo contrário, constituiu-se como uma paisagem, que aparentemente hostil, foi percebida, manejada ou mesmo domesticada por populações que tinham o hábito de valorizar os recursos fornecidos por este ambiente, compreendendo a sazonalidade das espécies comestíveis, desenvolvendo estratégias de captura, processamento e consumo, descobrindo as fontes de matéria-prima, inventando técnicas e aprimorando tecnologias para melhor explorar esse meio,

além de ter desenvolvido todo um sistema de crenças e ritos, onde o mangue e os elementos a ele associados davam a tônica no universo simbólico.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. Páleo-climas quaternários e pré-história da América tropical. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 4., 1989. **Anais [...]** São Paulo: SAB, USP, 1989. (Dédalo, Publicação avulsa).

AB'SABER, A. N. **Litoral brasileiro**. São Paulo: Metalivros, 2003a.

AB'SABER, A. N. **Brasil: Paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-grossense: patrimônios básicos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

AFONSO, M. C.; DE BLASIS, P. A. D. Aspectos da formação de um grande sambaqui: alguns indicadores em Espinheiros II, Joinville. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, São Paulo, n. 4, 1994.

ARNOLD, D. E. **Ceramic theory and cultural process**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BAILEY, G.; PARKINGTON, J. The archaeology of prehistoric coastlines: a introduction. In: BAILEY, G.; PARKINGTON, J. (org.). **The archaeology of prehistoric coastlines: new directions in archaeology**. Great Britain: Cambridge University Press, 1998.

BANDEIRA, D. R. **Mudança na estratégia de subsistência do sítio arqueológico Enseada I: um estudo de caso**. 1992. Dissertação (Mestrado) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

BANDEIRA, A. M. et al. Mobilidade, subsistência e apropriação do ambiente: contribuições da zooarqueologia sobre o Sambaqui do Bacanga, São Luís, Maranhão. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, n. 11, v. 2, 2016.

BANDEIRA, A. M. **Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga na Ilha de São Luís-Maranhão.** 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BANDEIRA, A. M. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica.** 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARBOSA, M. **Espaço e organização social do grupo do construtor do sambaqui IBV-4, RJ.** 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARBOSA, M.; GASPAR, M. D. El proceso de formación del “sambaqui” Islã de Boa Vista I, Rio de Janeiro: análisis comportamental de la cadena de actividades. In: BARBOSA, M.; GASPAR, M. D. (org.). **Arqueología de Las Tierras Bajas.** Uruguay: Ministerio de Educación y Cultura. Comisión Nacional de Arqueología, Banco Hipotecario del Uruguay, 2000.

BARROS, H. Estuarine communities of the amazonian coast: mangroves for life and living. In PROST, M. T.; MENDES, A. C. (org.). **Ecosistemas costeiros: impactos e gestão ambiental.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

BIAGI, P.; NISBET, R. The prehistoric fisher-gatherers of the western

coast of the Arabian Sea: a case of seasonal sedentarization? Introduction: adopting a sedentary lifeway. **World Archaeology, Sedentism in non-agricultural societies**, Routledge, v. 38, n. 2, 2006.

CINTRON, G., SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Los manglares de la costa brasileña: revisión preliminar de la literatura**. [S.l.]: ROSTLAC/ UNESCO, 1981. (Informe técnico preparado para ROSTLAC/ UNESCO).

COLONESE, A. C. et al. Stable isotope evidence for dietary diversification in the pre-Columbian Amazon. **Scientific Reports**, n. 10, 2020.

COMISSÃO NACIONAL INDEPENDENTE SOBRE OS OCEANOS. **O Brasil e o mar no século XXI: Relatório aos tomadores de decisão do país**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1998.

DE BLASIS, P et. al. Some references for the discussion of complexity among the sambaqui moundbuilders from the southern shores of Brazil. **Revista de Arqueologia Americana, Instituto Panamericano de Geografia e História**, 1998.

DE BLASIS, P. A. D.; AFONSO, M. C. Indicadores de complexidade nos grandes sambaquis do litoral Sul do Brasil: o caso de Espinheiros II, Joinville. In: CAIROLO, A. D.; BOKSAR, R. B. (org.). **Arqueología de Las Tierras Bajas. Uruguay: Ministerio de Educación y Cultura. Comisión Nacional de Arqueología. Banco Hipotecario del Uruguay**, 2000.

DE MASI, M. A. N. **Pescadores coletores da costa sul do Brasil**. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, Pesquisas, 2001. (Série Antropologia; 57)

DIAS JUNIOR, Ondemar F. Desenvolvimento cultural do horizonte 9000/4000 A.P. no Brasil Tropical. **Revista de Arqueología**

Americana, Instituto Panamericano de Geografia e História, n. 4, p. 55-87, 1991.

ERLANDSON, J. M.; FITZPATRICK, S. M. Oceans, islands, and coasts: current perspectives on the role of the sea in human Prehistory. **Journal of Island & Coastal Archaeology**, EUA: Taylor & Francis Group, v. 1, 2006.

FERNANDES, J. S. Os sambaquis do Nordeste. **Revista de Geografia e História**, São Luís, ano 3, 1950.

FIGUTI, L. O homem pré-histórico, o molusco e os sambaquis: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquieiros. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, São Paulo, n. 3, 1993.

FISH, Suzanne K. et. al. Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do Estado de Santa Catarina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, São Paulo, n. 10, 2000.

FURTADO, L. G. Ocupação humana do Litoral Amazônico. In: PROUST, Maria Thereza et. al. (org.). **Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

GASPAR, M. D. Considerations of the sambaquis on the Brazilian coast. **Latin America Antiquity**, n. 72, 1998.

GASPAR, M. D. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000a.

GASPAR, M. D. Os ocupantes do litoral brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. (org.). **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000b.

GASPAR, M. D. **Aspectos da organização social de pescadores-coletores: região compreendida entre a Ilha Grande e o delta do**

Paraíba do Sul. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, Pesquisas, 2003. (Série Antropologia; n. 59).

HOOPEs, J. W.; BARNETT, W. K. (ed.). **The emergence of pottery: technology and innovation in ancient societies.** Washington: Smithsonian Institution Press, 1995.

ISAAC, V. J. et al. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Pará. In: ISAAC, V. J. et al. (org.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais.** Belém: UFPA, Instituto do Milnio, 2006. (Projeto RECOs: uso e apropriação de recursos costeiros. Grupo temático: Modelo Gerencial da Pesca).

KIPNIS, R.; SCHEEL-YBERT, R. **Arqueologia e paleoambientes: Quaternário do Brasil.** Ribeirão Preto: Holos Editora, 2005.

KJERFVE, B. Estuarine geomorfology and physical oceanography. In: DAY JUNIOR, J. W. et al. (ed.). **Estuarine ecology.** New York: [s.n.], 1987.

KNEIP, L. M. **Cultura material e subsistência das populações pré-históricas de Saquarema, RJ.** Documento de Trabalho. [S.l.: s.n.], 1994. (Série Arqueologia).

KOWSMANN, R. O., et al. **Modelo de sedimentação holocênica na Plataforma Continental sul Brasileira.** Rio de Janeiro: REMAC, PETROBRAS, CENPES, DINTEP, 1977.

LIMA, T. A. Nos mares do Sul: a pré-história do litoral centro-meridional brasileiro. In: LIMA, T. A. **Antes: histórias da pré-história.** Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2004.

LIMA, T. A.; MAZZ, J. L. La emergencia de complejidad entre los cazadores recolectores de la costa Atlántica Meridional Sudamericana. **Revista de Arqueologia Americana,** Instituto

Panamericano de Geografia e História, 1999/2000.

LONEY, H. L. Society and technological control: a critical review of models of technological change in ceramic studies. **American Antiquity**, v. 65, n. 4, 2000.

LOPES, P. R. C. **Caracterização do modo de vida dos sambaqueiros que ocuparam o litoral paraense**: Quatipuru, Pará, Brasil. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LOPES, P. R. do C. et al. O Sambaqui Porto da Mina e a cerâmica utilizada como material construtivo: um estudo de caso. **Revista de Arqueologia**, v. 31, n. 1, p. 52-72, 2018.

LUGO, A. E., SNEDAKER, S. C. The ecology of mangroves. **Annual review of ecology and systematics**, v. 5, 1974.

MARANHÃO. **Zoneamento do Estado do Maranhão**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 2004.

MEGGERS, B. J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MIRANDA, L. B. et al. **Princípios de oceanografia física de estuários**. São Paulo: EDUSP, 2002.

MOCHEL, F. R. Mangroves on São Luís Island, Maranhão, Brasil. In: KJERFVE, B. et. al. **Mangrove ecosystem studies in Latin America and Africa**. França: UNESCO, [S.D.].

MOCHEL, F. R. **Endofauna do manguezal**. São Luís: EDUFMA, 1995.

MORAN, E. F. **Adaptabilidade humana: uma introdução a antropologia ecológica**. Tradução Carlos E. A. Coimbra Júnior e Marcelo S. Brandão. São Paulo: EDUSP, 1994.

OLIVEIRA, V. M.; MOCHEL, F. R. Macroendofauna bêmica de substratos móveis de um manguezal e o impacto das atividades humanas no sudoeste da Ilha de São Luís, Maranhão, Brasil. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, v. 12, 1999.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **São Luís: uma leitura da cidade**. São Luís: Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade, 2006.

ROOSEVELT, A. C. et. al. Eight millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. **Science**, USA, n. 254, 1991.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

ROOSEVELT, A. C. Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity. In: BANRETT, William K.; HOOPES, John (ed.). **The emergence of pottery: technology and innovation in ancient societies**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1995.

PAZ, R. A. R. P. **Arqueologia da baía de Guanabara: estudos dos sambaquis do município de Guapimirim**. 1999. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 1999.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 1992.

RICE, P. M. On the origins of pottery. **Journal of archaeological method and theory**, v. 6, n. 1, 1999.

SAMPAIO, T. Conchaes em Tutoya-Maranhão. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 1931.

SÁNCHEZ, R. N. Cerâmica y etnicidad: una aproximación al estudio

de las formas culturales como expresión de lo étnico. **Boletín de Antropología Americana**, n. 22, 1990.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Mangue e manguezal: atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018.

SCHAEFFER, Y. N. et al. **Guia para estudo de áreas de manguezal: estrutura, função e flora**. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1986.

SHELL-YBERT, et. al. Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaqueiros: uma abordagem multidisciplinar. **Revista de Arqueologia, Sociedade de Arqueologia Brasileira**, São Paulo, v. 16, 2003.

SCHIFFER, M. B., SKIBO, J. M. James M. Theory and experiment study of technological. **Current Anthropology**, v. 28, n. 5, 1987.

SIMÕES, M. F. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 78. 1981.

STEIN, J. K. The analysis of shell middens. In: STEIN, J. K. (ed.). **Deciphering a shell midden**. Londres: Academic Press Inc, 1992.

TENÓRIO, M.C. A contribuição da arqueologia na compreensão do desenvolvimento do mangue. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, Série Ciências da Terra, v. 8, 1996.

VANNUCCI, M. **Os manguezais e nós: uma síntese de percepções**. São Paulo: Editora da USP, 2 ed., 2002.

WASELKOVA, G. A. **Shellfish gathering and shell midden archaeology: advances in archaeological method and theory**. Londres: Academic Press Inc., v. 10, 1987.

YESNER, D. R. **Maritime hunter-gathers**: ecology and prehistory. *Current Anthropology*. EUA: Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research. v. 21,1980.

YESNER, D. R. Life in the “Garden of Eden”: constraints of marine diets for human societies. In: HARRIS, M.; ROSS, E. (ed.). **Food and evolution**. Filadélfia: Temple University Press, 1987.

SOBRE OS ORGANIZADORES



Arkley Marques Bandeira

Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2. Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2003), mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2008) e doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é Docente do Ensino Superior da Universidade Federal do Maranhão - Departamento de Oceanografia e Limnologia. Integra o Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade PGcult - UFMA e PRODEMA UFMA, como membro permanente. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase nos seguintes temas: sambaquis, cerâmica pré-histórica, patrimônio cultural e estudos culturais. Coordena o Observatório Cultural do Maranhão - PGcult - UFMA e o Laboratório de Arqueologia - LABARQ - DEOLI - UFMA. É membro da Sociedade de Arqueologia Brasileira e membro fundador da Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, em São Luís - MA. Integra grupos de pesquisa nacionais e internacionais.



Conceição de Maria Belfort de Carvalho

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (1997), Especialização em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão, mestrado em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Professora Associada III da Universidade Federal do Maranhão. Professora Permanente

do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (Nível Mestrado- Linha 2: Cultura, Educação e Tecnologia). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase nas áreas: Gestão do turismo, Patrimônio cultural e Pesquisa em Turismo. Projetos aprovados com recursos financeiros: SÃO LUÍS PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE: a dualidade da interação entre turistas e o espaço da cidade Edital Universal CNPQ/2014-Bolsista Produtividade pela Fundação de Amparo a Pesquisa no Maranhão -FAPEMA no período de 2020 a 2023.



Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Possui graduação em Turismo e especialização em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). É professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA), na Linha de Pesquisa Cultura, Educação e Tecnologia. Atua como gestora de projetos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e pela UFMA. Tem experiência na área de Turismo e Cultura, com ênfase em Patrimônio Cultural e Políticas Públicas de Preservação Patrimonial.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO: Amazônia entre Interdisciplinaridades: meio ambiente, história-cultural, economia e política

ORGANIZADORES: Arkley Marques Bandeira, Conceição de Maria Belfort de Carvalho, Kláutenys Dellene Guedes Cutrim.

PROJETO GRÁFICO: Maurício José Morais Costa

CAPA: Maurício José Morais Costa

FORMATO: 14 X 21 cm

PÁGINAS: 380 p.

TIPOGRAFIA Cabin, Cabin Regular, Cabin Itálico, Cabin Bold.

EDIÇÃO 1ª edição - 2023

PUBLICAÇÃO Editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA)



ageufma
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO,
PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

